

Maria Cláudia Badan Ribeiro

***“MEMÓRIA, HISTÓRIA E SOCIEDADE: A CONTRIBUIÇÃO DA
NARRATIVA DE CARLOS EUGÊNIO PAZ”***

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SOCIOLOGIA

CAMPINAS
2005

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Maria Cláudia Badan Ribeiro

***“MEMÓRIA, HISTÓRIA E SOCIEDADE: A CONTRIBUIÇÃO DA
NARRATIVA DE CARLOS EUGÊNIO PAZ”***

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação do Prof.
Dr. Marcelo Siqueira Ridenti

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
23/03/05

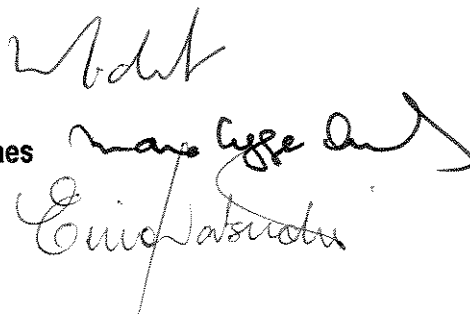
BANCA

Prof. Dr. (Orientador) Marcelo Siqueira Ridenti

Prof. Dr. (membro interno) Maria Lygia Quartim de Moraes

Prof. Dr. (membro externo) Enid Yatsuda Frederico

Prof. Dr. (Suplente) Márcio Bilharinho Naves



Março/2005

IDADE BC
 CHAMADA UNICAMP
R354m
 EX 63049
 OMBO BC/ 16.P.00086-05
 ROC. 16.P.00086-05
 C ☐ D ☒
 PREÇO 11.00
 DATA 14/04/05
 Nº CPD

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

349888

R354m

Ribeiro, Maria Cláudia Badan.

Memória, história e sociedade : a contribuição da narrativa de Carlos Eugênio Paz / Maria Cláudia Badan Ribeiro. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientador: Marcelo Siqueira Ridenti.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ação Libertadora Nacional. 2. Ditadura e ditadores - Brasil. 3. Militarismo - Brasil. 4. Movimentos sociais urbanos - Brasil. 5. Guerrilhas - Brasil - Narrativas pessoais. 6. Brasil - História - 1964-1985. I. Ridenti, Marcelo Siqueira, 1959- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. II. Título.

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, o professor Marcelo Siqueira Ridenti, que com paciência e generosidade soube apontar os caminhos, indicar os erros e ajudar a enxugar o texto. Sou muito grata a toda sua colaboração, pela recepção amigável no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e pelo exemplo de trabalho e dedicação.

A todos os funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth, Emma, Mário, Isabel e Emerson, cuja eficiência, atenção e carinho, serão para sempre lembrados.

À professora Enid Yatsuda Frederico, cujo incentivo foi fundamental para esse trabalho e que esteve ao meu lado desde o início do projeto. Agradeço por suas sugestões, pela atenção, pela confiança e por toda a ajuda que me prestou.

À professora Maria Lygia Quartim de Moraes, pelo interesse no projeto, pelas suas argutas observações, pelo carinho com que me recebeu em todas as reuniões de seu Grupo de Estudos, e pela prontidão e desvelo na leitura da dissertação.

Ao professor Márcio Naves, pelo apoio e interesse na pesquisa.

À professora Gilda Portugal Gouvêa com quem pude discutir o início dessa pesquisa.

Ao militante José Carlos Giannini, que gentilmente colaborou com a pesquisa, auxiliando a sanar algumas de minhas dúvidas.

Ao professor Luiz Antônio Viotto, pelo sorriso aberto com que me recebeu, pela amizade que construímos e pela oportunidade de poder compartilhar sua experiência de vida.

Ao militante Carlos Eugênio Paz, protagonista inspirador dessa pesquisa, minha eterna gratidão, pelo carinho, pela amizade que construímos e pelo exemplo de obstinação.

Aos amigos que sempre estiveram do meu lado, companheiros também nas dúvidas e dificuldades. Os meus agradecimentos a Mário Augusto, Alessandra, Gisele, Leonir, Rodrigo, Meliandre, Carolina, Henrique e Antônio, por poder compartilhar com vocês esse período de minha vida.

À Antônio Guedes Lima Filho pela sua amizade, pelo apoio incondicional que me prestou, ajudando-me na busca de material, colocando-me em contato com um mundo que até então vivia somente nos livros.

À professora Denise Rollemberg, pela colaboração com as entrevistas e pelo contato com alguns militantes do período.

Ao jornalista Mário Magalhães da *Folha de S. Paulo* pelo apoio, pelo interesse e pela troca de informações.

À Guto da *Folha de S. Paulo* pelo envio dos artigos de que necessitei.

À Marina Ruivo pelas informações a respeito de seu trabalho.

Ao jornalista Antônio Pedroso Júnior pelo envio de material e pelas indicações.

À Isabella Lucian Torres, amiga de longa data, pela preocupação, pelo incentivo, pelas discussões acaloradas e por ter compartilhado os melhores momentos de minha vida.

À minha família em especial, pelo apoio incondicional, pelo carinho, e pela confiança depositada em meu trabalho. A minha mãe Ângela, a meu pai Paulo, pelo amor, pela paciência, pelo incentivo. Serei eternamente grata a vocês pelos exemplos que me moldaram como pessoa, que me ensinaram os caminhos da dignidade, do respeito e da coragem para vencer os desafios.

A meus irmãos tão queridos, Ana Paula e Luiz Augusto que me ajudaram nos momentos difíceis, que compartilharam as muitas histórias durante a pesquisa. Por todo o apoio, as brincadeiras, a presença e companheirismo de sempre. Essa pesquisa tem muito de vocês.

A meu tio Luiz, meu segundo pai, que acompanhou todo o período de pesquisa.

Ao Fábio por todo a amizade, prestatividade e bom humor.

Aos amigos do Laboratório de Óleos e Gorduras da FEA pela receptividade, pela preocupação e pelo incentivo.

À CAPES pela concessão da bolsa de mestrado.

Gostaria de agradecer a todos aqueles que de uma maneira ou de outra estiveram presentes, auxiliando e incentivando para a realização deste trabalho.

RESUMO

O propósito do trabalho foi analisar os livros de memória de Carlos Eugênio Paz. O golpe militar brasileiro conduziu o Partido Comunista (PCB) a sérias divisões internas e Carlos Eugênio esteve entre os membros que o abandonaram, engajando-se na luta armada.

Nesse sentido, entender esse momento, envolve conhecer também sua história de vida em particular, e a história da Ação Libertadora Nacional (ALN) em geral. Alguns autores contribuíram muito nessa direção ao descrever suas experiências de vida na guerrilha, mas Carlos Eugênio relatou em maiores detalhes a profundidade das mudanças no interior da organização, seu desenvolvimento, suas práticas e a força de seus ideais contra o regime militar, quando todos os seus militantes continuaram a lutar até a morte.

Seus livros desejam contar a sua verdade sobre o período, repensar o significado da guerrilha urbana, abrindo-se a uma nova perspectiva de revolução, ao tentar mostrar que após anos de intensas ações armadas sob um Estado em situação de “guerra interna”, medo e punição, o debate político fora renegado a atos de violência essencialmente, sem um esforço de atrair a população para suas propostas.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Ação Libertadora Nacional, 2. Ditadura e ditadores-Brasil, 3. Militarismo-Brasil, 4. Movimentos Sociais Urbanos, 5. Guerrilhas-Brasil, 6. Narrativas pessoais, 6. Brasil-História–1964-1985

ABSTRACT

The purpose of this work was to analyze the memory books of Carlos Eugênio Paz. The Brazilian military stroke lead the Communist Party (PCB) to serious internal divisions and Carlos Eugênio was among the members that abandoned it, engaging himself in the armed combat.

Thereby, understanding this moment, involves also to know particularly his life's history, and the history of the Ação Nacional Libertadora (ALN) in general. Some authors contributed a lot in this point when describing their life experiences in the combat, but Carlos Eugênio told in larger details the depth of the changes inside the organization, its development, their practices and the power of their ideals against the military system, when all its militants continued to fight until their death.

His books want to describe his truth about the period, to rethink the urban fight's meaning, opening up the minds for a new revolution perspective, trying to show that after years of intensive armed actions against a State in "intern war situation", fear and punishment, the political debate had been renounced essentially to violence actions, without an effort of attracting the population for their proposals.

KEYWORDS: 1.Dictators-Brazil, 2.Militarismo-Brazil, 3.Social Mouvements-Brazil, 4.Guerrilas-Brazil, 5. Personal Narratives, Brazil-History-196-1985.

Afinal

depois de tantos anos
correndo da polícia,
depois de tantos anos
telefonando assustado,

depois de tantos anos
planejando a utopia,

depois de tantos anos
queimando documentos,

depois de tantos anos
de passaporte vigiado,

depois de tantos anos
falando meio de lado,

depois de tantos anos
de paradeiro ignorado,

depois de tantos anos
afastados da família,

depois de tantos anos
organizando comícios,

depois de tantos anos
quase sem ver os filhos,

depois de tantos anos
ter que concluir
que estávamos equivocados
e ter que ler a história
de trás para diante
convenhamos
é dose para elefante.

2

Então foi para isto
que exercitávamos dialética
nas células e nas celas?
Então foi para isto
que nos sugaram a medula
nos soviets e sibérias?

Como o elefante mata o filho
com seu peso sufocante,
como o dono prende o cão, que ama
e o escraviza até no sono
– nos enganavam.

Nos enganavam
mantendo a escuridão
e nos prometendo o brilho,
nos enganavam
antevendo o desastre
e nos mantendo nos trilhos
eles, da elite dirigente,
nos enganavam de má-fé,
libertavam, nas dachas, seus instintos
e mantinham nossa alma
na galé.

Nos enganavam e, no entanto, negávamos
que nos enganavam. Negávamos
ante o primeiro cadáver
e diante de milhares, negávamos.

Éramos cegos? Loucos para ver?
Estávamos do lado certo:
nada poderia nos suceder.
A História era a Nossa Senhora,
ela ia nos valer.

Se éramos o arquiteto do novo homem,
por que
a construção desabou em nossos ombros?
Se éramos os militantes do reino,
por que não avistamos Canaã?

Como milhões, se não são loucos,
por tantos anos

podem ser enganados por tão poucos?
Como podem converter a multidão sonâmbula
numa humana vara de porcos
conduzindo-os como vivo-mortos?

Falávamos de ópio
—como religião alheia —
outro ópio no entanto,
discursava em nossas veias.

Affonso Romano de Sant'Ánna.
Autocrítica. In. *O Lado Esquerdo do Meu
Peito*. (1992)

ÍNDICE

Página

RESUMO	xi
ABSTRACT	xiii
INTRODUÇÃO GERAL	1

CAPÍTULO 1 – A ESCRITA DA MEMÓRIA

1. Estabelecendo Diferenças	23
2. A Literatura de Testemunho	41

CAPÍTULO 2 – A OPÇÃO PELA LUTA ARMADA

1. A era das contestações e o despertar da ação revolucionária: um panorama dos anos 60 e 70	61
2. A Ação Libertadora Nacional (ALN)	74

CAPÍTULO 3 – O COTIDIANO DA GUERRILHA

1. Confronto Armado e Clandestinidade	97
2. O Testemunho de Carlos Eugênio Paz	111

CAPÍTULO 4 – O COMANDO MILITAR EM SÃO PAULO

1. Primórdios da militância (1966 – 1969)	121
2. A chegada em São Paulo (1970)	139
3. Conceitos da Luta Revolucionária	142
4. O Comando de Joaquim Câmara Ferreira (março- outubro de 1970)	144
5. A morte de Toledo	148

CAPÍTULO 5 – CAPACIDADE OPERACIONAL, RECRUTAMENTO E DELAÇÕES NO INTERIOR DA ALN

1. As ações armadas realizadas pela organização (1970-1973)	151
2. Prisões, mortes, dificuldades: o incansável recrutamento da ALN	166

3. Delações no interior da ALN e no Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT–1970)	180
4. Balanço de 1970.....	184

CAPÍTULO 6 – RETROCESSO DA LUTA ARMADA

1. A persistência da luta (1971)	189
2. Confronto com cabo Anselmo e rompimento com a VPR (1971)	198
3. As dissidências: Chile e Cuba	201
4. A morte de Márcio Leite de Toledo.....	206
5. Balanço 1971.....	219

CAPÍTULO 7 – ESTERTORES DA ALN

1. O círculo vai se fechando (1972).....	223
2. Balanço 1972.....	228
3. Chile e Cuba.....	231
4. Cuba e Molipo.....	238
5. França.....	250

CONSIDERAÇÕES FINAIS	255
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	267
---	------------

1. INTRODUÇÃO

Nosso trabalho pretende, através do resgate da memória de um ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), Carlos Eugênio Paz, discutir algumas questões importantes que estão por trás da produção de relatos, testemunhos ou depoimentos de ex-militantes políticos.

Acreditamos que a narrativa de Carlos Eugênio Paz e as demais narrativas memorialísticas referentes ao período ditatorial, possam trazer contribuições valiosas para o conhecimento da história desse período.

Produzidas em sua maior parte no final da década de 70 e início dos anos 80 essas narrativas acompanharam o processo de abertura política no país, e foram conseqüência em sua grande maioria, da necessidade de seus protagonistas, ex-militantes, operários, estudantes, jornalistas, etc em narrar a história recente do país, denunciando, através de uma cartase individual ou coletiva, as experiências vividas durante esse período. Caracterizada como literatura de testemunho, romance ficcionalizado ou romance memorialístico, pretendemos analisar em que medida essa produção pode funcionar como um importante *corpus* para a pesquisa acadêmica e esclarecer ou revelar fatos que foram marginalizados pelo discurso da história e das ciências sociais.

A utilização desse material como fonte válida para a análise desse período, está relacionada aos esforços empreendidos pelos estudos de memória, que tendem cada vez mais a valorizar as lembranças desses indivíduos tanto na esfera individual como nas práticas sociais ou mesmo no interior da historiografia. O direito à memória, reivindicado por inúmeros grupos sociais, originando um expressivo acúmulo de depoimentos, tem por sua vez ajudado a iluminar o estudo dessas fontes. A análise desse material que anteriormente recorria à filosofia, à

hermenêutica e à literatura para seus estudos, vem atualmente de acordo com Seixas, estabelecendo seu diálogo preferencial com a sociologia¹.

No bojo desse atual impulso em direção à valorização dessas fontes por parte da sociologia e da história, que passam a reconsiderar a importância do depoimento da “testemunha ocular”, apareceram contudo, novas dificuldades para os pesquisadores. Essas dificuldades, no entanto, tiveram como contribuição o fortalecimento do debate em relação às novas metodologias e métodos críticos na avaliação desse material, e abriram caminho igualmente para uma renovação de olhar no que diz respeito ao estudo das subjetividades e da identidade do indivíduo moderno. O estudo dessas fontes nos trouxeram novos desafios de análise ao lidarmos com as versões retrospectivas desse passado, consideradas muitas vezes como construtos estereotipados que requerem uma grande vigilância do pesquisador.

A confiabilidade desse material esteve entre os principais dilemas com os quais se debateram os pesquisadores, relacionados principalmente às distorções produzidas pela passagem do tempo nessas narrativas, às intenções, olhares e justificativas de um narrador imerso num tempo presente e às influências de uma multiplicidade de versões publicadas sobre esse período. Confiantes de que as testemunhas dessa época têm uma mensagem a comunicar a respeito de seu grupo e de si mesma, acreditamos também que sua narrativa, contudo, não está dissociada da seleção interessada, que muitas vezes minimiza choques, conflitos e tensões do passado, ou por outro lado, superestima falhas, rupturas e problemas vivenciados. Como afirma Voldman, “o testemunho-fonte oferece elementos para aquilatar o peso do acaso e das conjunturas, a importância da

¹ SEIXAS, J. Percursos de Memórias em Terras de História: Problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S. & NAXARA, M. (Org.) *Memória e (re)sentimento*. Campinas: SP, 2001, p. 40.

psicologia individual e coletiva, bem como as tentativas de autojustificação e julgamentos *a posteriori*².

Há que se considerar também que é só a partir do presente que esse passado pode ser evocado. Para o sujeito que relembra, as memórias são reinterpretadas a partir de seu presente, num esforço de reordenação e reelaboração de um conjunto de intenções conscientes e inconscientes que constituem o ato de lembrar. Pode-se depreender que o trabalho de rememoração é uma tentativa de reunir as informações de um tempo vivido e sentido e por conseguinte, é uma relação estabelecida com o passado sob diferente perspectiva já que nossas percepções, idéias, juízos e valores alteram-se com a passagem do tempo. O sujeito que se mostra ao leitor é antes um sujeito do presente. Como afirma Ecléa Bosi, “as lembranças são imagens construídas pelos materiais que estão à nossa disposição no conjunto das representações que povoam nossa consciência atual³”.

Tais pressupostos, contudo, muito além de se constituírem num fator limitante para a pesquisa, podem torná-la ainda mais rica, dando origem a novas abordagens em seu interior. Os limites, no entanto, desse tipo de produção, ainda que estejam relacionados a esses fatores, não a transformam em uma fonte menor de consulta ou análise, sendo seu uso de fundamental importância para a interpretação histórica desse período.

Isso porque no depoimento dessas “testemunhas-sujeitos” a memória é constitutiva das relações entre a identidade individual e a identidade coletiva de seus protagonistas, estando cada história de vida interligada a aspectos tanto objetivos quanto subjetivos do passado, igualmente importantes nas investigações acerca da natureza e do conteúdo das reminiscências de seus porta-vozes.

²VOLDMAN, D. Definições e Usos. In: AMADO, J. FERREIRA, M. (Coord.) *Usos & Abusos da história oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV: 2000, p.40.

³ Cf. BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. SP: Editora da USP, 1987, p. 17.

É importante ressaltar também que a tendência de usar essas fontes apenas para descobrir o que “realmente aconteceu” desprivilegiou ao longo do tempo outras dimensões que poderiam ser exploradas nesse material, como por exemplo, as razões que levaram esses indivíduos a construir suas memórias de determinada maneira, os muitos níveis da memória individual, os significados subjetivos da experiência de vida dessas pessoas, a maneira como assimilaram esse passado, esqueceram ou reconstruíram em seguida suas vidas, aspectos que hoje vem sendo mais valorizados.

As próprias distorções da memória, presentes nessas fontes, nos permitem igualmente outros recursos para pesquisa, fornecendo-nos outras soluções que estão além de um problema ou limite de investigação⁴. Nesse sentido também ganham importância na narrativa o não-dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, a divagação e os lapsos de memória, os discursos controlados e aqueles em que as lembranças encontram-se menos ordenadas e mais espontâneas.

Partindo da análise dos dois livros de Carlos Eugênio Paz – *Viagem à Luta Armada* e *Nas trilhas da ALN*, publicados respectivamente nos anos de 1996 e 1997 – nosso trabalho pretende avaliar a experiência do escritor como integrante de uma organização armada, desde sua participação no movimento estudantil secundarista até sua chegada a dirigente nacional da organização, quando a ALN (Ação Libertadora Nacional) já sofre o forte impacto da repressão e acena em direção ao seu fim.

⁴THOMSON, A. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, J. FERREIRA, M. (Coord.) *Usos & Abusos da história oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 67.

Seus livros, apesar de terem sido publicados no final dos anos 90, já vinham sendo produzidos desde o ano de 1987, quando o militante tomou a decisão de escrever suas memórias⁵.

A experiência de Carlos Eugênio Paz é uma importante fonte de conhecimento no que se refere ao mecanismo interno de organização da Ação Libertadora Nacional (ALN), sua formação, seus ideais e suas práticas. Além disso, a literatura referente a esse assunto concentra-se particularmente na formação inicial desse grupo e na sua ruptura com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), sendo visivelmente escassas produções que fazem referência à organização depois da morte de seu fundador, compreendendo os anos de 1970 até início de 1974, período em que ela se manteve bastante ativa e enfrentou também grandes problemas internos⁶.

O testemunho de Carlos Eugênio Paz – um dos primeiros a narrar esse período da organização – torna-se importante visto que o autor e militante acompanhou todo o processo de criação e término da ALN, mantendo-se incólume à repressão, não sendo banido, nem preso ou morto e tendo exercido o comando da organização do assassinato de Joaquim Câmara Ferreira em 23 de outubro de 1970 até o final de 1972⁷. Sua narrativa nos servirá de guia para entender o processo de declínio da ALN, no momento em que a organização perde seu segundo dirigente e ideólogo, Joaquim Câmara Ferreira, e se mantém até o final do ano de 1973 sob a coordenação nacional de um Grupo Tático Armado (GTA), composto por Carlos Eugênio Paz, José Luiz da Cunha, Iuri Xavier Pereira, Paulo

⁵ Essa informação foi fornecida pelo próprio autor em uma entrevista que me concedeu em setembro de 2003. Sua narrativa foi o resultado de um longo processo de terapia. Seus livros fizeram parte de seu processo de restabelecimento.

⁶ Faz-se referência aqui aos problemas enfrentados na Ação Libertadora Nacional (ALN) quanto ao *justiçamento* de alguns de seus integrantes e às dissidências a que a Ação Libertadora originou, como a TL (Tendência Leninista) e o MOLIPO (Movimento de Libertação Popular). Voltaremos a discutir essas questões ao longo do trabalho.

⁷ Após a morte de Joaquim Câmara Ferreira, a ALN foi assumida pelos membros restantes do comando nacional que compunham também o comando militar da organização. Carlos Eugênio notabilizou-se entretanto, como seu principal líder, por características pessoais de liderança e por já contar com a confiança de “Toledo”, que o designara como o comandante militar da ALN. A liderança da organização teve também a participação de Iuri Xavier Pereira, Arnaldo Cardoso Rocha e Luiz José da Cunha.

Tarso Celestino, Arnaldo Cardoso Rocha, Ana Maria Nacinovic Correa, entre outros, que concentraram suas atividades principalmente na cidade de São Paulo.

Considerado figura controversa dentro da esquerda brasileira, Carlos Eugênio Paz foi o único comandante militar que sobreviveu para contar sua história. Foi um dos quadros mais bem preparados militarmente dentro da ALN e não há outro exemplo de militante que tenha sobrevivido por tanto tempo, em meio a uma repressão cada vez mais violenta, mantendo-se atuante dentro da organização. Durante muitos anos, Carlos Eugênio foi considerado o inimigo número um da ditadura, sua prisão ou morte constituía-se numa questão de honra para os militares do DOI-CODI. O militante conseguia furar cercos e escapar de situações extremamente difíceis com a polícia, e revelou-se na opinião de José Carlos Giannini, um militante de grande capacidade operacional e de sobrevivência, mostrando-se um de fato um militante bastante diferenciado para a época⁸.

Carlos Eugênio apresenta uma experiência muito particular dentro da ALN. Sua trajetória de vida até chegar ao comando militar da organização, diferenciase da média dos militantes. Carioca, sem militância expressiva dentro do PCB, quando em sua maioria a ALN era formada por dissidentes do partido e de maioria paulista, Carlos Eugênio assumiu bastante jovem o comando militar da organização em São Paulo, permanecendo como seu principal comandante até final do ano de 1972. O militante protagonizou também um dos mais polêmicos episódios dentro da organização, ao tomar parte do *justiçamento* de Márcio Leite de Toledo, decido após algumas reuniões realizadas entre o comando nacional e regional da ALN. A ele também são atribuídas algumas mortes de agentes da repressão, e a participação na morte de Henning Albert Boilesen, presidente do grupo Ultragás e conhecido colaborador financeiro da repressão política.

⁸ Entrevista concedida por José Carlos Giannini no dia 17/10/04. Agradeço muitíssimo sua gentileza de responder a algumas de minhas perguntas. Giannini iniciou sua militância no movimento estudantil, entrando na ALN no ano de 1969. Integrou o grupo MOLIPO em 1971 e em janeiro de 1972 foi preso. Ficou preso por sete anos e meio. Hoje em dia o ex-militante mora em São Paulo e é administrador de empresas.

Em depoimento à revista *Veja* no ano da publicação de seu primeiro livro, Carlos Eugênio afirma que “matava para sobreviver”. Calcula o militante, que em confrontos com a polícia de que participou, dez pessoas podem ter sido mortas, embora não saiba precisar com exatidão esse número.

Na época em que seus livros foram publicados houve um grande alvoroço por parte da opinião pública. De acordo com o próprio depoimento do militante, a publicação de *Viagem à Luta Armada*, transformou seu lançamento num verdadeiro escândalo⁹. O comentário do livro ganhou as páginas amarelas da Revista *Veja*, na reportagem de Expedito Filho em julho de 1996, e Carlos Eugênio apareceu também no programa do Fantástico no mesmo ano. O episódio da morte de Márcio Leite de Toledo por um comando da ALN já havia sido explorado na primeira página do *Jornal do Brasil*, num depoimento fornecido por Carlos Eugênio no ano de 1987¹⁰.

Apesar de sua grande capacidade militar, Carlos Eugênio é considerado por alguns contemporâneos da esquerda do período, como um quadro de pouco preparo político, tendo se revelado um grande “fracasso” na condução da organização após a morte de Joaquim Câmara Ferreira. Atribuem-lhe a falta de capacidade por não ter conseguido evitar uma dissidência no interior da organização, demonstrando-se um fraco articulador nesse sentido, e revelando-se dentro da organização exclusivamente pela sua capacidade militar. Além disso, é considerado o maior responsável pela decisão do *justiçamento* de Márcio Leite de Toledo, sendo por isso, transformado em figura menor dentro do processo de luta armada no Brasil.

O impacto causado pela morte de Márcio levou muitos militantes da ALN a reverem suas posições, como declarou Maria Lygia Quartim de Moraes, e mesmo

⁹ Depoimento de Carlos Eugênio Paz a Denise Rollemberg, , 19/07/00, Rio de Janeiro, fita 1, Lado A, p. 15-16. A entrevista foi doada ao Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) e posteriormente parte dela foi publicada no *Cadernos AEL – Tempo de ditadura*, v. 8, n.14-15, 2001.

¹⁰ SANCHES, Valdir. Dirigente conta como ALN eliminou militante. *Jornal do Brasil*, 6 de julho de 1987.

o militante José Carlos Giannini, ativo na organização até o ano de 1972 quando foi preso. Giannini em entrevista que me concedeu, considera o episódio como a gota d'água para a dissidência que já vinha ocorrendo na organização¹¹.

O desconforto ainda maior dentro da esquerda armada é causado em parte pela falta de um arrependimento público de Carlos Eugênio, ainda mais quando se passaram mais de trinta anos do episódio¹², e por outro lado, pela não aceitação das justificativas e explicações das motivações que levaram o grupo tático armado (GTA) à realização desse assassinato. Para Giannini, esse período dentro da organização, “foi o pior momento da luta armada no Brasil”. Um momento, nas palavras do militante, “em que a ação política (por mais criticável e desfocada que pudesse ser), foi substituída pela ação marginal”. Para ele no entanto, o GTA se impôs no período como a única alternativa de liderança no momento posterior à morte de Câmara Ferreira. Entretanto, a falta de organização e o despreparo político e intelectual do grupo eram também um reflexo particular de uma característica mais geral dentro da ALN e dos demais grupos armados. “Era um grupo ativo, militarmente bem preparado e era isso que contava num momento de vazio de lideranças. (...) Com a morte de Marighella e Toledo a ALN ficou acéfala, (...) o despreparo desse grupo para liderar a organização ficou claro na sua dificuldade em tratar divergências então existentes (descontentamento de setores de São Paulo e o grupo dos 28)”. A falta de condições de comando segundo ele, e do direcionamento das insatisfações, acabou acarretando a morte de Márcio e o enfraquecimento da organização.

A morte de Márcio foi, entre outros motivos que mencionaremos ao longo de nosso trabalho, estimulada principalmente por um contexto em que se vivia num estado de muito alerta e desconfiança. A figura do agente infiltrado da repressão, ou a possibilidade de cooptação dos militantes de esquerda pelos

¹¹ O militante refere-se ao grupo Molipo (Movimento de Libertação Popular), do qual foi militante. Abordaremos sobre o grupo ao longo de nosso trabalho.

¹² Carlos Eugênio relatou em entrevista que me concedeu que pretende lançar um livro esclarecendo mais detalhes sobre a morte de Márcio Leite de Toledo. São Paulo, 21/09/03, Transcrição fita, lado A, p. 30.

órgãos militares, geravam um mal estar muito grande dentro dos grupos armados. De fato, alguns personagens dessa trama foram desmascarados ou mesmo mortos por estarem a serviço da ditadura. Há menção no livro de Carlos Eugênio de pelo menos dois casos como esses, o assassinato de um agente do DEOPS, flagrado em um encontro junto com Carlos Eugênio dentro de seu veículo e a morte do comerciante Manuel Henrique de Oliveira, dono da Cantina Varela, justificado após suposta delação ao DOI-CODI de São Paulo de três militantes no interior de seu estabelecimento.

O medo deflagrou dentro da ALN, como afirma Gorender, a *Síndrome de Severino* (codinome de José da Silva Tavares, militante que entregou Câmara Ferreira à polícia), levando a uma “obsessão com o perigo dos traidores”¹³.

Para os executores da sentença, a morte de Márcio representou, no entanto, o impedimento de novas prisões ou mortes. Nas palavras de Carlos Eugênio era uma “ação de sobrevivência”, e de acordo com o depoimento do militante “(...) Preferimos assumir essa responsabilidade a correr o risco de ver mais companheiros caindo e morrendo (...) não nos trará glória, nem conseguiremos jamais saber se foi ou não acertada, simplesmente os tempos exigem...”¹⁴

Polêmica de fato, a morte de Márcio Leite de Toledo maculou a organização, atraindo muita indignação e repulsa, e como afirmou Carlos Eugênio em entrevista que me concedeu, muita dor pessoalmente para o militante. Carlos Eugênio afirma que ele e Márcio aproximaram-se, tornaram-se amigos, planejaram muitas ações juntos, e não esperava que o contato tomasse rumos tão diversos.

Para “Clemente”, codinome adotado por Carlos Eugênio, e único militante vivo capaz de relatar esse fato, havia uma necessidade enorme de preservar as

¹³ GORENDER, J. *Combate nas Trevas*. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à Luta Armada. 2ª Edição. Ática: 1987, p. 243.

¹⁴ Paz, C. E. *Viagem à Luta Armada*. 1996, op. cit. p. 204-205.

forças da organização; de protegê-la. Como afirmou em entrevista, “o meu dever era salvar vidas (...)”¹⁵.

A decisão de escrever suas memórias surgiu para Carlos Eugênio da necessidade de relatar o que até então não havia sido realizado: “um depoimento com a alma, visceral”, bastante diferente das “obras muito frias e distanciadas” publicadas em momentos anteriores. Porque sua “memória dessa época é assim, forte, pesada”, e porque pretendia escrever algo honesto, expurgando a impressão de que os militantes fossem doidivas, “ingênuos ou bobalhões”, é que decidiu relatar sua história. Para ele a necessidade de dar seu testemunho alimenta igualmente a intenção de resgatar a memória dos mortos para as futuras gerações, daqueles que lutaram contra a ditadura. Ou como afirmou em entrevista: “para que eu, você e as outras pessoas, saibam quem foram essas pessoas (...)”. Partiu também de uma necessidade pessoal de fornecer esclarecimentos, combater versões, fazer falar sua experiência:

A decisão de escrever não partiu da necessidade de registro histórico, mas de uma necessidade minha. Talvez eu seja o único que entrou na Ação Libertadora Nacional e foi até o fim, sem sair do Brasil, sem ser preso e sem ser morto. Eu detenho na memória a essência de vários períodos da História que só eu posso contar. Um número imenso de informações que me atormentava muito. Porque eu via as coisas sendo contadas completamente distorcidas (...) Meus livros não são cronológicos. Não pretendem contar o movimento da luta armada, nem da ALN, como um compêndio da História. Isso são os historiadores que têm de fazer. Os livros são as minhas vivências¹⁶.

Aliada a sua história de vida e ao impacto psicológico causado por momentos de extremas situações-limite, o depoimento de Carlos Eugênio transita amplamente pela narrativa psicológica. Sua narrativa foi também o resultado de prolongadas sessões de terapia, através das quais o militante pôde lidar com uma experiência traumática “enraizada nos caminhos do inconsciente”. Como afirma a ex-militante Maria Auxiliadora Arantes, nessa experiência de vida, de jovens

¹⁵ Entrevista de Carlos Eugênio Paz concedida em 21 de setembro de 2003, São Paulo, fita 1, Lado B, p. 33.

¹⁶ PAZ. Baú da Ditadura precisa ser aberto. *Jornal do Comércio*, Recife, 30 de março de 1998.

endurecidos pela realidade repressiva da ditadura, vivendo em condições totalmente adversas, “alguma coisa, colocou-se como uma pele, sobre sua pele e seu coração¹⁷”. A narrativa constituiu-se dessa forma num meio através do qual os momentos de desestruturação sentimental e psíquica, em que predominaram elementos recalcados e silenciados, puderam vir à tona. Segundo Carlos Eugênio essa foi a forma que encontrou para lidar com os seus “fantasmas”. Percebeu que à medida em que eles se transformavam em personagens, ia reconstruindo a vida daquelas pessoas e ao mesmo tempo assegurando a sobrevivência de sua geração para a memória nacional. Porque como afirmou “(...) ninguém sabe daquelas pessoas, ninguém sabia daquelas pessoas e eu acho um desrespeito terrível de um país esquecer a melhor parte de sua geração, de uma geração inteira, (...) que deu a vida pelos outros. (...) Porque eu acho (...) que quando eu comecei a transformá-los em personagens eles deixaram de ser fantasmas e passaram a ser personagens e aí isso foi uma libertação para mim completa, além de poder continuar me emocionando com eles quando eu penso neles, mas sem que eles me atormentem mais, porque agora é como se eu dissesse assim, ‘é para vocês, está aí para vocês, que eu continuo pensando em vocês¹⁸’ (...)”

Em seus livros Carlos Eugênio destaca a capacidade da juventude de interferir no processo de luta revolucionária, a alegria de poder fazer parte das ações urbanas diárias, ou até um lado “heróico” mas não mítico, de uma geração abnegada que lutava contra a falta de liberdade, contra a opressão militar, em favor de uma nova sociedade. Dentro de tudo isso, Carlos Eugênio consegue resgatar em seus livros um espírito de aventura por trás de objetivos muito concretos, fato aliás pouco explorado por outros militantes, que pelas suas condições de tortura ou prisão, obrigou-os a olhar para o período de uma perspectiva diferente, por caminhos mais tortuosos, ou “menos alegres”. Há pelo menos no início de sua militância e em seu relato testemunhal uma valorização do

¹⁷ ARANTES, M. A. de Cunha. *Pacto Re-velado: psicanálise e clandestinidade Política*. São Paulo: Escuta, 1999, p. 83.

¹⁸ Depoimento de Carlos Eugênio Paz a Denise Rollemberg, 19/07/00, fita 3, lado B, p. 18-19.

“prazer de estar na ação”, o gosto maniqueísta do mocinho e do bandido, os momentos de brincadeira e camaradagem entre os colegas de ação. Entretanto, o nível de tensão não permanece o mesmo ao longo de sua trajetória e/ou narrativa. Aos poucos, as brincadeiras e divertimentos no Colégio Pedro II, as experiências da adolescência vão dando lugar progressivamente a episódios angustiantes e traumáticos, onde se encadeiam mortes, surpresas e desgostos, diferentemente da narrativa inicial, quando no início da militância enxergavam-se os êxitos nos confrontos com a repressão. Percebe-se ao longo de sua narrativa que a exultação, a alegria nas pequenas vitórias diárias da luta armada encobertam o inevitável isolamento de seu grupo, que apesar dos revezes se dispõe a ir até o fim, acreditando que o apoio certamente chegaria, era uma questão de tempo e de ações armadas que causassem mais impacto na população. Nesse sentido, a esperança na vitória revolucionária perpassa todo o livro e a capitulação da luta para Carlos Eugênio só se torna evidente quando o militante chega a Cuba em março de 1973, período em que a ALN já havia sido praticamente destruída no Brasil, restando poucos militantes vivos ou em situação de clandestinidade.

Para avaliar sua narrativa, é necessário também considerar todos os percalços que foram encontrados por ele e por seu grupo para que se mantivessem ativos até o ano de 1973. A ALN foi uma das últimas organizações, formadas nos anos posteriores ao golpe militar, que manteve quadros atuantes durante os anos de 1972 e 1973, ainda que com dificuldades de toda sorte. Excetuando-se a última tentativa de confronto armado que foi a Guerrilha do Araguaia, a maioria das organizações que se formaram ao longo do ano de 1968, como a VPR, MR-8, MRT, entre outras, já haviam quase todas sido destruídas pela repressão, notadamente no ano de 1971. A ALN em meio ao inevitável fim desses grupos, que a cada dia enfrentavam uma reação cada vez maior por parte da polícia política e da imprensa, (não foram poucos os casos de adesão dos jornais e revistas ao regime militar) e uma situação cada vez mais intensa de clandestinidade, num período em que a prudência pedia o término ou recuo da luta armada para preservar seus militantes, a ALN continuou.

A história de vida de Carlos Eugênio continua motivo de interesse ainda hoje. Recentemente nova entrevista foi publicada pela revista *Carta Capital*¹⁹ e muitos depoimentos dos livros de Carlos Eugênio têm sido utilizados para os diversos fins, acadêmicos e políticos.

Carlos Eugênio continua um ativo participante político. Após um período de atuação na Ouvidoria do Trabalho do Rio de Janeiro, participou como um dos principais colaboradores da campanha de Erundina para a Prefeitura de São Paulo nas eleições de 2004, embora alguns acontecimentos internos tenham gerado sua saída²⁰. Continua ainda participante de fóruns de discussão política promovidos pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro) e tem estado presente em congressos realizados na temática sobre ditadura militar e memória política do período²¹.

Na entrevista *Veja* no dia 31 de julho de 1996, sob o título *Memória do Terror*, Expedito Filho afirmava “o mais curioso personagem da luta armada no Brasil é também o menos estudado (...)”. Ainda que o artigo da revista não o veja com muita simpatia, Expedito Filho destaca a postura rara até o momento, de narrar experiências e assumir responsabilidades. Ainda que o autor do livro como afirma, “se exercite no desagradável costume de dar nomes de fantasia a personagens verdadeiros, o que sempre deixa o leitor na dúvida sobre a

¹⁹ Cf. ROLLEMBERG, Denise. Clemente. In: KUSHNIR, Beatriz, *Perfis Cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002, Cf. STYCER, Maurício. Revista *Carta Capital*.

²⁰ Carlos Eugênio Paz foi coordenador político da Campanha de Erundina juntamente com Ivan Seixas, militante da ALN e personagem de seus livros. No entanto, a intervenção do PMDB na Campanha, provocou a saída de ambos. Nas palavras de Erundina, afirmando que a decisão foi sua: “Foi iniciativa minha. Os dois estavam resistindo a fazer um trabalho integrado com o PMDB” Quêrcia intervém na campanha de Erundina. Disponível < <http://www.olhardireto.com.br/news.asp.news> > Acesso em 14/08/04. Cf. também BOMBIG, José Alberto. Ex-Guerrilheiros estão à frente da Campanha do PSB. In. Folha de S. Paulo. 11/07/04.

²¹ *Memória e Resistência: 40 anos do golpe militar- a educação pelo engajamento*. São Paulo, 10 de junho de 2004.

veracidade dos fatos que descreve” sua obra “é feita de coragem²²”. A reportagem ainda destaca a dificuldade, após uma década passada, de se esclarecerem as torturas e mortes ocorridas dentro dos quartéis e a falta de empenho dos responsáveis na localização das ossadas dos desaparecidos.

Nesse sentido, a publicação do livro tornava-se relevante para o momento, principalmente porque até os anos de 1995 e 1996, a questão dos mortos e desaparecidos políticos, a ausência de localização de seus corpos, a falta de esclarecimento das circunstâncias de suas mortes e as indenizações do Estado às famílias ainda eram questões que estavam em aberto e às quais não se havia dado um direcionamento adequado. Ainda assim, a contrapelo do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, para quem ainda não era o momento de “retirar os cadáveres do armário” e graças à incansável luta das famílias²³, foram realizados alguns avanços nesse sentido. No entanto, permanece até hoje um lento trâmite da Justiça para fornecer mais esclarecimentos sobre os acontecimentos durante o período, haja vista a dificuldade recente na abertura de arquivos do período e o apego a velhas concepções militares, de que a luta contra o “terrorismo” havia sido legítima e oportuna²⁴.

²² FILHO, E. Memória do Terror: Único comandante vivo da ALN lança livro e conta como assaltava bancos, roubava carros e matava durante a luta armada. In: *Veja*. Edição nº 1455, ano 29, nº 31, 31 de julho de 1996, p. 7.

²³ PAIVA, Marcelo Rubens. Nós não esquecemos. FHC não esclareceu quais setores ficariam incomodados em discutir a questão dos desaparecidos. *Veja*. Edição nº 1391, ano 28, nº 19, 10 de maio de 1995, p. 106-107.

²⁴ A descoberta em outubro de 2004 de fotos que supostamente seriam do jornalista e ex-militante Vladimir Herzog publicadas pelo jornal o *Correio Brasiliense*, em poder de um ex-cabo do exército, exigiram uma nota de justificção do Exército para o fato ocorrido. Assinada pelo chefe do Estado Maior do Exército Aparício Ignácio Domingues, a nota afirmava que os militares combateram “a ameaça subversiva e o movimento comunista internacional”. O tom da nota, não agradou ao presidente Luís Inácio Lula da Silva, que exigiu uma retratação do General do Exército Francisco Albuquerque. O episódio culminou na demissão do Ministro da Defesa José Viegas, que deixou o cargo afirmando que a “persistência de um pensamento autoritário, ligado aos remanescentes da velha e anacrônica doutrina de segurança nacional, é incompatível com a vigência plena da democracia e com o desenvolvimento do Brasil do século 21. Já é hora de que os representantes desse pensamento ultrapassado saiam de cena”. A desastrosa nota emitida pelo Cecomsex (Centro de Comunicação Social do Exército), além de acelerar a saída de Viegas, denunciar a espionagem recente do cabo em movimentos estudantis, acelerou a discussão a respeito da abertura dos arquivos do período da ditadura. O cabo foi também obrigado a prestar depoimento à

Para realizarmos nossa pesquisa, além das memórias de Carlos Eugênio Paz, contaremos em nosso trabalho com as entrevistas realizadas com as testemunhas do período, com o registro cotidiano dos acontecimentos da época pela imprensa periódica, jornais e revistas de grande circulação, e com as publicações especializadas sobre o assunto. O acesso às fontes do Inventário Brasil Nunca Mais e os Arquivos dos Órgãos de Segurança e da Justiça Militar – particularmente o Arquivo Edgard Leuenroth mantido pela Unicamp, o Arquivo do DEOPS da cidade de São Paulo e o Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM) – também nos serão de igual importância.

Para analisarmos a contribuição da narrativa de Carlos Eugênio Paz em relação à história desse período pretendemos estruturar nosso texto traçando inicialmente uma discussão mais ampla a respeito da escrita da memória desse período, suas motivações e a polêmica que esteve relacionada à literatura de testemunho dos anos 60 e 70 num primeiro capítulo. Passaremos então a discutir em seu texto, elaborado a partir de suas reminiscências, o papel da memória como um importante recurso na reconstituição desses fatos históricos e os pontos de contato que sua narrativa estabelece com a literatura, na medida em que seu autor utiliza seus processos simbólicos para a descrição de sua experiência. Discutiremos a forma pela qual essa memória se manifesta, de que maneira ela é selecionada e organizada pelo seu protagonista – no nosso caso Carlos Eugênio Paz – destacando o papel renovador de sua narrativa na revitalização e enriquecimento do discurso historiográfico referente ao período supracitado.

Justiça. Cf. a esse respeito, A queda de Viegas. In. *Estado de S. Paulo*, 6 de novembro de 2004, p. A3; KRAMER, D. Os embates de Viegas In. *Estado de S. Paulo*, p. A6; MONTEIRO, T. DOMINGOS, J. Viegas quis demitir comandante do Exército. In. *Estado de S. Paulo*, 6 de novembro de 2004, p. A10; TALENTO, B. Bastos: sem marola, os arquivos serão abertos. In *Estado de São Paulo*, 6 de novembro de 2004, p. A11; MACEDO, F. Arquivos têm que vir à tona tintim por tintim. In *Estado de S. Paulo*, 13 de novembro de 2004, p. A10; LOPES, E. Genoíno elogia: “Está na hora de resolvermos esse problema”. In. *Estado de S. Paulo*, 13 de novembro de 2004, p. A10; GREENHALGH, L. “É o Vlado. É o relógio do Vlado”. In. *Estado de S. Paulo*, 23 de outubro de 2004, p. A14.

Procuraremos destacar também as potencialidades da narrativa literária na descrição desses acontecimentos históricos, e analisar o entrecruzamento entre a literatura e a história a partir desses relatos memorialísticos.

Isso porque consideramos que os vinte anos de regime militar notabilizaram-se pela frouxidão entre essas fronteiras, estando a produção do período fortemente ancorada na literatura e na memória. É sintomático o aparecimento de narrativas desse teor durante esse período e é interessante pensar por que elas se constituíram num primeiro passo em direção à discussão desses acontecimentos e por que foi tão profícua sua produção. O que a literatura, pelo menos nesse período, e seu desfiar de lembranças e testemunhos, foi capaz de recuperar desses fatos que o discurso histórico, até aquele momento, foi impotente para exprimir?

A intensa atividade produtiva dessa época optou por desprezar um discurso linear da história e projetou uma nova sensibilidade ao radicalizar sua auto-referencialidade. Constituiu-se numa literatura que surgiu em momentos de intensa mudança social e tentava apreender o eixo histórico, demonstrá-lo e fornecer uma abordagem mais real das mudanças por que a sociedade passava. Foi uma literatura provocativa, e teve como seu denominador comum o registro da experiência de seus protagonistas, aliada a uma nova forma de documentar a fratura e o conflito. Esses relatos introduziram uma nota original na narrativa onde coincidiram ação, tempo, espaço e perfilaram contradições, desencontros, crises e idealismos. As imagens vividas de dor, do medo, do terror e de coragem são testemunhas da sobrevivência de seus protagonistas e revelam a luta da memória em não apagar e esquecer essa experiência.

Essa escrita testemunhal esteve igualmente ligada a múltiplas motivações e é importante destacar que muitas dessas narrativas iniciais que surgiram no cenário nacional tentavam negar essa experiência vivida, como um sinal de voluntarismo incosequente, ou demoraram anos para vir a público. Poderíamos aliar a esse tipo de escrita uma necessidade de narrar por ter sobrevivido ao terror

e à submissão, uma renúncia ou uma afirmação da consciência ética de seu narrador, uma inversão temporal que tem como consequência uma monotonia do presente e uma vivência mais intensa desse passado, que continua “latente”, intensificando os espaço psicológico por conta de traumas, da marginalização vivida, de culpa, ou da internalização de condutas do passado que se repetem, e principalmente, pela intenção de restabelecer a verdade, através de uma memória que por extensão possa ser uma narrativa exemplarizante, de reiteração ou discordância de versões e opiniões reinantes ou contrárias, no sentido de refutar igualmente a versão sustentada pelos militares.

Além do enriquecimento que essa produção pode trazer para a história do período, ela foi responsável pela desconstrução das fronteiras da literatura. Começou-se a partir daí um agudo questionamento sobre os postulados com que se pensava a literatura e sobre a representação e a sustentação da verdade histórica. Cresceu o interesse por conhecer a literalidade desse tipo de literatura, a denominação de gênero, e se esse tipo de produção devia se incorporar ou não à história, à sociologia, à psicologia, à etnografia ou à antropologia.

A grande maioria dessa produção, constituída por memórias, autobiografias, diários e ensaios, estimulou a crítica literária que passou a estudá-la. Verificou-se que o autor desse tipo de produção literária não era um artífice da palavra, mas propunha através da sua narrativa um questionamento²⁵. O

²⁵ Ana Maria Machado sustenta que “questões formais, cuidados de linguagem, elaborações romanescas sofisticadas, percepção sutil de emoções individuais ou finas observações psicológicas eram um luxo no calor dos acontecimentos” na medida em que havia a necessidade de “dar um testemunho, trazer um protesto, expressar uma denúncia, estar ao lado do povo na sua luta”. Pois, segundo a escritora, o momento era de posicionamento diante da obstrução dos caminhos da liberdade, “de posição firme e definida, clara, direta, acessível à leitura fácil de todos leitores (MACHADO, A. M. Da Resistência à Transição: a Literatura na Encruzilhada. In. SOSNOWSKI, S. & SCHWARTZ, J. (Org.). *Brasil: o Trânsito da Memória*. Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 81-82)”. Ivan Ângelo acredita que o produto literário relativo a esse período de abertura não se tornou mais denso nem tampouco mais refinado. O escritor acredita que o que resultou de bom dessa produção inicial, não foi o tratamento aberto e metafórico do tema da ditadura, mas sim a adoção de um *design* mais contemporâneo aliado a uma estética não oprimida para tratar da opressão (ANGELO, I. Nós que amávamos tanto a literatura In. SOSNOWSKI, S. & SCHWARTZ, J. (Org.). *Brasil: o Trânsito da Memória*. Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p.71-72).

testemunho englobava características da reportagem, da narrativa, do ensaio e da biografia. Importante afirmar também que essa literatura testemunhal ainda tem sido muito expressiva no país e o tema sobre a ditadura militar, sob os mais diferentes aspectos e abordagens, tem sido cada vez mais freqüentes no cenário nacional.

De igual maneira abordaremos no segundo capítulo um panorama da década de 60 e 70 no intuito de localizar suas experiências, contextualizando o período em que viveu e permitindo um maior entendimento de sua opção pelo confronto armado e de significativa parcela dos movimentos de contestação ao regime militar. Aliado a isso, discutiremos como a ALN foi se configurando como uma organização armada, a maneira em que foi estruturada, suas concepções políticas fundamentais e seus principais participantes.

No capítulo seguinte, esboçaremos algumas situações muito peculiares à vida do guerrilheiro, destacando o contexto em que estava inserido, o medo reinante na sociedade e os mecanismos psicológicos mobilizados por ele para lidar com a situação de clandestinidade, bem como sua situação de desenraizamento identitário e solidão prolongados.

No quarto capítulo levantaremos alguns aspectos principais da militância de Carlos Eugênio Paz na cidade de São Paulo, para onde é posteriormente transferido. Nesse capítulo também, trataremos de algumas características principais da ALN no ano de 1970, da reestruturação de seus quadros após o assassinato de Carlos Marighella e ao final, das conseqüências que a morte de seu segundo dirigente, Joaquim Câmara Ferreira, trouxe ao interior da organização.

No quinto capítulo abordaremos a expressiva capacidade operacional da organização ao longo de sua existência, sua tentativa de recrutamento de quadros e o grande número de prisões que ocorreram em seu interior, principalmente pela atuação de “agentes infiltrados”. Não nos estendemos muito no ano de 1973, pois

nos restringimos igualmente aos marcos da narrativa de Carlos Eugênio. Realizamos um sucinto balanço da ALN ao final de cada ano em particular.

O sexto capítulo demonstra um período de refluxo da luta armada para a organização e da perda significativa de grande parte de seu comando nacional e regional, todos mortos pela repressão. Esse momento é considerado um período bastante crítico para a ALN, mas haverá ainda quadros que na total clandestinidade continuarão atuando até o início do ano de 1973, quando serão totalmente exterminados. Levantamos igualmente em nosso trabalho, algumas polêmicas que envolvem a morte do militante Márcio Leite de Toledo, e as dissidências que se formaram em Cuba e no Chile, como o caso do Molipo (Movimento de Libertação Popular) e a TL (Tendência Leninista). Entretanto, não temos a intenção de esgotar esse assunto, ele é bastante controverso e deixaremos que seus protagonistas falem por si mesmos, na intenção de deixar o campo aberto ao embate de opiniões e na tentativa de escutar os dois lados da polêmica.

O sétimo capítulo encerra o trabalho, abordando os estertores da ALN, a saída de Carlos Eugênio Paz do Brasil, seu contato com Cuba e as críticas empreendidas contra a ilha e sua interferência nos rumos da revolução brasileira.

Uma conclusão geral abordará a importância dos livros do militante e de seu testemunho. É importante destacar que a intenção de Carlos Eugênio Paz foi a de relatar a sua história, mas sem apresentá-la com um realismo descritivo, antes, ele narra fragmentos de maneira retrospectiva, tentando se aproximar da atividade do guerrilheiro de mais perto, na tentativa de recuperar o clima exato vivido na luta armada, tentando unir as partes de um sistema de vida discordante, recordações imprecisas, rememorações semicoerentes, num todo que adquire verossimilhança, em que os tempos se encontram bem definidos e marcados por

fatos que o tocaram em particular ou que causaram grandes perdas para a organização como um todo.

O objetivo de nossa pesquisa foi demonstrar através das descrições de Carlos Eugênio como a ALN foi se delineando como uma organização armada após a morte de Joaquim Câmara Ferreira e quais as polêmicas que estiveram envolvidas ao grupo armado que a assumiu posteriormente. As memórias de Carlos Eugênio contribuíram sobremaneira para recuperar a história da ALN desse período, ao fornecer muitos detalhes sobre como os militantes atuavam, como eram realizadas as ações, quais eram os seus objetivos principais e como a organização chegou ao seu fim. Sua narrativa demonstrou também os grandes desvios ou erros históricos que foram cometidos pela ALN, como no caso da morte de Márcio Leite de Toledo e nos episódios que envolveram as dissidências como o Molipo e a TL.

A hipótese sustentada em nossa pesquisa é a de que a ALN de outubro de 1970 até início de 1973 manteve-se atuante graças a contínuas recomposições de quadros e que foi formada principalmente por militantes cariocas, que foram sendo incorporados ao longo desses anos. Aliado a isso a organização, pelo que se depreende da narrativa de Carlos Eugênio e das entrevistas que foram realizadas, abandonou a discussão política e acentuou ainda mais seu caráter militarista, continuando até seu extermínio físico. Não houve um fim formalizado da organização, e ela também não manteve um padrão de atuação. As ações armadas foram realizadas ao sabor das circunstâncias, e dependiam em última instância, de rápidas decisões realizadas nas esparsas reuniões entre os GTAS remanescentes. O “otimismo da vontade” teve também como consequência, o desvio estratégico de seus objetivos, colaborando para isso um certo grau de imaturidade e inexperiência desses jovens combativos. Levados pelos ganhos provisórios das ações armadas, pela alegria e orgulho de poder participar dessas ações, esses militantes não vislumbraram a tempo os perigos dos caminhos que percorriam.

Nosso trabalho foi também uma tentativa de enriquecer informações, de relatar o grande número de prisões, mortes e substituições ocorridas no interior da organização demonstrando a obstinação da luta e os elementos que estiveram relacionados à contínua adesão de seus militantes no confronto armado. Desta forma, retomaremos os principais acontecimentos a que Carlos Eugênio se refere em seus livros, procurando através de sua experiência, avaliar os acontecimentos históricos de que foi testemunha, recuperar a ótica de quem esteve integrado à luta contra a ditadura e decidiu contar sua história, narrar sua experiência de integrante e comandante de um grupo armado, fornecendo detalhes que a história não contemplou satisfatoriamente em relação a esse período da ALN²⁶.

Seguiremos nosso estudo sem maniqueísmos, sem apologia a sua narrativa e sem a escolha da correta avaliação, mas apenas na intenção de reabilitar destinos e histórias ignoradas, no intuito de que a história e a sociologia possam se debruçar sobre a análise desse tipo de produção, não apenas como material auxiliar ou de apoio, mas como uma instância reveladora de um campo ainda pouco explorado como recurso autônomo. Que seu estudo possa reabilitar as lembranças e memórias de seus integrantes, pois testemunhar a singularidade de seus destinos abre a possibilidade de uma história viva, reflexiva e não detentora do monopólio da verdade. Abre também a capacidade de olhar para um passado sem medo.

²⁶ Trabalhos recentes têm sido publicados referentes a esse período, destacando alguns acontecimentos que marcaram a organização, como por exemplo, o livro de Denise Rollemberg sobre *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil*, onde a pesquisadora esclarece a dissidência surgida dentro da ALN no início de 1971, o Molipo (Movimento de Libertação Popular). O surgimento dessa dissidência colaborou em grande medida para o enfraquecimento da organização, com a perda significativa de muitos militantes vindos do treinamento guerrilheiro em Cuba. A autora esclarece ainda – utilizando como fonte os Arquivos do DEOPS-SP – que o Molipo contou com o apoio de militantes que não haviam estado em Cuba e de elementos que estavam em Cuba, porém não faziam parte do grupo. Antes desse episódio no entanto, a organização manteve-se intacta, de julho de 1970 até início de 1971, conforme relatou Carlos Eugênio Paz em entrevista que me concedeu em setembro de 2003. O livro de memórias de Ottoni Fernandes Júnior, ex-militante da ALN publicado recentemente e intitulado *O baú do guerrilheiro* revela detalhes da ALN em São Paulo e Rio de Janeiro, a discussão acerca do recuo da luta armada e o assassinato do grupo Primavera. Vale conferir também o livro de Reinaldo Guarany, *A Fuga* que embora lançado no ano de 1984, também revela os períodos de dificuldade da organização, a clandestinidade e o exílio, fornecendo maiores detalhes sobre o seqüestro do embaixador suíço em dezembro de 1970, razão pela qual o militante foi banido.

Encerraremos o texto no intuito de que nosso trabalho venha colaborar na reinterpretação das possibilidades da memória como uma fonte de valor inestimável à pesquisa sociológica e à prática historiográfica. Limitar testemunhos particulares somente à esfera do privado deslegitima seu potencial informativo em relação à escrita da história e descaracteriza o próprio valor da literatura de pensar o mundo.

CAPÍTULO I

A ESCRITA DA MEMÓRIA

1. Estabelecendo Diferenças

O ato de escrever implica numa seleção e tem como objetivo a iluminação dos fatos e personagens, a interpretação.

Parafraseando Walter Benjamin, “todo documento da civilização é também um documento de barbárie”. Assim ocorreu com as memórias ou testemunhos que surgiram no pós-guerra bem como as narrativas memorialísticas que tinham como seu centro a ditadura militar na maior parte dos países latino-americanos.

Essas vozes constituíram-se em marcas, vestígios, rastros ou ecos dos sobreviventes de uma situação bastante peculiar. É uma escrita que intervém como um meio, como um instrumento de afirmação de uma realidade e através da qual a representação do “eu” procura trazer um julgamento sobre si mesmo e sobre a sociedade de que faz parte. Poderíamos dizer genericamente que é uma narrativa que insiste na abordagem dos tempos idos, constituídos individualmente, mas revelados com a textura do coletivo.

Parte dessa produção está também relacionada ao surgimento de um desencanto do ser humano frente ao próprio ser humano, capaz de realizar as maiores barbaridades e ignomínias. A experiência do pós-guerra demonstrou à consciência intelectual contemporânea, através da dor, dos campos de concentração e da tortura sistemática de presos políticos que o ser humano que até então se supunha demarcado, definido, caracterizado ou demonstrado nas ciências humanas apresentava-se antes como um ser indefinido, fragmentado, imprevisível e perverso, capaz das maiores monstruosidades que nem o progresso da civilização seria capaz de impedir. Nas palavras de Seligmann, “a passagem por esse evento de destruição total abalou o pensamento ocidental até

a raiz, destruindo suas certezas” tornando o registro historiográfico “limitado”, incapaz de dar conta dessa experiência¹.

Conceitos, iluministas, segundo ele, como o progresso e a ascensão linear da história, que estavam na base dos estudos das ciências humanas, perderam seu sentido, quando as categorias universais não conseguiam mais dar uma resposta adequada àquele acontecimento². Como afirma Gagnebin, após a guerra “(...) conhecer não significa mais dominar, não muito mais atingir, mas tocar, ser atingido e tocado de volta³”.

A partir dessa imensa catástrofe que foi a guerra, passou-se a considerar que a historiografia e as ciências sociais eram incapazes de representar a realidade de modo satisfatório com os métodos do historicismo (positivista, realista). Nesse sentido, os críticos deveriam levar em conta em suas análises uma enorme sensação de perda, na ânsia de recuperar esse passado. Abria-se margem assim a uma “ética da escuta e do abrir-se ao outro⁴”. A memória anunciava-se nesse trajeto, como a guardiã por excelência do que havia ocorrido, e o dever de lembrar impunha-se através de uma compreensão do indivíduo, de uma memória que viesse de dentro para fora e que levasse em conta também, além de seu passado pessoal, as formas coletivas de compreensão desse passado. Não por acaso, esse período foi fértil em aparições de estudos relacionados à memória em vários campos de reflexão, principalmente na França e Alemanha.

A memória já havia sido tematizada no final do século XIX por renomados pesquisadores, e seu impulso advinha da brutal alteração da vida cotidiana com a revolução industrial, que implicou no crescimento da marginalização e na

¹ SELIGMANN-SILVA, M. Introdução. In. SELIGMANN-SILVA, M (org). *História, Memória, Literatura*. O Testemunho na Era das Catástrofes. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003, p.13-16.

² Idem, *ibid*, p. 65.

³ GAGNEBIN, J. M. Após Auschwitz. In. SELIGMANN-SILVA, M (org). *História, Memória, Literatura*. O Testemunho na Era das Catástrofes. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 109.

⁴ SELIGMANN-SILVA, M. Introdução. In. SELIGMANN-SILVA, M (org). *História, Memória, Literatura*. O Testemunho na Era das Catástrofes. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 15.

alienação dos valores subjetivos do homem, levando-o à destruição e ao irracionalismo. Nesse sentido, o testemunho, produção dessa memória, aparecia como uma crítica à modernidade.

Henri Bergson colocou a memória no centro de suas indagações filosóficas⁵, Sigmund Freud situou-a como a base de suas investigações sobre a personalidade⁶, Marcel Proust a tornou eixo de sua produção literária, centrando-se principalmente no aspecto da memória involuntária⁷. Nesse sentido a memória assumiu dimensões psicológicas, íntimas ou subjetivas. Começou entretanto a aparecer não apenas como uma memória pura e interiorizada, mas ganhou contornos específicos com Maurice Halbwachs, caracterizando-se não apenas na criação de imagens de uma memória labiríntica e atomizada, mas tendo uma ampla base na história e na psicologia social dos eventos sociais e coletivos. Recuperou por isso, uma identidade de pertença que envolveu inteiramente o indivíduo. Assim apareceram as noções dos *lugares de inscrição dos sentidos coletivos*, como grupos, classes, sociedade, cidade, nacionalidade.

O surgimento dessa nova concepção da lembrança teve como consequência a valorização do espaço narrativo vinculado a práticas humanas concretas, como uma teia que incorpora os estilhaços, e os fragmentos da vida humana, ou antes que impede o desaparecimento da identidade, forçando cada vez mais ao apego individualizado de escrita no esforço humano de deixar marcas de um passado no presente. Foi uma literatura que surgiu particularmente da descentralização do sujeito; proveniente de uma necessidade ou da intenção de ressignificar um mundo desencantado através da reminiscência e da narrativa⁸.

⁵BERGSON, H. *Matière et Mémoire*: essai sur la relation du corps a l'esprit. Paris: Presses Universitaires de France, 1949.

⁶ Cf. nesse sentido FREUD, S. *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

⁷PROUST, M. *A la recherche du temps perdu*. Paris: Gallimard, 1946.

⁸BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas. 5a edição. São Paulo: Brasiliense, 1993.

Theodor Adorno e Walter Benjamin, estudiosos da Escola de Frankfurt, colaboraram sobremaneira em seus estudos apontando para o papel que a literatura deveria assumir diante de uma concepção incompleta de um sujeito necessariamente processual, e por isso sempre aquém da unidade totalizada proposta pelo idealismo hegeliano, bem como postularam sua capacidade de intervenção social diante da desumanização do capitalismo industrial, e do autoritarismo⁹.

Nesse tipo de produção deu-se privilégio portanto, para o elemento fragmentário da temporalidade, presente no registro pessoal e na memória. Foi um tipo de texto que surgiu essencialmente marcado pelos múltiplos focos da recordação, tensionado progressivamente pelos tempos.

São muitos no entanto, os conceitos e termos aplicáveis a essa produção incessante de referenciais passados: pode-se falar genericamente em *construção de identidades*, ou, como prefere Eric Hobsbawn, em *invenção de tradições*¹⁰, para descrever a criação de marcas que, surgidas no passado, justifiquem inserções na realidade presente; ou em *comunidade imaginária*, termo trazido por Benedict Anderson¹¹, que trata das imagens coletivas que o presente oferece ao passado, atribuindo sentidos ao que não necessariamente tem no momento de sua ocorrência. Ou guiar-se igualmente pela matriz benjaminiana¹² que afirma que o acúmulo de detritos que as representações vão impondo à história passada vai provocando um distanciamento cada vez maior em relação à efetiva experiência vivida, dando lugar à monopolização do discurso pelos vencedores.

Nesse mesmo caminho, pode-se chegar também à noção de memória histórica, intensamente debatida na historiografia brasileira na virada dos anos 70

⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁰ HOBBSAWN, E. A invenção das tradições. In: HOBBSAWN, E. RANGER, T. (org). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

¹¹ ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1982

¹² BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1993.

e 80, que esteve igualmente preocupada com o resgate de falas sepultas de projetos condenados à dimensão do silêncio.

Para poder analisar esse tipo de relato testemunhal contudo, é necessário estabelecer diferenças no que concerne aos tipos de literatura testemunhal que surgiram ao longo dessa valorização da memória. A prática memorialista ou autobiográfica há muito vinha se desenvolvendo na sociedade. São paradigmáticas as escritas de referências religiosas, como as confissões de vida de Santo Agostinho, ou a produção autobiográfica do período iluminista, como os *Ensaio*s de Montaigne ou as *Confissões* de Rousseau. Nesse tipo de produção importava contudo, a consagração da vida de um personagem, a exaltação da vida pessoal, seus ganhos, conquistas ou desilusões, uma memória ligada à defesa de si mesmo contra possíveis acusadores, onde se postulava a centralidade do sujeito, dono de seu próprio destino. Importava a consciência que havia de si mesmo, uma recorrência ainda aos sentidos humanos e à alma. Uma espécie de narrativa reconhecida na atestação de valores pessoais que deviam ser reconhecidos e perpetuados, ligados a uma função exemplarizante, fruto do pensamento religioso e humanista ¹³.

Outra dimensão dessa escrita da memória está relacionada propriamente aos eventos do Holocausto, na busca pessoal de um alívio de um “trauma”, na tentativa de formalizar um discurso que “esgote a dor” ¹⁴, mediante um conteúdo “latente” que se apresenta ao mesmo tempo “próprio e estranho aos seus protagonistas, e que nasce da necessidade de se livrar do fardo da memória (...)” ¹⁵. Sob a ótica dessa narrativa contudo e no afã de evitar o esquecimento e livrar-se da dor, essa produção também conviveu com a falta de uma palavra adequada para descrever a barbárie em toda sua extensão, e com a incompletude

¹³ Cf. GUSDORF, G. *Auto-bio-graphie*. Ligne de vie 2. Editions Odile Jacob, 1991.

¹⁴ SELIGMANN-SILVA, M. Introdução. In: SELIGMANN-SILVA, M. (org.) *História, Memória, Literatura*. O Testemunho na Era das Catástrofes. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 14-17.

¹⁵ Idem, *ibidem*. p. 23.

por outro lado da linguagem, para narrar essa experiência do horror. Como afirmou Levi, “Quando se violenta o homem, também se violenta a linguagem”¹⁶.

Na América Latina, entretanto, a memória, filtrada através do testemunho, foi marcada, contrariamente à autobiografia iluminista, e à literatura da *Shoah*, por acontecimentos muito particulares que lhe impuseram outros valores. O conceito *testemunho* surgiu propriamente a partir dos anos 60 e esteve relacionado a motivações diferentes das épocas anteriores, ganhando contornos específicos na segunda metade do século XX, especialmente durante os regimes totalitários nos países da América Latina. Nesses regimes, as experiências do horror, identificadas nos altos comandos das cúpulas militares, e estendido por toda a base de colaboradores e forças subalternas, perpetuaram-se através de ditadores que sofisticaram os mecanismos de humilhação, tortura e morte no intuito de conter a mobilização popular e a oposição política.

Esse testemunho, caracterizado inclusive como uma produção de novo gênero, *testimonio* esteve marcado indiretamente pela Revolução Cubana e mais diretamente pela experiência de luta incorporada ao longo dos anos 60 e 80 por militantes políticos que lutaram contra os regimes totalitários em seus respectivos países. Essa produção também esteve inserida nas lutas de libertação de países da África e do Oriente Médio, comprometida, através de seus escritores, com a luta popular. Destacando-se as especificidades em que essa luta se deu, essa literatura recuperou a experiência de vida de seus protagonistas e mostrou-se nitidamente diferente das histórias mediadas pelas autoridades eclesiásticas ou pela comunidade letrada, que exigiam uma excelência retórica.

Todos esses elementos apontavam para uma interpretação de um fenômeno novo, que não deveria ser pensado sem a implicação política desses anos. Foi uma produção que como aponta Casaús, “desenvolveu suas potencialidades como eficiente cronista de nossas lutas, como narrador ativo dos

¹⁶ LEVI, P. *Os afogados e os sobreviventes*. Trad. Luiz Sergio Henriques. Editora: Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2004, p. 57.

nossos combates e como revelador dos fatores essenciais de nossa maneira de viver, de contar, de rir, de falar, de sofrer e de lutar¹⁷”. Um relato segundo Miguel Barnet, que “tem por natureza lutar, opor-se, romper¹⁸”.

Para a recepção desse tipo de texto alguns fatores também colaboraram para a sua legitimidade, como assimilação pela literatura das histórias de vida e o desenvolvimento de uma espécie de revisionismo por parte das ciências humanas abrindo-se ao debate de “vozes subalternas” e a alternativas diferentes a das histórias oficiais¹⁹.

Alzugarat, teórico dos estudos do *testimonio*, afirma que diferentemente ao que ocorreu na *Shoah* na Alemanha, França, Estados Unidos, na América Latina, a política da memória adquire um peso muito maior de “política partidária”, em comparação a um aspecto de recuperação da memória pela via cultural, onde “dentro de uma perspectiva de luta de classes, assume-se esse gênero como o mais apto para representar os esforços revolucionários dos oprimidos²⁰”.

É, nos dizeres de Samuel-Muñoz, uma literatura “que se cria em circunstâncias muito extremas (...) no exílio, na clandestinidade, para denunciar as vexações sofridas. Contar, implica a necessidade de expor e resgatar através da escrita, a dignidade da pessoa. O preso necessita ver-se reconhecido por ser alguém que sobreviveu às terríveis experiências da tortura²¹”. É um sujeito que “escreve e se define problematiza-se nos seus próprios termos, (...) que detém o

¹⁷ CASAUS, V. *apud* ACHUGAR, H. (comp.) *En Otras Palabras, Otras Historias*. Uruguai, 1994, p. 201.

¹⁸ BARNET, M. La Novela-testimonio. Socioliteratura, in JARA, R. y VIDAL, H. *Testimonio y Literatura*. Inst. for the study of ideologies and lit. Minneapolis, 1986 – p. 280-301.

¹⁹ Cf. BURKE, P. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992 e REIS, J. C. *Annales: A renovação da história*. Ouro Preto, UFOP, 1996. ou REIS, J. C. *Escola dos Annales: A Inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

²⁰ Idem, *ibidem*. p. 177.

²¹ SAMUEL-MUÑOZ, R. E. *El otro testimonio: Literatura carcelaria en América Latina* in REVISTA IBEROAMERICANA, nº 164-165. Julio/Die. 1993, Univ. REVISTA IBEROAMERICANA, nº 164-165. Julio/Die. 1993 Univ. de Pittsburgh, p. 500.

controle sobre seu próprio discurso, contrariamente ao informante objetivado ou à vítima simplesmente passiva²².

Nesse ambiente teórico e ideológico que se desenvolveu em torno da literatura de testemunho, se estabeleceram a partir de seu aparecimento, diversas conexões entre esse tipo de texto e outras formas e gêneros afins que abrangiam um vínculo com a “escrita do eu” como a autobiografia, a memória, a crônica, o diário ou que se dava no próprio interior da literatura por excelência. A partir da análise desses relatos, passou-se também a questionar se esse tipo de texto deveria incorporar-se à historiografia ou às ciências sociais na medida em que traziam contribuições aos seus estudos e renovavam as metodologias de pesquisa.

Essa discussão, retomada dentro da literatura preliminarmente, porém em outros moldes, deu continuidade a estudos anteriores que já haviam sido realizados em direção à produção de romances de tipo documental ou realista, *bildungsroman*, romance ficcional, textos memoralísticos, romance não ficcional, etc e só recentemente tem sido motivo de maiores estudos por parte de historiadores e sociólogos²³.

Essa produção contudo, não significou um abandono da “grande literatura”, senão uma reorganização dos campos de estudo literários, possibilitando igualmente, uma renovação de olhar dentro do campo das ciências sociais. Tal conexão ou proximidade entre as diversas disciplinas, basearam-se na prerrogativa de que esses textos tocavam num ponto essencial para seu estudo: o caráter ficcional ou verdadeiro desses testemunhos.

Nesse sentido, essa produção testemunhal aspirava por um lado ser recebida como uma prática sócio-política, em que se restringia seu aspecto

²² PENNA, J. C. Este Corpo, esta dor, essa fome: notas sobre o testemunho Hispano-Americano. In SELIGMANN-SILVA, M (org). *História, Memória, Literatura*. O Testemunho na Era das Catástrofes. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003, p.311.

²³ GUSDORF, G. *Auto-bio-graphie*. Ligne de vie 2. Editions Odile Jacob, 1991.

estético, ora era assimilada a uma tradição artística, apresentando ao leitor sinais contraditórios e tornando incômoda sua classificação. Ou então, era uma produção que tinha como pressuposto eliminar as distâncias entre escrita e práxis (prática), entre arte e vida cotidiana, enfim, capaz de criar uma unidade maior entre palavra e vida, entre literatura e cultura e entre cultura e política.

Nesse tipo de produção portanto, ainda carente de autoridade acadêmico-cultural, pois fugia ao que era até então estabelecido como cânone, interessava a percepção do mundo que ali era representado, e muito além de suas características estéticas, esse tipo de texto era guardião de um valor social, político e moral que não podia ser desprezado. Constituíam-se, em textos de experiência pessoal que estavam indiscutivelmente arraigados à história, e apresentavam problemas que até então as vertentes teórico-críticas eram incapazes de solucionar, bem como traziam em si uma luta pela hegemonia do discurso, realizada não apenas pela revolução, mas através da palavra. Como Foucault afirmava, uma das vias na conquista do poder é o controle da produção simbólico-discursiva²⁴

O testemunho percebido como uma prática sócio-política, tinha por função a denúncia social, “denúncia dos excessos de poder, denúncia da marginalização, denúncia do silêncio oficial²⁵”, em definitivo, uma afirmação ideológica do indivíduo e de seu grupo identitário contra a manipulação dos aparatos do Estado. Foi derivado de uma experiência histórica, que determinou o homem, a situação de onde fala, sua perspectiva de avaliação. Por trás desses relatos, estão aqueles que “sofreram a dor, o terror, a brutalidade da tecnologia no corpo, seres humanos que foram vítimas da barbárie, da injustiça, da violação dos direitos humanos, da liberdade, da integridade física”, assim expressa René Yara em *Testimonio y*

²⁴ FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

²⁵ ACHUGAR, H. *op. cit.* p. 44.

literatura, ao abordar a temática e as motivações da literatura testemunhal na América Latina²⁶.

Nesse primeiro tipo de avaliação sócio-política dessa memória portanto, leva-se em conta nessa produção o efeito de oralidade/verdade provocado por esse tipo de texto, efeito que contribui na descoberta do que “ocorreu de fato”, gerando no leitor a confiança necessária por se tratar de um testemunho autêntico e por estar diante de uma narrativa em que a ficção não existe ou existe em grau mínimo não implicando no efeito de sinceridade do narrado. É antes caracterizado como um documento, como um forte indício jurídico do que ocorreu. O fato de ter vivido e dar testemunho traz em seu bojo igualmente a necessidade de uma adesão de seu leitor à sua narrativa, já que o testemunhante está narrando não apenas sua experiência pessoal, seu narrar, é também um narrar e sentir de muitos, em que seu autor não “padece” sozinho, mas junto a outros, o que também respalda sua verdade e adjudica ao seu testemunho, maior autenticidade e solidez. É como definiu René Jará “uma imagem narrativizada que surge de uma atmosfera de repressão, ansiedade, angústia, ora em momentos de exaltação heróica, nos avatares da organização guerrilheira, nos perigos da luta armada (...)”²⁷, e que encontrou no testemunho uma expressão direta e fidedigna.

Esquece-se porém também nessa avaliação de que o sujeito da enunciação é também uma construção, sua visão, a despeito de querer abarcar toda realidade, é portadora de uma carga subjetiva, que tanto seleciona, distorce como amplia os acontecimentos, através de elementos inconscientes ou imaginativos. Produção paradigmática da extensão da luta guerrilheira, esses relatos pressupõem uma modalidade híbrida e interdisciplinar, que como definiu Beatriz Sarlo constitui-se numa *escritura no limite*²⁸. É um discurso que participa ao mesmo tempo do estético e do social. O elemento “erosionador” dessa narrativa,

²⁶ JARA, R. y VIDAL, H. *Testimonio y Literatura*. Inst. for the study of ideologies and lit., Minneapolis, 1986, p. 02-05

²⁷ JARA, R. apud ACHUGAR, *op. cit.*, p. 183

²⁸ SARLO, B. *Jorge Luis Borges. A Writer on the Edge*. New York: Verso, 1993, p.108-112.

que permite a ela as incursões na literatura é a presença do narrador, construto que permeia toda a obra.

Uma das discussões centrais presentes nessa produção relaciona-se ao sujeito enunciador desse discurso, ao lugar que ocupa nessa narrativa, à responsabilidade não só da enunciação mas da referência na atribuição de sentido. Ou seja, em que medida seu discurso testemunhal mantém uma relação estreita com o “eu autoral”, ou com um “eu narrativo” na reconstrução da realidade de sua experiência vivida. Permanece a suspeita de que o “eu narrativo” seja uma criação ficcional de um “autor implícito”, ou impera a dúvida da possibilidade do autor participar de forma efetiva de sua ficção e contar ele mesmo a sua história de vida através de seu personagem-narrador de forma sincera, já que sua escrita pressupõe uma escolha, uma delimitação de espaços e recortes de vida, tornando-se por isso mesmo tendenciosa. Nesse sentido, o autor pode ser também um “criador ficcionalizado” que se vale de um porta-voz (narrador) para também contar sua história.

O testemunho constrói uma realidade discursiva, onde cabe ao narrador a tarefa de referi-la de modo a corresponder às intenções de seu autor, a dar o “tom” desejado, embora, esse “autor implícito”²⁹ e esse narrador “autodiegético”³⁰ (aquele que fala de suas próprias experiências enquanto personagem principal da história), dependam para fazer falar sua história, real ou imaginária, da comunidade interpretativa e segundo o filósofo Paul Ricoeur de um pacto ampliado de leitura. Para esse estudioso, a teoria da leitura foi a responsável por criar um espaço comum para os intercâmbios entre a história e a ficção, e é na leitura que se dá um esse envolvimento mútuo, que se estabelece uma relação cúmplice entre a voz narrativa e o leitor envolvido. Como aponta Ricoeur a aceitação de verdade pelo receptor é parte também da formação imaginária ou da convenção estabelecida entre ambos e nesse sentido o *entrecruzamento* entre

²⁹ BOOTH, W. C. Regras Gerais, II. Todos os autores serão objetivos. In. *A retórica da ficção*. Lisboa: Arcádia, 1980, p. 85-103

³⁰ GENETTE, G. *Figures III*. Paris: Seuil, 1972, p. 251 *apud* REIS, C. & LOPES, A C. Dicionário de Teoria da narrativa. São Paulo: Ática, 1988, p. 118-125.

história e ficção está relacionada à teoria da recepção. Na leitura, segundo ele, suspende-se a desconfiança, ou mantém-se uma cumplicidade através de uma “ilusão controlada” definida pela suspensão voluntária da incredulidade³¹.

Seligmann sustenta contudo, que a afirmativa de que a leitura determina o texto não esclarece a complexidade da relação entre a literatura e a realidade. É uma produção que mantém uma relação entre história e ficção, que se situa nas margens, nos limites entre os dois mundos que se tocam, que flertam mutuamente, mas que nunca consumam a aproximação, jamais se diluem um no outro, conforme correntes pós-modernas afirmam. Nessa linha de pensamento, que tem como representantes Hayden White e Lynn Hunt, texto e contexto encontram-se diluídos, dependentes em última instância de construções verbais, e da interpretação, que colocam a história e a literatura, ambas como leituras possíveis de uma criação imaginária do real, dispersando-as de seu objetivo. Essa interpretação segundo Vainfas, provém de uma interdisciplinaridade mal compreendida, que levada ao extremo e confundida com transdisciplinaridade, aponta para a história como um local de dispersão, tendo sido a causadora de verdadeiros cataclismos teóricos³². Ou como afirmou Seligmann, “ao pensar nessa literatura, redimensionamos a relação entre linguagem e o real: não podemos mais aceitar o vale tudo dito pós-moderno que acreditou ter resolvido essa complexa questão ao afirmar simplesmente que tudo é literatura³³”.

Na visão de Seligmann, o sobrevivente, aquele que viu a morte de perto, desperta no leitor uma modalidade de recepção que desarma a incredulidade, mobilizando a empatia. “Tendemos a dar voz ao mártir, (...) a responder à sua necessidade de testemunhar, de tentar dar forma ao inferno que ele conheceu,

³¹ RICOEUR, P. O tempo da Alma e o Tempo do Mundo: O debate entre Agostinho e Aristóteles. In. RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. Tomo III. Editora Papirus: 1997, p. 322-324.

³² VAINFAS, R. História das Mentalidades e História Cultural. In. Cardoso, C. & Vainfas, R. (org.) *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 145.

³³ SELIGMANN-SILVA, M. Apresentação da questão. In. SELIGMANN-SILVA, M. (org.) *História, Memória, Literatura*. O Testemunho na Era das Catástrofes. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 49.

mesmo que a mentira ronde suas palavras³⁴. Existe na relação narrador/leitor um crédito consentido preliminar à leitura, que como aponta Dulong, mobiliza também uma fascinação por aqueles que viram, aproximaram-se, assistiram e participaram de eventos marcantes, e cuja audição jamais é passiva, mas mobiliza uma atenção com muita intensidade³⁵.

Acreditamos no entanto, que a proposta de testemunho por parte do emissor procura, apesar de suas distorções próprias, estabelecer uma relação verdadeira ou realista para com o mundo que é representado. É um testemunho que denuncia e celebra, é o desejo de uma verdade, narrada em paralelo à realidade, para distingui-la confrontá-la e não assimilá-la, uma relação de intenso paralelismo e contraste. É antes o instrumento que pretende desmontar uma história hegemonicamente construída, a partir de uma produção discursiva determinada pela própria situação histórica vivida.

A relação desse texto com a ficção, não surge pela substituição da realidade, mas cria alternativas que ao mesmo tempo a revelam ou a exorcizam. A história aparece, assim, numa representação imaginário-ficcional que abre lugar de crítica plena ao mundo vivido, escapando, dessa forma, dos limites impostos pela representação hipoteticamente colada à realidade. Para Sarlo a compulsão à ficcionalização, adquire o caráter não de alienação, mas de uma crítica contundente à realidade. A ficção tem como função contrapor-se, divergir da realidade, formular uma hipótese alternativa a ela, mostrá-la em suas deformações³⁶.

Essa distância relativa do historicizar e proximidade do ficcionalizar nesse tipo de produção, foram contudo, entendida por alguns estudiosos na perspectiva de se estar traindo, se desviando ou se descompromissando da aliança verossímil

³⁴ SELIGMANN-SILVA, M. O Testemunho: Entre a Ficção e o "Real". In. SELIGMANN-SILVA, M. (org). *História, Memória, Literatura*. O Testemunho na Era das Catástrofes. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003, p.379-378.

³⁵ DULONG, R.. *Le témoin oculaire: les conditions sociales de l'attestation personnelle*. Paris: Ed. de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1998, p. 14.

³⁶ SARLO, B. *Jorge Luís Borges. op. cit.* p. 54-55.

e da experiência e realidade vividas³⁷, levando-se no limite à impossibilidade de referência a essa realidade. Como afirmou Berverley,

(...) seria ingênuo assumir uma relação de homologia direta entre a história e o texto. O discurso testemunhal não pode ser um reflexo de sua experiência, é senão, muito mais sua refração devida às vicissitudes da memória, sua intenção, sua ideologia. A intenção e a ideologia do autor se sobrepõe ao texto original, criando mais ambigüidades, silêncios e lacunas no processo de seleção, montagem e arranjo do material recompilado conforme as normas do formato literário. Ainda que a forma testemunhal empregue vários recursos para ganhar veracidade e autenticidade, entre eles o ponto de vista da pessoa testemunhante, o jogo entre ficção e história aparece inexoravelmente como um problema³⁸.

Ao mesmo tempo, a incorporação e o enquadramento dessa produção junto à literatura, minimizariam seu poder de “servir ao povo” como uma de suas formas de luta, relativizando sua capacidade ideológica, desprivilegiando seu sentido de inserção pragmática. Uma vez mais, o problema estaria relacionado à questão de “verdade” e literaridade desses textos.

Essa avaliação recupera a concepção adorniana de que a arte encontra-se numa “encruzilhada”, pois ao mesmo tempo em que é um dos poucos espaços em que a experiência do horror encontra consolo, ela pode estimular sua sublimação através da estilização estética. Essa concepção adorniana baseia-se numa avaliação através da qual a literatura é vista como um canal de resistência e denúncia, como uma literatura-meio e não como literatura-fim. Para Adorno, é necessário lutar contra o esquecimento e o recalque, lutar contra a transformação da lembrança do horror em um produto cultural, que a torne apresentável, digerível, assimilável³⁹. Adorno propõe em sua *Teoria estética*, uma percepção do caráter conflitivo da experiência social, em que os “antagonismos não resolvidos

³⁷ PIGLIA, R. *O laboratório do escritor*. Trad. Josely Vianna Baptista. O laboratório do escritor. São Paulo: Iluminuras, 1994, p. 69 e p. 71.

³⁸ BEVERLEY, J. *Introducción* in Rev. de Crítica Literaria Latinoamericana, nº 36, 2º Sem. 1992, Publ. de la Univ. de Pittsburgh, p. 7-17.

³⁹ ADORNO, T. *Teoria estética*. Lisboa: Martins Fontes, 1988, p. 16.

da realidade, retornam às obras de arte como os problemas imanentes de sua forma⁴⁰. Em um contexto marcado por conflitos, a obra de arte pode interiorizar conflitos e elaborá-los como experiência estética.

Nesse sentido, essa avaliação sócio-política desses textos toca na relação entre cultura e política e no papel social do intelectual ou testemunhante, que através da palavra pode desmascarar a realidade e sua contradição, colocando-se como o porta-voz do seu grupo, na tentativa messiânica de salvá-lo, ao menos para a posteridade. O escritor nesse sentido é visto como portador de uma reposição individualizada de um universo memorial produzido coletivamente.

Para Ruffineli, estudiosa do *testimonio*, o passado reaparece e reproduz-se no movimento que é real e ao mesmo tempo sógnico, evidente no universo do concreto e até mais eficaz no campo do estético. Para a autora o novo nessa produção é justamente sua inserção ao cânone, considerando que o testemunho é uma combinação de obrigação histórica e de uma escolha estética.

De onde surge a necessidade de testemunhar? De alguma coisa que alguém sustenta que não deve ser esquecido, que não deve ficar sem registro escrito. Na Nicarágua quase todos que participaram diretamente da luta contra Somoza tinham a ambição de escrever sua própria memória, seu próprio relato dos fatos (...) Surge da necessidade de fazer referência ao que verdadeiramente ocorreu (...) é a verdade que surge com beleza literária, muitas vezes pela força que os próprios fatos têm⁴¹.

Essa produção testemunhal segundo Ruffineli, encontra-se numa região fundamental de passagem e interseção entre o textual e o real e determina segundo ela, uma forma de politização distinta. “Já que a verdade é a verdade do sujeito, delineia-se uma perspectiva política: são sujeitos que assumem a responsabilidade de construir sua versão dos fatos⁴²”.

⁴⁰ Idem, ibidem..

⁴¹ RUFFINELI, J. y CORRAL, W. Un Diálogo con Sergio Ramírez Mercado in *Rev.Nuevo Texto Crítico* nº 8, 2º Sem. 1991. Pág 8-9

⁴² Idem, ibidem, p. 206.

Não há nessa trajetória a mera diluição da história num universo ficcional. Segundo David Arrigucci este é um universo ficcional “cujas amarras concretas existem, mas vêm ocultas ou descarnadas em situações imaginárias e posições específicas na obra, diagramáticas e abstratas⁴³”. A literatura testemunhal conforma-se por um lado com a obrigação, bem entendido, de respeitar certas conformidades exteriores de lugar e de tempo, acontecimentos públicos ou privados, datas, mas também nela ocorrem inflexões e sinuosidades diversas, já que o contexto interior humano, o mundo das intenções permanece livre⁴⁴.

Quanto ao aspecto estético desse tipo de produção, o atravessar a morte, o fato de se ter passado por um evento radical e tê-lo suportado, problematiza a relação do texto com a realidade. Como afirmou Primo Levi, “esta escassa confiabilidade de nossas recordações só será explicada de modo satisfatório quando soubermos em qual linguagem, em qual alfabeto elas são escritas, sobre qual material, com qual instrumento (...)” iremos escrevê-la. O passado nesse sentido pesa, as recordações de experiências sofridas ou infligidas causam dor e perturbam, e por isso necessitam ser simbolizadas, pois o “efeito realista” poderia gerar um efeito perverso⁴⁵. O próprio fato dessas pessoas terem atravessado a experiência de uma realidade específica, por terem sido testemunhas de um acontecimento inimaginável, pode causar em suas narrativas segundo Franco, uma forte sensação de irrealidade, ou como o autor define, um efeito de *desrealização*, ou uma “metafísica baça”, que deixa impressão de não ter ocorrido⁴⁶.

Jorge Semprún, sobrevivente de situações traumáticas no campo de concentração de Buchenwald, ao redigir seu testemunho na forma de um romance, por exemplo, insiste na necessidade do registro ficcional para poder

⁴³ ARRIGUCCI, D. Borges ou do conto filosófico. In BORGES, J. L. *Ficções*, p. 23.

⁴⁴ GUSDORF, *op. cit.* p. 394.

⁴⁵ SELIGMANN-SILVA, M. Apresentação da questão. In. SELIGMANN-SILVA, M. (org). *História, Memória, Literatura*. O Testemunho na Era das Catástrofes. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003, p.57.

⁴⁶ SELIGMANN-SILVA, M. Introdução. In. SELIGMANN-SILVA, M. (org). *História, Memória, Literatura*. O Testemunho na Era das Catástrofes. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 40.

narrar os eventos de que foi testemunha, já que esses acontecimentos ao transcenderem a verossimilhança, exigem uma reformulação artística para sua transmissão⁴⁷. Ou como afirmou Appelfeld, o desejo de manter o silêncio e o desejo de falar, duas necessidades difíceis e imperiosas, poderiam ser ligadas apenas pela expressão artística. Somente a palavra pela sua capacidade de significar pelo que diz e pelo que silencia seria capaz de fornecer o panorama de uma imensa dor, de perda, e de caos, que do contrário seriam inenarráveis sob a forma denotativa⁴⁸.

São segundo Levi histórias que não se encerram em si mesmas. Como o autor afirma, não são histórias unívocas, propõem mais perguntas do que respostas, “resumem em si toda a temática da zona cinzenta e deixa perplexidades⁴⁹”. A realidade passada, por provocar ânsia ou mal-estar, procura através do cenário ficcional uma representação menos penosa do que a realidade, na tentativa de empreender a *restauração seletiva* do passado⁵⁰.

Não se trata de procurar e de encontrar nos textos uma transcrição literal da realidade, nem mesmo a demarcação de um percurso, trata-se sempre de uma realidade segunda, superposta à primeira, sob modo de uma ficção, voluntária ou racional, sem que seja possível à interpretação de si medir os desvios em relação à objetividade de uma hipotética linha de vida.

A análise desse tipo de texto contudo, ainda não estabelece uma noção precisa e clara sobre seu conteúdo, é uma produção que se assenta numa ambigüidade e numa forte indeterminação de corpus. Pensado como um novo gênero discursivo, como parte de uma nova modalidade literária proveniente de situações-limite, como foi caracterizado pela Revista *Casa de Las Américas* de Havana nos anos 70, essa crítica detinha-se a estudar a visão ideológica de seus

⁴⁷ SEMPRUN, J. *A escrita ou a vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁴⁸ APPEFELD *apud* SELIGMANN, p.175.

⁴⁹ LEVI, P. *Os afogados e os sobreviventes*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 56.

⁵⁰ Termo empregado por WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

participantes, a classe social a que pertenciam, bem como a estabelecer seu nível de literaridade, classificação que tornou ainda mais porosas as fronteiras do testemunho. Jaime Concha sustenta, por exemplo que “não se deve confundir o testemunho enquanto atividade que pode ser encontrada em vários gêneros e a literatura de *testimonio* propriamente dita⁵¹”.

Para Renato Franco, a literatura testemunhal, contudo, não está relacionada a um gênero específico, nem pode ser reduzida à apresentação de catástrofes como a *Shoah*, mas deve ser vista como um elemento que aparece de modo mais claro em certas manifestações literárias que em outras⁵². O teor testemunhal para ele apresenta-se de modo mais evidente, quando em sua base estão presentes experiências de vida que marcam ou deformam a percepção ou a capacidade de expressão humanas e que ecoam pela narrativa. Para ele, os acontecimentos políticos do período de 1960 e 1970 marcaram a literatura de testemunho quanto ao seu tema, quanto à reflexão do papel do escritor como gente político, e quanto à sua forma, reportagem, autobiografia, diário, crônica, romance ficcional, abrindo-se também ao questionamento da narrativa realista do século XIX⁵³.

As particularidades desse tipo de produção no entanto, não se circunscrevem exclusivamente numa maneira específica de representação, mas abre um leque de possibilidades que amplia o registro de experiências vividas, o testemunho foi assimilado tanto pelo romance, como pela autobiografia, pela memória, pela crônica, pela reportagem, tanto pelo discurso ficcional como pelo não ficcional, pelo discurso das ciências humanas e poderíamos dizer que no limite toda narrativa pressupõe um testemunho. Nesse sentido seria mais correto caracterizar essa produção como portadora maior ou menor de um “teor

⁵¹ CONCHA, J. apud. SELIGMANN-SILVA, Introdução. In. SELIGMANN-SILVA, M. (org). *História, Memória, Literatura*. O Testemunho na Era das Catástrofes. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003, p 34.

⁵² FRANCO, R. apud SELIGMANN-SILVA, idem ibidem, p. 39.

⁵³ SELIGMANN-SILVA, M. Introdução In. SELIGMANN-SILVA, M. (org). *História, Memória, Literatura*. O Testemunho na Era das Catástrofes. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 40.

testemunhal”, marcada pelo contexto em que foi produzida e representante de um período histórico específico. Essa noção segundo Seligmann permite um paralelismo estrutural e semântico, respondendo também a uma “moldura histórica comum”⁵⁴.

Por isso, a literatura de testemunho é “mais do que um gênero” como afirma Seligmann, é uma face da literatura que vem à tona em períodos de derrotas e catástrofes, e que também permite o questionamento de sua relação com o “real”⁵⁵.

2. A Literatura de Testemunho

Para analisar os livros de Carlos Eugênio Paz, é necessário primeiramente estabelecer relações entre sua narrativa e a literatura de testemunho. Em relação a isso, é importante ressaltar o extenso corpus de relatos que surgiu no cenário nacional em relação ao período de ditadura militar, um regime que deixou marcas profundas em todos os setores da população civil utilizando-se de perseguições políticas, de ameaças de morte, das torturas em cárceres clandestinos e dos desaparecimentos em massa de trabalhadores, operários, estudantes, etc. Apesar desse período permanecer presente no pensamento e nos discursos de seus protagonistas, as circunstâncias em que o regime militar esteve presente na sociedade brasileira não foi acompanhada por toda a população daquele período. A censura prévia serviu de mecanismo camuflador da realidade e o avanço econômico foi a pedra de toque da demonstração da “competência” militar na condução do Estado e na defesa das bandeiras de progresso e soberania nacional.

⁵⁴ SELIGMANN-SILVA, M. Introdução. In. SELIGMANN-SILVA, M.(org). *História, Memória, Literatura*. O Testemunho na Era das Catástrofes. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003, p.30.

⁵⁵ SELIGMANN-SILVA M. O Testemunho: Entre a Ficção e o “Real”. In. SELIGMANN-SILVA (org). *História, Memória, Literatura*. O Testemunho na Era das Catástrofes. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 377 e sgs.

A história desse período passou a ser contada de maneira enviesada pelos governos militares e apenas no período de abertura e com o fim da censura prévia, os testemunhos, antes obscurecidos, de militares e militantes puderam vir à tona. Para nosso trabalho interessará particularmente a memória produzida pelos militantes de esquerda, ainda que elementos das Forças Armadas tenham também produzido suas versões sobre o período⁵⁶.

No entanto, o caminho trilhado para que os testemunhos se tornassem realidade não se mostrou fácil, muitos percalços tentavam levar ao esquecimento desse período, principalmente a criação da Lei de Anistia em 1979, que ao estabelecer a inimizabilidade de culpa aos crimes cometidos com objetivos políticos para ambas as partes, marcava uma política conciliatória entre os opositores, de cicatrização de feridas do passado levando conseqüentemente ao silêncio sobre o regime. Devido a isso e por causa disso, a atitude dos indivíduos que viveram esse período foi bastante diferente do que supostamente esperavam os militares.

Muitos desses militantes passaram a descrever suas experiências, numa atitude contrária à omissão ou à conciliação pretendidas. Nesse sentido, o ex-militante Daniel Aarão Reis revela “que a tragédia da luta armada, a tragédia de seu isolamento, não rimava com conciliação. Sob a égide da resistência, seria construída a memória daqueles anos⁵⁷”. Dessa forma, a memória desse período

⁵⁶ A Fundação Getúlio Vargas foi a responsável por uma coletânea composta de três volumes de depoimentos de aproximadamente quinze oficiais do período. Publicados entre 1994 e 1997 utilizando como recurso a história oral, os livros *Visões do Golpe*, *Os anos de Chumbo* e o terceiro e último livro *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura* lançaram luz sobre suas versões e trouxeram contribuições valiosas para o estudo da época. Além desses títulos houve a publicação de *Rompendo o Silêncio* de Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI Codi de São Paulo entre 1970 e 1974, publicado em 1987, do depoimento em forma de romance de Pedro Corrêa Cabral intitulado *Xambioá*, guerrilha no Araguaia publicado no ano de 1993, *Militares–Confissões. Histórias Secretas do Brasil*, publicado em 1998 para ficarmos com alguns exemplos. Existem muitos outros depoimentos de testemunhas militares sobre o período em artigos publicados em jornais e revistas, onde alguns militares assumem a culpa, a tortura e o incentivo a delação entre os militantes da época. Alguns documentários a respeito de elucidações sobre mortos e desaparecidos do período revelam como funcionavam os porões da ditadura.

⁵⁷ REIS FILHO *apud* ROLLEMBERG, D. Esquerdas Revolucionárias e Luta Armada. In: FERREIRA, J. DELGADO, L. *O Brasil Republicano*, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.76.

foi aos poucos ganhando espaço e irrompendo do círculo restrito a que estava confinada. Com o passar do tempo as lembranças foram se transformando em narrativas mais densas à medida que esses militantes ultrapassaram o limiar da dor e do trauma e puderam testemunhar suas experiências.

Posteriormente a essas publicações, particularmente muito atreladas ainda ao regime militar e ao período de censura, foi acrescida considerável documentação como trabalhos historiográficos, teses, reportagens, peças de teatro, filmes e entrevistas que colaboraram e enriqueceram a construção da memória desse período. Um intenso intercâmbio de versões tomou conta do cenário nacional apontando para uma variedade de pontos de vista com relação a essa temática.

Em linhas gerais, a primeira fase desse tipo de literatura acompanhou todo o processo de abertura política em pauta em meados da década de 70, promovido – ainda que num processo lento, gradual e seguro – sob os auspícios do governo de Ernesto Geisel. Havia uma grande necessidade, por parte dos protagonistas desse período de narrar a história recente do país, denunciando as experiências vividas durante o regime ditatorial. O intuito inicial dessa fase de depoimentos, ainda constituída da experiência recente desses militantes, era na sua maior parte, denunciar as atrocidades cometidas pelos órgãos repressivos, rebater a versão oficial do Estado quanto aos métodos brutais de interrogatório, as torturas e sevícias a que eram submetidos, e à execução indiscriminada e criminosa praticada em nome da Lei de Segurança Nacional. Num segundo momento, no entanto, esse tipo de literatura passou a refletir e avaliar o sentido das formas de luta adotadas, os recuos e os isolamentos de que foi vítima a luta revolucionária, e a cooptação das massas pela propaganda do Estado, tanto no setor da comunicação e educação, imprensa escrita, televisão, propaganda quanto no setor sócio-econômico iludidas pelas possibilidades que o chamado “milagre brasileiro” abria para o consumidor de classe média em geral.

O vertiginoso impulso desse tipo de publicação e seu atrativo ao público segundo Silverman, alimentou o grande debate entre “vencidos e vencedores” no pós-golpe, principalmente daqueles que o apoiaram e que segundo Silverman, “procuravam nesse tipo de literatura uma expiação⁵⁸”. Acresce-se a isso a ampliação da classe média e o aumento da escolaridade que possibilitou sua maior circulação.

O teor, no entanto, o conteúdo dessa literatura testemunhal, mostrava-se segundo o autor com um tom um tanto desiludido e perplexo, carregava atrás de si as frustrações políticas e abria-se para novas experiências estéticas. Como aponta Silverman, inicialmente na produção desse tipo de literatura predominava o “depoimento quase factual ou testemunho”, que como ele diz, “portava as marcas da tortura” já que sua meta era expor “objetivamente e em detalhes, casos de violência física e psicológica envolvendo órgãos de repressão do governo”. Segundo ele, era a forma mais rudimentar de depoimento, praticada por ex-ativistas políticos e ao mesmo tempo (...) jovens inexperientes⁵⁹. Para o autor, quando a repressão acabou, houve um maior refinamento do projeto romanesco que se preocupava mais como afirma, “com a mecânica da criação ficcional, e menos com uma documentação de crítica social⁶⁰”.

Essa fase inaugural de depoimentos ficou marcada com efeito, pelo menos em seu início, por um tipo de tratamento que dava ao tema uma característica de cartase individual ou coletiva, e que tentava apreender e denunciar a realidade vivida. Publicados durante o regime militar e enfrentando as barreiras da censura, essa produção notabilizou-se muitas vezes por tratar de forma alegórica e indireta os assuntos relativos à ditadura e a seu cotidiano, como foi o caso da publicação de uma série de romances ficcionais, embora tenham sido expressivos os relatos menos ficcionalizados de seus sobreviventes como o livro *O que é isso*,

⁵⁸ SILVERMAN, M. *Protesto e o novo Romance Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 63.

⁵⁹ Idem, *ibidem*.

⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 33.

companheiro? de Fernando Gabeira, *Tirando o Capuz* de Álvaro Caldas e *Guerra é guerra, dizia o torturador* de Índio Vargas.

Somente após 1978 e com o fim da censura é que de acordo com Silverman “a mistura de documentário com ego subjetivo” atinge índices surpreendentes, tanto pela direita como pela esquerda. Tinha lugar, como afirma, “a torrente de memórias da vida real – a chamada ‘literatura do eu’ que daria origem posteriormente a uma “prosa engajada de alta qualidade, particularmente relacionada ao memorialismo ficcionalizado, um híbrido mais literário e prevalecente⁶¹”.

Renato Franco estabeleceu para esse tipo de literatura duas divisões baseadas no memorialismo político e na ficção radical. Classificou como memorialismo político os livros *O que é isso, companheiro?* de Fernando Gabeira e *Em Câmera Lenta* de Renato Tapajós ao passo que a ficção radical tem para ele como representantes o romance *A Festa* de Ivan Ângelo, *Quatro Olhos* de Renato Pompeu e *Armadilha para Lamartine* de Carlos Sussekind. Para Franco, houve uma safra literária⁶² que cumpriu bem o papel de romance de resistência, pois segundo ele, essas produções “ofereceram respostas às atrocidades do período ditatorial”. Parte desse romance de resistência, contudo, “não se limitou a elaborar a linguagem de prontidão ou a narrar os aspectos mais sombrios originários dos conflitos políticos do período – como a tortura, a perseguição política, a repressão violenta, as prisões, os seqüestros, o funcionamento do aparato repressivo do estado, a violência cotidiana, (...)”, mas também a produzir uma consciência literária original acerca da condição e alcance do romance em

⁶¹ Idem, ibidem, p. 77.

⁶² *Cabeça de Papel* (1976) e *Cabeça de Negro* (1978), ambos de P. Francis, *Reflexos do Baile* (1976) de A. Callado, *Zero* (1979) de I.L. Brandão, *Confissões de Ralfo* (1975), de S. Sant’Anna, *Operação Silêncio* (1979), de M. Souza, *A luz do dia* (1977), de O. Louzada, *Lavoura arcaica* (1976), de R. Nassar estão entre as obras citadas pelo autor.

uma sociedade autoritária que enfrentava uma poderosa hegemonia da indústria cultural⁶³.

Entre alguns desses livros de caráter memorialístico e/ou autobiográfico que fizeram parte de uma primeira onda de testemunhos, e que narraram as experiências da luta armada e do regime militar, encontram-se os livros *A esquerda Armada no Brasil* uma coletânea de depoimentos 1967-1971 publicado por Antônio Caso em 1976, porém com publicação portuguesa; *Dezembro sangrento: a chacina da Lapa* de Reynaldo Laforgia publicado em 1976; *Em Câmara Lenta* publicado em 1977 pelo ex-militante Renato Tapajós; *Cadeia para os mortos*, série de contos publicados em 1977 pelo ex-militante Rodolfo Konder; *Memórias do Exílio-Brasil 1964-199?* de Uchôa Cavalcanti publicado em 1978; *Tempo de ameaça*: autobiografia política de um exilado de Rodolfo Konder publicado em 1978; *O que é isso, companheiro?* de Fernando Gabeira publicado em 1979 batendo recordes de edição e depois transformado em filme; *Tortura*, de Antônio Carlos Fon publicado em 1979; *Memórias: segunda parte (1946-1969)* de Gregório Bezerra publicado em 1979; *Itinerário* de Haroldo Lima, publicado em 1979; *Exílio na Ilha Grande* de André Torres publicado em 1979; *Reminiscências do sol quadrado* de Mário Lago publicado em 1979 e com nova edição; *Os Carbonários*: memórias da guerrilha perdida publicado em 1980 por Alfredo Sirkys; *Memórias das mulheres do exílio* organizado por Albertina de O. Costa em 1980; *Tirando o Capuz* de Álvaro Caldas publicado em 1981 e reeditado com versão revista e ampliada em 2004; *Guerra é guerra, dizia o torturador* de Índio Vargas de 1981; *Batismo de Sangue*—os dominicanos e a morte de Carlos Marighella, publicado por Frei Betto em 1981; *Resistir é preciso*: memória do tempo da morte civil no Brasil de Alípio de Freitas publicado em 1981; *Passagem para o próximo sonho* de Hebert Daniel publicado em 1982; *Em busca do tesouro* de Alex Polari publicado em 1982; *A Fuga* de Reinaldo Guarany publicado em 1984; *Retrato Calado* de Luís Roberto Salinas Fortes publicado em 1988.

⁶³ FRANCO, R. *Itinerário Político do Romance no Pós-64: A Festa*. São Paulo: Unesp, 1998.

A expressiva quantidade de livros desse período já forneceria motivos suficientes para analisar esse tipo de produção e as motivações de seus escritores particularmente referentes aos relatos memorialísticos ou autobiográficos que continuam no mercado editorial brasileiro. Como afirmado acima, muitos desses livros foram reeditados ou tiveram publicações inéditas que abordaram o tema mais recentemente. Essas publicações constituem-se numa nova fase de depoimentos e análises sobre o período militar em que o diferencial apóia-se principalmente no distanciamento histórico no tempo e onde “o ato de rememorar ou evitar o esquecimento” aparece como desvinculado da luta imediata contra a ditadura⁶⁴. “Diferentemente da maioria maciça da ficção (...), o signo não é aqui ocultamento de sentido, forma alegórica. Ao contrário, aqui algo se dá a conhecer e se busca⁶⁵”. Constitui-se num lugar em que “a experiência pessoal se faz experiência comum, isto é, onde a linguagem *simboliza*, mediante a trajetória intrincada e particularizadora que leva do marcadamente individual à totalidade, perseguida na interrogação⁶⁶”. Por isso, essa literatura de caráter pessoal ultrapassa a mera confissão e se propõe não apenas a narrar os fatos, mas empreende a busca de seu sentido.

Nessa segunda fase encontram-se livros publicados que retomam o tema, enriquecem informações e trazem mais análises sobre o período. São produções caracterizadas por memórias de ex-militantes, por pesquisas jornalísticas que procuraram levantar mais dados sobre determinados acontecimentos, de apurações sobre o período militar, de teses acadêmicas que trataram sobre os mais variados assuntos.

No que toca à narrativa memorialística particularmente, de protagonistas do período, encontram-se entre alguns deles publicados em períodos mais recentes como *O fio da meada* de Luiz Hildebrando Pereira da Silva de 1990,

⁶⁴ MARTINS FILHO, 2003 *op.cit.* 14.

⁶⁵ ARRIGUCCI JÚNIOR, D. *Enigma e Comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 133.

⁶⁶ Idem, *ibidem*.

Araguaia, relato de um guerrilheiro de Glênio de Sá de 1990, *A Revolução faltou ao encontro* de Daniel Aarão Reis publicado em 1990, *Memórias de um stalinista* de Hércules Correa de 1994, *No fio da navalha* de Hebert José de Souza de 1996, *O seqüestro dia a dia* de Alberto Berquó publicado em 1997, uma coletânea de depoimentos sobre as experiências no Presídio Tiradentes, intitulada *Tiradentes, um presídio da ditadura*, organizada por Alípio Freire, Izaías Almada e Granville Ponce, publicada em 1997, *A rebelião dos marinheiros* de Avelino Capitani de 1997, *A guerrilha do Caparaó e outros relatos* de Bayard Demaria Boiteux de 1998, *Memórias do esquecimento* de Flávio Tavares publicado em 1999, *Batismo de sangue: a luta clandestina contra a ditadura: dossiês Carlos Marighella e Frei Tito de Frei Betto*, obra reeditada e publicada em 2000, *Herança de um sonho: as memórias de um comunista* de Marco Antônio Tavares Coelho publicado em 2000, *Crônicas de nossa época: memórias de um cientista engajado* de Luiz Hidélbrando Pereira da Silva publicado em 2001 e com reedição em 2004, *O baú do guerrilheiro* publicado por Ottoni Fernandes Júnior em 2004⁶⁷.

A obra de Carlos Eugênio incorpora-se à extensa lista de testemunhos que se refere a um período ao mesmo tempo de realizações de idéias e de um forte sentimento de perda, morte e separação. Essa literatura, especialmente a literatura de caráter autobiográfico, contém características de um período marcado por experiências-limite tanto do ponto de vista social quanto existencial muitas vezes de difícil simbolização ou representação.

O estudo em relação a esse tipo de produção acompanhou em grande medida o impulso que tiveram os estudos relativos à memória na sociedade. A memória tornou-se um dos elementos centrais na análise de historiadores e cientistas sociais que tentaram problematizar sua integração à história, particularmente na França onde as tragédias do século XX, o holocausto em particular, deixaram marcas indeléveis. Mais do que um objeto da história e da

⁶⁷ Cf. RIDENTI, M. S. As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974): uma bibliografia. *Cadernos AEL – Tempo de ditadura*, v. 8, n.14-15, 2001, p.257-294. O professor realizou farta seleção bibliográfica sobre o tema, em tomo de duzentos títulos sobre o assunto.

sociologia, a memória ganha, dentro dessa nova perspectiva, o caráter de uma de suas matrizes, permanecendo como a guardiã em última instância do que “efetivamente ocorreu no tempo”⁶⁸.

A emergência desses estudos está relacionada tanto a aspectos conjunturais da sociedade onde o dever da memória se impôs devido às situações extremas vividas por essas testemunhas como a aspectos epistemológicos que passaram a valorizar os relatos subjetivos dessas experiências. Desde os mais remotos tempos, a memória na tradição filosófica esteve relacionada ao conceito de “experiência anterior” e à imaginação, relacionada às narrativas de descrição do mundo. A influência do imaginário nessas representações, contudo, alimentou a vulnerabilidade de suas características, sendo progressivamente abandonada como um método válido nos estudos históricos⁶⁹.

Os usos dessa memória nesse sentido ficaram restritos a um fenômeno puramente privado, estando ligados mais precisamente à literatura, contribuindo de maneira escassa para as análises sociológicas e históricas.

O deslocamento dessa antiga direção, indo em direção à valorização dessas fontes, pôde permitir que esses relatos fossem revistos e reutilizados, utilizando-se também de novos métodos críticos. Os estudos no campo da memória empreendidos pelo francês Pierre Nora afirmavam a necessidade de se considerar além das fontes documentais, os testemunhos que foram deixados parcialmente de lado⁷⁰. Para o pesquisador francês, essas fontes são passíveis de seleção e de organização sem que para isso devam se render ao imperativo da fidelidade absoluta ao “princípio da realidade”. O representativo, o simbólico e o interpretativo possuem também seus acontecimentos, sua cronologia e seu

⁶⁸ RICOEUR, P. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. 675p. Paris: Editions de Seuil, 2000.

⁶⁹ Com o fim da Renascença e com o esforço de controle racional do saber, a memória passou a suscitar dúvidas quanto ao seu caráter de veracidade. Descartes por exemplo, tentou eliminar da consciência os conteúdos que considerava enganosos ou errôneos. Isso atingiu como afirma Weinrich, todas as idéias oferecidas à razão pelos sentidos, pela imaginação e pela memória que se prendiam às idéias das escolas filosóficas da antiguidade (WEINRICH, 2001 *op.cit.* p. 94).

⁷⁰ NORA, P. *Le Lieux de Mémoires*, v.1 Paris: Gallimard, 1997, p. 34.

saber⁷¹. No entanto, o pesquisador chama a atenção para os cuidados com esse tipo de documentação. “Tudo dependerá, no entanto, da qualidade do olhar, da elaboração dos objetos, da riqueza e da variedade da abordagem⁷²”.

Convém lembrar também que nos estudos de Maurice Halbwachs a memória não foi apresentada como sendo uma construção social e um fenômeno coletivo. A conservação e a acumulação do passado no presente estão relacionadas ao contexto histórico e social vividos. De acordo com o autor “nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais buscam suas fontes nos meios e nas circunstâncias sociais definidas⁷³”.

Novas reflexões foram igualmente empreendidas por Paul Ricoeur em direção a essa temática, ressaltando a importância dos testemunhos para a memória social, na tentativa de demonstrar que a memória privada e a memória pública se instauram e se cruzam mutuamente, a partir das aporias do tempo⁷⁴.

Hoje o desafio empreendido por essas ciências volta a colocar em pauta essa produção, procurando apreender suas motivações, os métodos para se lidar com ela e a vigilância crítica com que deve ser olhada, demonstrando também seu lado inovador.

Ainda que a análise da literatura de memória do período referente às décadas de 60 e 70 ressinta-se de um estudo mais detalhado por parte de historiadores e sociólogos no tocante às potencialidades de suas narrativas, estando o debate em relação a essa produção ainda restrito ao campo da teoria literária, a memória por seu caráter individualista e subjetivo, tem inspirado os mais variados tipos de análises: psicanalítica, voltadas para o efeito dessas experiências em seu protagonista (lutos ou recalques)⁷⁵, análises filosóficas que

⁷¹ Idem, ibidem, p.20.

⁷² Idem, ibidem, p. 16.

⁷³ HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990: p. 36.

⁷⁴ RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. Tomo III. Editora Papirus, 1997.

⁷⁵ Nesse sentido Cf. COIMBRA, C. *Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "Milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

envolveriam a passagem do tempo, as atitudes de silenciamento, os comportamentos de negação ou esquecimento, ou análises sociais, considerando-se aqui que o protagonista ao narrar sua experiência, não mantém uma experiência totalmente isolada de seu grupo, contribuindo dessa forma na reunião de dados sobre um determinado tema. Entender a especificidade desses relatos pressupõe nesse sentido, levar em conta nesse tipo de produção a dupla dimensão do seu caráter público e privado.

Esses itinerários de vida, que tentam se aproximar desses episódios estão marcados muitas vezes, por uma alta carga de emoção, onde os acontecimentos são dissecados numa perspectiva bastante diferente do “entendimento desapassionado”, que exige a separação entre razão e paixão. Essa trama é tecida, no entanto, fornecendo uma visão conjuntural da época através do recorte individual de seus protagonistas sem deixar de lado a reflexão, interpretação e a compreensão do período. Desta forma. “(...) o depoimento se acerca ao romance de formação ou de aprendizagem, numa variante em que o ser que se interroga sobre o sentido da vida e o faz depois que tudo se deu (...). Com isso, a memória do narrador “supera-se na pergunta pelo sentido” e a “experiência exposta ganha significado simbólico”⁷⁶.

Esses depoimentos pessoais constituem-se em documentos históricos e políticos ao mesmo tempo, onde através de um “narrador imaginativo” a reconstrução dessa memória deixa de ser individual e exclusiva passando a ganhar um significado geral, para se constituir numa dimensão de todos⁷⁷. A riqueza de detalhes, a postura de seus narradores e as respostas às interrogações que surgem para entender o cotidiano de violência são apenas alguns elementos resgatados por seu autor, através de uma “narrativa simbólica de uma aprendizagem, costeando o romance (...) onde um herói dividido se interroga

⁷⁶ ARRIGUCCI, D. *Enigma e Comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 134.

⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 136.

sobre o sentido dos seus atos e sua verdadeira face, revelando inquietação ética e metafísica⁷⁸.

Essa produção memorialística ao nosso ver constituiu-se dentro das possibilidades do período em que surgiu, num canal prévio de discussão e de compartilhamento das experiências vividas desses militantes com a sociedade civil, ao longo e posteriormente ao regime militar. Como afirmou Martins Filho “a esquerda procurou continuar na página dos livros a luta contra a ditadura” , Segundo ele, “a esquerda esforçou-se por vencer na batalha das letras, aquilo que perdeu no embate das armas⁷⁹”.

A narrativa de Carlos Eugênio Paz reitera de forma literária, situações paralelas vividas sob um período de terror sob o domínio armado. Sua narrativa volta-se para si mesma em um tom confessional típico das autobiografias e seu depoimento nesse sentido encontra-se desobrigado de seguir a linha cronológica consagrada pela história, estando entregue ao sabor das reminiscências de seu narrador, e encontrando-se na interseção entre o histórico e o literário.

De maneira geral essa literatura memorialística não se resume apenas à narração de uma sucessão de fatos e acontecimentos históricos, mas a partir de um enfoque pessoal delineia a história de uma crescente fragmentação do ser, denunciando um eu que se expõe, expõe suas experiências, fragilidades, avanços e retrocessos, erros e acertos.

O que importa nesse tipo de produção para Pierre Nora, estudioso das narrativas de memória, é que sua importância não se restringe a uma nostalgia passadista, mas através lembranças que evoca, representa uma ruptura em relação a um passado continuísta e sua permanente ‘fabricação’. Para esse autor esse tipo de literatura de memória constitui-se antes como uma produção de

⁷⁸ Idem, *ibidem*. p.136.

⁷⁹ MARTINS FILHO, J. R. A guerra da memória: a ditadura nos depoimentos de militantes e militares. In: *Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos. XXIV*. 2003. Dallas-Texas, 27-29 de março, p. 1-18.

“lugares mistos, híbridos e mutantes” e esteve relacionada ao apogeu do crescimento industrial que graças à mundialização e à massificação transformaram a memória em um simples aspecto figurativo, condenando a memória individual a um fenômeno puramente privado e eliminando seu caráter de realidade vivida igualmente nos marcos do coletivo⁸⁰.

Para Irene Cardoso, o registro dessa memória foi consequência de uma perplexidade de pensamento em relação ao período ditatorial e esteve influenciada também pelas marcas do tempo presente. Essa perplexidade teria alimentado comportamentos muito diferentes por parte dos protagonistas desse período. O registro se deu “pela preservação nostálgica de um mito identitário (...), através do esvaecimento dos conflitos, ou esteve aliado a uma perda de qualquer sentido daquela lembrança⁸¹”. Entre alguns fatores na sociedade contemporânea que contribuíram para esses tipos de comportamento, Cardoso aponta para uma prática social, definida por ela como “inexistencialismo”, que teria como consequência a intensificação do presente vivido e a descontextualização desse passado através de atitudes de superação de seus conflitos, de espetacularização midiática ou de atitudes celebrativas/comemorativas. Dessa forma, a fixação no presente tornaria incapaz estabelecer as implicações dessas experiências de forma a aprofundar a problemática do registro dessa memória. Para ela a abordagem memorialística desse período convive com dificuldades como: a passagem do tempo, capaz de dissolver essa lembrança; a situação de extrema violência vivida por seus protagonistas (a tortura, o medo) que frustra o impulso em narrar essa experiência; o processo de “neutralização moral” favorecido pela anistia, e finalmente as análises reducionistas, “na perspectiva do militantismo” com as quais se procura mostrar o passado como fruto de uma inadequação da estratégia à conjuntura, baseada em erros e acertos dos seus participantes. “A revolução faltou ao encontro por um erro basicamente de estratégia política⁸²”. Responsabiliza também uma perspectiva processual da história, que acaba por

⁸⁰ NORA, P. *Les Lieux de Mémoires*. v.1. Paris: Gallimard, 1997, p. 38.

⁸¹ CARDOSO, I. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: editora 34, 2001, p. 128.

⁸² Idem, *ibidem*, p. 174-175.

construir a significação dos acontecimentos históricos, integrando-os numa compreensão totalizante ao passo que as narrativas pessoais ao não se acomodarem a essa lógica interpretativa, podem ser pensadas como acidentais e desprezíveis. Dessa forma, o acontecimento para ela não seria o esperado a partir de uma visão totalizante e integradora do processo histórico, mas o que interrompe uma historicidade, o que a recorta, aquilo que constitui a fronteira ou limite dela, “revelando as diferenças temporais no interior de uma historicidade que se apresenta como homogênea”. Nesse sentido a escrita histórica tenderia a dissolver acontecimentos singulares em uma continuidade ideal, a ‘história efetiva’, como numa espécie de “mínimo denominador comum” esquecendo-se da descontinuidade como instrumento e objeto de pesquisa⁸³.

Dentro da dificuldade de representação desse período e na construção desse tipo de literatura mantém-se ainda presente, segundo ela, o “suspenso e o inaudito” de seus narradores, já que os testemunhos em sua opinião são frutos de um “recalque” de seus protagonistas e partem de suas necessidades mais íntimas em narrar essas experiências.

Aliada a essa prática memorialística encontra-se também, além das motivações pessoais, e ou um comportamento de preservação ou de esquecimento, um problema metodológico para o estudioso que se debruça sobre essa produção. Ao fazer parte de um gênero narrativo em que o narrador/personagem expõe sua vida, vale assinalar que pairam dúvidas em relação à fidedignidade desse material. A autobiografia mantém em seu bojo a noção de que seu narrador mantém uma determinada linearidade e coerência com seu personagem, transformando sua história em uma “totalização do eu”. Nesse sentido, a narrativa postula um conjunto orientado e coerente, que ao “produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é como um relato (...) de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção”, tende a se “conformar com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que

⁸³Idem, ibidem, p.17-18.

toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar (...) ⁸⁴. Dessa forma, perde-se a análise crítica e torna-se cúmplice de “uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio” ⁸⁵. Isso daria origem na definição de Bourdieu a uma *ilusão biográfica*, sem falar em questões relacionadas à manipulação do personagem, à passagem do tempo e à seleção das imagens que seu narrador quer reconstituir de seu passado. Tem-se tornado freqüente nesse ponto, um debate em torno de conceitos que relacionam o texto memorialístico a uma representação de seu autor no intuito de materializar uma identidade que se pretende consolidar ou de que o autor do texto é uma invenção e sua narrativa subjetiva é parte constitutiva da narrativa que elabora. Nesse nível de confissão, existe “uma divisão abissal entre o Eu que narra e o Eu que age (...) ⁸⁶” que estabelece uma dicotomia em relação ao autor, tornando-o ora anterior ao texto que vem a desenvolver ora uma entidade posterior a ele e fruto de uma invenção. Esse debate relaciona-se muitas vezes à ambigüidade causada pela confluência entre autor e personagem, onde essa “escrita de si, é ao mesmo tempo, constitutiva da identidade de seu autor e de seu texto ⁸⁷(...)”.

A idéia contida nesse tipo de literatura contudo, alimenta-se de múltiplas intenções, entre as quais se encontram a necessidade de auto-conhecimento, o prazer, a cartase, a comunicação com seus leitores ou até mesmo um ato terapêutico, em que o indivíduo torna-se personagem de si mesmo, projeção de suas intenções e frustrações, transformando sua narrativa de certa forma em uma encenação, “situando esse tipo de escrita como um palco (...) dos múltiplos papéis sociais e das múltiplas temporalidades ⁸⁸” que o indivíduo representa.

⁸⁴ BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J. FERREIRA, M. (Coord.) *Usos & Abusos da história oral*, 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 185.

⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 189.

⁸⁶ ARRIGUCCI, D. *op. cit.* 132

⁸⁷ GOMES, A. C. 2004. *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 21.

⁸⁸ Idem, *ibidem*, p. 17.

Para Ricoeur, no entanto, a busca do passado visa à exatidão, e pretende ser fiel à experiência vivida pelo protagonista. O autor tenta romper com a tradição filosófica que afirma que a memória e a imaginação são instrumentos equivalentes e sustenta que apesar de seus enganos, a memória iguala-se à história no que tange a sua ambição pela verdade.

A atividade memorialística tenta apreender o sentido desse sujeito, resgatar sua multiplicidade num esforço de reter o domínio do tempo registrando essas experiências. A fragmentação do indivíduo nesse sentido através da escrita o conduz a uma construção para si mesmo, de uma identidade dotada de continuidade e estabilidade através do tempo. Para Gomes, essa ilusão biográfica a que Bourdieu se refere, “a ilusão de linearidade e coerência do indivíduo, (...) confrontando-se e convivendo com a fragmentação e a incompletude de suas experiências, pode ser entendida como uma operação intrínseca à tensão do individualismo moderno”. Por isso, a análise desse material como documento e sua verdade “não mais se esgota em uma ‘verdade factual’, objetiva, una e submetida à prova (científica/jurídica), que continua a ter vigência e credibilidade, e que também tece conexões com o individualismo moderno”. A verdade por assim dizer, passa a “incorporar um vínculo direto com a subjetividade/profundidade desse indivíduo, exprimindo-se na categoria sinceridade”, ganhando dessa forma autonomia, e fugindo aos controles absolutos. Nesse sentido, “a verdade (...) passa a ser pensada em sentido plural, como são plurais as vidas individuais, como é plural e diferenciada a memória que registra os acontecimentos da vida⁸⁹”. Por isso, essa “produção do eu”, introspectiva, mobiliza um “efeito de verdade”, ao pretender revelar “as dimensões íntimas e profundas” do indivíduo. Constitui-se, assim num tipo de texto em que a subjetividade tende a se tornar sua “legitimidade” ou “prova”.

Uma documentação nessas bases, contudo, representaria em contrapartida, um grande risco para o pesquisador que pode se deixar levar pelo

⁸⁹Idem, *ibidem*, p. 13-14.

“feitiço” dessas fontes, acreditando que a narrativa contém em si o que “verdadeiramente ocorreu”, o que de fato não existe em nenhum documento. Cartas, diários, memórias e outras formas de escrita de si constituem-se em “discursos que mobilizam a sinceridade como valor de verdade, mas não podem por isso, ser tratadas como formas naturalizadas e espontâneas⁹⁰”.

Para solucionar essa problemática, a abordagem dessas fontes, no entanto, segundo Gomes deveria ser construída em outras bases. Para a historiadora, “nesses casos está descartada *a priori* qualquer possibilidade de se saber “o que realmente aconteceu” (a verdade dos fatos), pois não é essa a perspectiva do registro feito. O que passa a importar (...) é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa⁹¹”. A narrativa nessa base “trata de revelar o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou retrospectivamente em relação a um acontecimento”. O trabalho de crítica a ser realizado, portanto, “não é maior ou menor do que o necessário com qualquer outra, mas precisa levar em conta suas propriedades⁹²(...)”.

Esse tipo de produção por se encontrar na interseção entre a trajetória individual e trajetória social de um indivíduo pode nos propiciar novos caminhos crítico-analíticos no trato com esses textos. Isso porque, cada homem é pois, produto de sua época, do momento histórico em que vive e de sua própria consciência, ou seja de suas condições interiores. “Uma história de vida é reflexo do mundo em que ela se passa, um testemunho de que a história, é constituída de histórias, vividas por indivíduos concretos (...)”⁹³.

Nesse sentido, acreditamos que a memória desse período desempenha um papel extremamente importante de reconstruir e repensar, refazer através de imagens as experiências do passado, conforme declara Ecléa Bosi, “um homem

⁹⁰ Idem, *ibidem*. p. 22.

⁹¹ Idem, *ibidem*. p. 15.

⁹² Idem *ibidem*. p. 15.

⁹³ CARINO J. A biografia como fonte para a História da Educação: subsídios para um debate necessário In. *Educação e Filosofia*, v. 14, nº 27/28, jan./jun. e jul./dez.2000, p. 165.

não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais. Aturada reflexão pode preceder e acompanhar a evocação. Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia⁹⁴.

Consideramos que a particularidade dos livros de Carlos Eugênio deva-se à sua prolongada participação no movimento armado, tornando-se, em pouco tempo, um dos chefes militares mais ativos da ALN.

Poucas pessoas desse período acompanharam de forma direta e até o fim a experiência de guerrilha na ALN como foi o seu caso, já que muitos de seus militantes foram presos, banidos ou mortos nessa fase. Carlos Eugênio é o único integrante da ALN que pôde testemunhar essa fase de perto e que reúne em seus livros a maior quantidade de informações.

As narrativas de memórias de ex-integrantes da ALN, contudo, estão relacionadas primordialmente à história de seus narradores, não dando conta portanto, de aspectos mais gerais da organização. Ainda que o relato de Reinaldo Guarany forneça maiores detalhes sobre a organização e sobre suas dificuldades, particularmente da coordenação regional carioca, ele foi preso em agosto de 1970, não acompanhando diretamente os acontecimentos posteriores. Esse também foi o caso de Ottoni Fernandes, um quadro do GTA de São Paulo, transferido para o Rio de Janeiro em fevereiro de 1970, sendo preso no mês de agosto desse mesmo ano. Como afirmou Franklin Martins no prefácio ao livro de Carlos Eugênio, “as quedas nas organizações revolucionárias sucediam-se com tal rapidez, que seus dirigentes mal tinham tempo para esquentar as cadeiras. Por isso mesmo, os que sobreviveram, geralmente só podem falar com segurança

⁹⁴ BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987, p. 39

sobre períodos muito curtos. (...) Raríssimos são aqueles que puderam formar uma visão completa do processo (...). Carlos Eugênio é um deles⁹⁵.

A narrativa de Carlos Eugênio é vista de dentro do movimento armado e abrange os anos de 1967 a 1973. Seus livros narram com maior riqueza de detalhes o clima de euforia do pré-64, seu período de juventude e o apelo das idéias socialistas que fizeram a cabeça de sua geração. *Viagem à Luta Armada* abrange em linhas gerais os anos de 1968, 1969 e 1970 e *Nas Trilhas da ALN*, os anos subseqüentes, 1971, 1972, 1973.

Em ambos os livros estão presentes os primeiros contatos com Carlos Marighella, a decepção de sua geração com o PCB, o veto do AI5, as primeiras ações armadas praticadas ainda no Rio de Janeiro, o serviço militar no Forte de Copacabana, a morte de Carlos Marighella, a clandestinidade na cidade de São Paulo, o comando de Joaquim Câmara Ferreira.

O autor menciona igualmente as bases no campo, a formação da Frente Clandestina, o contato com as outras organizações como o MRT, o MR-8 e a VPR, as infiltrações policiais e as delações de companheiros, os assaltos a bancos, carros pagadores e as panfletagens políticas, a morte de companheiros, a tortura de sua mãe e de sua irmã, a campanha nacional pelo Voto Nulo, o treinamento cubano e a interferência de Cuba nos rumos do processo revolucionário brasileiro, os *justiçamentos* de colaboradores da repressão e de companheiros de luta, o processo de autocrítica da ALN, o exílio europeu, a dificuldade com as drogas e a necessidade da terapia.

Sua narrativa fecha um quadro bastante geral do que representou a organização nesse período. Nesse sentido, torna-se importante a análise de seus livros e a descrição que é capaz de fornecer, não apenas dos fatos esporádicos que narra, mas também das imagens que cria e das críticas que empreende em relação ao seu grupo e a si próprio. Isso porque a relação entre ficcional e

⁹⁵ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 10.

historiográfico não se estabelece, portanto, pela negação (o que implica mentira), mas ela revela o compromisso de ambos com a realidade. Como afirmou Ianni “narra-se também para interpretar, para se construir através da imaginação (não solta ou inocente) um arcabouço lógico que represente essa realidade, seja ela sublimada ou mesmo inventada”. Nesse sentido, a literatura provoca, instigada pelo mesmo enigma das relações que o cientista social observa e descreve⁹⁶.

Essas fontes são para ele, formas de conhecimento e imaginação, campos que se interpenetram, pois constroem tipologias, imagens, símbolos, lidam com situações de uma época que desafiam o pensamento humano, que provocam as mais diferentes criações de tipos, formulações, conceitos ou até mesmo, categorias.

Cabe à História descrever e analisar os fatos, e à Literatura entreter, agradar e comover (natureza catártica)? Esquece-se porém, do poder alegórico da literatura, de seu papel perturbador de questionamento e criação, que nos ajudam a dar resposta aos paradoxos da vida moderna e aos sistemas monolíticos de pensamentos.

“A Literatura, portanto, fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos. Mas será que toda a realidade da história se resume aos fatos e ao seu sucesso? (...) Pode-se portanto pensar numa história dos desejos não consumados, dos possíveis não realizados, das idéias não consumidas. A produção dessa historiografia teria, por consequência, de se vincular aos agrupamentos humanos que ficaram marginais ao sucesso dos fatos. (...) Esse é o caminho pelo qual a literatura se presta (...) para o estudo da história social⁹⁷”.

⁹⁶ IANNI, O. Sociologia e Literatura. In: SEGATTO, A. BALDAN, U. (Orgs). *Sociedade e Literatura no Brasil*. Editora da Unesp, 1999, p. 9-42. Cf. também CHIAPPINI, L. & AGUIAR, F. W. (orgs) *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

⁹⁷ SEVCENKO, N. *Literatura como Missão*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.21-22.

CAPÍTULO II

A OPÇÃO PELA LUTA ARMADA

1. A era das contestações e o despertar da ação revolucionária: um panorama dos anos 60 e 70.

Para que possamos desenvolver esse trabalho que tem como centro a narrativa de Carlos Eugênio Paz, é necessário fornecer um panorama, ainda que sucinto, do que representou a década de 60 e 70 para seus contemporâneos, tanto para colocar a narrativa de Carlos Eugênio Paz em seu contexto, como para localizar os acontecimentos históricos.

As décadas de 60 e 70 foram um período culturalmente efervescente para as gerações que o testemunharam sendo notória sua influência no desenvolvimento da intelectualidade brasileira, dado o legado artístico, filosófico, político e comportamental deixado por ela. Como afirmou Marcelo Ridenti “talvez os anos de 1960 tenham sido o momento da história republicana mais marcado pela convergência revolucionária entre política, cultura, vida pública e privada (...)”¹.

Por se tratar de um momento extremamente rico, social e intelectualmente, é oportuno traçar inicialmente um panorama geral da época para que posteriormente possamos balizar nosso trabalho e expor nossas análises. Procurando tratar da produção memorialística referente a esse período, e tentando estabelecer um paralelo entre essa produção e as condições que favoreceram seu aparecimento – movida principalmente pelos anseios de uma sociedade mais aberta ao diálogo principalmente após o fim da censura – será indispensável para nosso estudo levar em conta a época de turbulência vivida por essas gerações.

¹ RIDENTI, M. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, J. DELGADO ALMEIDA, L. de. (Org.) *O Brasil Republicano*, v. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 135.

Suas manifestações devem ser analisadas à luz do contexto em que ocorreram, para que não se relegue em segundo plano a importância histórica desse período, quando andaram intimamente ligados os conceitos de cultura e política.

Como se sabe, os anos 60 e 70 foram por excelência, as décadas dos regimes ditatoriais na maior parte dos países latino-americanos. Conviveram nessa época, de maneira geral, uma ampla política econômica desenvolvimentista de acelerado crescimento tecnológico, de um lado, e uma intensa militarização da sociedade, de outro. De acordo com o levantamento de Nilson Borges, o expansionismo militarista em 1979 atingiu cerca de dois terços da população da América Latina, obrigada a viver sob o manto dos regimes totalitários². A ditadura militar que tomou conta de muitos países como a Argentina, a Bolívia, o Chile e o Brasil, fomentou em sua maioria, manifestações e lutas praticamente ininterruptas de alguns setores sociais sob a forma de agitações, greves, passeatas e assumiram até mesmo, contornos militaristas ganhando muitos jovens para a opção armada. Os Montoneros na Argentina e os Tupamaros no Uruguai foram exemplos de movimentos guerrilheiros que alcançaram grande capacidade de enfrentamento urbano com as Forças Armadas de seus respectivos países, assim como o Movimento de Esquerda Revolucionária–MIR no Chile .

Esse período que se estende de 1964 até o ano de 1987, foi, com efeito, a época da ditadura militar na maior parte dos países da América Latina. Alguns exemplos da violência no período podem ser encontrados no massacre de Tlatetolco no México, na ditadura no Brasil, Uruguai e Bolívia, na luta sandinista para derrubar Somoza na Nicarágua, nas prolongadas guerras civis na Guatemala, El Salvador e Panamá, na ditadura atroz de Alfredo Stroessner no Paraguai e ainda no golpe contra Salvador Allende no Chile. O processo militar revolucionário antecipou-se em alguns países como no Paraguai (1954-1988), ou

² BORGES, N. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, J. DELGADO ALMEIDA , L. de (Org.) *op. cit.* p. 15.

foi implantado em anos posteriores como na Argentina (1976-1983). A ditadura no Paraguai foi consideravelmente longa, permanecendo no país por cerca de trinta anos. Os regimes totalitários implantados na América Latina tiveram suas particularidades, com diferentes durações e truculências variadas. Basta lembrar aqui o número de mortos na Argentina entre 1976 e 1983, contabilizando-se um total de 10.000 pessoas atingidas em sua maioria no governo de Jorge Rafael Videla ou a truculência chilena no Estádio Nacional³. No caso brasileiro esse número chegou a 376 pessoas entre mortos e desaparecidos⁴.

A geração de luta da década de 60 e 70 fez parte de uma juventude que se forjou no espírito libertário do pós-guerra, sendo movida pelos movimentos de independência na África, na Ásia e pelo anseio de sociedades mais igualitárias. Seus participantes lutavam em todas as frentes para destruírem o velho e implantarem o novo: valores, instituições, idéias e tabus identificados como pertencentes à velha ordem deviam ser postos abaixo. Abria-se espaço desta forma, para uma revolução pessoal e política acompanhando o contexto internacional e as propostas progressistas que circulavam no cenário nacional brasileiro.

O impacto da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética afetou sobremaneira a juventude desse período e foi indiretamente o desaguadouro para as revoltas estudantis radicais. O mal estar gerado pela bipolarização mundial foi se transformando em inconformismo e gerando um forte sentimento nacionalista nessa parcela de contestadores (contudo relacionados a certos aspectos populistas), aliados à denúncia da violência e à intervenção política e diplomática

³ Cf. O Vôo das quartas. Um ex-capitão da marinha argentina descreve pela primeira vez como se matavam presos políticos durante a ditadura: jogando-os no mar. (Revista *Veja*. Edição nº 1383, 15 de março de 1995, p. 50-52). Cf. também, Operação Condor leva 1º ex-ditador à prisão. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 11 de julho de 2001, Página A8.

⁴ De acordo com a Comissão dos Mortos e Desaparecidos. O Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964 registra 358 mortes. Somados a este número as 18 pessoas registradas nos últimos processos oriundos de denúncias novas aprovadas pela Comissão Especial e resultantes da lei 9.140/95, são 376 entre mortos e desaparecidos políticos.

norte-americana, que revelava sua faceta imperialista, impondo limites ao desenvolvimento econômico do país. O golpe civil-militar de 1964 completaria o quadro de oposições desses setores.

Surgia uma nova esquerda no cenário brasileiro, avessa às propostas do partido comunista local e influenciada por um novo rol de idéias e símbolos que tanto criticavam o capitalismo, como discordavam do socialismo soviético em cujas propostas encontravam-se aspectos muito burocráticos, conservadores e estatizantes. As convicções políticas dessa geração acentuaram-se particularmente após a revolução Cubana e a resistência do povo vietnamita, exemplos e termômetros de que a luta revolucionária era capaz de ser colocada em prática. Deixava-se progressivamente de lado o socialismo comedido do partido para uma atuação interna mais incisiva e direta.

A questão revolucionária no país em seu início transitava pelo Partido Comunista Brasileiro que tinha por função a transformação política e econômica do capitalismo através de trabalhadores organizados no partido. No período de 1946 a 1964, o PCB representou segundo Gorender, “a principal força de esquerda de inspiração marxista”, transformando-se num referencial a todas as organizações de esquerda. Segundo o autor, o partido dispunha de quadros experientes e dedicados ao trabalho partidário no movimento operário, no meio camponês, mantendo forte influência no movimento estudantil⁵.

A direção política do partido apoiava-se no caminho pacífico da revolução, onde “sua concretização se daria na luta em favor da ampliação das liberdades democráticas e das reformas de estrutura⁶”. No caso de uma possível reação de direita no entanto, Luís Carlos Prestes, seu dirigente, vociferava “se a reação

⁵ GORENDER, J. *Combate nas Trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987, p. 20.

⁶ Idem, ibidem, p. 30.

levantar a cabeça, nós a cortaremos⁷. O fracasso, contudo, do partido no ano de 1964 marcaria a radicalização do PCB apenas no nível da retórica⁸.

O Partido Comunista era acusado de seguir as ordens de Moscou, estando bastante distante da proposta armada e imerso no contexto internacional, onde a guerra fria imperava entre Estados Unidos e União Soviética. Para os americanos, no entanto, a “comunização” de um país, nos portes do Brasil, representava uma defecção que não poderia ser tolerada, constituindo-se numa ameaça para sua política de expansão política, econômica e ideológica e devendo por isso ser contida.

No contexto ditatorial brasileiro, no entanto, o Partido Comunista e sua linha pacífica não conseguiram manter sua hegemonia em meio às forças de esquerda. Preterido por novas formas de luta, perdeu sua credibilidade em meio a uma juventude mais combativa. O ano de 1965 particularmente caracterizou-se por essa mudança de posição dos núcleos estudantis, culminando com as grandes mobilizações de rua e com a entrada de muitos jovens nas incipientes organizações guerrilheiras nos anos de 1967 e 1968. Esses são anos agitados em que prevalecem muitos confrontos entre estudantes e policiais que culminam na morte de Edson Luís de Lima Souto, em março de 1968, levando a sociedade a uma considerável comoção popular. Esse também é o período de luta desses núcleos estudantis contra acordo MEC-USAID proposto pelo Ministério da Educação e Cultura, considerado uma ameaça à soberania do país e ao ensino de qualidade, da luta pela legalidade da UNE, forçada à clandestinidade, das oposições nas fábricas (Greves de Contagem e Osasco em 1968) e nas faculdades. É também o período de confronto com as forças oposicionistas de direita, com o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Movimento Anti-Comunista (MAC), existentes no cenário nacional desde 1963.

⁷ TOLEDO, C. N.de. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p. 110.

⁸ Idem, *Ibidem*.

Nesse ínterim impunham-se novos modelos de socialismo, gerando ideologias e teorias que seriam marcantes para essas esquerdas como a teoria foquista em Cuba, o maoísmo na China, entre os mitos que se fortaleceram nas figuras de Che Guevara, Mao-Zedong e Ho Chi Mihn. Sob a égide da utopia revolucionária, e sob o tema de “criar um, dois, três, muitos Vietnãs”, os estudantes lançavam-se à luta, guiados pelas teorias de Mao-Zedong, Marx, Lênin, Trotsky e Ernesto Che Guevara, criando um espaço político de luta e resistência.

Moscou, nesse contexto, permanecia alerta sobre o que uma revolução feita nessas bases causaria em sua influência no Brasil e na relação de forças entre as superpotências. Segundo Valério Arcary, “embora predominasse a colaboração, Moscou não controlava todos os movimentos de resistência na periferia do sistema com a mesma disciplina política que conseguiu arrancar dos PC’s na Europa⁹”.

Débil ou não, a influência de Moscou no que tange ao PCB, ficou demonstrada na mudança de estratégia do partido brasileiro ocorrida no final dos anos 50. Acompanhando a política de desarmamento, os pactos realizados entre as superpotências, e a política conciliatória pós-Stálin no contexto soviético, a linha do PCB modifica-se substancialmente com relação ao encaminhamento de propostas para a tomada de poder¹⁰, mudando sua orientação política. Nesse

⁹ ARCARY, V. *Quatro critérios de interpretação das revoluções do século XX: o debate Trotsky/Preobrajensky dos anos vinte*. Centro de documentação Maurício Tragtenberg: Universidade Estadual de Maringá, dezembro de 2001, p. 11, N° 03 (Quadrimestral). ISSN 1519.6178. Disponível <www.urutagua.edu>. Acesso em 20 out.2003.

¹⁰ Existe muita controvérsia em relação à preparação de um golpe de Estado pelas forças de esquerda. Caio Navarro de Toledo afirma que “não há evidências de que Goulart ou os setores de esquerda preparavam um golpe de Estado. Esta era versão propagandeada pela direita, em particular, após o famoso Comício do dia de 13 de março”. O pesquisador sustenta que as insinuações formuladas por historiadores a respeito das forças políticas no pré-64 “não têm consistência teórica e empírica” pois se concentram na idéia de que “as forças políticas por não ‘morrerem de amores pela democracia’-esclareça-se, liberal burguesa, eram virtualmente golpistas”. Segundo ele, “sugerir esta conclusão significa, objetivamente, atenuar a responsabilidade dos liberais-conservadores e dos setores duros das Forças Armadas pelos acontecimentos de abril de 1964. Se as esquerdas eram golpistas, o golpe de 1964 teria um

sentido, e principalmente após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) realizado em fevereiro de 1956, em que os crimes de Stálin vieram à tona, o partido brasileiro já se definia pelo caminho pacífico, acreditando na proposta de expansão do socialismo no pós-guerra, na bandeira antimonopolista e democrática dos países capitalistas e das colônias da África e Ásia¹¹. Acreditava também na mudança de natureza das classes dirigentes, inclinadas a renunciar ao poder¹², sustentando uma visão considerada pelos mais radicais como irrealista em relação ao seu país e à sua realidade política, mantendo dados falsos e superestimando a capacidade de seus quadros. Essa

caráter meramente preventivo. A direita não fez mais do que agir mediante um contragolpe” (TOLEDO, C. N. de. 1964: A Democracia Golpeada, Campinas, *Jornal da Unicamp*, 29 de março a 4 de abril de 2004, p.2). Segundo o pesquisador, direita e esquerda se acusavam reciprocamente quanto à possibilidade de um golpe e enquanto a direita articulava a ofensiva contra Goulart, as esquerdas não conseguiam superar suas divergências internas para uma ação comum antigolpista. Para ele o “golpe tramado pela esquerda” a rigor “nunca passou de arma propagandística forjada pela direita” (TOLEDO, 1982, *op. cit.* p. 93-94).

¹¹ Gorender sustenta que o PCB “se iludiu pela aparente concórdia internacional reinante no breve lapso entre a derrota do Eixo nazi-fascista e a deflagração da Guerra Fria. Continuou a se orientar pelo enfoque da união nacional (...) sem perceber as alterações na disposição de classe dentro do país (GORENDER, 1987, *op. cit.* p. 20)”. Dessa forma “a proposta de luta armada caiu quase por inteiro no vazio. (Idem, *ibidem*, p. 22)”. Segundo ele para o PCB o bom caminho deveria ser o caminho pacífico que “se viabiliza pela nova situação internacional favorável ao socialismo” A tônica da luta seria em favor da ampliação das liberdades democráticas (idem, *ibidem*, p. 30).

¹² Cf. PCB: vinte anos de política 1958-1979, coletânea organizada pela Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, onde estão reunidos os documentos do Partido, principalmente sua nova direção política de 1956 com os desdobramentos do XX Congresso do PCUS e a Declaração de Março de 1958. A coletânea apresenta também o VI Congresso através da Resolução Política de 1967 fornecendo dados sobre a atuação massista do partido, enquanto a discussão via pacífica versus luta armada, daria origem a uma fase de dissidências. Reproduziremos aqui um pequeno trecho da Resolução: “É certo que cometemos erros, e numerosos. Tais erros não teriam, porém, força bastante para retirar da direção correta o conjunto de nossas atividades, e tão-pouco, para levar-nos ao desespero e à aventura após a derrota. Essa é uma conquista importante do nosso Partido. Uma demonstração de seu amadurecimento, de sua capacidade de elaborar por si próprio uma orientação adequada à realidade do nosso país e do nosso povo. Prova-o o apoio que a maioria esmagadora dos militantes e organizações do Partido, (...) deu às posições defendidas pelo Comitê Central, confirmando a validade das linhas essenciais da Resolução Política de nosso V Congresso. O grupo que procura cindir o partido e impor uma orientação aventureira e ‘esquerdista’ não faz mais do que se opor a esse avanço histórico do nosso Partido e servir de instrumento das mesmas concepções atrasadas e estranhas ao marxismo que tanto mal nos causaram no passado”. O documento revela ainda que o grupo desconsidera o proletariado na condução da direção política e “defende uma política que dispensa a consideração das condições objetivas (...) uma situação revolucionária que apenas existe em suas cabeças. Quer viver com roupas ‘novas’ de guerrilhas, a concepção da revolução feita a partir de focos insurrecionais (...) desligados do movimento real das massas. Quer substituir o partido marxista-leninista por um agrupamento militarizado (...)” (p. 184 –185).

linha pacifista do PCUS transplantada para o Brasil daria origem segundo alguns setores da esquerda a grandes erros de avaliação, culminando na defensiva de suas forças na ocasião do golpe militar¹³.

Para essa geração que estava disposta a lutar por suas idéias, tomando como exemplo a revolução cubana, argelina, entre outras e fugindo do “proselitismo” do partido comunista brasileiro e da imposição soviética, a exemplo do que ocorrera na invasão da Tchecoslováquia em 1968, a opção pelo confronto armado naturalmente ia ganhando terreno e assumindo maiores proporções, particularmente após a decretação do Ato Institucional nº 5, denominado de “o golpe dentro do golpe” através do qual se fechavam as vias de liberdade democrática e de contestação política. João Quartim de Moraes sustenta em texto publicado na Revista *Tempo Social* que:

(...) se não tivesse ocorrido o golpe de 1964 e, sobretudo, se este não tivesse se cristalizado numa ditadura militar, a possibilidade objetiva da ocorrência de um movimento de luta armada no Brasil teria sido mínima. Poderiam, nesta hipótese, ter ocorrido tentativas meramente grupusculares de preparar focos guerrilheiros táticos ou estratégicos (...) Mas não teria ocorrido o efeito mobilizador suscitado pelas primeiras (e bem sucedidas) ações armadas em parcelas ponderáveis da esquerda, condenadas ao ‘exílio interior’ pelo regime ditatorial e

¹³ Há uma série de polêmicas quanto à falta de resistência do PCB e do governo de João Goulart em relação ao Golpe Militar. Beatriz Ryff, esposa de Raul Ryff, assessor de imprensa do presidente João Goulart, sustenta que a reação militar ao golpe levaria o país a uma guerra civil de grandes proporções, já que as forças americanas estavam próximas da costa brasileira em caso de reação popular. Naquele momento segundo a militante, seria inviável qualquer tipo de resistência. Em sua visão, João Goulart teria evitado esse incidente. Flávio Tavares, jornalista banido no seqüestro do embaixador norte-americano, é da mesma opinião. Segundo ele a reação atrairia uma guerra civil não desejada. (Comunicação Pessoal, Beatriz Ryff, TV Câmara: Memória Política, 13 de dezembro de 2002 e Flávio Tavares. TV Cultura. Programa Roda Viva, 14 de junho de 2004). Para Gorender, “no dia 31 de março a situação não era ainda favorável aos golpistas do ponto de vista militar”. Segundo o autor teria sido possível evitar o golpe, já que Lacerda contava com defesa precária no Palácio da Guanabara, a tomada do palácio pelos fuzileiros navais seria uma operação relativamente fácil e a força naval norte-americana, a chamada Operação *Brother Sam*, não seria capaz de alcançar Santos antes do dia 11 de abril e também não trazia grandes contingentes de desembarque. Segundo ele, “o seu objetivo era o efeito de demonstração (...) e de apoio aos insurretos com armas, munições e combustível (...). (GORENDER, *op. cit.* p. 66).

dispostas, portanto, a passar a formas ilegais (mas percebidas como historicamente legítimas) de luta e resistência¹⁴.

Além do inconformismo político, estava presente nessa geração uma revolução generalizada nos costumes, nos gostos e comportamentos que tentavam se sobrepôr aos valores morais conservadores, dando margem ao nascimento do “homem novo”, livre, autônomo e conhecedor de suas raízes e mazelas, notadamente nos países subdesenvolvidos como o Brasil.

No caso brasileiro, esses movimentos tinham como base a juventude, em sua maior parte a classe média letrada do país, que se sensibilizava com os rumos da política, avessa ao regime militar implantado a partir de março de 1964 e desfavorável à política imperialista norte-americana. Essa parcela da sociedade, composta principalmente de estudantes, também levantava bandeiras próprias, lutando a favor de um ensino gratuito e de qualidade, com propostas específicas dentro do movimento estudantil.

Além dos estudantes, o movimento de contestação desse período contou com a participação de alas do clero católico mais progressistas, de trabalhadores, artistas e operários que deflagraram contra a situação ilegítima, greves e protestos maciços, exigindo reajustes salariais, liberdade de expressão e denunciando os maus tratos e a violência nas dependências do Exército, Marinha e Aeronáutica.

A produção cultural também não ficou à parte da contestação política e social. Em meio a essa década de tumulto, esperanças e baionetas, a oposição à ditadura produziu excelentes dramaturgos como Augusto Boal, José Celso Martinez Corrêa, músicos, como Chico Buarque, Nara Leão, Zé Ketti, Caetano Veloso e Gilberto Gil, cineastas como Glauber Rocha, e foi a responsável por um

¹⁴ MORAES, J. Q. de. *Tempo Social*, 1987, *op. cit.* p. 8.

jornalismo crítico da melhor qualidade, como foram as publicações de *O Pasquim*, *Pif- Paf*, *Opinião*, *Movimento* e jornais como o *Última Hora*.

De 1962 a 1968, por exemplo, a produção intelectual deu vazão ao descontentamento e à denúncia através da literatura, do teatro, do cinema e da música. Com a produção das peças do Teatro de Arena e *Opinião*, dos filmes do Cinema Novo, dos Centros Populares de Cultura, criados pela UNE, essa camada pôde levar seus protestos pelo interior do Brasil. Como afirma Ridenti, o Arena “viria a se constituir num dos baluartes da resistência cultural. No período, além das peças que procuravam refletir sobre a conjuntura nacional, quase todos os seus integrantes militavam em organizações de esquerda ou eram simpatizantes¹⁵”.

De 1962 a 1964, particularmente, esse tipo de produção “buscava no passado uma cultura popular autêntica para construir uma nova nação, ao mesmo tempo moderna e desalienada, no limite socialista¹⁶”. “Quase todos os poemas do *Violão de Rua* por exemplo, expressavam a recusa da ordem social instituída por latifundiários, imperialistas (...)”. O homem do povo era idealizado, seja na figura do camponês ou do operário, num período em que “pairava no ar a experiência da perda da humanidade, certa nostalgia melancólica de uma comunidade mítica já não existente ¹⁷(...)”.

Após o golpe, contudo, essa parcela da intelectualidade brasileira continuou na tarefa de denúncia e conscientização popular, período esse que “testemunharia a superpolitização da cultura¹⁸”. A insatisfação popular burlando o bloqueio político e desafiando as autoridades militares explodiu na imprensa, no rádio, na televisão, nos espetáculos de música, cinema e teatro. A intelectualidade brasileira divulgou

¹⁵ RIDENTI, M. Cultura e Política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, J. DELGADO, L. de. (Org.). *op. cit.* p. 139.

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 136.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 141.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 143.

suas discussões e insatisfações através de um mecanismo eficiente, porém muitas vezes velado, marginal ou clandestino.

Enquanto boa parcela da sociedade, sob diferentes mecanismos de contestação, manifestava-se contra esse estado de coisas, os militares assumiam cada vez mais o controle da máquina estatal. Com um projeto nacional de grande coesão, as Forças Armadas ocuparam maciçamente as instituições políticas, culturais e econômicas do país, e o Brasil assistiu então, à concentração do poder pelo executivo, passando a viver sob o manto da Segurança Nacional.

Essa imagem de força produzida pelos militares em resposta à subversão foi dada através dos inúmeros atos institucionais promulgados pelo governo. Com a função de prolongar a permanência dos militares no poder, e barrar as liberdades constitucionais de até então, essa legislação arbitrária, cujo dispositivo mais ferino foi o Ato Institucional nº 5 (AI5), tinha como premissas, sanções que iam da prisão à pena de morte, para qualquer que fosse a contestação ao governo¹⁹. Através dele estabelecia-se o fim do *habeas corpus*, e a paralisação completa de todas as atividades de denúncia e reivindicações. Com o AI-5, o presidente concentrava todos os poderes e decisões, podia decretar o recesso do Congresso, das Assembleias estaduais e das Câmaras municipais, podendo intervir nos estados e municípios. Pelo decreto, a imprensa é censurada, não poupando nem o ex-aliado do governo, o jornalista Carlos Lacerda, que tem seus direitos políticos cassados por dez anos, dias após a decretação do Ato, bem como muitos outros funcionários públicos, trabalhadores liberais, operários, estudantes, militares e políticos.

Assim, os direitos civis de expressão de pensamento e debate de idéias seriam nocivos à soberania da pátria. Ser brasileiro, amar o país ou deixá-lo, serviriam como lema da propaganda oficial do governo. Era a tentativa de

¹⁹ SOUZA, P. *Autópsia do medo*: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000, p. 131.

intimidação do povo brasileiro apelando para a violência e definindo a nova postura do governo que não toleraria mais a oposição na sociedade.

Desta forma, as Forças Armadas hostilizaram e cassaram da vida política nacional as lideranças populares, oposicionistas ou nacionalistas, reprimindo todas as manifestações políticas e ideológicas. O quadro de crueldade e desatinos seria completado pela comunidade de Segurança, anos mais tarde. Pelo Decreto 898, conhecido como “Lei de Segurança Nacional”, lançava-se mão de dispositivos ainda mais draconianos em resposta à luta armada, ampliando o instrumental jurídico com o quais o regime militar definia os crimes contra a Segurança Nacional. Seriam também os anos das mais ignominiosas torturas e coações realizadas nos chamados DOI-CODIS criados em 1970, que lançariam o país num grande clima de medo e luta contra o “terrorismo”.

Com o AI-5 completava-se com efeito, o quadro de fechamento e de proibições da ditadura militar. O quadro de arbitrariedades vai acirrar ainda mais a idéia de luta armada em alguns setores que já se mantinham em franca oposição. O movimento estudantil perdia sua força de mobilização e ajudaria a engrossar as fileiras dos movimentos armados, que dariam continuidade à sua política de sensibilização da opinião pública contra o regime militar, e a favor do socialismo²⁰. Como afirmou Gorender, o desbarato momentâneo da esquerda quando os golpistas já tinham o poder nas mãos, não foi capaz de destruí-la. “Uma parte dos militantes cessou a atuação política ao menos momentaneamente” enquanto “a maioria se pôs à procura de rearticulação na clandestinidade”. Segundo o autor, “o anseio pela desforra se tornou o sentimento mais acirrado²¹.” A questão da luta

²⁰ As propostas de implantação do socialismo ou comunismo eram colocadas por essas organizações armadas. A Ação Libertadora Nacional por exemplo, ainda que propusesse uma luta a favor da libertação nacional, esperava a longo prazo, a implantação do socialismo. A organização segundo Carlos Eugênio Paz nunca escondeu de seus quadros essas intenções (entrevista de Carlos Eugênio Paz, 21 de setembro de 2003, Transcrição da fita, Lado B, p. 3-4). Cf. também REIS, D. A. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*, p. 53-54 e GASPARI, *A Ditadura Escancarada*, p. 193-194.

²¹ GORENDER, 1987, *op. cit.* p. 70.

armada acentuou-se nesse contexto, embora a ela se acrescentassem outras questões relacionadas “aos antecedentes partidários e doutrinários, a influências teóricas de origem nacional e internacional, pressões de países socialistas, limitações regionais, etc²²” que teriam como consequência a proliferação de muitas siglas de organizações nesses anos.

Em breve o cenário nacional seria tomado por diversas organizações guerrilheiras, que diante do quadro asfixiante em que o país se encontrava – o movimento estudantil censurado, universidades controladas, grêmios vigiados, fechamento do Congresso Nacional, cassações indiscriminadas, violência, prisões e desaparecimentos – foram progressivamente amadurecendo a opção pelo confronto armado.

A Ação Libertadora Nacional (ALN) estaria entre alguns desses grupos²³ revolucionários que se formariam, entre diversas outras organizações, como a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) surgida em janeiro de 1968²⁴, o MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro)²⁵, os COLINA (Comandos de Libertação Nacional) também de 1968²⁶, a REDE (Resistência Democrática)²⁷, etc.

²² Idem, *ibidem*, p. 79-80.

²³ Não podemos desconsiderar aqui tentativas anteriores de implantação de focos guerrilheiros e de manifestações contra o golpe, como por exemplo, o esboço de guerrilha sob a liderança de Leonel Brizola na Serra do Caparaó em 1965, levado adiante pelo MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), a sublevação no Rio Grande do Sul da Coluna Cardim, liderada pelo coronel Jefferson Cardim e os vários campos de treinamento instalados pelo MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes) nas regiões de Goiás inspirados no líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião ainda antes de 1964. Destaca-se também a dissidência do Rio de Janeiro, que apelidada de Movimento Revolucionário Oito de Outubro pela repressão (sigla posteriormente assumida pela dissidência da Guanabara), foi rapidamente desbaratada, tendo sido presos todos os seus integrantes.

²⁴ Surgida de uma dissidência da Polop e de seguidores do sargento Onofre Pinto, a organização adotou a sigla VPR somente em dezembro de 1968, embora já viesse realizando ações de guerrilha urbana no início desse ano.

²⁵ O MR-8 surgiu da Dissidência Estudantil da Guanabara em novembro de 1966. Cf. depoimento de Vladimir Palmeira e Fernando Gabeira no livro de Antônio Caso, *A esquerda Armada no Brasil*, 1976, p. 30 e segs.

²⁶ Os Colina surgiram de uma dissidência da Polop juntamente aos egressos do movimento brizolista. Teve vida curta no entanto, mantendo-se até o ano de 1969 quando muitos de seus

Contabilizados, esses grupos estavam divididos em mais de trinta organizações clandestinas²⁸, constituindo-se de egressos do Partido Comunista Brasileiro, da Ação Popular, da agremiação Política Operária (POLOP) e de remanescentes de movimentos militares como o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) encabeçado por Leonel Brizola, e da Frente de Libertação Nacional (FLN) tendo a sua frente o major Cerveira²⁹, embora nem todos fossem adeptos da luta armada ou tenham adotado esse direcionamento em um momento posterior. Da mesma forma, a Dissidência Estudantil do PCB de São Paulo e do Rio de Janeiro forneceriam posteriormente muitos quadros para essas organizações.

2. A Ação Libertadora Nacional (ALN)

A ALN caracterizou-se por ser a organização armada de maior expressão e contingente entre todos os grupos que lutaram contra a ditadura no intervalo de

milитantes foram presos. Após a crise, os remanescentes do grupo uniram-se em meados de 1969 à VPR, dando origem à VAR-Palmares.

²⁷ A Resistência democrática foi um pequeno grupo armado e se notabilizou pela participação no seqüestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi em março de 1970. Seu principal líder era Eduardo Collen Leite. De acordo com Gorender em junho de 1970 a REDE perde sua autonomia integrando-se à ALN. A entrada de Eduardo Leite na organização efetua-se em junho de 1970. (GORENDER, 1987, *op. cit.* p. 191).

²⁸ Cf. *O fantasma da Revolução Brasileira* de Marcelo Ridenti, publicado em 1993, onde o pesquisador reúne grande número dessas organizações.

²⁹ Houve várias organizações armadas ligadas ao nacionalismo revolucionário de esquerda como o MNR, MR-26, MR-21, MAR, FNL, RAN. Segundo o *Brasil: Nunca Mais* a raiz comum desses agrupamentos foram as mobilizações em prol das reformas de base, as agitações desenvolvidas entre as bases das Forças Armadas e, principalmente, as articulações vinculadas ao nome de Leonel Brizola nos anos anteriores ao Golpe Militar de 1964. A FLN, embora tenha tido vida curta, foi fundada pelo major do Exército, Joaquim Pires Cerveira, cassado em 1964. Sua área de atuação concentrou-se no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Em 1970, Cerveira foi preso, e algum tempo depois, banido com mais 39 presos políticos, trocados pelo embaixador alemão. Em 1973, Joaquim Cerveira foi seqüestrado em Buenos Aires por policiais brasileiros e trazido ao Brasil. Seu nome integra a lista de desaparecidos políticos.

1968 a 1973³⁰. Originou-se de uma dissidência do PCB, sendo denominada inicialmente de Agrupamento Comunista de São Paulo.

Sua formação está relacionada às oposições surgidas dentro do PCB com relação à mudança de orientação política do partido no final dos anos 50, quando o PCB decide-se pela continuação da luta política através do caminho pacífico. A Declaração de março de 1958, surgida durante seu V Congresso, realizado no ano de 1960, concretizava sua linha de atuação .

A mudança da orientação política do partido brasileiro foi influenciada sobretudo pelo XX Congresso do PCUS realizado no ano de 1956, através do qual vieram à tona os crimes de Josef Stálin. O informe sobre esses crimes provocaria grandes perturbações no interior do partido, originando uma cisão em suas fileiras conduzida por Maurício Grabois e João Amazonas. Adeptos das posições stalinistas, Grabois e Amazonas seriam excluídos do Comitê Central do Partido em 1960, e formalizariam até fevereiro de 1962 a existência do Partido Comunista do Brasil (PC do B)³¹.

Quanto à proposta de luta armada dentro do PCB, esta vinha ganhando respaldo entre alguns de seus delegados desde a sua IV Conferência Nacional realizada em dezembro de 1962 . A orientação direitista do Comitê Central do PCB nessa conferência, havia sido preterida por seus integrantes em favor das propostas da Comissão Executiva – composta nesse momento por Carlos Marighella³², Mário Alves e Jover Telles – através da qual, a luta armada recebia mais espaço, colocando-se como alternativa possível junto ao caminho pacífico³³. Aos poucos se concretizava o afastamento de alguns delegados do partido com

³⁰ Cf. MIRANDA, N.TIBÚRCIO, C. 1999; GORENDER, J. 1987.

³¹ GORENDER, 1987, *op. cit.* p. 34.

³² Marighella fora eleito membro da Comissão Executiva do Partido em 1957.

³³ GORENDER, 1987, *op. cit.* p. 46.

relação ao caminho “conciliador” pretendido pelo PCB. O final do final de 1963 segundo Gorender, acentuaria ainda mais “o reboquismo” do partido³⁴.

A vitória dos guerrilheiros cubanos em 1959, a luta heróica do povo vietnamita e o golpe militar no Brasil estimulariam ainda mais as contradições dentro do PCB. Em 1966 o Comitê Estadual de São Paulo elege Marighella como seu primeiro-secretário numa afirmação ostensiva da afinidade política com sua posição – tornada pública no segundo semestre de 1965 no livro *Por que resisti à prisão*³⁵ – e oposta à linha política do Comitê Central. Como afirmou Gaspari, a retórica do dirigente vinha esquentando desde esse ano, quando na publicação do texto *A Crise Brasileira*, Marighella defendia a guerrilha como uma forma de luta complementar, ainda que se “conservasse longe do militarismo agudo”³⁶.

A formação da ALN esteve estreitamente ligada à trajetória política e pessoal de Carlos Marighella, considerado o maior articulador da dissidência no PCB³⁷. Formada inicialmente por Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Rollando Fratti, Rafael Martinelli, Apolônio de Carvalho e Mário Alves, a dissidência contudo não se manteve unida posteriormente. Mário Alves e Apolônio de Carvalho, alegando a necessidade de um partido revolucionário, fundam o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), discordando das propostas de luta armada do grupo que seguiria Marighella.

³⁴ Idem ibidem, p. 46.

³⁵ Como afirmou o dirigente da ALN nesse texto do segundo semestre de 1965, “as forças populares e nacionalistas – e entre elas os comunistas – declararam no passado, repetidas vezes, que a violência dos golpistas seria respondida com violência. Mas por inadvertência de todos, estas declarações ficaram em palavras e não foram acompanhadas por atos. O golpe foi afinal desencadeado pela força das armas e não encontrou nenhuma resistência, pois nada estava preparado, e a perplexidade se propagou entre os que deviam se opor ao atentado”. MARIGHELLA, 1994, *op.cit.* p. 140.

³⁶ GASPARI, *A Ditadura Envergonhada*, *op. cit.* p. 249 e Cf. FREI BETTO. *Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Marighella*, 1982, p. 23 e GORENDER, 1987, p. 95.

³⁷ De acordo com a *Folha de S. Paulo*, 30/03/1998, p. 5.3.e 6.5 dez mil integrantes do partido seguiram Marighella, cinco mil teriam acompanhado Mário Alves e outros cinco mil haviam se dispersado em outros grupos.

As propostas de luta armada de alguns segmentos do PCB, em curso durante todo o ano de 1966, seriam corroboradas durante o ano de 1967. Em junho desse mesmo ano, Marighella a convite de Fidel Castro vai a Cuba para participar da Assembléia da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). Sua ida ao país consolidaria a opção do dirigente pela propaganda armada, e cada vez mais, se passaria a estimular a sua deflagração. De resto, sua viagem a Cuba precipitaria os acontecimentos em direção à dissidência interna no partido.

Em sua volta ao Brasil em dezembro do mesmo ano, Marighella deparava-se com sua expulsão do PCB e com a intervenção do Comitê Central no quadro partidário paulista. Era, segundo a Direção do Partido, a consequência de sua indisciplina às suas proibições e que se estenderia ao Comitê de São Paulo, gerando a saída de uma dezena de dirigentes históricos. O intuito do Comitê Central era golpear o denominado “marighellismo” dentro de seus quadros, em benefício da manutenção de sua linha política.

A resposta de Marighella e dos demais quadros do partido foi a formação do Agrupamento Comunista de São Paulo. Como afirma Gorender, em fevereiro de 1968 através do *Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo* “esboça-se um tipo de organização moldado para as tarefas de luta armada e oposto à estrutura tradicional do partido comunista³⁸”. Em agosto de 1968 a organização receberia oficialmente o nome de Ação Libertadora Nacional (ALN).

O caminho pacífico de luta estava sepultado para essa parcela dissidente, e a luta interna travada dentro do partido (PCB) – pelo menos para uma parte de militantes – representava um entrave para as organizações revolucionárias. Tinham fim, portanto, as divergências alimentadas dentro partido por dois anos, de

³⁸ GORENDER, 1987, *op. cit.* p. 95.

1964 a 1966, com as quais se debatiam os comunistas a respeito do confronto armado³⁹.

Formada, a ALN atrairia uma grande rede de simpatizantes e militantes, particularmente de parcelas jovens da sociedade. Segundo as estimativas, sete em cada dez militantes da área estudantil estavam ao lado de Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, os principais dirigentes da organização.

A ALN arregimentou em seus quadros uma parcela significativa desses estudantes, particularmente no interregno entre o V⁴⁰ e o VI Congresso do PCB, quando se consolidava a mudança de orientação política do partido comunista. A dissidência estudantil em São Paulo e no Rio de Janeiro principalmente, e muitos estudantes que participaram das movimentações de rua durante todo o início do ano 1968, solidarizaram-se com a organização, ajudando a solidificar sua estrutura e fornecendo muitos quadros para os mais variados tipos de colaboração.

O ano de 1966 particularmente ficou marcado pela luta interna dentro das esquerdas estudantis. A Dissidência Comunista da Guanabara por exemplo desligou-se do Partido em novembro desse mesmo ano, convertendo-se em uma

³⁹ GASPARI, *A Ditadura Envergonhada*, *op.cit.* p. 247.

⁴⁰ A Declaração de 1958 que se produziu no V congresso do PCB afirmava o caráter antiimperialista e antifeudal da revolução brasileira e a burguesia nacional era apresentada como sua aliada. Como afirmou Carone, "há, no entanto, dois pontos críticos na ação do PCB, entre 1958 e 1964: a mudança de linha política, em março de 1958, e a ilusão de que o processo brasileiro, no momento, seria inevitavelmente democrático (CARONE, vol. 3, 1982 *op. cit.* p. 2)". O Partido Comunista Brasileiro não seguiria a linha proposta por Carlos Marighella e outros membros do partido que a partir da Olas aderiram à luta armada. "O PCB não segue a mesma linha, mas sofre seus efeitos: um deles é a perda de parte de seus afiliados que o acusam de ser moderado. A crítica externa e a interna, somadas às consequências produzidas pela reação policial, obrigam o partido, a se redefinir e a convocar o VI Congresso, em 1967 (Idem, *ibidem*, p.4)". No VI Congresso o partido faz um balanço da situação de sua derrota e crise e reafirma a luta antiimperialista contra a ditadura e a favor da aliança com a burguesia nacional. O V Congresso ocorrido um ano após a Revolução Cubana, em 1960, elegeu novo comitê e a aliança com a burguesia passava a ser sua orientação tática. Os adeptos da aliança com as forças populares e contra a inclusão da burguesia transformaram-se em minoria. Para Gorender, "a atuação do PCB no período do Governo Goulart, receberá a marca de ambas tendências", porém a primeira se constituirá na diretriz dominante (GORENDER, 1987, *op. cit.* p. 32).

organização independente e muito atuante mas que num momento posterior seria duramente atingida pela repressão militar. De acordo com o depoimento do líder estudantil Vladimir Palmeira, o ano de 1967 “foi um ano de balanço, de inventário, de preparação para a luta armada. Foi um ano de trabalho político duro, árido, para o movimento estudantil” mas um período em que “o movimento estudantil brasileiro já compreendia, com clareza muitas de suas limitações⁴¹”. De acordo com ele foi intensa a propaganda da luta armada, que chamava a atenção para a formação de um exército guerrilheiro. “Foi por essa ocasião que muitos elementos da massa estudantil e do povo começaram a compreender a necessidade de formas mais organizadas de luta, superiores às do movimento de massas, para estremecer o poder da burguesia⁴²”.

O ano de 1968 marcaria de resto o aparecimento das ações armadas, realizando-se as primeiras expropriações de dinheiro e armas tanto pela Ação Libertadora Nacional como pela Vanguarda Popular Revolucionária. O depoimento do ex-sargento Darcy Rodrigues, militante da VPR, afirma que o primeiro assalto da organização foi realizado em janeiro de 1968⁴³. A ele integrar-se-iam outros episódios dentro de seu grupo como a retirada de armas do Hospital Militar de Cambuci em São Paulo, a explosão de um carro bomba no Quartel General do II Exército, o justicamento do agente da CIA, capitão Charles Rodney Chandler onde o mote era “Ousar Lutar, Ousar Vencer”.

De maneira geral a estrutura da ALN compunha-se de uma direção nacional e de direções regionais espalhadas pelos estados do país. A direção nacional coordenava os trabalhos realizados pelas direções regionais, assessorando no trabalho político e militar. Sua figura mais significativa desde o surgimento da organização foi Carlos Marighella. Eventualmente o líder guerrilheiro podia contar com o auxílio de uma considerável retaguarda na provisão de armas, alojamento,

⁴¹ CASO, A. *A esquerda armada no Brasil: 1967/1971* [S.l.], 1976: p. 30-31.

⁴² Idem, ibidem, p. 32.

⁴³ Idem, ibidem, p. 118.

transporte, dinheiro etc, que funcionava como rede de apoio ou mesmo como possíveis quadros de combate. Como exemplo desta retaguarda, podemos citar a presença de Antônio de Oliveira Santos, Luís José da Cunha, Genésio Homem de Oliveira, Flávio Médici Camargo, Boanerges Souza Massa, Antônio Carlos Madeira, Carlos Knapp, Farid Helou ou dos mais jovens como Iuri Xavier Pereira.

A ALN era marcada nas palavras do dirigente por “pequenos agrupamentos com vida própria, e militantes revolucionários solitários, ou franco atiradores” que integrariam a organização, desde que “aceitem, defendam e cumpram sem reservas todos nossos princípios estratégicos, táticos e orgânicos⁴⁴”.

Os Grupos Táticos Armados (GTA) serviriam como o instrumento para as operações de guerrilha urbana. A fonte de recrutamento basear-se-ia em militantes já experimentados nessas ações ou que se submeteriam a treinamento mediante adesão ao grupo. A entrada nesses grupos não deveria se basear em simpatias pessoais mas, segundo as regras, na capacidade técnica e na firme decisão desses militantes. O primeiro GTA da ALN foi formado e liderado em 1968 por Marco Antônio Braz de Carvalho e João Leonardo da Silva Rocha⁴⁵. Esse setor era especializado na provisão de armas, explosivos e na execução das tarefas da organização como expropriações de automóveis, bancos, confrontos com a polícia e propaganda armada.

De acordo com dados fornecidos por Gaspari, o primeiro GTA da organização chegou a contar com quarenta integrantes⁴⁶. Após a morte de Marco Antônio⁴⁷, o “Marquito” da ALN, em confronto policial em 28 de janeiro de 1969,

⁴⁴ MARIGHELLA, C. *De questões de Organização*, dez 68, p. 3.

⁴⁵ Cf. depoimento de João Leonardo Rocha no livro *A esquerda Armada no Brasil* de Antônio Caso, p.143-9. O militante Washington Mastrocinque Soto Mayor afirma que fizeram parte ainda do primeiro GTA, os militantes Casimiro Taleics e “Helinho”, desconhecendo seu verdadeiro nome (MIR, 1994, *op. cit.* p. 699).

⁴⁶ GASPARI, *A Ditadura Escancarada*, *op. cit.* p. 49.

⁴⁷ A morte de Marco Antônio encabeçava um repertório de outras prisões e mortes dentro da organização. A ALN fornecia alguns de seus quadros para participar de ações conjuntas com outras organizações, principalmente junto a VPR, pelo menos em seu início. A prisão de alguns

Virgílio Gomes da Silva passa a substituí-lo no grupo. Como afirma Gorender, “em pouco tempo o grupo chegou a ter quarenta guerrilheiros e se dividiu em dois subgrupos, liderados por Carlos Eduardo Pires Fleury e por Takao Amano⁴⁸”.

A ALN até 1969 contava com quatro GTAs (Grupos Táticos Armados) concentrados em São Paulo principalmente⁴⁹ e enviou muitos quadros para treinamento guerrilheiro em Cuba, de 1967 a 1971⁵⁰.

milитantes dessa última, após o *justiçamento* do capitão Charles Chandler em outubro de 1968 e a queda de outros envolvidos no episódio de Itapeverica da Serra, onde um caminhão pintado com as cores do Exército faria parte de um plano de retirada de armas do quartel de Quitaúna, conduziram à prisão uma série de militantes da ALN. Hermes Camargo Batista, “Xavier” militante pertencente a VPR foi preso e indicou sob tortura o apartamento em que Marquito e João Leonardo Rocha moravam. Leonardo foi preso e Marquito morto. Como Gaspari afirmou, “em janeiro e março de 1969 a ALN levava sobras da ofensiva contra a VPR”. Segundo dados recolhidos por ele, foram ao todo dezoito pessoas presas nesse episódio (GASPARI, A Ditadura Escancarada, *op. cit.* p. 148). Em um momento posterior a essas quedas de abril de 1969 novamente a ALN enfrenta dificuldades. Após um assalto a um trem-pagador realizado em 29 de setembro de 1969, dois GTAs da ALN são desmobilizados tendo como consequência a prisão de Takao Amano, Manoel Cyrillo e Carlos Lichsztejn e a morte de Luís Fogaça Balboni. Nova onda de prisões se verificaria após o seqüestro do embaixador americano e a morte do próprio dirigente da organização, Carlos Marighella (Idem, *ibid.* p. 148). “Antes do ‘ponto’ da Alameda Casa Branca (onde Marighella foi assassinado) a ALN perdeu em torno de trinta quadros” (Idem, *ibidem*, p. 156). Após a morte de Marighella ocorreram mais desestruturações em seus comandos, “menos de um mês do seqüestro de Elbrick estava quebrada a estrutura com que a ALN sobreviveria desde 1968 (...) as prisões (...) devastaram sobretudo a cúpula e o braço armado da organização”. Entre alguns presos nos dois episódios estavam Aton Fon Filho, Otávio Ângelo, José Nonato Mendes, Jeová Assis Gomes, Adilson Ferreira da Silva, Hans Rudolf Manz (depois passou a colaborar com a repressão), Paulo de Tarso Venceslau, Fernando Brito, Yves Lesbauspín, Carlos Alberto Libânio Cristo, Antônio Pena Ribeiro, Manoel Guimarães Moraes, Antônio Pena Ribeiro, Eunício Cavalcanti, Genésio Homem de Oliveira Freitas Silva, Cláudio Torres, Daniel Aarão Reis, Vera Sílvia Magalhães, Cid Queiroz Benjamin, Fernando Gabeira Franklin Martins, Giorgio Calegari, João Antônio Caldas Valença e estavam mortos, Virgílio Gomes da Silva e José Wilson Lessa Sabag. Da VPR nesse período, foram presos, Maria Auxiliadora Lara Barcelos, Antônio Roberto Spinosa e Chael Charles Schreier (21 de novembro de 1969). Em 19 de setembro de 1969 ainda morreram dois militantes da ALN Ishiro Nagami e Sérgio Correia em decorrência da detonação de explosivos no automóvel em que estavam.

⁴⁸ GORENDER, 1987, *op. cit.* p. 153.

⁴⁹ Segundo Gorender, a organização incorporou da dissidência estudantil 70% de seus quadros. A ALN foi bastante expressiva em São Paulo, ainda que tenha desenvolvido núcleos no Rio de Janeiro e Minas Gerais. “Em outros estados, grupos da ALN surgirão mais tarde, comumente de dissidências de organizações concorrentes” (GORENDER, 1987, *op. cit.* p. 98).

⁵⁰ Segundo Denise Rollemberg, a organização enviou para Cuba para treinamento de guerrilha, um terço de seus quadros. Como afirma a autora, a ALN “foi a organização que mais enviou militantes para treinamento. Em setembro de 1967 foi formada a primeira turma, chamada de I Exército da ALN, que treinou 16 militantes até julho de 1968, e em seguida formaram-se o II Exército (30 militantes treinados entre julho de 1968 e meados de 1969), o III Exército (33 militantes treinados

Apesar da existência da Coordenação Nacional, a organização era marcada por uma considerável autonomia tática que dava ao militante grande liberdade de escolha ao participar das ações urbanas. A organização mantinha um caráter horizontal de atuação e estimulava a luta através de exortações do tipo, “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução”, “a ação faz a vanguarda” ou “ninguém deve pedir licença para fazer a revolução”.

A Ação Libertadora Nacional apresentava a guerrilha urbana como um embrião do que viria a se tornar uma coluna guerrilheira, especialmente durante sua fase no campo. A estratégia da organização, ainda que ela restringisse sua maior atuação nas cidades, era ganhar o campo⁵¹, considerado o *locus* privilegiado dentro do caráter de revolução da ALN. A versão corrente dentro do grupo, influenciada principalmente pelo livro do francês Régis Debray, *Revolução na Revolução*, era de que o campo (onde a mobilidade e capacidade tática operacional eram superiores) cercaria a cidade, considerada o cemitério dos revolucionários. Ao contrário, no entanto, da teoria de Debray, a ALN não representava uma organização de linha foquista, controversia bastante alimentada por pesquisadores e militantes. Segundo depoimento de Otonni Fernandes, nas propostas de Carlos Marighella expostas no documento *Algumas questões sobre*

entre maio e dezembro de 1970) e o IV Exército (13 militantes em fins de 1970 e julho de 1971) - (ROLLEMBERG, 2001, *op. cit.* 40)”. Na pasta DEOPS-50-Z941011, RP nº 01/72, p. 4, existe a afirmação de que a organização providenciou treinamento guerrilheiro em Cuba a aproximadamente 100 elementos que “voltavam gradativamente mais experientes e capacitados, dificultando suas prisões e, por outro lado, facilitando a rearticulação da organização”. O documento continua a afirmar “Atualmente vários elementos já regressaram de Cuba e estão agindo em São Paulo, assim como em outros Estados, ocupando posições de direção, radicalizando a linha de ação, adotando a violência, face ao fanatismo adquirido após longo preparo ideológico”.

⁵¹ De fato houve alguns assentamentos de militantes no campo, na chamada “região estratégica” que incluía o sul do Pará, Goiás e Maranhão. Carlos Marighella pretendia implantar militantes aí, criando uma zona de recuo que posteriormente seria usada para a deflagração da guerrilha rural. No entanto, após a morte de Marighella esses contatos são perdidos. A volta dos militantes treinados em Cuba, estando lá já há dezoito meses, efetua-se no primeiro semestre de 1970. Ainda que Joaquim Câmara Ferreira tenha tentado esforços no sentido de recuperar essas bases perdidas, pretendendo implantar na região grande parte dos militantes regressos de Cuba, logo as tropas da repressão dissolveram essas bases, como atesta Gaspari (GASPARI, *A Ditadura Escancarada*, *op. cit.* p. 192) “entre maio de 1970 e agosto de 1971, sem um tiro, três expedições dissolveram pelo menos seis bases da ALN (...)”.

a guerrilha no Brasil⁵², “ficava explícito que Marighella não era adepto da teoria do foco guerrilheiro”, onde segundo ele, se propunha uma reedição do modelo cubano, em que um pequeno grupo de revolucionários lançaria a guerrilha numa região inóspita do campo (...)”. O texto segundo Fernandes, fora escrito em Cuba, no final do ano de 1967 data da reunião da OLAS para a qual Marighella havia sido convidado, e portanto, já nesse período era de conhecimento do dirigente comunista o fracasso que a teoria do foco teria causado nas intenções de Che Guevara⁵³.

Esse roteiro contudo, não foi seguido à risca. A guerrilha urbana, considerada como uma linha auxiliar da guerrilha rural, acabou aos poucos prevalecendo dentro da estratégia de revolução da ALN, onde o campo mantinha inicialmente o privilégio. Para o militante Ottoni Fernandes, o que dava idéia de que a guerrilha estava em alta eram as ações armadas. Marighella definira que 1969 seria o ano da guerrilha rural, no entanto, não sobreviveu para continuá-la. Seu projeto de lançamento estava definido para o dia 15 de novembro de 1969 segundo afirmou Carlos Eugênio⁵⁴. No entanto, a ALN ainda que tenha implantado e ocupado clandestinamente áreas no campo, não logrou sua ação estratégica. Limitou-se às cidades e às ações de caráter tático, não ultrapassando o “ciclo urbano”. O distanciamento do campo, a substituição da estratégia pela tática aliada à especialização da repressão, que em pouco tempo teve um salto de qualidade espantoso, podem ter colocado um fim mais rápido à organização. Além disso a guerra psicológica promovida nas cidades contra a existência dos grupos terroristas, minara o apoio da população, já conquistada pelo consumismo nas

⁵² O *Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo* de fevereiro de 1968, p.46 afirma já no título que a guerrilha não é um foco. Segundo o documento “o foco seria lançar um grupo de homens em um lugar qualquer do Brasil e esperar que em consequência disto, surjam outros focos guerrilheiros em diferentes pontos do país. Para nós a guerrilha brasileira não terá possibilidade alguma de vitória senão como parte de um plano estratégico e tático global. A preparação da guerrilha exige o treinamento do combatente, a coleta de armas, a escolha do terreno, a estratégia e a tática a seguir e finalmente um plano de apoio logístico”.

⁵³ FERNANDES JÚNIOR, 2004, *op. cit.* p. 228.

⁵⁴ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 127.

cidades. No campo, através de um trabalho de conscientização lento e amplo a ALN poderia ter assentado raízes mais duradouras como afirmava Carlos Marighella. A organização permaneceu atuante de 1967 a 1973 nas cidades e o campo acabou se constituindo em uma área de retaguarda, ficando à margem da estratégia principal da organização.

O quadro de apuros da organização seria completado por mais três fatores: ações de grande impacto, realizadas ao sabor das circunstâncias e levadas por imediatismo sem um trabalho ideológico consolidado, repressão funcionando a todo vapor e falta de apoio ideológico das massas. O isolamento da guerrilha, dessa forma, seria a consequência natural de um processo de declínio, assim como atitudes extremadas dentro de suas fileiras, levando a um militarismo e a uma rigidez intensos em seu interior, movidos principalmente, pela ânsia de sobrevivência.

A organização permaneceria, assim, irremediavelmente nas cidades, procurando se expandir através “de armas na mão”, contrariando o conselho de Marighella, “sempre que sofremos um prejuízo com perda de homens e materiais, nunca respondemos (...) a título de vingança ou demonstração de força. Primeiro, tratamos de por em ordem nossas fileiras e procurar nossas feridas. Então depois de feito isto, tratamos de atacar⁵⁵”.

O *Mini Manual do Guerrilheiro Urbano* daria a tônica dos próximos passos a serem tomados ao final, na tentativa de preservar os núcleos armados nas cidades. Contrária a estruturas numerosas, como o fora o PCB, a organização defendia a adoção de pequenos grupos de ação nas cidades, já que na opinião de Carlos Marighella estruturas pesadas representavam a morte para um projeto

⁵⁵ Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo, p. 50, item 31.

guerrilheiro. Cada grupo deveria conter no máximo três integrantes e evitar contatos freqüentes entre si para se preservarem da repressão⁵⁶.

As principais direções regionais da ALN concentravam-se em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Norte e Nordeste do país. A direção Regional de São Paulo era a mais bem estruturada entre todas, contando também com elevado número de militantes. No Rio de Janeiro, a Ação Libertadora não apresentou uma expressiva quantidade de militantes, já que a dissidência estudantil carioca integrou-se quase que totalmente ao MR-8, fornecendo quadros também para o PCBR⁵⁷.

Nos outros estados a ALN manteve estruturas organizadas, porém em número reduzido. Em Minas Gerais por exemplo, o agrupamento que mais atraía os jovens eram os Comandos de Libertação Nacional (COLINA) e posteriormente a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-PALMARES). De maneira geral os outros estados eram locais que funcionariam como bases para a guerrilha rural, representando também uma área de recuo para muitos militantes perseguidos pela repressão.

⁵⁶ No documento *Questões de Organização*, Marighella sustenta "Em nossa organização não existe uma cadeia de comando de natureza complexa, exatamente para não liquidar a sensibilidade de funcionamento, a rapidez de ação, a mobilidade e a capacidade de iniciativa dos grupos. Ou como no trecho: "Pequenos agrupamentos com vida própria e militantes revolucionários solitários ou franco atiradores integram nossa organização com inteira liberdade tática, desde que aceitem, defendam e cumpram sem reservas todos nossos princípios estratégicos, táticos e orgânicos (MARIGHELLA, C. *Questões de Organização*, p. 3). No documento *Do Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo*, o dirigente afirma "Quando dispomos de um grupo armado um tanto numeroso, devemos dividi-lo em pequenas esquadras e jamais lançá-las todas ao mesmo tempo. Devemos também evitar que todos conheçam a todos e que todos conheçam de tudo. CADA UM DEVE SABER SÓ O QUE DIZ RESPEITO AO SEU TRABALHO. O exemplo a seguir é o de JAMIÃO que inclusive quando dispunha de 150 homens sempre os mantinha divididos em pequenos grupos, dando-lhes missões específicas e distintas" (*Do Pronunciamento do Agrupamento*, p. 48, item 25).

⁵⁷ O PCBR, no entanto, entrou em declínio a partir de 1970. "Uma fuga desastrosa depois do assalto a uma agência do banco Sotomayor (...) tivera como consequência uma fieira de prisões que desarticulava a base de organização no Rio de Janeiro" (GASPARI, *A Ditadura Escancarada* 2002, *op. cit.* p. 71). Para maiores detalhes consultar CALDAS, 1981 p. 126, GORENDER, 1987 p. 179-183, e o livro de CAPITANI, 1997, p. 152-57.

A ALN mantinha uma pequena base em Brasília com esse caráter, cujo responsável era Raimundo Nonato dos Santos. Totalizava um número de 28 militantes que faziam parte de uma coluna móvel implantada na rodovia Belém-Brasília. O ex-militante Washington Mastrocinque Martins afirma que esses núcleos seriam Imperatriz no Maranhão, Porto Nacional em Goiás, Conceição do Araguaia no Tocantins, sul da Bahia e sertão mineiro⁵⁸. O projeto de Marighella consistia na montagem de cinco colunas guerrilheiras onde esperava unir-se a uma delas antes do final do ano de 1969. “Pelo seu projeto, partiriam pelo Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Bahia, destruindo cartórios, saqueando latifúndios e distribuindo comida aos pobres, até juntarem-se no sul do Pará, onde procurariam assentar-se num pedaço da mata amazônica⁵⁹”.

Havia igualmente na organização, uma base da ALN em Pernambuco, principalmente nas cidades de Recife⁶⁰ e Olinda como atestam o militante José Calistrato Filho⁶¹ e Carlos Eugênio Paz⁶² e tentava se expandir pelos estados vizinhos como Ceará. No entanto essas bases foram sendo destruídas uma a uma. Em janeiro de 1969 a ainda embrionária base de Brasília é desbaratada. O projeto guerrilheiro no norte, segundo depoimento de Rafael Martinelli,

⁵⁸ GASPARI, *A Ditadura Escancarada*, op. cit. p.102.

⁵⁹ As informações de Gorender dão conta de que em setembro de 1969 a repressão policial anulou o grupo que permanecia no Pará. Entre os presos na operação estava José da Silva Tavares, que posteriormente passaria a colaborar com a repressão.

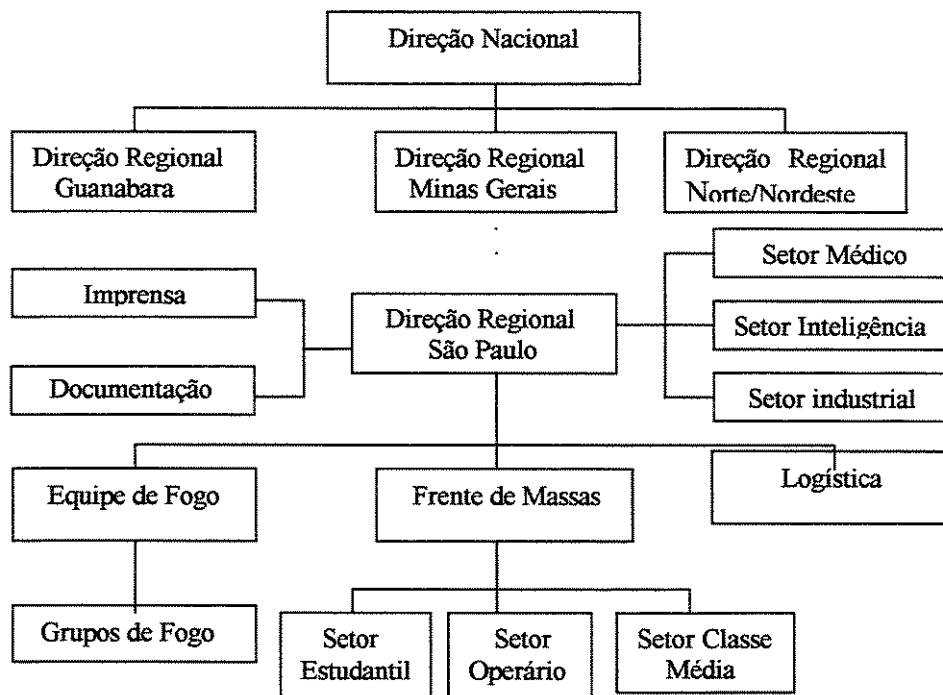
⁶⁰ Desse núcleo de Recife estavam Dulce Chaves Pandolfi, José Roberto Costa do Nascimento e Edson Ezequiel de Souza. Trecho de um jornal sem identificação, encontrado na Pasta Movimento Estudantil-Repressão e Ação Terrorista, pasta 2, do Arquivo Edgard Leuenroth, datado de 10/01/72 revela que esses três réus haviam sido absolvidos por lei. O artigo nomeia alguns integrantes desse núcleo que estariam foragidos até aquele momento, a saber, Samuel Firmino de Oliveira, Perli Cipriano, Maria Teresa Lemos Vilaça, Maurício Anísio de Araújo, Edvaldo Marques de Souza, Rildete Alves Rodrigues, Francisco Vicente Ferreira e Zoé Brito Filho.

⁶¹ CALISTRATO, J. Entrevista, 8/04/02. Disponível em <<http://www.talentosbrasil.com.br>> Acesso em agost. 2003.

⁶² Na entrevista que me foi concedeu em setembro de 2003, Carlos Eugênio Paz refere-se a esse núcleo de Pernambuco, fala sobre a prisão de José Calistrato e revela que evitou mais uma dissidência na região de Fortaleza. Segundo ele, alguns militantes estavam descontentes com os rumos da organização e tentavam fundar uma Frente de Libertação do Norte e Nordeste. (São Paulo, 27 de setembro de 2003, transcrição, lado A, p. 18).

demonstrava sérias dificuldades, pois em meados de 1970 e após a morte de Carlos Marighella, a ALN contava com menos de dez militantes na região⁶³.

Segundo dados fornecidos pelo DEOPS⁶⁴ a estrutura da ALN estava configurada de acordo com o fluxograma abaixo:



⁶³ Em relação às bases da ALN em Pernambuco, Calistrato afirma que no início do ano de 1972, 24 de janeiro de 1972 a região foi invadida pelo IV Exército, sendo ele inclusive baleado e preso. Foi morto nesse período também o militante José Sales de Oliveira em Crato no Ceará. Um trecho de jornal da sucursal de Recife encontrado na Pasta Movimento Estudantil-Repressão e Ação Terrorista, pasta 2, do Arquivo Edgard Leuenroth datado de 23 de fevereiro de 1972 sob o título *Grupo da ALN é desbaratado* revela que foram efetuadas dez prisões na região e a operação teve como saldo a morte de um militante, João Mendes de Araújo que supostamente teria fugido e se jogado ao mar. Segundo o artigo, a prisão do militante Leonardo Mário de Aguiar Barreto realizada em 21 de janeiro daquele ano teria levado a repressão até o grupo de Calistrato. Entre os presos nomeados estão: Maria de Lourdes da Silva, Marluce Gomes da Silva, Aluísio Valério da Silva, José Walter de Araújo (que segundo a notícia fornecia para a ALN carros roubados, chapas frias, e material para adulteração de veículos), Francisco Peixoto de Carvalho, Ivanildo Sampaio Xavier, José Sales de Oliveira, Ivanuse de Queiroz Castro, Firmino Azevedo (os dois últimos presos na Paraíba e segundo as informações, portadores de grande número de armas e publicações subversivas).

⁶⁴ DEOPS-SP. 50-Z9-41011, .RPI nº 01/72, Informação Confidencial, II Ex-cont. fls. 37, p.2.

A Direção Nacional da ALN e a proposta de formação do grupo estavam baseadas na ação revolucionária por excelência. Marighella afirmava no documento organizado pelo Agrupamento Comunista de São Paulo que a organização de um novo partido político nos moldes do PCB representava um retrocesso aos “vícios e às deformações já conhecidos”. De acordo com ele, o conceito teórico que guiava seu grupo era baseado no lema de que “a ação faz a vanguarda”. Para ele seria imperdoável que perdessem tempo “organizando uma nova cúpula lançando os chamados documentos programáticos e táticos, e inaugurando novas conferências (...) Hoje em dia, a mesa de discussões nos une aos revolucionários brasileiros⁶⁵ (...)”

Para se tornar uma vanguarda revolucionária, a organização deveria segundo Marighella “acumular uma prática revolucionária convincente”. A capacidade revolucionária então, daria a tônica da organização. Segundo o dirigente, a ALN não possuía uma linha política e uma linha militar separadas, “nossa linha política é uma linha revolucionária única⁶⁶”.

Quanto à estrutura da ALN, a Direção Nacional assistia às direções regionais, mas o mando político segundo Marighella era determinado pela prática das ações guerrilheiras, pelo seu acerto e suas conseqüências. Como afirmou, “não há comando político sem desprendimento e capacidade de sacrifício e sem participação direta na ação revolucionária. O comando político não significa um mérito nem um reconhecimento pela importância e hierarquia na ocupação de cargos. Os cargos não têm valor. Na organização revolucionária só existem missões e tarefas a cumprir⁶⁷”.

⁶⁵ *Do Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo*, fevereiro de 1968, p. 47.

⁶⁶ *Princípios da Ação Libertadora Nacional*. In: *De questões de organização*, dez 68, p. 2.

⁶⁷ *Idem*, *ibidem*, item 10, p. 2.

As Coordenações Regionais atuavam igualmente com liberdade tática, mantendo contatos entre si e com a Coordenação Nacional na execução das tarefas e na preparação de mais quadros para suas fileiras guerrilheiras. Seriam as responsáveis por “dar suporte aos grupos locais, preparar o lançamento da luta agrária e organizar as ações armadas de maior envergadura, que exigiam a participação de militantes de várias regiões do país”.⁶⁸ As Coordenações Regionais davam assistência à coordenação nacional e eram compostas pelos GTAS, pelos grupos de apoio e pelos setores de inteligência, divulgação e fabricação de armas.

Entre essas coordenações notabilizaram-se principalmente as direções regionais de São Paulo e Rio de Janeiro. Elas estavam compostas em linhas gerais por militantes do GTA em sua maioria, como Otávio Ângelo, José Milton Barbosa, Ana Maria Nacinovic Correa, Antônio Sérgio Mattos, Iuri Xavier Pereira, Lídia Guerlenda, Moema Correa Santiago, Gélson Reicher, Antônio Carlos Bicalho Lana compondo o núcleo paulista e Flávio Augusto Neves Salles, Hécio Pereira Fortes, Antônio Carlos Nogueira Cabral, Aldo de Sá Brito, Ottoni Fernandes Júnior e Marcos Nonato da Fonseca compondo o núcleo carioca.

Na prática a estrutura de apoio da ALN servia também como um apoio ao GTA e se confundiria com ele em atividades. Esse setor de apoio e logística providenciava a falsificação de documentos, moradia, alimentação e a saída de combatentes do país. Entre alguns de seus participantes destacaram-se como fazendo parte desse núcleo os nomes de Carlos Henrique Knapp, Maria Lygia Quartim de Moraes, Eliane Toscano Zamikhowski, , Antônio Flávio Médici Camargo, Aloísio Nunes Ferreira, , Boanerges de Souza Massa, Maurício Segall, Itobi Alves Correa, etc. No Rio destacaram-se Zilda Xavier Pereira, Marieta

⁶⁸ FERNANDES JÚNIOR, *op. cit.* p. 231.

Campos da Paz, Maria da Conceição Sarmento Coelho da Paz, José Ferreira, Carlos Eduardo Fayal⁶⁹, Luiz Eurico Tejera Lisboa⁷⁰ e George Vidor⁷¹.

O Setor Operário fazia o trabalho de conscientização nas fábricas e estimulava o proletariado. Esse setor esteve bastante envolvido nas greves de Contagem e Osasco⁷² das quais muitos militantes da ALN tomaram parte. Destacou-se na ALN a presença ativa da militante Conceição Imaculada de Oliveira, por exemplo, que anos depois participaria em Cuba de um balanço realizado por alguns militantes da organização defendendo a suspensão da luta armada. O setor operário de acordo com depoimento de Carlos Eugênio Paz não foi expressivo na cidade do Rio de Janeiro⁷³.

O setor de Imprensa tinha por funções imprimir panfletos e jornais, e possuía sua própria gráfica. Destacaram-se na organização Iuri Xavier Pereira e Gélson Reicher como responsáveis pela imprensa clandestina. Os jornais principais da organização eram *O Guerrilheiro*⁷⁴ e *Ação*. Pelas fontes do DEOPS,

⁶⁹ Pelos dados de Reinaldo Guarany, Carlos Fayal atuou somente dois meses no GTA carioca, sendo preso no final de janeiro de 1970, p. 17 e p. 43.

⁷⁰ De acordo com DEOPS- RPI nº08/72-50Z941011, p. 32.

⁷¹ Os dados são recolhidos dos processos do DEOPS, particularmente do DEOPS- RPI nº08/72-50Z941011, onde se encontra farta documentação sobre a formação da ALN e suas dissidências. Foi igualmente de extrema ajuda o depoimento de Maria Lygia Quartim de Moraes e Carlos Eugênio Paz em entrevista que me concederam em setembro de 2003.

⁷² De acordo com uma série de depoimentos presentes em CASO, A. *A esquerda armada no Brasil: 1967/1971* [S.l.], 1976.

⁷³ Depoimento de Carlos Eugênio Paz (Entrevista, 21 de setembro de 2003, transcrição da fita, Lado B, p. 14-15)

⁷⁴ O jornal da organização era mimeografado e sua primeira tiragem data de fevereiro de 1968. O jornal comandado principalmente por Iuri Xavier Pereira não teve vida longa devido às dificuldades crescentes de divulgação, particularmente pelas investidas da repressão e pelo próprio cotidiano dos integrantes do grupo. No seu segundo número sob o título "Voltamos", Joaquim Câmara Ferreira esclarece: "Há dois anos e meio circulou o primeiro número de *O Guerrilheiro* que, com efeito, contribuiu poderosamente para o esclarecimento dos grupos de vanguarda (...). Algumas matérias, como 'Apresentação', o artigo 'A ação faz a vanguarda', o documento 'Pronunciamento dos Comunistas de São Paulo' e os vinte pontos da Declaração Geral da Conferência OLAS, continuam da maior atualidade. Depois, o importante era que, como afirmávamos, a vanguarda se forjasse na ação. E as ações revolucionárias foram surgindo, num nível até então desconhecido em nosso país. A vanguarda foi se definindo, não só sob a forma de uma única organização, mas de numerosas. (...) deveríamos concentrar nossos melhores esforços na preparação e desencadeamento da guerrilha rural. Desde então, *O Guerrilheiro* não voltou a circular. Houve

o setor de imprensa era composto ainda de Jorge Fidelino Galvão de Figueiredo, Ladislau Crispim de Oliveira⁷⁵ e Ronaldo Mouth Queiroz⁷⁶.

O trabalho de inteligência na organização, responsável pela falsificação de documentos, espionagem e levantamento de dados era composto por Magno Vilela, o coronel Eddie Castor da Nóbrega, o ex-juiz Carlos Sá e o arquiteto Sérgio Ferro. Nos documentos da repressão encontram-se também os nomes de Darcy Toshiko Miyaki⁷⁷ e de Iara Xavier Pereira⁷⁸ como fazendo parte desse setor.

Quanto ao setor de armas e explosivos, referido no fluxograma da repressão, destacaram-se os nomes de Otávio Ângelo, Norberto Nehring⁷⁹ e Zelik Trajberg. Vale ressaltar que o militante Genésio Homem de Oliveira teria dado suporte a grupo na segurança desse material. No entanto em novembro de 1969 a fábrica de armas foi apreendida pela repressão⁸⁰. Entre os encarregados de confeccionar bombas estava Francisco Carlos de Andrade, preso em 1971 segundo a fonte consultada⁸¹.

A Frente de Massas na organização segundo Marighella reuniria os segmentos que fariam parte do exército guerrilheiro, seu objetivo era transformá-la em uma “potência de fogo” e tornar “mais contundentes seus movimentos”, tornando-se uma frente guerrilheira. “Não devemos confundir frente de massas com o trabalho de massas. Frente de massas é frente de lutas e frente de ação de

dificuldades de toda ordem. Voltamos agora, e nossa intenção é assegurar uma relativa regularidade da apresentação do *Guerrilheiro* (...) O que pretendemos, sobretudo, é que O *Guerrilheiro* seja capaz de estimular a ação e a organização dos grupos revolucionários (O *Guerrilheiro*, novembro de 1970)”. O Jomal, reproduzindo texto de Joaquim Câmara, contém em suas páginas finais o informe de seu assassinato numa “Carta ao Militante” assassinado em 23 de outubro de 1970. No entanto, o jornal reitera a disposição dos militantes ao confronto armado e à continuidade da luta.

⁷⁵ DEOPS -50-Z941011-RPI nº 01/72. II Ex. p. 4.

⁷⁶ DEOPS-50Z941011- RPI nº08/72. p. 35.

⁷⁷ DEOPS -50-Z941011-RPI nº 01/72. II Ex.p. 7

⁷⁸ DEOPS-50Z941011- RPI nº07/72. p. 46.

⁷⁹ Depoimento de Maria Lygia Quartim de Moraes, entrevista realizada em 17 de setembro de 2003.

⁸⁰ FERNANDES JÚNIOR, *op.cit.*, p. 211 e 150.

⁸¹ DEOPS-50Z941011-RPI nº 01/72. p. 7.

nível elevado, indo até a ação armada”. Dizia ele, “as ações do movimento de massas devem ser ações armadas e uma estrutura idêntica à frente guerrilheira⁸²”.

O Setor de Massas promovia em seu início propagandas, panfletagens, estimulando a população em geral. Posteriormente e de acordo com seu amadurecimento militar, esse setor passaria a se envolver com a luta armada mais diretamente. Contudo, ele em sua maior parte se atrofiou e desapareceu em novembro-dezembro de 1968 como afirma Quartim⁸³. Entre os dados do DEOPS, foram encontrados alguns integrantes desse setor que foram presos em fevereiro de 1972, a saber, Douglas Salvador Boareto, José Damião de Lima Trindade, José Mauro Gagliardi, Wlaler Joly⁸⁴, Enzo Luiz Nico Júnior⁸⁵.

O impulso da organização e a radicalização das suas ações, graças ao aprimoramento de seu treinamento militar, foram aumentando na proporção em que o regime militar instaurava crescentes medidas repressivas. As organizações guerrilheiras e em grande medida a ALN, estiveram muito atuantes nos anos de 1969 e 1970, anos da fase mais repressiva do governo militar e época também da grande repercussão de suas atividades revolucionárias. Em seu início a ALN (Ação Libertadora Nacional) dedicava-se à arrecadação de recursos para financiar as atividades de sua organização e para a compra de armas. Aos poucos a organização foi refinando suas atividades e passando a praticar ações de maior vulto. Os militantes do movimento estudantil – em grande parte a dissidência estudantil de São Paulo – aliados aos egressos do partido comunista, os chamados “marighellistas” ou “oposicionistas” – aderiram à idéia de que “o poder nasce do cano de um fuzil”, e de que a vitória dependeria apenas do cultivo da

⁸² MARIGHELLA, C. *De questões de organização*, dez de 1968, p. 1.

⁸³ Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 135-158, 2. sem. 1989. O depoimento de Reinaldo Guarany revela que a dissidência estudantil foi fortemente atingida em setembro de 1969 após o seqüestro do embaixador americano (GUARANY, 1984, *op. cit.* p. 11). Para Fernandes Jr., “o ciclo passeata-repressão-passeata acabaria afastando a maioria dos estudantes isolando as lideranças ligadas às organizações de esquerda” (FERNANDES JR. 2004, *op. cit.* p. 269).

⁸⁴ DEOPS-50Z941011-RPI nº 01/72. p. 20.

⁸⁵ DEOPS-50Z941011- RPI nº07/72. p. 43-44.

vontade e da disposição para a luta. Multiplicaram-se assim os assaltos a bancos, depósitos de armas e munições, os seqüestros de diplomatas e embaixadores.

A ALN caracterizou-se por intensa atividade revolucionária, mantendo um número bastante elevado de militantes em suas fileiras. Segundo nos informam Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio⁸⁶, a organização contou em seus quadros com grande contingente de militantes, possuindo cerca de 300 militantes na linha de ação segundo estimativas de Elio Gaspari⁸⁷ e era composta por uma heterogeneidade de profissões ou ocupações.

Passou a ser conhecida no cenário nacional, a partir do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick realizado junto a militantes do MR-8. Dentre os objetivos do seqüestro realizado no dia 4 de setembro de 1969, estavam a propaganda armada e a libertação de quinze presos que seriam enviados ao México⁸⁸. No início, no entanto, a organização não assumia a autoria das ações, reservando-se o elemento de surpresa que desorientava a repressão, mas não demorou muito para que seu nome viesse a público⁸⁹. A ação, no

⁸⁶ MIRANDA, N. TIBÚRCIO, C. *Dos filhos deste solo: Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar—a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Editora Boitempo, 1999, p. 27.

⁸⁷ GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*, op.cit. p. 191.

⁸⁸ Dentre os banidos estavam José Dirceu de Oliveira e Silva, Onofre Pinto, Ricardo Zaratini, Luís Travassos, José Ibrahim, Ricardo Sá Rego, Maria Augusta Carneiro, Rolando Fratti, João Leonardo Rocha, Argonalta Pacheco, Vladimir Palmeiras, Ivens Marchetti, Flávio Tavares, Apolônio de Carvalho e Mário Zanconato (Cf. BERQUÓ, 1997 e TAVARES, 1999).

⁸⁹ A primeira grande ação realizada pela Ação Libertadora Nacional (ALN) no Rio de Janeiro promovida pelos militantes paulistas – foi o assalto ao carro pagador do IPEG (Instituto de Previdência do Estado da Guanabara). O assalto teve consequências inesperadas para o grupo armado. Interceptado pela polícia num posto de gasolina, o carro-pagador com dinheiro expropriado e seu motorista foram presos. Submetido à tortura o jovem militante forneceu informações à polícia, acabando com o mistério sobre a autoria das ações. Em breve o nome do comunista Carlos Marighella vinha a público, estampado nas principais revistas e jornais do país, como a revista *Veja* que em sua décima primeira edição, de 20 de novembro de 1968, trazia o título *Procura-se Marighella*, chefe comunista, crítico de futebol em Copacabana, fã de cantadores de feira, assaltante de bancos, grande apreciador de batidas de limão (*Veja*, p. 15)". Em artigo anterior de 13 de novembro de 1968, a revista descrevia o assalto ao IPEG, dando mostras do despreparo policial, já que "o terrorismo revelava-se um fenômeno recente no país", dando dicas de segurança à população na voz do Secretário de Segurança da Guanabara, o senhor Luís França Paraná e apresentando à imprensa, Paulo César, o jovem de 19 anos, estudante universitário da Faculdade Nacional de Direito, motorista do carro-pagador. Antes mesmo da descoberta da ALN pela polícia, um grupo armado de Minas Gerais, os Comandos de Libertação

entanto, apesar de seu pioneirismo trouxe consequências nefastas para a organização levando à grande mobilização das forças de repressão e à própria morte de seu dirigente numa emboscada na Alameda Casa Branca na capital paulista. Muitos outros participantes envolvidos na ALN e no seqüestro do embaixador americano caíram presos ou foram mortos pela repressão.

Junto com a morte de Marighella foram sepultados muitos dos recursos, terras e depósitos de armas que caíram nas mãos da repressão, ou simplesmente foram perdidos. Posteriormente à morte de Marighella, a ALN perderia em torno de 500 quadros que seriam presos⁹⁰.

Segundo depoimento de frei Betto, a morte de Marighella foi fruto do processo de quedas ocorrido na organização após o seqüestro do americano. Como afirma, os esquemas de defesa e segurança se tornam cada vez menos consistentes diante da ofensiva da repressão. “Entramos no terreno da improvisação. Pensava-se hoje no que fazer amanhã, mas era apenas para sobreviver. A precisão com que a repressão se lançou sobre a organização foi acompanhada por nossa incapacidade de recuar, remanejar nossas forças para o campo e protegê-las⁹¹”.

Após a morte do dirigente e de acordo com as suposições dos altos escalões militares e policiais, que acreditavam na capitulação do movimento armado, a atividade guerrilheira da ALN permanecerá atuando até o ano de 1973. A morte de Marighella sustentava a curiosidade da repressão, que se perguntava “quem seriam os herdeiros do terror”, “o terrorismo morreu com Marighella”? Os homens da repressão limitavam-se a conjecturas acreditando que a guerrilha

Nacional (COLINA), já havia retirado o limbo que cobria o segredo das organizações, pichando a frase “dinheiro e armas para a revolução” após uma de suas ações, que permitiu à repressão a associação rápida aos chamados “grupos terroristas”.

⁹⁰Para Fernandes a derrocada da organização se deu graças a uma linha política equivocada (FERNANDES JÚNIOR, 2004, *op. cit.* p. 150).

⁹¹ Depoimento de frei Betto a Luis Mir, realizado em 18 de fevereiro de 1991 (MIR, 199, *op. cit.* p. 469).

passaria a agir isolada, sem comando e que brevemente seria desarticulada. De acordo com eles, fechava-se assim, o *Mini Manual do Guerrilheiro Urbano*. Ou então, supunha-se a união de suas forças, esperando que a substituição de Marighella se realizasse através de um duplo comando composto de Joaquim Câmara Ferreira e de Carlos Lamarca. Apontavam também para outros nomes como Onofre Pinto e Leonel Brizola quanto às possibilidades de comando⁹².

No entanto, a repressão e as inúmeras prisões em decorrência da morte de Carlos Marighella, não foram capazes de liquidar a ALN. O retorno de Joaquim Câmara Ferreira⁹³ ao Brasil deu o tom do que seria a ALN no ano posterior.

⁹² O terrorismo morreu com Marighella? Veja, nº 62, 12 de novembro de 1969, p. 30 e Terror: após Marighella, Silêncio. Veja nº 63, 19 de novembro de 1969, p. 48.

⁹³ Joaquim Câmara Ferreira após participação no seqüestro do embaixador americano, sai do país em direção a Europa e posteriormente a Cuba. Retorna ao país no início de janeiro de 1970.

CAPÍTULO III

O COTIDIANO DA GUERRILHA

1. Confronto Armado e Clandestinidade

A opção pelo confronto armado realizada por uma significativa parcela de jovens da década de 60 e 70 coloca essa experiência como uma situação limite para todos aqueles que conviveram frente a frente com a possibilidade de morte.

Para avaliar a experiência em particular de Carlos Eugênio Paz, é necessário incluir em nossa interpretação a questão da clandestinidade e o que esteve relacionado a essa experiência muito peculiar de vida. A atuação de Carlos Eugênio no período em que permaneceu na ALN realizou-se inteiramente sob um longo período de clandestinidade e é graças à sua capacidade de adaptação à vida de militante e clandestino que se tornou um dos poucos chefes militares a lograr escapar da repressão, da prisão, da tortura e quem sabe da morte certa. O controle constante e minucioso em relação à segurança cotidiana, a cautela, o sigilo e o cálculo, a solidariedade de seus companheiros, além de uma boa dose de sorte, contribuíram igualmente para a sua preservação.

A consulta ao acervo do DEOPS demonstrou-nos ao longo da pesquisa que os militares sabiam muito pouco sobre o paradeiro de Carlos Eugênio Paz, durante todo o ano de 1970, 1971 e 1972. Seu auto de qualificação apresenta reincidentemente os termos “paradeiro desconhecido” ou “dados qualificativos ignorados”, embora a lista das ações de que participou seja bastante expressiva, tendo sido considerado um elemento de grande periculosidade pela repressão¹.

A situação de clandestinidade de Carlos Eugênio não se limitou apenas ao período de vigência da ditadura, mas se perpetuou após a decretação da lei de anistia em 1979. O militante retornou ao Brasil ainda em situação bastante incerta

¹ DEOPS-SP, Pasta 50-Z-180, Inquérito, nº 33/70, vol 2, 21 de dezembro de 1970, fls. 219. Para algumas das ações de que participou conferir também, DEOPS-SP, 50-Z-941011, fls 6-16.

no ano de 1981, por conta do falecimento de seu pai. Como afirmou o chefe da ALN à Denise Rollemberg, “(...) eu nem poderia ter voltado em 81, porque quando eu cheguei aqui eu ainda demorei um ano e meio para ter a anistia reconhecida, eu fiquei clandestino na volta²”.

Carlos Eugênio foi o primeiro militante a ser anistiado pelo artigo dos crimes conexos, estando condenado no período em que retornou a uma pena de 124 anos de prisão, tendo por isso sua pena de morte decretada. Acusado de deserção no exército, para o qual prestou serviço no ano de 1969 no Forte de Copacabana, o militante foi incluído na lei de Anistia que determinava a reciprocidade de direitos para militares e militantes que haviam cometido ações com intenções políticas, a despeito dessas ações não serem caracterizadas diretamente como crimes políticos.

Para avaliar sua militância é necessário, portanto, avaliar o que a experiência de clandestinidade e o medo que se ia incorporando pouco a pouco na vida do guerrilheiro, puderam causar no interior de cada um em específico e por toda a extensão à prática da luta armada.

A vida do militante político tornava-se uma resposta ao que ocorria ao seu redor. Para enfrentar a ditadura, essas pessoas tiveram que atravessar um sofrer conjunto, um processo adaptativo à escolha que fizeram.

O período ditatorial no país foi o momento em que a cultura nacional foi sufocada por uma cultura autoritária sedimentada na racionalização e na selvageria. O objetivo era atemorizar a população através da violência física e da intimidação e, ainda que nem toda a população fosse atingida pela tortura, todos estavam sujeitos a serem suas possíveis vítimas. Em princípio ninguém estava a

² Entrevista de Carlos Eugênio Paz a Denise Rollemberg, Rio de Janeiro, 19/07/00, fita 1, lado A, p. 26 e segs.

salvo, bastava apenas um certo grau de desadaptação para ser considerado um forte suspeito de subversão, como afirmou Barraza³.

Foi um período em que a consciência social se deteriorou, vale dizer, que a ditadura vindo acompanhada do monopólio do poder e por extensão da violência, estimulou a privatização dos comportamentos sociais e sua atomização, fragmentando o corpo social, enclausurando por assim dizer, a vida pessoal na solidão privada, impedindo suas atividades coletivas, e levando cada vez mais a um silenciamento⁴.

Era o período em que reinava o medo, e em que poucas opções restavam frente a tal situação. A ameaça onipresente da violência física e do extermínio ia sorrateiramente disciplinando a vida social e transformando o que cada pessoa era, através de uma contínua re-atualização dos temores e angústias, do ocultamento de informações, de advertências, de símbolos e decretos que produziam o sentimento de conformismo na população e levavam os indivíduos em grande parte a colocar em suspenso toda uma parte de si mesmos no intuito de evitar o sofrimento: seus interesses, sua vontade, sua espontaneidade, seus desejos, seus relacionamentos pessoais, suas amizades. Como afirma Barraza, as pessoas “aprenderam a viver cotidianamente a destituição”. Pouco a pouco, segundo a autora, aprende-se a economizar a palavra, a evitar mal entendidos, a censura explícita desdobra-se em auto-censura em nível individual., gerando um impulso cada vez maior em justificar a todo o momento a direção de seus atos. A disciplina congela o presente, vive-se a circularidade do tempo que gira ao redor do hoje⁵.

Nessa cultura de repressão houve, contudo, atitudes de enfrentamento por uma parcela de pessoas, entre elas artistas e intelectuais, houve conivência e apoio, inclusive financeiro por outras e houve complacência por grande parte da

³ BARRAZA, X. et al. *América Latina: Novas estratégias de Dominação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes: 1982, p. 147.

⁴ BROCATO, C. *El exilio es el nuestro*. Sudamericana. Palneta, 1982, p 152.

⁵ BARRAZA, X. *op. cit.* p. 162.

população, daqueles que tinham no mínimo dúvidas entre um medo reinante e uma intervenção ativa, e que preferiram consentir e não questionar, embora em seu interior pudessem se sentir indignados.

Houve aqueles que romperam as novas barreiras impostas, e não foram poucos, e que lograram reunir esses átomos dispersados para se reorganizar nos pequenos espaços de atividade política, reagrupando-se em reuniões consideradas ilegais, discutindo as formas de luta que seriam empregadas, se a adoção de uma linha de combate dentro dos mecanismos constitucionais existentes ou se partiriam para o confronto armado. Para a maior parte desses grupos contudo, a luta armada impunha-se como a forma de luta mais incisiva e direta, capaz de abalar o regime. Foi essa parcela armada que mais sentiu a perseguição, o estímulo à delação, a tortura e a prisão por conta de suas atividades, embora muitos militantes tenham sido presos e torturados por engano, outros perseguidos por manter contatos com o movimento estudantil, com adeptos da luta armada, ou por possuírem um envolvimento político durante prolongado período, como foi o caso da morte de uma série de dirigentes do PC do B, mortos em sua grande maioria no ano de 1976⁶.

Em decorrência desses militantes políticos pertencerem a organizações claramente ilegais que enfrentavam a perseguição contínua dos órgãos repressivos, a opção da clandestinidade colocava-se como uma opção de luta para aqueles que continuariam no país e que não se exilariam. Alguns, no entanto, conseguiram manter preservada sua condição de legalidade escapando da repressão, desempenhando algumas funções dentro dessas organizações. Esses casos constituíram-se em exceções, mas foram de grande importância na sustentação da luta, ao fazerem parte da linha de frente do confronto armado, ao colaborarem com refúgios para os perseguidos, espaços em que se podiam realizar as reuniões políticas, esconderijos para livros e material considerados subversivos. Para o restante da população, que enfrentava o medo e mantinha-se

⁶ Cf. nesse sentido LAFORGIA, R. *Dezembro sangrento: a chacina da Lapa*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

em silêncio em relação ao que ocorria, restava a hipótese da legalidade “permitida” pelo aparato militar no poder.

A escolha desses militantes pela adoção de uma vida clandestina significava organizar-se em torno de uma política de sobrevivência, em reafirmar constantemente essa escolha política que implicava também, entre outros motivos, numa afirmação do ser social frente a tal fragmentação, num espaço comum para a canalização de angústias e medos, num contato humano aliado a novas descobertas, ou seja, motivos internos aliados a motivações políticas. A experiência de clandestinidade foi definida por Arantes como um trabalho de “metabolização dos novos elementos sócio-culturais”⁷. A clandestinidade, para a autora e ex-militante da AP, era “uma tentativa de viver estabelecendo as defesas contra o aniquilamento externo, das quais o militante se assenhoreava. Ele estabelece os limites e os objetivos que então passarão a nortear seu modo de estar no mundo”⁸.

Como afirma Maria Auxiliadora Arantes, essas pessoas tornaram-se clandestinas “nos rostos, nos documentos (...) deixaram suas casas, seus bens, suas roupas”. Formaram a coluna vertebral de resistência aos militares através de reuniões onde se decidiam os planos estratégicos das próximas ações. “Brigaram entre si e se abraçaram como nunca. Cada despedida talvez fosse a última. O amanhã era absolutamente hipotético. A certeza do futuro terminava a cada pôr-do-sol”⁹.

A ditadura não poupava ninguém, a polícia não se constrangia em prender militantes junto a seus familiares, como pais, mães, crianças pequenas, mulheres grávidas e menos ainda em torturar para extrair as confissões que buscava.

⁷ ARANTES, M. A Cunha de. *Pacto Re-velado: Psicanálise e clandestinidade Política*. São Paulo: Escuta, 1998, p. 125.

⁸ Idem, *ibidem*, p. 126.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 65-66.

Arantes afirma que a opção de luta desses militantes os alijaram das fileiras dos cidadãos brasileiros, ao enfrentar inicialmente as cassações, o impedimento de seguir seus estudos nas universidades e de continuar exercendo seu trabalho remunerado¹⁰, bem como posteriormente a prisão, a morte ou o desaparecimento. Foram por isso incorporando, cada um a seu jeito esse anonimato.

Sonhos de vida e de carreira profissional foram aos poucos sendo abandonados temporariamente na intenção de construir uma nova sociedade, em que se acreditava de maneira inabalável, encontrar-se futuro não muito distante, a partir da saída de cena legal e na entrada no mundo clandestino. De acordo com o depoimento de Vera Sílvia Magalhães, reproduzido por Luiz Maklouf:

Éramos jovens e porque tínhamos tempo, tínhamos urgência. Nada que levasse mais de meia dúzia de anos nos dizia respeito. O infinito, para nós, devia estar mesmo em torno de uns seis anos. (...) Sonhávamos com todas as revoluções para hoje. E tentamos, convictos de que tínhamos razão¹¹ (...)

A decisão da clandestinidade envolveu por isso inteiramente a escolha do destino dessas pessoas. Essa geração substituiu a “liberdade de ir e vir, conviver com os amigos e familiares (...) pela liberdade de continuar a defender as mesmas idéias, porém em outro lugar, agora tornado escondido dentro do próprio país¹²”.

Carlos Eugênio afirmou em entrevista, que sua geração e ele em particular tinham todas as condições para se tornarem profissionais bem sucedidos, grande parte de sua geração tinha a vida ganha naquele momento no país, faziam parte da classe média, tinham direito à educação, a pós-educação, não era segundo ele, uma luta realizada em benefício particular, para conseguir um alto salário ou

¹⁰ Idem, ibidem.

¹¹ MAKLOUF, L. C. *Mulheres que foram à Luta Armada*. São Paulo: Globo, 1998, p. 173.

¹² ARANTES, M. A. de Cunha. *Pacto Re-Velado: psicanálise e clandestinidade política*. São Paulo: Escuta: 1994, p. 71.

um cargo na administração pública, mas realizada em prol do povo, por uma justa causa¹³. E por isso os militantes preparavam-se para uma vida de dificuldades.

Ao entrar no campo do enfrentamento armado, o militante colocava-se numa situação de risco permanente, cabendo a ele criar os mecanismos para que desse conta desse risco, buscando fora e dentro de si as possibilidades para vencê-lo¹⁴, contendo o medo que lhe é próprio, direcionando a adrenalina que tomava conta de seu corpo, e o impacto psicológico que determinados fatos podiam lhe causar, coibindo-lhe ou lhe fazendo avançar em determinada ação armada. Esse equilíbrio emocional e psicológico no entanto, era duramente perseguido, mas dificilmente conquistado nas condições em que se vivia, devido a falta de informações, às situações de surpresa, à ameaça da tortura, às delações que se seguiam, à espionagem no interior das organizações armadas. Havia um novo desafio a vencer a cada esquina e nem sempre o militante podia prevê-lo ou evitá-lo.

Devia o militante ter regras estritas, qualquer deslize podia ser fatal. Para se proteger da repressão, e proteger os seus, ele devia se desfazer de sua identidade civil, adotar um nome frio, sua identidade anterior devia ser recusada, seu sobrenome, sua escolaridade, seu local de moradia deveriam ser desconhecidos, ou conhecido apenas por somente um ou dois moradores do mesmo “aparelho”. Ottoni Fernandes declara que tentava esquecer os nomes das pessoas que o haviam acolhido, os detalhes das reuniões a que tinha participado, procurando se privar das lembranças afetivas que poderiam influenciar em seu processo de clandestinidade. O militante afirma que não queria carregar consigo o peso dessas memórias e aos poucos os traços das pessoas conhecidas foram desaparecendo. No entanto, junto com elas, como afirma, “perdia substância, a parte mais rica de minhas vivências¹⁵”.

¹³ Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 21/09/03, Transcrição da fita, lado B, p. 10.

¹⁴ ARANTES, M. A. de Cunha. *op. cit.* p. 129.

¹⁵ FERNANDES, JÚNIOR. Ottoni. *O Baú do Guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Recordo, 2004, p. 131.

O militante se despia e se vestia para a luta. Procurava através do disfarce, do ludibrio, de artifícios aniquilar seu inimigo. Por isso, Arantes argumenta que houve “uma devassa no funcionamento psíquico dessas pessoas, as referências identificatórias que foram substantivas na sua estruturação iam sendo desafiadas no limite máximo¹⁶”. O militante segundo ela era constantemente colocado à prova na desconstrução social dessa imagem que possuía de si mesmo, ao mesmo tempo em que era obrigado a descobrir no lado desprazeroso para ele, sua possibilidade de vida.

Contudo, dentro desse limite entre a vida e morte, por mais rigoroso que fosse, algumas escolhas mínimas, alguma margem de opção, algumas recompensas positivas, por mais ínfimas que fossem, quando encaradas de modo objetivo, davam ao militante uma compensação e o faziam permanecer no seu projeto. Segundo Arantes, cabia a cada um encontrar suas pequenas alegrias num ambiente de desterritorialização, num campo em que dependia de cada um, acima de qualquer força normativa da organização, sua auto-preservação em situações adversas¹⁷. Por isso, em condições prolongadas de situação clandestina, essas pessoas tentavam seguir, com todos os obstáculos que se apresentavam e sob situações consideravelmente precárias, uma vida comum, iam constituindo suas famílias, casando-se, tendo seus filhos, “reinventando a vida” da forma que era possível, mobilizando recursos não-sabidos antes e esgotando suas reservas de imaginação e criatividade¹⁸. Carlos Eugênio em seus livros descreve momentos em que mantém contato com seus referenciais de infância, ao se encontrar com sua família em São Paulo, no entanto cercado de um rígido esquema de segurança. Em outra passagem, afirma

¹⁶ ARANTES, M. A de Cunha, *op. cit.* p. 133.

¹⁷ Maria Auxiliadora afirma que há um arranjo psíquico do ego, denominado por Freud como ego realidade, arranjo esse que permite a possibilidade de conviver com o desprazer. Afirma ela: Poderíamos dizer que de algum modo o eu experimenta algum tipo de prazer, já que um tipo de prazer mínimo e um prazer necessário sustentam a vida psíquica, enquanto possibilidade psíquica, enquanto possibilidades e vigência do eu, mesmo em condições adversas, mas que minimamente asseguram estas necessidades (ARANTES, *op. cit.*, p. 138-139).

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 147-148.

Engraçado...vivemos uma normalidade própria, criada por nossos mecanismos de defesa interna, espécie de auto-governo que abstrai a realidade de fora. O ser humano é extraordinário...meu beijo em Gina poderia ser o beijo de qualquer casal começando o dia em SP, meu abraço em Lucas e Daniel é cheio de respeito e amizade, mas sem dramas aparentes. No entanto, podem não voltar à noite...¹⁹.

A cada situação cada vez mais desafiadora, o militante ia progressivamente realizando um maior investimento na sua escolha, o que pressupunha desistência ou continuidade de seu projeto de luta frente ao regime. Para aqueles que continuaram tenazmente lutando contra a ditadura às custas de sua própria vida, a lealdade à causa que abraçaram constituía-se em “seu ponto sem retorno”, para empregar a expressão utilizada por Bruno Bettelheim.

Sobrevivente dos campos de concentração da Alemanha nazista, Bettelheim refere-se à existência desse “ponto sem retorno”, como o elemento limite de resistência psicológica do indivíduo, além do qual em circunstância nenhuma cede-se ao opressor, mesmo que isso implique risco ou perigo de morte. Renunciar nesse sentido seria a pior morte. Ultrapassar esse ponto significaria perder seu sentido de vida, seu respeito próprio, significaria apenas sobreviver²⁰. É importante igualmente destacar aqui que além de um comportamento de insubmissão dessa geração, houve a confiança desses militantes na vitória revolucionária, além da atitude em que se procurava resgatar a dignidade.

A vida social, principalmente para os militantes que aderiram à luta armada, sofreu um processo de insularização, sua realidade era encontrada dentro dos

¹⁹ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*, op. cit. p.27.

²⁰ BETTELHEIM, B. *O Coração Informado: autonomia na era da massificação*. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 127.

limites de seu espaço marginal. A vida dentro dos “aparelhos” tornava-se intensa porque efêmera, havia um mundo afetivo de solidariedade e de trabalho armado intenso, a experiência social era recomposta dentro de uma “experiência habitacional”.

Como afirma Carlos Eugênio em sua narrativa, “nenhum de nós sabe se teremos outra ocasião de estarmos juntos, nossa vida é assim, mais imprevisível do que a maioria das vidas...balas e paus-de-arara estão sempre nos separando, nos arrancando uns dos outros”²¹. O militante afirma que exercitavam a arte de tornar eterno cada segundo, pois as relações estavam sempre por um fio e eram vividas com sofreguidão, e ainda acreditavam na luta, e por isso, continuavam²².

Por outro lado, os encontros desses militantes nos pontos e nos aparelhos eram “monotonia pura”, conforme afirma Ottoni Fernandes. Segundo ele, os encontros eram realizados somente para a execução de tarefas concretas, diga-se pra fazer ações armadas. O militante afirma que as conversas nos pontos deviam ser objetivas, era um risco andar pelas ruas acompanhado, não restando muito tempo para conversas ou debates. Em suas palavras: “A comunicação era telegráfica. Sobrava tempo e carência a ser preenchida fora dos encontros”²³.

De qualquer forma, essas pessoas reuniam-se, junto elas reconstruíam um espaço de recordações e esperanças, compartilhando um mesmo destino, através da convergência de projetos comuns. E as vitórias, conseguidas dia a dia contra a repressão e seus marcos, eram comemoradas, eram os espaços em que esses militantes identificavam-se, no intuito de abalar o regime. Era como uma “recompensa” dos percalços que enfrentavam, o indício de que tinham forças e de que poderiam vencer.

²¹ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*, op. cit. p. 141.

²² Idem, *ibidem*, p. 17.

²³ FERNANDES JÚNIOR, O. op. cit. p. 74.

Formava-se para esses militantes um novo nível de convivência social, que os unia nas dores e nas pequenas alegrias cotidianas, mantendo um conjunto coeso para enfrentar a falta de referências sociais identitárias, a saudade dos familiares, o distanciamento do antigo círculo de amigos, as perseguições da polícia política, a morte de companheiros, as dores da tortura, e a solidão interna que de maneira geral atingia a todos.

A clandestinidade, tornada uma escolha para a luta, à medida em que o tempo passava foi aos poucos gerando medo e cansaço, oprimindo. A morte em série dos militantes que antes se mantinham unidos em seu propósito, foi consolidando cada vez mais o sentimento de solidão e gerando também o questionamento dos rumos que haviam sido adotados na luta, gerando o afastamento dos militantes das frentes de guerrilha, e as dissidências. Ao invés de responsabilizarem somente a ditadura pelos mecanismos que ela adotava contra a atuação armada, esses militantes passaram então a se auto questionarem, a pesar as escolhas que haviam feito e medir os rumos e a dimensão que sua luta havia adquirido e as falhas que haviam cometido.

Viver na reclusão social, na clausura psicológica gerava uma sensação de angústia e insegurança muito grande para esses militantes. Principalmente nos estertores do movimento armado, em que os militantes eram obrigados a passar dias inteiros, às vezes semanas ou meses escondidos, sem contato com ninguém, sem poder se manifestar, sem provocar qualquer barulho dentro dos “aparelhos” que pudesse chamar a atenção dos vizinhos, quando tudo ao seu redor falava de derrota e debilidade, apontando para uma inversão abrupta da correlação de forças, não foram raros os casos de transgressões de segurança que levaram à prisão ou à morte essas pessoas, quando o seu isolamento tornou-se insuportável. A luta nesse período para aqueles que não transgrediram as normas

de segurança, mas que chegaram a seu limite, degradou-se em uma luta pela sobrevivência²⁴.

Foi, nas palavras de Arantes, o momento no qual “a circulação da energia pulsional de auto-conservação chegou nas fronteiras limítrofes da construção e desconstrução do eu, fazendo prevalecer a escolha da vida²⁵”. Para permanecer nesse contexto era necessário um contínuo processo de redefinição de identidade e esse processo dava-se de forma tão exacerbada que colocava em jogo, segundo Elizabeth Xavier, a integridade psíquica e social dos que permaneciam clandestinos²⁶.

Em depoimento a Maria Auxiliadora Arantes, o ex-militante Hebert José de Souza, o Betinho, afirmou que é “distinto viver o risco da morte, da tortura e de luta de classes, de luta de massas em ascenso, de insurreição ou greves e vivê-las na forma de um enfrentamento isolado e individual. Neste último, o caso de estar só supõe um alto nível de mobilização subjetiva, para que não se estabeleça o processo de medo e de pavor²⁷”.

Dessa forma, ainda que morando em grupos, esses militantes enfrentavam em última instância, a individuação. A clandestinidade nesse sentido, implicando um isolamento prolongado, muito além de sua idealização que a torna heróica, de seu reducionismo utópico, de enaltecimento da coragem e das boas intenções de seus protagonistas, do seu desprendimento pessoal em favor de uma causa maior, é como afirma Brocato, perversa e opaca, mutila o homem²⁸. Deixa também seus resquícios ao longo da vida de quem a experimentou. Como o autor sustenta, “(...) vai ficando para trás o sorriso, algo agri-doce é certo, que parece a única fonte em nosso tempo: a vontade insone e obstinada, a decisão de pensar

²⁴ BARRAZA, X. *op. cit.* p. 168.

²⁵ ARANTES, M. A. de Cunha, *op. cit.* 135.

²⁶ FERREIRA, E. X. *Mulheres, Militância e Memória*, 1996, p. 61.

²⁷ ARANTES, M. A. de Cunha. *op. cit.* 151.

²⁸ BROCATO, C. *op. cit.* p. 213.

contra todas as pressões estranhas e amigas, a ética em todos os comportamentos civis, seja qual for sua eficácia ou resíduo²⁹.

Há nesse processo momentos de desestruturação, é o período no qual o clandestino “chegou no fundo da relação consigo mesmo³⁰”. O que anteriormente era um motivo de orgulho transformou-se num fardo, ou como se refere Arantes, “numa ferida narcísica”. Em suas palavras, “é neste momento que o militante começou a escutar o barulho do silêncio e a pensar que o tempo parou sobre sua cabeça. Os dias passam a ser absolutamente infundáveis. As menores coisas passam a ser indispensáveis à vida. O clandestino deixa de ser dono de seu tempo³¹”.

Mas, apesar de mobilizar todos os recursos psicológicos internos, a consequência dessa situação, ao final, é de um enorme cansaço mental e um brutal amadurecimento em relação às circunstâncias externas. Como afirma Carlos Eugênio, “(...) do menino ingênuo que sonhou mudar o mundo resta um velho de 22 anos que está em guerra e enfiou na cabeça que vai vencer e escapar vivo³²”.

Nesse ponto, a capacidade de continuar na luta armada enquanto projeto político e enquanto compromisso pessoal, quando a guerrilha urbana atingia seus estertores está assentada e de acordo com cada indivíduo em específico, em motivações relacionadas ao próprio mecanismo de adesão à luta armada. Além de uma parcela de compromisso com os mortos ou desaparecidos do período, havia fatores que ultrapassavam o próprio limite do militante. Carlos Eugênio afirma que “a empolgação acabou prevalecendo, até porque aconteciam coisas surpreendentes que nos faziam acreditar que estávamos fortes quando estávamos ficando ainda mais fracos³³”.

²⁹ Idem, *ibidem* p. 220.

³⁰ ARANTES, M. A. de Cunha. *op. cit.* p. 149.

³¹ ARANTES, M. A. de Cunha. *op. cit.* p. 147-148.

³² PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, *op. cit.* p. 17.

³³ ARANTES, M. A. de Cunha *op. cit.* p. 10.

A integração do indivíduo ao projeto e a seu grupo constituía sua realidade, por ele o militante deixara sua vida legal, sua família, seus amigos, seus estudos. Acostumara-se a essa realidade e somente nela criara mecanismos para sobreviver. A mesma mobilização e de recursos interiores que fizera ao entrar no movimento armado, deveria ser mobilizada para sair dele, para aceitar a derrota, ou enfrentá-la até o esgotamento de suas forças, ainda que às custas de sua própria morte. Bettelheim afirma que a postura de “negar a realidade” dos acontecimentos, a ponto de ameaçar o próprio indivíduo, faz parte do desenvolvimento de novos mecanismos de sobrevivência. Para ele, ao negar a realidade de situações aniquiladoras, os indivíduos tornam-na suportáveis, o que implicava cada vez mais em mudar a forma de sentir o mundo, de re-adaptação dos mecanismos do eu e da modificação da personalidade³⁴.

Como afirma Arantes, quando a luta armada chegou ao fim e o militante deveria reintegrar-se à sociedade,

(...) o investimento, agora oposto, de sair da clandestinidade, é muitas vezes indizível. O retorno à legalidade, a volta do exílio, a reintegração após a prisão, ser cidadão de uma nação reerguida à custa de seus melhores anos de juventude e de seus sonhos, à custa do sacrifício e do desaparecimento de companheiros de luta, é um caminho legal, permitido, possível e anistiado. Para muitos, contudo, a clandestinidade tornou-se experiência interna³⁵.

No entanto, o compromisso assumido continua a pesar e a falta do cotidiano de luta também tem efeitos funestos para aqueles que aderiram de maneira tão profunda a essa experiência. Como Carlos Eugênio afirma no período em que está em Cuba,

(...) Passo o dia nadando e andando pela praia, não tenho fome, a alegria se foi...estou vivo, comendo bem, tomando banho de mar, degustando daiquiris, fumando Havanas, ouvindo música, sem armas na cintura, enquanto meus companheiros morrem

³⁴ BETTELHEIM, B. *O Coração Informado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.105.

³⁵ ARANTES, M. A da Cunha. *op. cit.* p. 82

nas esquinas e nas prisões...(...) tudo tão longe e tão presente...respiro fundo, sinto culpa de estar vivo. Dor de alma, sem chagas aparentes, dó no corpo inteiro. Ando desacostumado...preocupado em sobreviver, há anos não tenho tempo para esse tipo de coisa. A tarde quente e úmida, o cansaço, a ausência de adrenalina, tudo contribui para que o tempo se arraste³⁶.

Demorará ainda bastante tempo para que essas experiências tão enraizadas tenham um consolo e a escrita funcionará por extensão para alguns, como uma espécie de catarse. Como afirmou Levi, “eu não saberia dizer se o fizemos, por uma espécie de obrigação moral para com os emudecidos, ou então, para nos livrarmos de sua memória: com certeza o fazemos por um impulso forte e duradouro³⁷”.

2. O Testemunho de Carlos Eugênio Paz

Viagem à Luta Armada foi o primeiro livro publicado por Carlos Eugênio sobre sua experiência no movimento armado e *Nas Trilhas da ALN* deu sequência a seu relato memorialístico, um ano depois, em que o autor se concentrou na maior parte em sua passagem por Cuba e nas discussões acerca do final da organização.

Os livros como já se disse causaram muita polêmica na data de sua publicação e deram continuidade ao esforço de militantes do movimento armado na narração de suas experiências. Até o período (os livros foram publicados em 1996 e 1997) já haviam sido publicados uma série de livros que tratavam da temática da ditadura pelas mais diversas vias, relatos de memória, autobiografias, entrevistas, romances, crônicas, trabalhos acadêmicos, pesquisas jornalísticas, etc, mas tinham sido escassas narrativas que partissem de ex- integrantes da ALN.

³⁶ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*. op. cit. p. 22 e p. 103.

³⁷ LEVI, P. op.cit, p. 73.

Um dos primeiros a serem publicados por militantes da ALN foi o livro de Frei Betto *Batismo de Sangue* em 1981. Alguns anos após, o militante Reinaldo Guarany Simões escreveu *A fuga* publicado em 1984. Recentemente o ex-militante Ottoni Fernandes Júnior tornou possível o conhecimento de suas experiências em *O baú do guerrilheiro*, publicado em 2004.

Privilegiamos em nosso trabalho sobretudo os relatos escritos por militantes que foram protagonistas do período, ainda que muito da produção relativa a essa época tenha se dado sob as mais variadas formas, através de depoimentos conseguidos em entrevistas, através de romances produzidos por literatos, por jornalistas que se dedicaram às reportagens de denúncia social, biografias, etc.

É necessário dizer aqui que a narrativa de Carlos Eugênio Paz não é apenas uma biografia pessoal, mas uma recriação de uma história compartilhada. Aparecem em seus relatos pessoas que se reuniam, que partilharam recordações e esperanças, cada uma à sua maneira envolvidas num mesmo projeto político. Há que se considerar também a complexidade do projeto social proposto por essas organizações, o projeto de construção de identidades dentro dos grupos e o diferentes níveis de subjetividade que se apresentaram ao longo do movimento armado. Dentro desses grupos armados estabeleceram-se fortes vínculos sociais que transcendiam às vezes até mesmo a individualidade de cada um, ainda que traços específicos tenham permanecido inalterados. Assim, na aparente homogeneidade exterior do grupo, quando vistos de mais perto, percebe-se suas diferenças internas, as divergências de opiniões, que levaram muitas vezes às constantes fragmentações.

Dessa maneira, a compreensão do movimento da guerrilha urbana escapa de uma interpretação globalizante, embora, à distância, ela possa admitir esse tipo de enquadramento, a despeito de uma grande variedade de posicionamentos. Através dos depoimentos de seus participantes, dos embates de interpretação, verifica-se que a realidade vivida no seio da luta armada foi uma realidade múltipla, contraditória, multifacetada. Muitas vezes o significado do movimento se

dispersa, dando lugar a várias interpretações de acordo com o momento da guerrilha, o grupo em questão, o modo como é enfocado.

A abstração das diferenças internas presentes nesses grupos, tomados como movimentos coesos, através de uma visão mais distanciada e objetiva no seu estudo, leva também à perda de espontaneidade e à fuga de uma representação diferenciada que traz aportes significativos para a compreensão de aspectos marginalizados quanto à interação intragrupos.

Carlos Eugênio em sua narrativa logrou manter nas falas de suas personagens essa característica plural, as divergências de opiniões, os embates diários das decisões que eram tomadas. Deixou à mostra do leitor, através dos diálogos do texto, a maneira como percebia a personalidade de cada um de seus companheiros e o processo de adaptação e amadurecimento que cada qual foi adquirindo ao longo do processo de luta.

Através de uma narrativa que se apresenta mais próxima à vida real, vivida com todas suas incoerências, suas surpresas, seus acidentes e suas inseguranças, é possível descobrir motivações e valores em que se pautavam esses militantes. Verifica-se através dessas narrativas uma forte adesão à luta armada, baseada não somente a um aspecto ético ou moral, mas também a busca de uma individualidade, em que se fundem além de projetos conjuntos, de libertação social, um projeto de inserção social e pessoal do indivíduo. Para Arantes, o espaço que o militante adquire dentro de seu grupo representa “um lugar de assenhoreamento de seu objetivo. A possibilidade de escolha é uma possível re-inscrição no lugar de tornar-se ‘senhor de si’³⁸”. Porém segundo ela, esta relação com a escolha poderia ser também lida também como “a re-significação de experiências de escolha, jamais saciadas e plenamente não satisfeitas³⁹”. Nesse sentido o militante está condicionado a uma inserção social

³⁸ ARANTES, M. A de Cunha *op. cit.* p. 139.

³⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 40.

dos pensamentos suspensos, das metáforas, dos discursos indiretos livres. Em sua narrativa essa espécie de auto-reflexão, realizada ao preço de dores, de alucinações com drogas, através de dificuldades de nomear o fracasso de um projeto político, está presente nas diversas passagens marcadas em *itálico* no texto.

O primeiro livro de Carlos Eugênio abre com o período de exílio europeu. O momento está marcado pela voz do autor e o texto apresenta-se destacado em *itálico*. O período certamente situa-se no ano de 1974, quando o comandante militar da ALN está na França.

Para Carlos Eugênio em particular, as partes do texto de seus livros que estão marcadas em *itálico* foram para o militante de fundamental importância para seu restabelecimento psicológico e sentimental quando ele se encontrava no exterior. Há nessas passagens uma grande dose de tristeza, dor, sonhos, alucinações, culpas, saudades, etc.

No início de *Viagem à Luta Armada*, livro mais característico de sua participação na luta armada brasileira, o leitor já se depara com uma situação muito particular. Percebe-se pela descrição do autor que ele atravessou uma situação traumática, de angústia e de medo. Abandonado aos seus próprios pensamentos, e aos flashes da memória e das alucinações com heroína, Carlos Eugênio afirma que existe ali uma sensação de alívio. Percebe-se que a surpresa e a adrenalina foram elementos mobilizados por prolongado período de sua vida.

Para ele, naquele momento, no exílio, distante de seu país, não existe mais medo, “não dói o que passou nem amedronta o porvir”. Há um mergulho no passado, “nos tempos impuros que levaram tanto de mim, deixando as marcas e a solidão de um banheiro fechado”. A recordação torna-se doce, dependente da droga. “Vivo a paz de portas fechadas”. Não é mais um jovem que mudará o

mundo, mas está através da heroína “ao abrigo dos fantasmas” que rondam sua lembrança⁴².

Nesse “estado de congelamento”, vem à lembrança para Carlos Eugênio a cidade de São Paulo, os pontos que deveria cumprir com companheiros de luta, os cheiros, os arrependimentos, quando para ele o sentido da vida era manter-se vivo.

O militante quer sair do túnel em que entrou, reavaliar o sentido de tudo que viveu, das experiências que foram sepultadas pelo silêncio, das mortes que cometeu, dos sonhos que enterrou. Segundo ele, não há ódio, somente solidão. Resta ao militante, após uma situação de trauma e de medo intensamente vividas, uma espécie de torpor, um abatimento toma conta de seu estado de ânimo.

Uma melancolia apodera-se de Carlos Eugênio, é a penitência de alguém que permaneceu encarcerado em si mesmo, e que precisa ser resgatado pela palavra. Os sonhos de menino perderam-se no tempo, resta então a desolação e o envelhecimento da vida.

No exílio europeu o terreno para a recordação ou para o esquecimento está preparado. Para Carlos Eugênio, agora é o momento de dar vazão ao sentimento, não existem dilemas para driblar perigos, não há necessidade de mobilização do instinto de sobrevivência explorado no seu limite, não é necessário o raciocínio frio.

Para alguns militantes, esse período reuniu igualmente atitudes de silenciamento, capazes de tornar a vida mais prazerosa, distante da dor, ainda que seus resquícios permanecessem. Para outra parcela descrever suas experiências, resgatar suas lembranças, era e continua sendo um permanente esforço de abrir as feridas aos próprios olhos para continuar existindo. Recusar o

⁴²PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, op. cit, p. 15-16.

esquecimento é segundo Barraza assumir a dor, fazer da memória uma tentativa de compreender as feridas e explicar as cicatrizes, tomar consciência⁴³.

Começa-se dessa forma a interpretação desses fragmentos de vida, através da qual tenta-se assinalar uma ação que seja capaz de consolar, trazer à luz a dor silenciada, o protesto, ou a assimilação resignada. É a partir da escrita, como afirma Martinez Bonati que se busca a “restauração da harmonia interior”^{44m}.

É necessário afirmar aqui que em sua narrativa há um amadurecimento das escolhas políticas e dos mecanismos que haviam sido colocados em prática durante a luta armada. Isso é o que lhe permite hoje afirmar que o imediatismo na luta, a crença na força e eficácia da propaganda armada, no intuito de criar uma instabilidade política que viesse a provocar um vazio de poder, levando a um avanço rápido das forças de oposição, causou uma subestimação do trabalho político e da discussão teórica, de um movimento enraizado junto à população acelerando o fim da ALN. Carlos Eugênio em particular afirma que as maiores qualidades de Carlos Marighella, a de saber impulsionar as pessoas e lhe dar responsabilidades e atrair os jovens, acabou provocando os primeiros equívocos dos caminhos que haviam sido traçados. Todos foram tomados por um excesso de otimismo com as primeiras vitórias, subestimando por extensão a censura, os vínculos políticos com a sociedade, ao invés de acumularem forças. Para o militante, a história desse período tem que ser olhada como um grande laboratório de estudos para preparar o futuro, através é claro, de muito debate e discussão, elementos ausentes por um período de sua militância⁴⁵.

No entanto, é necessário notar que “o mergulho nas feridas, não busca sua cauterização, mas bem ao contrário, procura exibi-la, expô-la até sua supuração”^{46m}. A dor nesse sentido não acaba com o fim da ditadura militar, de

⁴³ BARRAZA, X. *op. cit.* p. 167.

⁴⁴ BONATI, M apud MIGNOLO, W. *Teoria del texto e interpretação. op. cit.* p. 63.

⁴⁵ Depoimento de Carlos Eugênio Paz, janeiro de 2005.

⁴⁶ D'ALCASTAGNÉ, R. *O espaço da dor*. Brasília: UNB, 1996, p. 124.

maneira que na narrativa esse passado não se encerra ou se esgota na vida do protagonista⁴⁷.

Permanecer também objetivo torna-se igualmente difícil, principalmente quando se discutem experiências que pela sua própria natureza despertam fortes emoções. A reelaboração desse passado foi para Carlos Eugênio e para parcela dos militantes que atravessaram essa experiência, uma obra posterior, não metódica, uma matéria por vezes fluída, de um convívio com a lembrança que surge como uma espécie de “transbordamento”⁴⁸.

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 132.

⁴⁸ Termo utilizado por FREEIRA, E. X. *Mulheres, militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 73.

CAPÍTULO IV

O COMANDO MILITAR EM SÃO PAULO

1. Primórdios da militância (1966-1969)

A militância de Carlos Eugênio Paz surgiu no próprio seio de sua família. Sua mãe, Maria da Conceição Sarmento Coelho da Paz, já mantinha contatos com o PCB ainda em Maceió. Naturalmente Carlos Eugênio foi se aproximando da política. A mudança para o Rio de Janeiro quando era adolescente estimulou ainda mais a sua participação nos movimentos estudantis. Além dos contatos de sua mãe, suas irmãs mais velhas já participavam do movimento estudantil, particularmente Maria Valderez Sarmento Coelho da Paz. Valderez participou da Juventude Estudantil Católica (JEC), foi presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Desenho Industrial, esteve detida no Congresso de Ibiúna e como se verá mais adiante na narrativa de Carlos Eugênio Paz, enfrentará nova prisão no Rio de Janeiro; acusada por engano de participação de um assalto em um estacionamento no Rio de Janeiro.

O campo político desde 1966 já estava aberto para Carlos Eugênio. Nesse período no Rio de Janeiro, já havia uma expressiva mobilização popular, especialmente ligada aos estudantes e intelectuais. A movimentação política dentro dos diretórios acadêmicos, a luta contra o acordo MEC-USAID e pela legalidade da UNE estavam entre algumas das exigências desses estudantes, ligadas particularmente ao movimento estudantil.

O clima de luta internacional, como a ofensiva do Tet em 1968 e os exemplos da revolução cubana estimulavam o grito por liberdade e autonomia, e as idéias socialistas tomavam conta dessa parcela da população empenhada na transformação da sociedade.

O PCB, partido que no início da década de 60 agregava um número crescente de militantes, viu suas fileiras sendo cada vez mais esvaziadas após o

golpe civil-militar. A saída de antigos e experientes militantes de seus quadros como Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Jacob Gorender entre outros, abria ainda mais a possibilidade de radicalização. A proposta de luta armada que já vinha sendo gestada no meio estudantil, durante os confrontos com a polícia, que funcionavam como campos de treinamento, ganhou ressonância após a ida de Carlos Marighella a Cuba em meados de 1967 e a formalização do grupo denominado Ação Libertadora Nacional que funcionaria como o pólo de atração desses jovens rebeldes, e das insatisfações de parcela da população indignada com o golpe. Após o retorno de Carlos Marighella de Cuba, Carlos Eugênio integra-se de fato na organização e passa a fazer parte de um pequeno grupo de ação junto aos secundaristas do Colégio Pedro II.

Nesse contexto de luta e oposição, Carlos Eugênio vai paulatinamente se aprimorando. A ida para o Colégio Pedro II e as amizades que contraiu a partir daí foram decisivas para sua entrada no grupo de Carlos Marighella.

Sua ida para o Rio e seu contato com as idéias marxistas brotam de suas memórias. Carlos Eugênio lembra-se do grupo de estudos de marxismo em sua casa, das reuniões realizadas na mesa de sua sala com uma instrutora do Partido Comunista, do dia em que conheceu Carlos Marighella. Relembra a amizade com Alex Xavier Pereira, que o aproximou do dirigente, e com o qual compartilharia mais tarde, muitas das ações guerrilheiras na cidade de São Paulo em 1971.

É importante ressaltar que a ALN no Rio de Janeiro foi formada principalmente por estudantes secundaristas. Segundo o depoimento de Carlos Eugênio Paz, as bases da organização não puderam contar na cidade com apoio estudantil expressivo, limitando-se a alguns núcleos de estudantes secundaristas, espalhados principalmente no Colégio Pedro II, no Maillet Soares e nas Escolas de Aplicação da UFRJ. Ainda que tenha havido um trabalho enraizado da organização, principalmente no ano de 1967 com cerca de 40 a 50 militantes cariocas integrados, a direção regional não obteve o apoio do movimento

camponês e operário como ocorreu na cidade de São Paulo¹. Carlos Eugênio afirma ainda que havia muitas reservas dos militantes de São Paulo em relação ao grupo do Rio de Janeiro. O militante relata que para entrarem na luta armada e poderem integrar os grupos de fogo foi necessária muita insistência e teimosia. Foram recrutados com muito pouca idade e por isso ainda havia muitas desconfianças em relação a sua capacidade de enfrentamento. Carlos Marighella, dando crédito ao grupo, não os impediu entretanto de se integrarem à organização, que no período ainda era denominada como Agrupamento Comunista de São Paulo. Porém, como afirma Carlos Eugênio, até que o grupo carioca se legitimasse como um grupo de ação, tiveram que enfrentar as duras críticas dos militantes paulistas que se referiam a eles com certo menosprezo².

Abertas as portas para sua militância, principalmente no seio de sua família, Carlos Eugênio passa a integrar um pequeno grupo armado, composto majoritariamente por amigos do Colégio Pedro II. Fazem parte de seu grupo Valentim Ferreira, Luis Afonso Miranda da Costa Rodrigues, Aldo de Sá Brito, Marcos Nonato da Fonseca, Alex Xavier Pereira e Francisco Eduardo Sebrão. Embora relate em seus livros os militantes com os quais teve maior contato durante sua entrada na organização, a ALN do Rio de Janeiro era composta por grande número de estudantes. Havia militantes mais velhos egressos do Partido Comunista como João Batista Xavier Pereira, Zilda Xavier Pereira, Anita Campos da Paz, militantes ligeiramente mais maduros como Domingos Fernandes, Hércio Pereira Fortes, José Milton Barbosa, Luís José da Cunha, e até integrantes bastante jovens como Newton Leão Duarte, Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins, Flávio de Carvalho Molina, Ronaldo Dutra Machado, Jorge Raimundo Jorge, Linda Tayah, Eliane Potiguara, Reinaldo Guarany, Antônio Carlos Bicalho Lana, Iara Xavier Pereira, Arnaldo Cardoso Rocha, Ana Bursztyn, Mario de Souza Prata,

¹ Na cidade de São Paulo, a Ação Libertadora pôde contar tanto com a frente de massas, bem como com a chamada Frente de fogo, tendo o apoio da dissidência estudantil, dos ferroviários da cidade de Sorocaba, de setores metalúrgicos, do campo etc.

² Entrevista de Carlos Eugênio Paz concedida em São Paulo, 21/09/03, Transcrição da fita, lado B, p. 12-13.

José Pereira da Silva, Gastone Lúcia Beltrão, Yuri Xavier Pereira, Frederico Eduardo Mayr, Tânia Fernandes, Ana Maria Nacinovic Pereira, chegando a contar inclusive com a presença de adolescentes como foi o caso de Jorge Wilson Fayal de Lira e Marcos Nonato da Fonseca. É importante destacar que quando Marcos Nonato entrou na ALN, recrutado por Carlos Eugênio Paz, contava apenas com 14 anos de idade. Este caso é semelhante ao de Jorge Fayal de Lira, recrutado pelo irmão Carlos Eduardo Fayal quando ainda era menor de idade, e de Ivan Seixas que integrará em 1971 a Frente Armada do MRT com a ALN com apenas 16 anos³.

Será esse grupo de estudantes cariocas que mais tarde originará em grande parte, o comando armado que daria continuidade à ALN em São Paulo, após a morte de Joaquim Câmara Ferreira.

A Ação Libertadora Nacional foi formada em seu início por grande parte de egressos do PCB, por muitos estudantes que pertenciam à dissidência paulista, intelectuais operários, ferroviários, religiosos, notadamente padres dominicanos. Os grupos armados em específico, foram formados em sua maioria pela dissidência estudantil paulista, principalmente por estudantes da USP, originários dos cursos de filosofia, de ciências sociais, arquitetura e em menores parcelas dos cursos de economia e física. Destacaram-se nesse período militantes como Carlos Eduardo Pires Fleury, Hiroaki Torigoi, João Leonardo da Silva Rocha, José Wilson Sabag, Lauriberto Jose Reyes, Aurora do Nascimento Furtado, Márcio Beck Machado, Luiz Fogaça Balboni, Marco Antônio Braz de Carvalho, Takao Amano, João Amano, Ruy Carlos Vieira Berbet, Aton Fon Filho, Ottoni Fernandes Júnior, Paulo Tarso Venceslau, Maria Aparecida Costa, Maria Aparecida Santos, Guiomar

³ O militante Marcos Nonato da Fonseca morreu um mês antes de completar 19 anos de acordo com seu atestado de óbito (BNM nº 669, 12 junho de 1972-AEL). Jorge Fayal foi preso em maio de 1969 e no seu processo na terceira Auditoria Militar da 1ª CJM, foi absolvido da acusação, por ser menor na época dos fatos (BNM, nº 22, 11 julho de 1972-AEL). Ivan Seixas integrou o MRT junto a seu pai Joaquim de Alencar Seixas, participando em agosto de 1970 de sua primeira ação armada. Ivan foi preso junto ao seu pai em 16 de abril de 1971. Cf. SEIXAS, Ivan. A vida clandestina. In. Kushnir, B. *Perfis Cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

Silva Lopes, Antônio Carlos Nogueira Cabral, Reinaldo Morano Filho, Lídia Guerlenda, Norberto Nehring, Maria Lygia Quartim de Moares, Virgílio Gomes da Silva, Manoel Cyrillo, Otavio Ângelo, José Arantes de Almeida, Jeová Assis Gomes, Antônio Benetazzo, entre outros.

Grande parte desses militantes fizeram parte do movimento estudantil do período, liderando diretórios, participando das manifestações de rua, enfrentando os confrontos com as polícias, e os CCC no famoso episódio da rua Maria Antônia. Era um grupo coeso, de muita discussão política e debates e que em um momento posterior ao golpe civil-militar, acompanhou a dissidência Marighella ajudando a compor os primeiros GTAS para a prática das primeiras ações armadas, ou fornecendo valiosos quadros para redes de apoio. Alguns desses militantes fizeram parte também, já em 1967 de um primeira turma que seria enviada à Cuba para treinamento militar, ou iriam em momentos posteriores integrar os demais Exércitos que a organização enviaria para a ilha⁴.

As baixas sucessivas viriam a se fazer sentir na ALN no segundo semestre de 1969, particularmente após o seqüestro do embaixador americano, em setembro de 1969, realizado por integrantes da ALN paulista em conjunto com militantes cariocas do MR-8. A repressão que já vinha no encalço dos militantes da ALN desde o momento em que a autoria das primeiras ações armadas realizadas em São Paulo haviam sido descobertas, recrudesciu ainda mais os seus métodos de busca e investigação.

O seqüestro do embaixador acarretou uma série de prisões e determinou em um último momento, a morte de seu próprio dirigente, assassinado na capital paulista em 4 de novembro de 1969. A ausência de liderança na ALN causou sérios abalos em sua estrutura, ocasionando mais uma série de novas prisões em seu interior quando o sucessor de Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, também não se encontrava no país, o que agravou ainda mais a situação. Como afirmou

⁴ BNM nº 22. vol. 1. Cf. Depoimento de Aton Fon Filho prestado ao DOPS-Guanabara, 26/02/70, fls. 107. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

Carlos Eduardo Fayal, “no início as ações eram para montar a estrutura, não havia intenção de fazer propaganda armada⁵”.

A propaganda armada assumida pela ALN como uma das maneiras de aproveitar o clima inicial de oposição presente na sociedade e no intuito de sensibilizar a opinião pública, principalmente após o AI-5 foi—como se verá adiante—uma prática contínua na organização até o seu período final, sendo motivo de desvios dentro da ALN, levando à superestimação de suas forças e à ilusão da adesão de parte da população. Ao final, as ações armadas eram praticadas com objetivos puramente de sobrevivência. Estar nas ruas, praticar ações revolucionárias dava fôlego ao movimento, e servia supostamente para mostrar o grau de força de seus integrantes. Além disso, partir para a propaganda armada de forma imediata, sem uma estrutura no campo que pulverizasse essas ações, levou a repressão cada vez mais ao encalço da organização, acarretando seu cerco nas cidades e ajudando a minar sua estrutura. Como afirma Carlos Eugênio, o que inicialmente possibilitou e ajudou a luta, em um segundo momento e aliado à morte de Carlos Marighella, levou a um grande desvio do caminho inicialmente proposto. Foi na concepção atual de Carlos Eugênio “(...) uma típica ação de quem acha que uma luta na cidade pode chegar a confrontar-se com o regime, que acredita que a propaganda armada, que é a propaganda revolucionária pode, em determinado momento, (...) fazer balançar as estruturas do regime para abrir brechas para uma insurreição. Nisso eu defendo até hoje com muita convicção, tem até uns companheiros que não acham, (mas) o Marighella tinha uma concepção de uma guerra prolongada, popular e prolongada. Então o que acontece, a ALN se desviou daquela primeira concepção de que a luta nas cidades era tática, a luta no campo era estratégica e o que aconteceu, transformou a luta nas cidades, na prática, mesmo que a gente não dissesse, mas na prática quando a gente passa a desprender todo esforço humano na cidade, e (...) acabava ficando na própria cidade e nunca indo pro lançamento da guerrilha

⁵. Entrevista de Carlos Eduardo Fayal, 25 de janeiro de 1985 a Marcelo Siqueira Ridenti. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

rural, nós transformamos nossa tática em estratégia, isso é um erro que é imperdoável (...)»⁶

No final do ano de 1967 Carlos Eugênio entra no PCB, participa das discussões do partido, e tenta reunir mais adeptos para o desencadeamento da luta armada. Sua permanência no partido entretanto, é bastante curta e em meados de 68 o abandona passando a praticar já pequenas ações de guerrilhas, como furto de placas, expropriações de farmácias, roubos de mimeógrafos, etc. Os militantes da ALN começam nesse momento, a se distanciar dos movimentos de massas, pois havia o posicionamento de que eles deveriam se preservar da repressão e que, em hipótese alguma, poderiam ser presos por participar de greves de grêmios estudantis, passeatas ou episódios semelhantes. Colocava-se já para esses militantes a necessidade da disciplina e do anonimato⁷.

O ano de 1968 ficaria então marcado para Carlos Eugênio e para o grupo de militantes que seguiriam a ALN como um ano em que os aprendizes de guerrilheiro assumiam responsabilidades que mudariam sua vida de maneira incalculável.

As pequenas ações praticadas por seu grupo carioca vão assumindo pouco a pouco maiores proporções. De pequenas ações como treinamento de tiros nas praias desertas do Rio de Janeiro e seguranças nas passeatas estudantis, o grupo de Carlos Eugênio realiza sua primeira grande ação, vestibular para sua entrada no GTA da ALN e que posteriormente lhe abriria as portas para a Coordenação Regional na cidade.

A primeira ação narrada no ano de 1969 em *Viagem à Luta Armada* é o assalto ao cinema *Ópera*, hoje segundo Carlos Eugênio transformado em uma

⁶ Entrevista de Carlos Eugênio Paz, concedida em São Paulo, 21 de setembro de 2003, Transcrição da fita, lado B, p.15-16

⁷ Idem ibidem.

casa de vídeo. Em todas as ações armadas que descreve, Carlos Eugênio narra em pormenores os participantes da ação e como ela foi realizada.

O assalto ao Cine Ópera é realizado em 27 abril de 1969 na praia de Botafogo. Uma reação inesperada do guarda frustra os militantes que, após um tiroteio saem do estabelecimento em disparada, não conseguindo levar o dinheiro. O guarda Antônio Guedes de Alencar é atingido pelos disparos, mas sobrevive. Na versão de Carlos Eugênio, participam da ação Luis Afonso Miranda Rodrigues, Marcos Nonato da Fonseca, Valentim Ferreira, e Iberê Brandão e Fonseca, que dá cobertura na fuga, num carro estacionado do outro lado da rua.

Há um fato bastante curioso nesse episódio. Inicialmente atribuído a marginais comuns, o assalto não teve maiores conseqüências até aquele momento. O evento, registrado na 10ª delegacia de Polícia sob o registro 2.184/69, foi temporariamente arquivado por não ter sido apurada a autoria do assalto. Entretanto, três anos após a prisão do militante da ALN José Pereira da Silva, que confessa ter participado do assalto em que o guarda foi ferido, o caso é reaberto. Muitos são indiciados e chamados a depor por conta disso. Há um extenso processo no BNM nº669 restrito somente ao assalto ao cinema⁸. O inquérito foi aberto na segunda Auditoria da Aeronáutica e, segundo as investigações, o roubo, ocorrido cerca de 22:40 horas, foi realizado por José Pereira da Silva, Aldo de Sá Brito, Marcos Nonato da Fonseca, Domingos Fernandes, Carlos Eugênio, Iberê Brandão e Fonseca e André Luiz Papi. Os militantes foram incursos no artigo 28 da LSN n 898/69, combinado com o artigo 30, inciso II do Código Penal Militar e foram chamados a depor o 3º sargento do Exército Luiz Carlos Alves, 3º sargento do Ex. Sylvio Gomes de Araújo, o guarda ferido Antônio Guedes Alencar, Giuseppe Minoietti gerente do cinema, e Itamar dos Santos, testemunha do assalto. O processo arrastou-se até o ano de 1974 sem a punição dos acusados por insuficiência de provas. Na fase judicial a vítima também não reconheceu os responsáveis. A 7 de março de 1974, a despeito da

⁸ Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp.

negativa da Procuradoria Geral e do Ministério Público pela absolvição, o Conselho Permanente de Justiça por unanimidade de votos dos Ministros do STM decide absolvê-los em 3 de abril de 1975. A ação do Cine Ópera descrita no livro de Carlos Eugênio é considerada o grande teste para a entrada nos grupos de fogo da ALN.

Ao mesmo tempo em que Carlos Eugênio Paz dedica-se às ações armadas, fica-se sabendo que o militante é convocado pelo Exército para prestar serviço militar. No momento em que Carlos Eugênio é convocado, Carlos Marighella encaminha para Cuba um primeiro grupo de militantes que realizarão treinamento guerrilheiro no final do ano de 1968. São enviados para a ilha do grupo carioca nesse período, Iuri Xavier Pereira, Alex Xavier Pereira, Frederico Eduardo Mayr, Flávio de Carvalho Molina, Hécio Pereira Fortes e Sérgio Granja. Carlos Eugênio, por recomendação do dirigente acaba ficando no país e segue o treinamento guerrilheiro sob a própria “acolhida” dos militares. O militante usa um contato com o coronel de Alagoas Mário Gomes, conhecido da família, para entrar no Forte de Copacabana, já que como afirma, o Forte de Copacabana respondia na época pela Defesa da Zona Sul, defesa interna contra manifestações e mantinha um treinamento anti-guerrilha⁹.

Além de já ser um bom atirador, Carlos Eugênio recebe no forte um excelente treinamento. Ele afirma, em entrevista que me concedeu, que treinou com todo tipo de arma, entrou como soldado, fez curso de cabo e saiu com um ótimo preparo. Atirou com metralhadora 1.30, fez lançamento de granada, atirou com pistola 45, fuzil Mauser 1908, fuzil FAU, fuzil automático leve 7.62 belga, entrou na equipe de tiro do Forte de Copacabana, participou dos campeonatos de tiro da Artilharia da Costa, das Olimpíadas do Exército, etc. Há muitas passagens no livro sobre esses treinamentos onde também são forjadas sinceras amizades nos jogos de futebol com os soldados e nas conversas do dia a dia. No entanto, a

⁹ Entrevista de Carlos Eugênio Paz concedida em São Paulo, 21/09/03, Transcrição da fita, lado A, p. 13-14.

fidelidade à Marighella e adesão à causa permanecem. Carlos Eugênio vive uma realidade fracionada e chega, ao final do treinamento, a se tornar soldado exemplo do Forte de Copacabana, sendo condecorado pelo próprio comandante do I exército, o general Syseno Sarmento¹⁰.

Como afirma no livro, tem início uma nova realidade para ele, através da qual aprenderá a entender a cabeça militar, para quem seus companheiros “são terroristas e comunistas, querem a ditadura dos sindicatos. Ateus que querem destruir a família brasileira e acabar com a liberdade¹¹”.

O ano de 1969 na narrativa de Carlos Eugênio Paz transcorre em meio a outras ações armadas. Mantendo uma vida dupla, Carlos Eugênio narra ainda a expropriação de um carro de um casal em Ipanema, em maio de 1969 na rua Francisco Otaviano, em que ele, Luiz Afonso, Aldo e provavelmente Ottoni Fernandes participam. O episódio também é relatado no processo correspondente ao depoimento do militante Paulo Henrique Oliveira Lins, no DEOPS da Guanabara, prestado na data de 8 de julho de 1970. Paulo Henrique, militante carioca pertencente ao grupo de estudantes do Colégio Pedro II será num período posterior transferido para São Paulo no final de 1969, sendo Reinaldo Guarany um dos responsáveis por sua transferência. Em tom jocoso, Carlos Eugênio conta a repercussão do episódio no Forte: “Os terroristas subversivos atacaram novamente, sua audácia é grande, roubam carros nas ruas outrora tranqüilas da zona sul da cidade. Quem souber como encontrar um desses criminosos tem o dever patriótico de denunciá-lo mesmo sendo um conhecido, amigo ou familiar¹²”.

Pela narrativa de Carlos Eugênio as “quedas” dentro da ALN carioca iniciam-se a partir do mês de maio de 1969. Carlos Eugênio descreve que dois companheiros, na tentativa de recuperar um carro “frio” estacionado em Botafogo, são surpreendidos pela chegada da polícia e, imediatamente presos. Surge então

¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada. op. cit.* p. 105.

¹² Idem, *ibidem*, p. 105-106.

a preocupação para Carlos Eugênio de que possa ser descoberto, já que ambos o conhecem. Apesar dos nomes encobertos sob os codinomes de *Milton* e *Jair*¹³, deduz-se por outros depoimentos de presos políticos que se trata dos militantes Jorge Fayal de Lira e Silva e Newton Leão Duarte. Em depoimento de Ronaldo Dutra Machado (sem data) afirma-se que Newton Leão Duarte e Jorge Wilson Fayal de Lira haviam sido presos, motivo pelo qual a ALN estava enfrentando dificuldades no Rio de Janeiro. Existe ainda um relatório datado de 5 de novembro de 1969 em que se afirma que Newton Duarte, já ouvido e indiciado, declarou à polícia que a finalidade do grupo de Carlos Marighella era de implantar no Brasil um governo socialista, razão por que roubava carros para serem utilizados em seus intentos. Em 11 de agosto de 1970, depoimento de Jorge Fayal afirma que ele, Newton Leão Duarte, Frederico Eduardo Mayr e José Pereira da Silva haviam participado do assalto a uma agência de automóveis na rua Prudente de Moraes em maio de 1969¹⁴.

A ‘queda’ dos dois militantes leva à prisão imediata de Maria Valderez Coelho da Paz, irmã de Carlos Eugênio, que é presa pela segunda vez. Segundo a descrição de Carlos Eugênio, um dos militantes presos no incidente em Ipanema, *Milton* apanha para entregar *Léia*. No assalto a uma agência de automóveis, alguém falou o nome dela e o gerente contou à polícia. Ao colocar o álbum de estudantes presos em Ibiúna na frente dele, o militante indicou por engano a pessoa que tomou parte do assalto. Valderez é presa em julho de 1969 na Rua Barão de Mesquita e após dez dias é colocada em liberdade¹⁵.

¹³ Idem, ibidem, p. 118.

¹⁴ BNM n.º 22. todos os depoimentos encontram-se no mesmo número do processo. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

¹⁵ Prontuário referente a Maria da Conceição Coelho da Paz, documento datado de 25/06/74, planilha de identificação, em depoimento prestado ao DEOPS em 12 de julho de 1974. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Cf. também. PAZ. Carlos Eugênio. *Viagem à Luta Armada*. op. cit. p. 119.

Sua prisão não tem relação com Carlos Eugênio Paz que nesse período ainda não desperta suspeitas dentro do Forte de Copacabana e escapa com sucesso de todos os enfrentamentos com a repressão nas ruas do Rio de Janeiro.

A militância política no seio de sua família, que se anunciava desde o início, com os contatos com o PCB em Alagoas, efetiva-se com a entrada de Maria da Conceição Sarmiento Coelho da Paz na organização. Após a prisão de Maria Valderez, a mãe de Carlos Eugênio, que no momento ainda não estava envolvida com o grupo de Carlos Marighella, integra-se à ALN e iniciam-se os planos de enviá-la a Cuba para realizar treinamento. Mãe e filha vão a São Paulo no início do mês de novembro com o objetivo de saírem do país. No entanto, a morte prematura de Marighella no final do ano de 1969 causa-lhes muitas dificuldades, obrigando-as a adiar por seis meses os planos de viagem, quando saem do Brasil em maio de 1970. Carlos Eugênio afirma que sua mãe, no período em que permaneceu no Brasil, colaborou muito com a organização no levantamento de ações em bancos ou estabelecimentos comerciais para futuros assaltos, já que sua idade dava uma boa cobertura, e não se levantava suspeitas.

Em maio de 1970 Valderez chega a Paris e Maria da Conceição da Paz em julho de 1970 dava início a seu curso de enfermagem no Hospital Calixto Garcia em Cuba. Maria da Conceição será uma das primeiras mulheres da organização a realizar um curso de enfermagem na ilha, quando retornando ao Brasil em 1972, será presa dois anos depois. Carlos Eugênio em entrevista que concedeu a Denise Rollemberg¹⁶ afirma que sua mãe foi muito torturada¹⁷ e que seria certamente morta se não fosse o governo Geisel e o período de Jimmy Carter. Carlos Eugênio destaca também a intensa campanha internacional que foi

¹⁶ Entrevista de Carlos Eugênio à Denise Rollemberg, 31/07/00, fita 4, lado A (Arquivo Edgar Leuenroth, Unicamp).

¹⁷ De acordo com o depoimento de Carlos Eugênio Paz, na Revista *Veja*, edição de 31 de julho de 1996, p. 8, D. Maria da Conceição Sarmiento Coelho da Paz foi presa no ano de 1974, período no qual a ALN já havia sido dissolvida. Segundo Carlos Eugênio prenderam-na com 53 anos e a torturaram muito nas mãos, nos pés o que acarretou a ela problemas futuros nos dedos. Sua prisão foi realizada com vistas a descobrir os supostos planos de Carlos Eugênio para voltar ao Brasil. Nesse período o militante estava na França.

realizada para sua libertação, destacando a figura de Hidelbrando Pereira como um grande colaborador nesse sentido. A irmã de Carlos Eugênio exilou-se na França e tomou parte também dos incipientes movimentos feministas que viriam em momentos posteriores a se consagrarem como um amplo espaço de discussão da condição da mulher na luta política brasileira.

O primeiro semestre da ALN no Rio de Janeiro, após a prisão desse três militantes, transcorre sem maiores problemas, com os GTAS funcionando com grande capacidade operacional. Domingos Fernandes destaca-se juntamente a Carlos Eduardo Fayal como um dos grandes articuladores da organização no Rio de Janeiro nessa fase. Carlos Eugênio que até o momento fazia parte da coordenação regional carioca é obrigado, por motivos de segurança, a deixá-la provisoriamente, permanecendo no entanto, ativo junto às ações do grupo. Em abril de 1969 a organização em São Paulo sofre algumas prisões de militantes, originadas das “quedas” de parcelas da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). No mês de agosto do mesmo ano saem do país em direção à Cuba os militantes cariocas Gastone Lúcia Beltrão e Luiz Pereira da Silva¹⁸.

Em setembro desse ano, ocorre o seqüestro do embaixador americano, que atrairia a fúria da repressão sobre os grupos armados. Carlos Eugênio encontra-se nesse momento no Forte de Copacabana, e apesar do clima de ameaça no interior do exército, dá continuidade ao seu treinamento. Existe a intenção, como afirma em sua narrativa, de detonar uma bomba no interior do Forte no intuito de realizar propaganda armada antes do anúncio público do lançamento da guerrilha rural por Carlos Marighella, previsto para o dia 15 de novembro de 1969. A recomendação do dirigente é de que após o impacto do explosivo, Carlos Eugênio abandone o serviço militar e saia pela fronteira do país. Em um dos últimos encontros que Carlos Eugênio mantém com Marighella, providencia-se a ida de sua irmã e de sua mãe a São Paulo. Nesse período, Iara Xavier Pereira, filha de

¹⁸ Prontuário referente a Maria da Conceição Coelho da Paz, documento datado de 25/06/74, planilha de identificação, em depoimento prestado ao DEOPS em 12 de julho de 1974. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Zilda Xavier Pereira é irmã de Alex e Iuri, dois ativos militantes da organização, saem do país em direção a Cuba¹⁹.

Após o seqüestro, no entanto a ALN em São Paulo sofre uma grande devassa que atinge seriamente seus grupos armados. Takao Amano, Manoel Cyrillo, Carlos Lichsztejn, Virgílio Gomes da Silva, Otávio Ângelo e Jeová Assis Gomes, principais integrantes dos grupos armados de São Paulo, são presos, bem como todos os militantes do MR-8 que colaboraram no seqüestro. Joaquim Câmara Ferreira, Franklin Martins, Sebastião Mendes e Joseph Bartolo Calvert logram sair do país, refugiando-se no Uruguai, enquanto a repressão prende todos os padres dominicanos envolvidos na organização. A repressão, com os métodos de tortura e o estímulo à delação, chega até Carlos Marighella²⁰.

Ao voltar do quartel para casa no dia 4 novembro de 1969 Carlos Eugênio é surpreendido com a morte do dirigente. Junto a sua irmã Maria Valéria, vê as fotos do comandante estampadas no jornal, denunciando sua morte. Resta o desabafo da dura realidade, e a observação de que “as ruas já não são as mesmas, não há ninguém de luto” para aqueles que lutam por uma causa sincera. No entanto, a luta não é abandonada, como afirma Carlos Eugênio em *Viagem à Luta Armada*, “morre o homem, fica o exemplo”. Novamente existe a preocupação de resguardar as forças da ALN no Rio de Janeiro e continuar a luta²¹.

A ALN de São Paulo após o assassinato de Carlos Marighella encontra-se totalmente fragmentada com poucos militantes ainda clandestinos e muitos abalados e perdidos diante da nova situação. Alguns deles transferem-se imediatamente para o Rio de Janeiro no intuito de fugirem ao cerco em São Paulo. No entanto, a repressão não demora a atingir esses militantes e alguns integrantes da ALN carioca, em dezembro de 1969 são presos como Maria

¹⁹ DEOPS-RPI n 01/72. II Ex. 50-Z941011.

²⁰ BETTO. Frei. *Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 4ª ed., 1982, p. 73-74. Cf. JOSÉ. Emiliano. *O Inimigo número um da Ditadura Militar*. São Paulo: Sol e Chuva, 1997, p.223-246.

²¹ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, op. cit. p. 129.

Aparecida Costa, Valentim Ferreira, Aton Fon Filho, Linda Tayah, e Zilda Xavier Pereira²².

Diante de tal descalabro Carlos Eugênio resolve desertar do Forte de Copacabana e sair da casa de sua irmã Maria Valéria. Aproveitam, ele e Valéria, para apagarem todos os vestígios de sua vida passada, já que está entrando na clandestinidade. Como afirma em seu livro, "Rasgamos fotos, fragmentos de adolescência descem pelo vaso sanitário. O dia amanhece, coloco umas roupas numa bolsa, beijo minha irmã, abro a porta e mergulho nas trevas"²³.

O militante muda-se então para um "aparelho" provisório junto a Luis Afonso Miranda da Costa Rodrigues e Marcos Nonato da Fonseca na rua Hermenegildo de Barros em Santa Teresa. É obrigado novamente a trocar de casa e vai morar em São Cristóvão com Paulo Henrique Oliveira Lins, Francisco Eduardo Sebrão e Ana Bursztyn. Carlos Eugênio permanece no Rio de Janeiro até o final de 1969, quando surge a proposta de se transferir para São Paulo, com a descoberta no Forte de sua real identidade. Num encontro com Carlos Eduardo Fayal, providencia-se sua transferência para a capital paulista.

Ainda no final desse ano, após um grande número de quedas no interior da organização, a militante Ana Maria Nacinovic integra-se à organização pelas mãos de Carlos Eduardo Fayal. Carlos Eugênio em sua narrativa encanta-se de imediato por 'Marcela', codinome adotado em seu livro para a militante que está prestes a entrar na clandestinidade, e nutrirá por ela uma paixão secreta, que será algum tempo depois consumada quando os dois militantes transferem-se para São Paulo. Ana Maria acompanhará toda a narrativa de Carlos Eugênio, como o exemplo do temperamento firme, equilibrado e terno, numa situação em que todos os militantes estão endurecidos pela "guerra".

²² BNM nº 22. depoimento de Linda Tayah, Aton Fon Filho e Zilda Xavier Pereira prestados a 20/02/70 no Quartel General do I Exército. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

²³ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, op. cit. p.118.

Antes de partir para São Paulo, Carlos Eugênio participa ainda de uma de uma última ação para conseguir dinheiro. Assaltarão uma Agência do Banco da Bahia localizada no Méier no dia 16 de dezembro de 1969. Após esse assalto o principal coordenador da ALN carioca, Domingos Fernandes é preso e o dinheiro do assalto é tomado pelos agentes da repressão em seu aparelho²⁴.

A coordenação do Rio de Janeiro, apesar do revés após a prisão de Domingues, é imediatamente assumida por Carlos Eduardo Fayal. Domingues Fernandes permanecerá preso até junho de 1970 quando será banido no seqüestro do embaixador alemão. No depoimento do militante ao DOPS da Guanabara, datado de 24/11/72, afirma-se que Domingues foi banido do território nacional, tendo freqüentado curso em Cuba iniciado em fins de 1970 e terminado em junho/julho de 1971, “curso misto, onde a maioria era de banidos, denominado como IV Exército”. Estão elencadas também todas as ações das quais participou entre elas o roubo na agência Méier em final de 1969²⁵.

Carlos Eugênio despede-se dos companheiros no Rio e no início de 1970 transfere-se a São Paulo. Assim terá origem um dos períodos mais marcante de sua vida na guerrilha urbana.

Cabe destacar aqui que a narrativa de Carlos Eugênio principalmente em trechos em que se aborda o início de sua militância é marcada por uma grande dose de otimismo e alegria. Há um gosto de aventura e descoberta em todos os trechos em que se recorda seu período de infância e adolescência. Carlos Eugênio não descarta em sua narrativa os jogos de bola com os amigos, as conversas ao pé do ouvido nos bares pela madrugada, as pixações no colégio quando eram tomados pelas palavras de ordem como “Mais verbas menos

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 113-114.

²⁵ BNM nº 22. vol. 1. Depoimento de Domingues Fernandes prestado ao DOPS–Guanabara, 24/11/72. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

canhões”, Só o povo armado derruba a ditadura” ou “Viva Che Guevara”²⁶. Como afirma,

Éramos jovens quixotes inflamados pelos tempos. Os que eram contra a luta armada (...) não escutávamos suas palavras mais que cinco minutos, não tínhamos tempo a perder, havia uma revolução a ser feita, um país a mudar, um céu a tomar de assalto. Resolvemos mostrar que estávamos aí, que podíamos responder, que éramos mais fortes do que eles pensavam, podíamos atacá-los de forma inesperada e, um dia, todo o povo iria entender quem estava com a razão e seríamos invencíveis²⁷.

No início as lembranças eram doces, faziam parte da adolescência e da pré- disposição juvenil para o confronto. São inúmeras as citações nos livros de Carlos Eugênio em que se narram momentos da infância e adolescência, marcos identitários na vida de um guerrilheiro que necessita do anonimato para sua sobrevivência. Nas palavras do militante são lembranças de madrugadas que o lapidaram, “lembranças que tem cheiro, som e cor”²⁸.

A lembrança da infância retorna então na narrativa como um elo de identificação pessoal, de união e compartilhamento, especialmente diante de tamanha desagregação vivida em uma sociedade que se descompunha e se dessocializava e no interior de uma geração que rompia seus laços identificatórios internos. A figura do pai e da mãe aparecem, bem como as recordações da infância em família e de sua adolescência. Sobrepõem-se imagens de felicidade, e aparecem na narrativa de Carlos Eugênio, tardes passadas na companhia do pai, envolvido em muita atenção e carinho.

É importante também dizer que nessas complexas e traumáticas experiências vividas por Carlos Eugênio e por parte de sua geração, em que seus protagonistas passaram de militantes a sobreviventes, o testemunho que é

²⁶ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, op. cit., p. 71.

²⁷ Idem, ibidem, p. 56-57.

²⁸ Idem, ibidem, p. 75.

produzido, detém-se muitas vezes numa evocação de lembranças do passado que tendem a minimizar episódios mais dolorosos que foram vividos.

Por isso muitas vezes são narrados episódios ligados à infância, cenas em que a irreabilidade do menino confronta-se com o duro realismo do adulto mediante o aguilhão da tortura, da insegurança e do medo da morte. Nos livros de Carlos Eugênio as cenas mais fortes que aparecem, como a experiência com as drogas no exílio, os sonhos e a imagem das mortes são amenizadas através das imagens de infância, que refletem gradualmente os valores que, em sua infância/meninice e juventude deram sentido à sua vida.

As relações metonímicas de criança e adulto, de personagem e leitor, e de ator histórico a narrador de estórias, vão criando tensões ao longo de sua narrativa. O mecanismo de escape é muitas vezes a fantasia. Os pensamentos adotam uma aparência metafórica, e às vezes um caráter particularmente agressivo, pois são tomados do terreno da injustiça social de uma geração que está entregando o melhor de sua juventude e energia em troca de um ideal. O processo do mundo dos sonhos, sem dúvida, também é uma forma de libertação que o protagonista experimenta. É o exemplo de que a carga emocional foi tencionada pela realidade histórica e pelo contexto repressivo.

Para Maria Auxiliadora Arantes, o retorno à infância está impregnado de ambigüidade, ela é o elemento através do qual o clandestino “tentará buscar em recordações arcaicas e familiares o repertório que lhe permitirá viver dentro desta des-territorialização em solo pátrio²⁹”.

No entanto, do ambiente ainda lúdico de início da militância, Carlos Eugênio vai paulatinamente abandonando a noção romântica de guerrilha e contrastando em sua narrativa uma situação de perigo constante, em que surgem além do idealismo, problemas de outra ordem, como imperativos financeiros, cansaço e disputas ideológicas. Isso se torna evidente a partir do final do ano de 1970,

²⁹ ARANTES, M. A. da Cunha. *op. cit.* p. 72.

principalmente quando o GTA assume o comando da organização. Pouco a pouco aparecem discussões ligadas à impotência diante do poder, à privação de liberdade, a cólera frente à inércia popular, a compreensão da vontade frustrada. Em um momento posterior a luta armada terá de conviver com o desenraizamento interno, a prisão, com uma clandestinidade política cada vez mais intensa, com o ostracismo econômico, político e com a exclusão moral. Não foram poucos os qualificativos utilizados pela repressão e pela imprensa para denegrir a imagem dos militantes. Segundo alguns dos grandes jornais da época, a oposição freqüentemente era caracterizada como subversiva ou terrorista. O termo terrorista tinha por fim descaracterizar propositadamente o caráter político do movimento. A própria localização do fato na página policial era um chamado para a violência e para o considerado “ato criminoso”. A abordagem privilegiava os detalhes do fato em si e omitia as causas, o que tinha como consequência pôr num mesmo rol os assassinatos políticos e comuns. Termos como “inimigos da nação”, “baderneiros”, “bandidos marxistas”, “radicais”, “vermelhos”, “agentes de Havana e de Moscou” não foram poupados pelo jornalismo do período³⁰.

2. A chegada em São Paulo-1970

Carlos Eugênio chega a São Paulo para auxiliar na reconstrução da ALN, seriamente atingida após a morte de Carlos Marighella. De início se hospeda numa pensão na Vila Mariana, e passa conhecer D. Maria, a proprietária da pensão. Em sua narrativa é *Fred*, suposto sobrinho de D. Maria que consegue escapar de um corredor de policias à procura de “terroristas”, graças à colaboração da proprietária que não o denuncia para a repressão.

Ali conseguiu manter, apesar da clandestinidade e do isolamento da família, alguns laços familiares de convivência, hábitos mezinhos do dia a dia, de um

³⁰ ABREU, J. B. de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000, p. 113.

mundo muitas vezes proibido para um guerrilheiro perseguido. Isso ficou demonstrado nas poucas conversas que estabeleceu com ela em torno dos cafés frescos que preparava, ao assistir tv, e até ao levá-la certa noite ao *Baile da Hora da Saudade*, promovido por um programa televisivo. O desvelo e carinho de D. Maria por Carlos Eugênio são lembrados até hoje com grande gratidão pelo militante e o reconhecimento por sua generosidade foi o que levou Carlos Eugênio a permitir que contassem essa história de amizade num programa exibido pelo Globo Repórter no ano de 1999³¹.

Durante a sua chegada à capital paulista o futuro comandante da ALN, foi auxiliado por dois militantes da Frente de Massas, aos quais são atribuídos em seus livros os nomes de *Toti* e *Joca*. Foram segundo afirma Carlos Eugênio, contatos que haviam sido estabelecidos por Carlos Eduardo Fayal imediatamente após a “queda” de Marighella. *Toti* segundo Carlos é um militante que retornou do Chile ao Brasil e que por encontrar uma situação totalmente adversa com uma repressão cada vez mais violenta, saiu novamente do país. O militante escreverá sobre ele no segundo livro, mas continuará a manter sigilo sobre sua identidade no livro e na entrevista que me concedeu, pois afirma que pelo fato de não ser um militante conhecido, poderia sentir-se incomodado em revelar seu nome. *Joca* foi o codinome adotado por Carlos Eugênio para o militante Áureo, conhecido no período de guerrilha pelo pseudônimo de “Nei”. Carlos Eugênio afirma que o militante já é falecido e que após sua chegada a São Paulo, trazido por Áureo à cidade, não manteve mais contato com ele. “Nei” foi um militante operário, casado e com filhos e que no fim de sua vida, administrando um jornalzinho de pequena circulação no litoral norte paulista, estava atravessando muitas dificuldades financeiras. Como afirma Carlos Eugênio, Áureo foi um menino pobre que lutou sua vida inteira para sustentar sua família e seus filhos, e que “ morreu de miséria, morreu de preocupação, aquelas pessoas que destroem a vida porque a vida no Brasil é assim (...) um menino operário, um menino pobre e tudo isso, lutou a vida

³¹ Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 21/09/03, Transcrição da fita, lado A, p. 25-26.

inteira para conseguir sustentar a família dele, os filhos para ter direito à educação e sempre que os companheiros estavam perto sempre tentavam ajudar, mas tem uma hora que não dá mesmo³².

No início de sua clandestinidade, “Clemente” preocupa-se em conhecer a cidade e manter um trabalho legal que lhe dê uma cobertura. Havia muitas ‘profissões de fachada’ e a mais eficaz, segundo ele, era firma de representações, principalmente porque não chamava atenção, não levanta suspeitas pelo fato do trabalhador vir de fora, ter outro sotaque, não conhecer a cidade, etc. Carlos Eugênio disse em entrevista que para manter uma profissão que lhe desse esse tipo de cobertura, passou a vender quinquilharias japonesas em São Paulo compradas próximo à Praça João Mendes. Afirmava que comprava e às vezes até distribuía para a organização ou para D. Maria, a proprietária da pensão, como sinal de gratificação pelo seu serviço. Segundo Carlos Eugênio, D. Maria adorava as lembrancinhas e distribuía também os presentes entre seus sobrinhos pequenos³³.

Após um período inicial nessa pensão, Carlos Eugênio transfere-se para um “aparelho” conhece parte dos militantes paulistas que atuavam na organização, inclusive seu dirigente Joaquim Câmara Ferreira, com o qual mantém contatos freqüentes, tornando-se um guerrilheiro muito ativo, o que despertará em “Toledo” a confiança necessária para que, em um momento posterior, seja integrado à ALN paulista como comandante militar da organização e no segundo semestre de 1970, como integrante do Comando Nacional da ALN.

³² Idem, *ibidem*, p. 24.

³³ Idem, *ibidem*, p. 26-27.

3. Conceitos da Luta Revolucionária

Carlos Eugênio afirma que o conceito teórico que prevalecia inicialmente no interior da organização era de que a luta revolucionária seria de libertação nacional. Isso, segundo ele, não escondia que havia intenções de implantar o socialismo no Brasil num segundo momento. A luta empreendida pela ALN não era somente a conquista das liberdades democráticas, mas havia muitos de seus quadros que lutavam particularmente pelo fim do regime militar.

Para a organização a definição *libertação nacional* era um termo mais mobilizador, e por isso mesmo atraiu vários setores da sociedade que não eram necessariamente nem socialistas, nem comunistas. Existiam na ALN, como Carlos Eugênio afirma, muitos integrantes nacionalistas, padres dominicanos e muitos militantes que almejavam somente acabar com a ditadura militar no Brasil que havia sido promovida pelo imperialismo norte-americano, não havendo a intenção de parcelas de seus quadros de chegar ao socialismo.

Quanto a uma possível identificação teórica com o PCB, Carlos Eugênio afirma que admitir a luta da organização como uma luta de libertação nacional incluía necessariamente alianças com outros setores da sociedade, na busca de alianças que fortalecessem a ALN e isso poderia ser realizado inclusive com setores da burguesia, com o capital internacional e com os setores militares, como foi o caso de Albuquerque Lima, militar nacionalista que se aproximou de Carlos Marighella. Em suas palavras,

(...) a gente achava que a palavra de Libertação Nacional, era mais mobilizadora de tudo isso, se bem que nunca escondemos que éramos uma organização que queria o socialismo, tivemos digamos assim, o miolo da ALN era só mais de comunista, do partido comunista então não estávamos escondendo nada, não era uma coisa, olha, vamos dizer só até aqui, vamos propor, não, é que a gente acreditava mesmo que tinha um momento inicial na luta que a gente podia ganhar setores, porque setores também tinham interesses em serem contra a dominação do imperialismo americano no Brasil e que no decorrer da luta a gente teria até a chance de acabar ganhando esses companheiros, esses setores

para a construção do socialismo. Era somente isso, questões de aliança de classe (...)³⁴.

Carlos Eugênio afirma em sua narrativa que a ALN congregava várias concepções em seu interior. Em entrevista que me concedeu, acredita que haja semelhanças no interior da organização com a concepção chinesa de luta, Marighella havia estado na China e defendia a concepção de uma guerra popular e prolongada, adotando o campo como principal ponto de irradiação de várias Colunas Guerrilheiras, com as proposições táticas dos anarquistas russos do século XIX, com a utilização de bombas e o uso de golpes de mão nas cidades na obtenção de dinheiro e uma certa semelhança de igual maneira, com a concepção guevarista ³⁵(...).

O militante considera também que a morte de Carlos Marighella representou para a organização em particular um ano de grande apuro político, pois acredita que o dirigente era o único que possuía a concepção, visão estratégica de guerra e política de alianças mais corretas e que sua perda nesse sentido levou à derrota da organização. Segundo Carlos Eugênio, Câmara Ferreira empreendeu esforços na tentativa de retomar a organização exatamente na linha que Marighella vinha adotando, com o lançamento da guerrilha rural, que era sua prioridade. A formação de uma ativa Equipe de Fogo nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro consistia, para Toledo, numa condição essencial para que essa estrutura continuasse a se expandir, conseguindo os recursos necessários para sua instalação e ampliação.

Para o militante José Carlos Giannini, a morte de Marighella nunca foi avaliada como um sinal para o recuo. Foi interpretada como um fato grave naquele momento, mas pontual, que não chegava a comprometer a luta como um

³⁴ Idem Ibidem, p. 5 e p. 23-24.

³⁵ Idem, ibidem, lado B, p.5.

todo, mas que se constituiu por outro lado, como a maior perda individual que as organizações de luta armada sofreram em todo o período de sua existência. Segundo Giannini, Carlos Marighella foi o maior dirigente que esse movimento teve e sua morte teve enorme impacto em todas as organizações. O militante considera que sua morte foi igualmente o ponto de inflexão da luta armada no Brasil e que a partir desse episódio, e apesar da continuação da luta armada por parcelas do grupo, a iniciativa passou das mãos das organizações para as da repressão³⁶.

4. O COMANDO DE JOAQUIM CÂMARA FERREIRA (Março–Outubro de 1970)

Joaquim Câmara Ferreira encontra-se com Carlos Eugênio no início de 1970, retornando de Cuba. Chega, “renovando as esperanças” (...) e trazendo notícia dos que estão na ilha³⁷.

A volta de Joaquim Câmara Ferreira desencadeia uma grande discussão na organização acerca da continuação das ações armadas e muitos passam já nesse momento a se questionarem sobre os rumos que a ALN vinha tomando. Alguns militantes de São Paulo, que ainda não haviam sido presos, e outros que mantinham ainda a estrutura da organização no Rio, começam a questionar o isolamento político e a acentuada face militarista que a ALN poderia estar assumindo. Em depoimentos de Aton Fon Filho, Carlos Eduardo Fayal e Ottoni Fernandes, essa preocupação fica clara. Aton Fon Filho declara que a ALN se militarizou muito depois da morte de Marighella e que antes de sua morte havia um processo de produção e de discussão política, mas com forte componente militar. Aton acredita que a convicção de que a militarização levou ao afastamento da população não foi uma coisa pensada naquele momento, mas foi um resultado da avaliação feita em um momento posterior, quando se encontrava na prisão,

³⁶ Entrevista concedida por José Carlos Giannini, São Paulo, 17/10/04, p. 3.

³⁷ PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à Luta Armada*, op. cit. p. 157.

ficando claro para o militante que o principal erro havia sido a incapacidade de desenvolver uma política de massas³⁸.

Fayal afirma que no período em que Joaquim Câmara Ferreira assume há um vazio de quadros que pudessem ser integrados ao processo de luta armada. Segundo ele os melhores quadros nesse momento ainda estão em Cuba, e declara que após a morte de Marighella, os militantes da organização seguraram aquela situação “no peito e na raça, quase no emocional”, não se deixando submeter e não aceitando as imposições da ditadura. Fayal acredita que no início se criou uma perda psicológica do medo que permitiu que avançassem, mas que num segundo momento tiveram que enfrentar um processo de terror cada vez maior imposto pela ditadura³⁹.

Outra opinião que vem corroborar as opiniões expostas é o depoimento de Manoel Cyrillo de Oliveira Neto, que afirma que no momento da morte de Carlos Marighella o fim da ALN já se anunciava, por mais que muitos de seus militantes não admitissem, e tornou-se nítida principalmente após outubro de 1970, mês do assassinato de Joaquim Câmara Ferreira⁴⁰.

Na narrativa de Carlos Eugênio Paz, o debate em relação à liderança de Joaquim Câmara Ferreira ocupa muito pouco espaço. Em seu segundo livro *Nas Trilhas da ALN* aparece um diálogo bastante curto entre ele e o militante Flávio Augusto Leão Salles em que se afirma apenas que apoiarão Joaquim Câmara Ferreira incondicionalmente e que sua experiência será valiosa para reestruturar novamente a organização. Percebe-se por esse diálogo que a liderança estava sendo questionada naquele momento⁴¹. Com o novo comando de “Toledo” a organização muda alguns de seus aspectos de atuação, Câmara Ferreira segundo

³⁸ Entrevista de Aton Fon Filho, concedida a Marcelo Siqueira Ridenti. São Paulo, 13/01/86 (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

³⁹ Entrevista de Carlos Eduardo Fayal a Marcelo Siqueira Ridenti, Rio de Janeiro, 25/01/85. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

⁴⁰ PEDROSO JÚNIOR. A *Márcio, o Guerrilheiro: Vida e Morte de um Jovem preparado para Vencer*. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2003, p. 22.

⁴¹ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*, op. cit. p. 47.

Clemente, imprime a ela uma maior centralização, volta-se a questionar as ações que serão realizadas e recupera-se ainda que momentaneamente a organização de um processo de atomização que vinha ocorrendo sob a liderança de Marighella. As circunstâncias exigem cautela, pois muitos nesse momento já foram presos ou mortos e a repressão especializa-se cada vez mais com o aparecimento dos DÓI-CODI. “Não era hora de grupos autônomos, a repressão avançou, perdemos a vantagem da surpresa (...)”⁴².

No entanto, alguns militantes da ALN, como José Carlos Giannini acreditam que nenhuma mudança foi sentida na prática da organização no período em que Câmara Ferreira assumiu a organização. Pode-se atribuir a sua opinião, ao fato de Joaquim Câmara Ferreira ter permanecido por um curto período no comando da organização, o que pode não ter lhe dado tempo suficiente para contornar seus problemas internos ou mudar até mesmo o caráter da ALN.

Nos primeiros meses de 1970 Carlos Eugênio assume o Comando Militar de São Paulo. Começa-se a estruturar através de Toledo o retorno dos militantes que estão em Cuba, e dos que retornarão em abril de 1970. Em reuniões com Câmara Ferreira, reforça-se a continuidade das expropriações de armas e bancos para a obtenção de dinheiro, e a possibilidade de estreitar os laços entre a ALN e as outras organizações revolucionárias, MR-8, VPR, PCBR e MRT principalmente, para a instauração de uma Frente Armada. Embora não ocorra a fusão orgânica desse grupos, eles continuarão a atuar conjuntamente. Mantém-se ainda a autonomia de cada um deles, e somente uma parte do MRT integra-se à ALN no início de junho de 1970⁴³.

A circulação de idéias, a informação sobre as ações que deveriam ser realizadas, e a importância da discricção e do segredo tomam no interior da organização e da narrativa de Carlos Eugênio um grande espaço de discussão.

⁴² PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, op.cit. p. 44

⁴³ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*, op. cit. p. 41.

“Clemente⁴⁴” é da opinião de que o segredo é essencial para o grupo, principalmente na fase defensiva em que a organização se encontrava. Não havia segundo ele o que se discutir na organização, restava somente a ela a tentativa de romper o cerco que se avizinhava através de ações armadas nas quais se obtivessem dinheiro e armas. Em *Viagem à Luta Armada* há um extenso debate entre Carlos Eugênio, Iuri Xavier Pereira e Joaquim Câmara Ferreira a respeito do caráter que as ações deveriam assumir e da necessidade premente de se passar a luta ao campo. Joaquim Câmara Ferreira havia deslocado grande parte do II Exército da ALN, que voltara de Cuba no segundo semestre de 1970, para a chamada Área Estratégica no impulso de tentar recuperar e ampliar essa estruturas. Sua morte, como se verá, inviabilizará o lançamento da Guerrilha Rural e a ALN cada vez mais ficará restrita às cidades⁴⁵.

As ações da ALN continuam a todo vapor em São Paulo. Para Joaquim Câmara Ferreira e para a ALN do período, o distanciamento das massas nesse momento era encarado como coisa do momento, a população seria ganha no processo à medida que avançassem. Há uma confiança irrestrita no impacto das ações armadas, e no aproveitamento positivo que elas poderiam surtir no seio da população. A distância das massas é evidente, como afirma Carlos Eugênio a Toledo, as massas aparecem apenas nos panfletos de nossa organização⁴⁶.

Em nenhum momento são realizadas tentativas de aproximação popular através de outros critérios que não fossem os que até então a organização adotava. Não há uma crítica contundente ainda à prática que vem sendo desenvolvida, que continua sendo o único meio encontrado até então, para continuar a luta depois da devassa provocada pela repressão nos movimentos estudantis, intelectuais, sindicais, etc.

⁴⁴ Codinome adotado por Carlos Eugênio Paz. Entre outros estão Guilherme, Armando e Quelé.

⁴⁵ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, op. cit., p. 44

⁴⁶ Idem, ibidem, p. 39.

5. A MORTE DE TOLEDO

No final de 1970 são realizadas pela organização algumas reuniões nas quais seriam definidos os próximos passos da organização. Com o comando Nacional formado, composto por Iuri Xavier Pereira, Carlos Eugênio Paz, Paulo Tarso Celestino e Márcio Leite de Toledo e Hécio Pereira Fortes, Joaquim Câmara Ferreira passa a se reunir em meados de outubro com o grupo em encontros onde serão decididos os preparativos primordiais para o lançamento da guerrilha rural, a “Quinzena Marighella” e a Campanha do Voto Nulo.

As reuniões da Coordenação são realizadas num “aparelho” de Carlos Eugênio situado próximo ao aeroporto de Congonhas. Nos dias 21 e 22 de outubro, estão presentes na reunião, Carlos Eugênio, Ana Maria Nacinovic, Iuri Xavier Pereira, Paulo Henrique Oliveira Lins, Hécio Pereira Fortes e Márcio Leite de Toledo. Na mesma tarde do dia 21, Carlos Eugênio encontra-se com Yoshitame Fujimori e Devanir José de Carvalho, na tentativa de realizar levantamentos para a retirada de Bacuri da prisão, mantido encarcerado há dois meses. A intenção é seguir uma pista fornecida por Sônia Hipólito e sair à procura de Henning Albert Boilesen para um possível seqüestro. O plano do seqüestro faria parte da Quinzena Marighella e seria realizado no início de novembro de 1970⁴⁷.

No dia 22 de outubro os militantes passam a noite envolvidos em leituras junto a Joaquim Câmara Ferreira. É a primeira vez em que aparece no livro de Carlos Eugênio reuniões com esse caráter, em que se realizavam leituras e debates.

No dia 23, uma sexta-feira pela manhã, Carlos Eugênio sai com Iuri para cobrir pontos com outros militantes, retorna ao seu aparelho e continua entretido

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 181.

nos estudos até a noite. No cair da tarde desse dia “Toledo” se encontrará com José da Silva Tavares. Apesar dos apelos de Carlos Eugênio para que não efetivasse o encontro, Toledo não ousou desconfiar do companheiro e foi emboscado, preso e morto pelo delegado Fleury.

Na manhã de sábado, no dia 24, Carlos Eugênio sai do ‘aparelho’ para buscar o dirigente no ponto previamente combinado numa padaria da Vila Mariana. Toledo não aparece ao encontro, e sua prisão é confirmada pelo noticiário da época algum tempo depois⁴⁸. A imprensa no entanto divulga que Bacuri foi quem levou Toledo ao seu encontro, aproveitando-se para fugir enquanto Toledo ao reagir à voz de prisão e em luta com os policiais, morreu do coração. É claro, que o nome de Tavares não foi revelado e, segundo consta, Tavares não só chegou a ir ao ponto com Toledo como foi testemunha da prisão de Câmara Ferreira⁴⁹.

Carlos Eugênio afirma que Fleury prendeu “Toledo” no início da noite, levando-o para um sítio de sua propriedade para “assumir as fúnebres honras sozinho e torturou-o até a morte⁵⁰”. Após a morte do dirigente as suspeitas de Carlos Eugênio confirmam-se, e com sua morte morrem as possibilidades do lançamento da guerrilha rural. Junto a Câmara Ferreira são presos no mesmo dia os militantes Maurício Segall e Maria de Lourdes Rego de Melo⁵¹. Atônitos, os militantes do comando nacional tentam enfrentar a nova situação assumindo a direção da ALN⁵². A experiência de Paulo Tarso Celestino mostra-se segundo a narrativa de Carlos Eugênio, de grande valia para o grupo⁵³. Perde-se o sentido

⁴⁸ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, op. cit. p. 188.

⁴⁹ SOUZA, Percival. *Autópsia do Medo*: Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000, p. 261.

⁵⁰ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, op. cit. p. 189.

⁵¹ GUARANY, Reinaldo. *A Fuga*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 80.

⁵² PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à Luta Armada*, op. cit. p. 190.

⁵³ Segundo Carlos Eugênio em seus livros ao final, Paulo Tarso Celestino foi dirigente nacional da ALN, treinou em Cuba voltando ao Brasil em 1970, exercendo um importante papel após a morte de Toledo. Foi preso no Rio de Janeiro em julho de 1971, junto a Heleni Telles Guariba, torturado até a morte. Foi levado à Casa da Morte, segundo depoimento de Inês Etienne Romeu, Nilmário, p. 62.)

da Quinzena Marighella após a morte de Toledo e Carlos Eugênio tenta exortar seus companheiros, no intuito de que mantivessem a convicção e prosseguissem a luta. Como o militante afirma “não é o momento se entregar, (...) mas de honrar seu nome”, (...) se alguém não quiser assumir estas responsabilidades, tem a obrigação de falar agora, outros podem realizar suas tarefas, diante do quadro não seria vergonhoso um recuo⁵⁴”.

Segundo Fayal, militante preso em março de 1970 e banido no seqüestro do embaixador alemão, após a morte de Toledo, “a organização praticamente (...) entra numa fase de um racha. Um racha político. Aí vem aqueles que querem manter aquele negócio do Toledo, que o Toledo deixou, e o pessoal que acha que não, que tem que parar inclusive de fazer ação, temos que jogar no trabalho político, aquela coisa⁵⁵”.

Para Carlos Eugênio e seu grupo a disposição dos combatentes continua, não por desespero, mas porque acreditam na vitória e lutam por ela.⁵⁶

Para outros militantes no entanto, “o que houve a partir daí, foram síndicos dessa massa falida, morta. (...) a grande ameaça revolucionária reduzia-se a algumas centenas de presos e algumas centena de mortos⁵⁷”.

⁵⁴ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, op. cit. p. 191.

⁵⁵ Entrevista de Carlos Eduardo Fayal concedida a Marcelo Siqueira Ridenti, Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1985. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

⁵⁶ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, op. cit. p. 195.

⁵⁷ Entrevista de Manoel Cyrilo de Oliveira Neto concedida a Antônio Pedroso Júnior, op. cit. p. 22

CAPÍTULO V

CAPACIDADE OPERACIONAL, RECRUTAMENTO E DELAÇÕES NO INTERIOR DA ALN

1. As ações armadas realizadas pela organização (1970-1973)

Na narrativa de Carlos Eugênio estão relatadas algumas ações armadas praticadas por seu grupo, notadamente nos anos de 1970 e 1971, período considerado pelo militante como um momento de grande capacidade militar da organização¹.

A atividade de Carlos Eugênio tem início na cidade de São Paulo, com uma expropriação de um banco em que estão juntos ele e os militantes José Milton Barbosa, Flávio Neves Leão Salles e Guiomar Silva Lopes, considerada um grande quadro por Joaquim Câmara Ferreira, dirigente da ALN no ano de 1970.

A organização pelos dados consultados continua muito ativa nesse primeiro semestre e em maio desse ano realiza novas expropriações com o intuito de integrar mais um grupo de militantes que retornam de Cuba e que serão incorporados à luta no Brasil. Necessitando de recursos financeiros, começam a ser realizados pelos militantes de São Paulo os levantamentos de um Banco do Brasil da Avenida Jabaquara. Os militantes enganam o gerente do banco que inadvertidamente numa conversa com supostos clientes, revela ao grupo onde se localiza o cofre. Participam da expropriação, que ocorre em 29 de maio de 1970, Carlos Eugênio, José Milton Barbosa, Flávio Leão Salles, Eduardo Collen Leite, Ari da Rocha Miranda e provavelmente Carlos Schneiderman que tem nome encoberto e é representado por "Branco" no livro de Carlos Eugênio. Há reação no entanto, de alguém que entrincheirado em uma janela do prédio ao lado, fere Schneiderman com estilhaços de tiro de escopeta². A despeito do incidente sem

¹ Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 27/09/03, Transcrição da fita lado B.

² PAZ, C. E. *Nas Trilha da ALN*, op. cit. p. 51 e p. 59-60.

maiores conseqüências, os militantes saem eufóricos levando para seus “aparelhos” cerca de NCR\$ 106.000,00, segundo dados do DEOPS³. Carlos Eugênio após a ação afirma que esperavam por esse momento desde as últimas quedas de companheiros em São Paulo (cerca de quatro militantes foram presos entre março e abril) e que a ação teve um saldo positivo, já que “(...) ninguém morreu, ninguém será torturado nas celas do DOI-CODI”. A preocupação com o atendimento médico, em casos como esse, em que houve feridos levam-nos a reservar, futuramente mais verbas para a montagem de uma clínica médica⁴. A clínica de fato, foi providenciada mas, somente no segundo semestre de 1970 quando uma expropriação de um carro pagador da *Brink's*, conseguiu dar mais folga aos orçamentos da organização, que eram utilizados em sua grande maioria, no retorno de militantes de Cuba, e na implantação da estrutura no campo. Em entrevista, Carlos Eugênio me confidenciou que a clínica existe até hoje, foi transformada em um pronto-socorro e atende ainda a muita gente⁵.

Necessitando de mais dinheiro, a ALN expropria o Banco Nacional de Minas Gerais na Lapa no dia 11 de junho de 1970. A ação apesar de trazer dinheiro para a organização, tem como saldo a morte de um membro do GTA da ALN, Ari da Rocha Miranda. O assalto ao Banco da Lapa é uma das primeiras ações descritas em *Viagem à Luta Armada* por Carlos Eugênio. A pedido de Câmara Ferreira, o GTA integra um militante da Frente de Massas para participar da ação, já que Toledo acreditava que incluindo um militante da frente de massas, outros companheiros passariam a entender a importância do trabalho armado e poderiam unir-se à luta. Na concepção de Marighella, a Frente de Massas nunca foi confundida com trabalho de massas. Para o dirigente, a Frente de Massas seria o embrião que formaria a Coluna guerrilheira e seu objetivo era transformá-la cada vez mais em uma “potência de fogo”.

³ DEOPS-SP-RPI nº01/72. II Ex. 50-Z941011.fls. 9.

⁴ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*, op. cit., p. 66 e p. 51.

⁵ Entrevista concedida por Carlos Eugênio Paz em São Paulo, 27/09/03, Transcrição da fita lado B.

Embora sem qualquer experiência de combate, o militante Wilson Conceição Pinto, descrito por Carlos Eugênio como “Júlio” é integrado ao assalto. Nesse período, há uma superestimação do trabalho armado na organização. Há grandes intenções de atrair a população para a formação de uma Coluna Guerrilheira, mas a ALN acredita que os quadros ligados ao movimento político devam ser preservados e manterem-se isolados dos grupos armados na prática das ações armadas diárias. Essa concepção existe desde o início da ALN quando Carlos Marighella a comandava. As massas seriam incorporadas assim que a Coluna Guerrilheira estivesse consolidada. Apesar do movimento estudantil secundarista no Rio ter se tornado a grande fonte de recrutamento da luta armada, em São Paulo, por já haver um movimento estudantil mais bem consolidado, desejava-se o isolamento desse grupo. Apesar de grande parte da dissidência estudantil de São Paulo ter aderido à luta armada e até num segundo momento ter seguido treinamento militar em Cuba, havia alguns nomes em São Paulo que ainda trabalhavam no intuito de recuperar esse trabalho político. Alguns nomes como, Douglas Salvador Boareto, José Damião de Lima Trindade, José Mauro Gagliardi, Wlaler Joly⁶, Enzo Luiz Nico Júnior⁷ foram acusados e presos pelos DOPS em 1971 por esse mesmo motivo. Todos esses fatores favorecem por fim a afirmação de Carlos Eugênio com relação a “Júlio”, de que, “ele virá despreparado e cheio de críticas aos militaristas, com a disposição de provar que pode fazer ação armada, mas fica no trabalho político por ser mais importante. Até agora não vi as massas que eles estão recrutando e aglutinando (...)”. Relegava-se portanto nesse período o trabalho político, dando-se ênfase ao desencadeamento imediato da luta armada⁸.

Participam da ação de expropriação Wilson, Carlos Eugênio, Bacuri, José Milton Barbosa, Ari da Rocha Miranda, Antônio Carlos Nogueira Cabral, Antônio Sérgio Mattos e Ana Maria Nacinovic, que havia se deslocado para São Paulo nesse período, estreando na primeira ação desse porte. No decorrer da ação

⁶ DEOPS-RPI nº 01/72 -50Z941011 p. 20.

⁷ DEOPS- RPI nº07/72. 50Z94101p. 43-44.

⁸ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, op. cit.p. 39.

escutam-se tiros, mas todos guardam seu posto acreditando que nada ocorrera de grave. “Júlio” desaparece e sai correndo assustado. Quando estão dirigindo-se para os automóveis para a retirada, Ari cai no chão. Atingido acidentalmente por “Bacuri” por um pânico provocado por “Júlio”, Ari da Rocha não resiste e morre na madrugada de sexta para sábado do mês de junho de 1970. Ainda não havia sido implantada a clínica clandestina pela organização e nenhum médico que pudesse auxiliá-los foi encontrado naquela noite⁹. A morte de Ari serviu para a repressão, como se apurou nos processo, como mais uma forma de denegrir o grupo, acusando Bacuri de ter atirado contra o próprio companheiro. Segundo Carlos Eugênio, Wilson Conceição Silva, após o episódio passou a colaborar com a repressão. Há a afirmação de que “Justo” como era seu codinome adotado na organização, fora ferido e entregara-se à polícia após esse assalto¹⁰. A expropriação nesse banco marca a participação de Ana Maria e de Antônio Sérgio Mattos, mais dois cariocas que passam a fazer parte das ações urbanas em São Paulo.

Em momentos posteriores Carlos Eugênio lembrará, “como é fácil enxergar as idiotices anos depois, numa viagem como a minha, podendo ir e vir, lembrar e relembrar. Por que não peguei Alberto nos braços e não o levei depressa ao hospital? Éramos jovens e, pequenos pedaços de vida não fazem uma vida grande apenas várias vidas pequenas”. Carlos Eugênio afirma em sua narrativa que após a morte de Ari, “Bacuri” nunca foi o mesmo, e ele próprio sentia-se culpado por não ter sido rígido o suficiente com “Toledo” evitando a participação de “Júlio”¹¹.

Não resta nada a fazer após sua morte. Segundo Carlos Eugênio, os militantes não têm o ódio para ajudar “Alberto não foi ferido pela repressão”. Afirma ainda que foram imprudentes, lentos e ingênuos, e que isso custou a vida de seu companheiros, a paz de Bacuri e muito da pureza de seu grupo. “ Que

⁹ Idem, *ibidem*, p. 41-43

¹⁰ USTRA, C. A. B. *Rompendo o Silêncio*. Brasília: Editera, 1987, p. 220.

¹¹ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, *op. cit.*, p. 53.

aqueles que viveram a agonia de Alberto e o enterraram com suas próprias mãos, às margens de uma estrada erma, possam um dia encontrar a paz (...) ¹²”.

A revolta transfere-se então para o povo e sua indiferença em frases como, “nosso carro atravessa a Faria Lima, avenida iluminada e cheia de sons. Gente vai e volta, entra e sai dos cinemas, lota os restaurantes, porque hoje é sábado, como diria o poeta. E daí que hoje é sábado? A terra gira, as pessoas morrem, lutas são ganhas ou perdidas, mas guerreiros puros, metidos numa guerra suja e escondida pela censura, são ignorados pela multidão que defendem. Entrem em seus cinemas, comam como nunca, o milagre do Delfim está aí para isso mesmo, o crédito é fácil. Confesso minha raiva, um de meus pecados, que cometi todos, menos o da omissão ¹³”.

A apatia em relação à morte de Carlos Marighella, o afastamento político e a morte de Ari Rocha esboçam paulatinamente a percepção que têm os militantes do nível de participação da população em relação à causa que abraçaram, quando o milagre econômico abriu as portas à população e a conquistou em definitivo. O surpreendente é que a organização, insistirá até o último homem, esperando ventos mais favoráveis e depositando confiança irrestrita na luta que travava.

Em junho é organizado o seqüestro do embaixador alemão no intuito de retirar mais militantes da prisão. São enviados ao Rio de Janeiro dois militantes que auxiliaram na execução do seqüestro. “Bacuri” um de seus comandantes vai junto a José Milton Barbosa para o Rio de Janeiro nas primeiras semanas do mês de junho ¹⁴. O seqüestro é realizado a contento e são libertados 40 militantes de diferentes organizações.

É realizado ainda pela organização nesse segundo semestre de 1970, o planejamento de um seqüestro de um avião em Jundiaí que lhes servirá para fazer

¹² Idem, *ibidem*, p. 47-48.

¹³ Idem, *ibidem*.

¹⁴ GUARANY, R. *A Fuga*, *op. cit.* p. 21. Cf. também MAKLOUF, L. *Mulheres que foram à Luta Armada*. São Paulo: Globo, 1998, p. 376-396.

propaganda da luta no campo e a Campanha do Voto Nulo. A ação entretanto não foi realizada, pois algum tempo após Joaquim Câmara Ferreira é assassinado. Nesse intervalo Carlos Eugênio estreita as relações com Márcio Leite de Toledo, recém chegado do treinamento cubano¹⁵. “Clemente” tem a impressão de que a relação que terá com ele será de muita camaradagem, mas, como anuncia “não sabia das voltas do destino e do desenlace trágico que nos era reservado, isso só começa a se delinear mais adiante, quando da consumação da traição de Silvério¹⁶.

O retorno de alguns militantes de Cuba auxiliam Toledo a constituir a o Comando Nacional da Organização ao qual serão integrados, Carlos Eugênio Paz, Iuri Xavier Pereira, Hélcio Pereira Fortes, Paulo Tarso Celestino e Márcio Leite de Toledo. A tentativa de Toledo em aproximar as organizações armadas é colocada como uma das prioridades da organização nesse período e são planejadas ações que no mês de novembro lembrarão a memória de Carlos Marighella. Os preparativos para a “Quinzena Marighella” começam a ser realizados quando uma infiltração no MRT atinge a ALN no Rio, trazendo prisões em cadeia em agosto de 1970 e obrigando “Toledo” a se dirigir para a cidade¹⁷.

A infiltração no grupo carioca começa a se delinear a partir do assalto ao Banco Ramos, realizado pela organização em 19 de agosto de 1970. Desse assalto narrado em maiores detalhes, por Reinaldo Guarany e por Ottoni Fernandes Júnior participaram dois supostos combatentes que, no calor da ação, abandonaram seus companheiros e que algum tempo depois foram desmascarados como sendo agentes infiltrados e colaboradores da repressão.

O assalto a esse banco além de facilitar a ação dos infiltrados, causou muitos problemas posteriormente para Reinaldo Guarany e para Ottoni

¹⁵ Márcio Leite de Toledo retornou do treinamento Cubano em maio de 1970, dirigindo-se para o Rio de Janeiro. No entanto, como a cidade estava sendo cercada pelo exército, o militante se transferiu para a capital paulista através de Minas Gerais. Integrou-se novamente à organização em junho de 1970, Cf. PEDROSO, *op. cit.*, p.86-88.

¹⁶ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada. op. cit.* p. 176.

¹⁷ Cf. GUARANY, R. *op.cit.*, p. 27.

Fernandes, que tiveram que responder a um processo na Justiça Militar pela morte do guarda de serviço no dia do assalto, pois a Lei de Segurança Nacional naquele período punia com a pena de morte casos em que houvesse roubo seguido de morte. A ação também marcou muito Aldo de Sá Brito, que ficou consideravelmente abalado pela morte do guarda.

Participariam do assalto os militantes Aldo Sá Brito, Reinaldo Guarany, Gilberto Faria, “Artur” ou “Paio”, Sônia Maria Ferreira Lima, Benjamin Torres, Hércio Pereira Fortes e Ottoni Fernandes. Tudo corria bem de início, o guarda já havia sido rendido por Aldo e três militantes já estavam no interior do banco. De repente o guarda expressa uma reação involuntária e Aldo para se defender apertou o gatilho de sua arma, matando-o instantaneamente após um disparo em seu coração. O clima foi de pânico geral como afirmou Guarany, e o dinheiro da expropriação acabou sendo deixado em cima do balcão do banco¹⁸.

Em 15 de setembro de 1970, a ALN empreende uma grande expropriação de um carro forte da *Brink's* estacionado na avenida Estados Unidos. A ação é realizada com perfeição e conta com dez militantes ao todo. Carlos Eugênio narra em *Nas Trilhas da ALN* como os levantamentos, o assalto e a retirada do banco foram realizados. Participaram da ação ele, Devanir José de Carvalho (MRT), Antônio Carlos Nogueira Cabral, José Milton Barbosa, Yoshitame Fujimore (VPR), Joaquim Seixas (MRT), Antônio Sérgio Mattos, Flávio Neves Salles, “Neblina” e “Amarildo”. Devanir e Salles renderam o guarda com os malotes junto a Yoshitame Fujimore. Joaquim Seixas os desarmou, Devanir e Salles tomaram o dinheiro. José Milton e Antonio Sergio deram cobertura na avenida Estados Unidos, “Neblina” e “Amarildo” permaneceram numa rua transversal para avisar a chegada da polícia, e Nogueira Cabral manobrou o carro de fuga. Um tiro dado por Joaquim para testar a blindagem do carro espoca em Leão Salles que no momento da retirada do local, fica ferido. O dinheiro é levado para ser dividido entre as organizações e o grupo sai para prestar socorro ao militante cuja bala, localizada

¹⁸ GUARANY, R. *op. cit.* p. 46-49

em um local perigoso exige urgência de atendimento. Devanir, Antônio Sérgio, Yoshitame, José Milton, Carlos Eugênio e Leão Salles, vão a um consultório de um cirurgião dentista, que após retirar algumas chapas do paciente indica ao grupo um cirurgião na Aclimação. Por sugestão do profissional o grupo sai à procura do médico recomendado e apesar do aparente pânico do profissional ao se deparar com um grupo de guerrilheiros armados em seu consultório, fornece o diagnóstico. A bala acomodar-se-á naturalmente ao corpo, sendo desnecessário e mesmo perigoso realizar sua extração. Leão Salles deverá apenas evitar a infecção e manter repouso. Após o assalto ao *Brink's*, é destinado dinheiro para a montagem da clínica¹⁹.

Carlos Eugênio menciona em sua narrativa a participação de Flávio Neves Salles em algumas expropriações realizadas por seu grupo, mas se reserva também o direito de preservar sua história. Como afirma, “Ahmed, de trágica história, não falo mais de você por não querer, mas em respeito a seu retiro²⁰”. Flávio Augusto transferir-se-á posteriormente para o Rio de Janeiro no final de 1972, depois do grande número de prisões e mortes que ocorrem em São Paulo²¹.

Em novembro de 1970, o GTA da ALN, embora, abalado com a morte de seu dirigente, Joaquim Câmara Ferreira, continua a realizar as ações na cidade de São Paulo. Carlos Eugênio, Ana Maria Nacinovic e Yoshitame Fujimore vão realizar uma panfletagem na Vila Prudente e, seguidos pela polícia, enfrentam um intenso tiroteio com os agentes da repressão. Na perseguição são envolvidos pela polícia no confronto, o taxista José Marques do Nascimento e o garoto Velocindo Pinto Guimarães. O tiroteio tem como consequência a morte do taxista, assim como do PM Garibaldi Queiroz que são metralhados. Escondendo-se no interior do veículo o garoto sobrevive²².

¹⁹ PAZ, C.E. *Nas Trilhas da ALN. op.cit.* p. 104-111.

²⁰ PAZ, C.E. *Viagem à Luta Armada. op. cit.* p. 158.

²¹ Amparo e José Luiz da Cunha. In. MAKLOUF, L. *Mulheres que foram à Luta Armada*. São Paulo: Globo, 1998, p. 429.

²² Paz, C.E. *Viagem à Luta Armada. op. cit.* p. 192. Cf. também MAKLOUF, *Mulheres que foram à Luta Armada op. cit.* p. 273.

No início do ano de 1971 a organização começa a inovar em suas ações, atacando de surpresa viaturas da polícia desprevenidas. Criam-se as chamadas “Patrulhas Revolucionárias” através das quais se obtém armas, documentos e uniformes dos militares incautos.

O primeiro ataque de surpresa é realizado pela ALN numa região próxima a Sumarezinho, onde Carlos Eugênio, José Milton Barbosa e Antônio Sérgio Mattos expropriam uma metralhadora. Carlos Eugênio adverte porém que o fator surpresa nesse tipo de ação, que não envolve levantamentos prévios, pode ser um grande risco para os militantes.

Nesse período a militante Betty Chachamovitz abandona sua vida legal e muda-se para um “aparelho” junto a “Clemente” na Rua Corifeu de Azevedo Marques, no caminho para Osasco²³. Apesar das situações de risco que enfrentam no dia a dia como militantes perseguidos, seus cotidianos ganham aspectos de normalidade. Aparecem na narrativa de Carlos Eugênio brincadeiras com o cão, conversas com os vizinhos e tardes ao som de violão²⁴. Ainda assim o perigo não deixa de espreitá-lo. Betty Chachamovitz ao voltar da casa da vizinha diz a ele, “Ainda bem que você não foi hoje, botaram sua foto novamente de tela inteira no noticiário... Quando a foto apareceu, puxei o assunto do violão (ia pedi-lo emprestado) desviando a atenção dos dois²⁵”. A manchete na tv explora a expropriação da metralhadora pelas “Patrulhas Revolucionária” e aproveita para reavivar o clima de medo em meio à população²⁶.

No mês de janeiro ainda são realizados alguns levantamentos para a expropriação num estacionamento em Água Funda, planos para um assalto à Metalúrgica *Mangels*, a uma joalheria e para a explosão de uma ponte na Lapa. O primeiro semestre de 1971 é bastante ‘produtivo’ para a organização. Três dias após a expropriação da metralhadora na ação das “Patrulhas Revolucionárias”, o

²³ PAZ, C.E. *Nas Trilhas da ALN*, op. cit. p. 201.

²⁴ Idem, ibidem, p. 126.

²⁵ Idem, ibidem p. 128.

²⁶ Idem, ibidem, p. 141.

grupo de Carlos Eugênio expropria no mês de janeiro cinco fuscas, uma VW 1600, e uma Kombi em um estacionamento na Água Funda, que servirão futuramente para a explosão da ponte e o assalto à Metalúrgica *Mangels*, no dia do pagamento dos funcionários. O dinheiro será destinado mais uma vez ao deslocamento dos quadros que virão do treinamento em Cuba. A ação da *Mangels* deve ser rápida para que se evite a chegada da Polícia Militar, já que a fábrica fica muito próxima a uma garagem de polícia e a poucos metros de um quartel do exército no caminho para Osasco.

A expropriação da *Mangels* será realizada com Carlos Eugênio, Antônio Sérgio Mattos, José Milton Barbosa, Marcos Nonato, Paulo Tarso Celestino e Antônio Carlos Bicalho Lana da ALN junto aos militantes do MRT, do qual participarão, Devanir José de Carvalho, Ivan Seixas, Dimas Casemiro e Gilberto Faria Lima. No dia 10 de fevereiro de 1971 às 10 da manhã sai um destacamento das duas organizações em direção ao bairro do Ipiranga, onde ocorrerá o assalto. Planejamento bem executado, reação contida, desmobilização bem feita, o dinheiro é levado com sucesso. Assalto terminado, não há mortos nem feridos, todos os militantes saem em retirada para seus aparelhos²⁷.

Concomitantemente a essas duas ações, são realizados mais alguns levantamentos para a explosão de uma ponte e para o assalto a uma joalheria. O grupo será auxiliado pelo militante Luís Almeida de Araújo, que em 1970 havia retornado de Cuba com curso de explosivos. Na narrativa de Carlos Eugênio ele aparece como “Ludo”, e é descrito como um garoto afável e educado, de fala pausada e que, envolvido no movimento estudantil, foi preso e torturado, tendo integrado-se à ALN algum tempo depois²⁸.

No dia 29 de março de 1971, três dias após o *justiçamento* de Márcio Leite de Toledo²⁹, a organização realiza um assalto a duas joalherias no bairro do

²⁷ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN. op. cit.* p. 121 e p. 144-148. Cf. também MAKLOUF, *op. cit.* p. 401, em que há o relato do levantamento da ação realizado por Maria Amparo Araújo.

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 140-141

²⁹ Abordaremos sobre a morte de Márcio no capítulo seguinte.

Sumaré. Participam da ação, Carlos Eugênio Paz, Ivan Seixas, Ana Maria Nacinovic, José Milton Barbosa, Antonio Sérgio Mattos, Dimas Casemiro e Joaquim Seixas. Ana Maria, Ivan Seixas e Antônio Sérgio tomarão a joalheria da esquina próxima a rua Amália Noronha e José Milton, Marcos Nonato e Dimas Casemiro, tomarão a segunda loja na rua Oscar Freire. Carlos Eugênio interrompe o tráfego do cruzamento e Joaquim Seixas mantém-se no carro de fuga. Levam os relógios e as jóias sem maiores resistências³⁰.

Uma tentativa de dinamitação de uma ponte em direção à Lapa é realizada por Carlos Eugênio, Iuri Xavier Pereira, José Milton Barbosa e Antônio Sérgio Mattos no dia 30 de março de 1971. Na narrativa de Carlos Eugênio, o GTA dispõe de dinamite suficiente para explodir três pontes, mas utilizará parte dela para a explosão de uma ponte que atravessa o rio Pinheiros. Rua tomada dos dois lados, motoristas avisados da explosão, com um cavalete com os dizeres “Perigo...Zona de Guerrilha...Esta ponte será explodida...ALN e MRT. Luta Armada contra a Ditadura”, as mechas são acessas. Carlos Eugênio dá o toque de retirada. Os militantes recuam do local, mas apesar de um clarão visto ao longe a explosão não ocorre. A ação, no entanto, causa grande repercussão na imprensa³¹.

Carlos Eugênio cita entre outras ações realizadas pelo grupo de fogo de São Paulo no ano de 1971 mais duas expropriações realizadas nas empresas *Aço Vilares* e *Erickson* junto com o MRT. Segundo ele foram ações primorosas realizadas com muita audácia, combatividade e organização.

Em entrevista o militante afirma que a intenção de criar uma Frente Armada era uma forma de aproximar politicamente as organizações revolucionárias. Como ele declara, no ano de 1970 a ALN possuía condições, estrutura e militantes para atuar sozinha, se quisesse. Carlos Eugênio afirma ainda que o seqüestro do embaixador americano ocorrido em 1969 poderia ter sido realizado somente pela

³⁰ Idem, ibidem, p. 133 e 162-163.

³¹ Idem, ibidem p. 138 e p. 165-167.

ALN, ou pelo MR-8, pois, apesar de uma organização menor, conseguiria realizá-lo igualmente com autonomia. Cita como um dos exemplos dessa colaboração entre as diferentes organizações, o campo de treinamento do Vale do Ribeira, que reuniu muitas delas, bem como o auxílio oferecido pela ALN e pelo MRT ao comandante Carlos Lamarca, no momento em que o capitão fugiu do cerco em Registro em abril de 1970, não tendo onde se alojar. No entanto, destaca que num momento posterior, a união passou a ser realizada mais como um meio de sobrevivência³².

Em seu livro Carlos Eugênio salienta também o grande poder armado que os militantes tinham durante os anos de 1970 e 1971 particularmente. Como afirma em *Nas Trilhas da ALN*, os agentes da repressão só eram valentes “em emboscadas e salas de tortura³³”. Como diz na entrevista,

(...) a gente tinha um poder de fogo constante nas ruas, andando o tempo todo nas ruas e os caras inclusive não atacavam a gente, aconteceram várias vezes a gente encontrar com os caras. A gente olhar, ver que eram eles e os caras se mandarem, que eles não tinham coragem de atacar a gente quando não era de surpresa deram ré e foram por exemplo, há coisas como essa que aconteciam o tempo todo (...) ³⁴.

Em abril de 1971 novos levantamentos são realizados para o seqüestro de Henning Albert Boilesen, plano que havia sido frustrado após a delação de um membro da VPR preso no final de 1970. Através da confissão do militante Yoshitame Fujimore, assassinado pela repressão em 5 de dezembro de 1970, o empresário passa a contar com uma poderosa escolta da Oban e os planos imediatos de seu seqüestro são mais uma vez adiados.

³² Entrevista de Carlos Eugênio Paz concedida em São Paulo, 27/09/03, Transcrição da fita, Lado A, p. 2.

³³ PAZ, C.E. *Nas Trilhas da ALN. op. cit.* p. 55.

³⁴ Entrevista de Carlos Eugênio Paz concedida em São Paulo, 27/09/03, Transcrição da fita, Lado A, p. 9.

A colaboração de Boilesen com a repressão era conhecida desde o período em que Câmara Ferreira comandava a organização. A ALN possuía inclusive uma lista desses colaboradores³⁵. De acordo com Percival de Souza, o dinamarquês dava prêmios em dinheiro aos policiais, emprestava caminhões e uniformes para que disfarçados, prendessem e matassem³⁶.

O seqüestro é deixado de lado após a confirmação pela repressão do assassinato de Devanir José de Carvalho³⁷. Os militantes decidem-se portanto em *justiçar* o empresário responsável pela caixinha que sustenta o aparelho repressivo e o treinamento dos torturadores. “Nas primeiras horas do dia 15 de abril de 1971 a justiça revolucionária cumpre a sentença³⁸”.

“Blansen”, segundo a narrativa de Carlos Eugênio é executado num local próximo à alameda Casa Branca. Após seu *justiçamento*, a repressão desfecha uma grande ofensiva contra a Frente Armada. Os militantes da ALN são obrigados a hibernar um tempo em seus aparelhos, reduzindo seus pontos e se escondendo.

Beatriz Kushnir afirma que a riqueza de detalhes fornecida por Carlos Eugênio na descrição do assassinato de Boilesen o coloca como um dos prováveis participantes da ação. Na versão de Ivan Seixas, porém, segundo apurou a autora, nunca se soube com exatidão quem havia participado do *justiçamento*. Ivan afirma que durante os dias que se seguiram ao *justiçamento*, “(...) todos os militantes mortos e de certa importância tinham acrescido ao seu obituário, a participação nessa ação³⁹”.

Gorender acredita que estiveram envolvidos na morte de Boilesen os militantes Joaquim Seixas, que afirma ser o comandante do *justiçamento*, e Dimas Casemiro. Entretanto, em depoimento de Carlos Eugênio prestado à revista

³⁵ Cf. KUSHNIR, B. *op. cit.*, p. 296-298.

³⁶ SOUZA, P. *op. cit.* p. 171-172.

³⁷ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*, *op. cit.* p. 168-169.

³⁸ Idem, *ibidem* p. 168.

³⁹ KUSHNIR, Beatriz, *op. cit.* p. 296.

Veja no ano de 1996 e na entrevista que realizei com ele em setembro de 2003, fica claro que Carlos Eugênio foi o principal comandante responsável pela ação que executou o empresário⁴⁰.

A colaboração de Boilesen com a repressão fora divulgada, segundo Kushnir através de *Venceremos* nº 5, jornal da organização distribuído entre os meses de setembro e novembro de 1971. Nele assume-se também a colocação de uma bomba na Empresa Supergel em 27 de outubro de 1971⁴¹.

O empresário é *justiçado* no dia 15 de abril de 1971 e Carlos Eugênio narra, através de nomes encobertos como foi realizada sua execução. Gama, Iota e Alfa são os militantes que desfecham os tiros em Boilesen e Beta, Delta e Kapa dão cobertura e auxiliam na direção dos carros.

A morte do colaborador da repressão tem como represália a prisão de mais três militantes do MRT, Joaquim Alencar de Seixas, Ivan Seixas e Dimas Casemiro no dia 16 de abril de 1971. Pai e filho são presos juntos e são tratados pela repressão com extrema selvageria⁴². Em pouco tempo Joaquim e Dimas são assassinados na tortura. Carlos Eugênio percebe que Ivan havia sido preso, pois ele não comparece ao ponto que havia sido previamente definido para um encontro⁴³.

A partir da descrição da morte dos militantes do MRT, Carlos Eugênio não descreve mais ações que foram realizadas ao longo do ano, mas aponta algumas ações espaçadas que se limitam a pequenas expropriações de armas e documentos. As “Patrulhas Revolucionárias” continuam a agir nas ruas. Mas logo, esse tipo de ação será frustrada. As descrições subseqüentes prendem-se a acidentes e mortes que ocorreram no final do ano de 1971, em meados de 1972,

⁴⁰ Depoimento na revista *Veja*, edição do dia 31 de julho de 1996, p. 8. Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 21/09/03, lado A, p. 32-33

⁴¹ KUSHNIR, Beatriz, *op. cit.* p. 296.

⁴² Cf. nesse sentido MIRANDA, N. TIBÚRCIO, C. *Dos filhos deste Solo*, *op. cit.* p.227-231.

⁴³ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*, *op. cit.* p. 169-170. Cf. MIRANDA, N. TIBÚRCIO, C. *op. cit.* p. 227-231.

quando há a morte de três militantes na região da Mooca, e em 1973, período em que Carlos Eugênio já está ausente do território nacional.

Em maio de 1971, há um confronto de Carlos Eugênio e mais três militantes com o delegado Fleury e com cabo Anselmo pelas ruas de São Paulo. Carlos Eugênio relatou em entrevista que o tiroteio foi muito duro, que possivelmente poderiam não ter escapado e que após o enfrentamento as dúvidas que havia sobre Anselmo como “cachorro” a serviço da repressão foram confirmadas e de porte dessa informação, foram rompidas as relações com a VPR que insistia em dar crédito ao cabo⁴⁴.

Em setembro de 1971, uma reação de surpresa dos policiais ocorrida numa expropriação do grupo, fere e mata três de seus militantes. Morrem no confronto, Antônio Sérgio Mattos, Eduardo Antônio da Fonseca e Manoel Nunes de Abreu, em tiroteio na rua João Moura. A atuação das “Patrulhas Revolucionárias”, já suspensas pelo comando da organização por prazo indeterminado, é repetida e frustrada, levando à queda de parte do comando regional paulista.

No início de dezembro, num campo de treinamento de tiro em Embu-Guaçu, a explosão de uma bomba fere Lídia Guerlenda, que perde a mão, sendo obrigada a sair do país. No mesmo dia da explosão da bomba, José Milton Barbosa morre baleado após uma perseguição e Linda Tayah, sua esposa, é presa pelos agentes da repressão.

No primeiro semestre de 1972, houve ainda o *justiçamento* de um capitão do exército, que se aproximou do grupo de Carlos Eugênio Paz, na intenção de lhe entregar um carregamento de armas. No episódio, ocorrido no interior de seu carro, Carlos Eugênio afirma que resolveram revistá-lo por já estarem desconfiados e ao se depararem com sua carteira do serviço reservado do

⁴⁴ Entrevista de Carlos Eugênio Paz concedida em São Paulo, 27/09/03.

exército, o mataram imediatamente, acusado de infiltração, “crime” imperdoável no interior da organização⁴⁵.

Em 1973, Carlos Eugênio já em Cuba, menciona em *Nas Trilhas da ALN o justicamento* do delegado Otávio Gonçalves Meira Júnior e a morte do proprietário da Cantina Varela, supostamente delator e responsável pela morte de Iuri Xavier Pereira, Ana Maria Nacinovic e Marcos Nonato da Fonseca. Há referência igualmente à morte de Luiz José da Cunha, assassinado no Brasil em julho desse mesmo ano.

2. PRISÕES, MORTES, DIFICULDADES: O INCANSÁVEL RECRUTAMENTO DA ALN, 1970

Em janeiro de 1970 ocorre a morte do militante Luis Afonso Miranda da Costa Rodrigues atingido acidentalmente no Rio de Janeiro pela metralhadora de Mário Souza Prata. A morte de Luís Afonso foi um motivo de grande tristeza para Carlos Eugênio. Luís Afonso integrava seu núcleo armado desde o início de sua militância e foi o primeiro combatente a tentar lhe abrir os olhos sobre os caminhos sem volta para os quais a ALN já naquele período estava enveredando.

Embora Carlos Eugênio não entre em detalhes sobre sua morte no seu livro, mencionando apenas um disparo acidental pela falta de experiência de um militante no manejo de uma metralhadora, há muitas indicações de sua morte nos documentos da ditadura, que se aproveitando do acidente conseguiu prender mais integrantes do grupo e inclusive denegrir sua imagem. Existe também na narrativa de Reinaldo Guarany Simões, detalhes das circunstâncias em que essa morte ocorreu.

⁴⁵ FILHO, Expedito. Memória do terror. Único comandante vivo da ALN lança livro e conta como assaltava bancos, roubava carros e matava durante a luta armada. In. *Veja*. nº 31, 31/07/96, p. 8.

No DEOPS da Guanabara há a indicação de que a morte de Luis Afonso resultou de um assalto a uma Fábrica no Andaraí em que estiveram envolvidos, além da vítima, os militantes Jorge Raimundo Jr, Nelson Luiz Lott, Carlos Eduardo Fayal, Mário Souza Prata, Marcos Nonato da Fonseca, Francisco Eduardo Sebrão e dois militantes conhecidos pelos codinomes “Silvia” e “Cid”. Afirma-se igualmente que no assalto, o soldado George de Souza que estava de serviço de sentinela, foi atacado a coronhadas de revólver, ocasião em que sua metralhadora INA foi levada pelos *assaltantes*. O documento descreve ainda que durante a fuga a metralhadora que havia sido roubada ao ser utilizada por Mário Souza Prata disparou ferindo e matando instantaneamente Luis Afonso Miranda Rodrigues, e conclui que algum tempo após o acidente, a arma *expropriada* foi apreendida em poder de Prata no dia 11 de março, quando o militante durante um cerco da polícia no Rio de Janeiro, logrou fugir matando um dos policiais que estavam em seu encalço⁴⁶.

Na versão de Guarany “o assalto ao quartel foi moleza, o sentinela foi o cara que mais insistiu para que não fizesse barulho, entregando a metranca em frações de segundo. Mário Prata apoderou-se dela e correu para o fusca. Ao seu lado ia Marcos Nonato na sua frente o Luís Afonso. Fayal partiu célere enquanto Mário Prata tratava de desatarraxar o anel...só que com o dedo no gatilho. Bastou um pequeno buraco na rua para que o carro desse um salto para cima e M. Prata, querendo firmar-se em algo, apertasse o gatilho (...) Luís Afonso morreu na hora”. A polícia não teve dificuldades em identificá-lo como relata Guarany, e menos ainda em extrair informações da empregada da vítima. Segundo o militante, colocada diante de um álbum de fotos dos colegas de Luis Afonso, reconheceu Marcos Nonato, Aldo Sá Brito, Quelé....e Aton Fon Filho, que após esse incidente é novamente preso e obrigado a depor em 25 de janeiro de 1970. Guarany afirma ainda que Mário Prata entrou em crise após a morte de Luis Afonso, “da qual só sairia anos mais tarde, quando morreu”. Depois do acidente Mário Prata saiu da

⁴⁶ BNM, nº 22, vol 1, p. 702, documento datado de 18 de dezembro de 1970. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp)

ALN e voltou para o MR-8, onde morreria dois anos depois, em 2 de abril de 1971⁴⁷.

A ALN de São Paulo, no primeiro semestre de 1970 recebe mais um militante para a recomposição de seus grupos de fogo. Carlos Eduardo Fayal envia à cidade o ex-sargento e militante José Milton Barbosa. Sua mulher, Linda Tayah, que havia sido presa no final de 1969, é novamente detida em fevereiro de 1970, obrigando José Milton Barbosa a sair do Rio⁴⁸. Ao mesmo tempo Iuri Xavier Pereira retorna do treinamento cubano para se integrar ao grupo.

O contato entre Carlos Eugenio e José Milton será realizado através de Zilda Xavier Pereira, quadro experiente do PCB que havia sido detida no final de dezembro de 1969, na série de prisões após a morte de Carlos Marighella. É necessário abrir um parênteses para contar um pouco mais sobre a figura incansável de Zilda Xavier Pereira e de sua fuga surpreendente do Hospital Pinel, para o qual foi levada após ter atravessado muitas vexações e violências dos órgãos repressivos. Documentos do DEOPS afirmam que Zilda Xavier Pereira prestou depoimento no dia 13 de fevereiro de 1970 no quartel do Oitavo Grupo de Artilharia da Costa Motorizado sendo encarregado do IPM Coronel Geraldo de Araújo Braga que em 20 de fevereiro pediu o recolhimento de Zilda à Unidade Militar. No dia 23 de fevereiro de 1970, Zilda é enviada ao Hospital Central do Exército, necessitando de socorro urgente devido a um distúrbio cardíaco. O exame, segundo documento, constata a necessidade de interná-la numa clínica especializada de psiquiatria, e portanto é transferida para o Hospital Pinel a 24 de fevereiro de 1970. Documento datado de 4 de março de 1970 do Diretor do Hospital Pinel ao encarregado do inquérito policial militar informa que o Hospital Pinel não apresentava condições de segurança adequadas para a manutenção da

⁴⁷ Guarany, R. *op. cit.*, p. 14-16; BNM nº 22, vol 1, p. 107, depoimento de Aton Fon Filho datado de 6/02/70. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp) e MIRANDA, N. TIBÚRCIO, C. Dos filhos deste solo. Mortos e Desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Perseu Abramo, 1999, p.400-403.

⁴⁸ BNM nº 22. Depoimento de Linda Tayah prestado ao Quartel-General do I Exército em 20/02/70. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp)

paciente. O advogado de Zilda, Dr. Augusto Sussekund Moraes Rego, intercede por sua cliente em 23 de abril de 1970, que permanece no Pinel por quatro meses incomunicável, desde a data de sua prisão ocorrida em 29 de janeiro de 1970. No ofício nº 442/CP datado de 7 de maio de 1970 do Comandante do I Exército, general Syseno Sarmento, informa-se que Zilda “evadiu-se do Hospital Pinel, em 1º de maio de 1970⁴⁹”. É importante dizer que após sua fuga do Hospital Pinel, Zilda reintegra-se à organização. Será Zilda que apresentará Joaquim Câmara Ferreira, de volta de Cuba nesse primeiro semestre de 1970, a Carlos Eugênio. Reinaldo Guarany em seu livro narra uma tentativa empreendida por militantes de seu grupo para retirá-la do Hospital. Em cenas muito pitorescas em que participam o autor, Marcos Nonato da Fonseca e Aldo de Sá Brito, a tentativa do seqüestro é frustrada, pois Zilda já havia conseguido escapar. Os militantes, após sua fuga e já no interior do Hospital, cercados inclusive pelos policiais, tiveram que vencer o obstáculo tentando sair do local às cinco horas da manhã, vestidos de enfermeiras do turno da noite⁵⁰.

Outro plano de seqüestro já estava sendo levantado desde março de 1970 para libertar Zilda como se verifica em um depoimento de Paulo Henrique de Oliveira Lins ao DEOPS⁵¹ da Guanabara no dia 8/7/70. Paulo Henrique afirma que iniciaram os preparativos para o resgate de Zilda Xavier Pereira do Pinel junto a Carlos Eduardo Fayal, mas o plano não chegou a ser concretizado pois Fayal foi preso em março de 1970. A prisão de Fayal foi consequência da morte de Luis Afonso e da delação, segundo Guarany, da empregada que trabalhava na casa da vítima. Segundo o depoimento de Paulo Henrique Oliveira Lins, um dos militantes que foram surpreendidos pela polícia junto a Fayal quando furtavam placas na Lagoa, houve intenso tiroteio entre as forças da repressão e os militantes Ronaldo Dutra Machado, Aldo de Sá Brito, Carlos Fayal e Nelson Lott, ocasião em que Fayal foi ferido e preso logo após. Paulo Henrique, Aldo e Ronaldo Dutra Machado

⁴⁹ BNM nº 22, documentos referentes a Zilda Xavier Pereira encontrados no processo. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

⁵⁰ GUARANY, R. *op. cit.* p 31-33.

⁵¹ BNM nº 22, depoimento de Paulo Henrique de Oliveira Lins prestado em 8/07/70. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp)

lograram escapar do cerco e dirigiram-se para Feira de Santana na Bahia, encontrando-se lá com Hércio Pereira Fortes. Voltando a São Paulo pouco tempo depois junto a Hércio, Paulo Henrique é surpreendido com a prisão de Ronaldo Dutra Machado, ocorrida em Recife no dia 28 de março de 1970.

Zilda entretanto, não permanece no país por muito tempo após sua fuga, e em junho de 1970 é levada até o aeroporto de Assunção por Lídia Guerlenda e Gelson Reicher, militantes de São Paulo, indo após para Cuba⁵².

Carlos Eugênio encontra-se com José Milton através de Zilda e afirma que o militante é um ex-sargento telegrafista, ele se integra com facilidade ao grupo de São Paulo. Como afirma, “Célio” é “pausado ponderado, inspira confiança, brota naturalmente o companheirismo entre nós. Conhece armas, sabe a hora de intervir sem precipitar os acontecimentos”, qualidades essenciais nos confrontos armados⁵³.

O militante conhece nesse período Guiomar Silva Lopes e a organização integra ao GTA nesse momento a militante Ana Bursztyn, que chega a São Paulo vinda do Rio no dia 25 de janeiro de 1970⁵⁴.

Eduardo Collen Leite (Bacuri) integra-se igualmente à ALN em maio de 1970, abandonando a REDE. Alguns militantes do MRT pedem igualmente abrigo à organização e são incorporados. A inclusão de alguns militantes do MRT no interior da ALN causará grandes prejuízos para a organização em momentos posteriores. Como se verá, alguns deles tornar-se-ão agentes infiltrados e acarretarão muitas prisões e mortes tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro.

José Milton Barbosa e Flávio Neves Leão Salles passam a assumir o comando de um grupo armado, enquanto Carlos Eugênio comandará um terceiro

⁵² Cf. MAKLOUF, L. *op. cit.* p. 233.

⁵³ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada. op. cit.* p. 157.

⁵⁴ BNM nº 22. Depoimento de Ana Bursztyn prestado em 28/09/70 afirma que se transferiu para São Paulo em 25/01/70 estando acompanhada do militante José Milton Barbosa. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

GTA. Como o autor afirma “um destacamento guerrilheiro se constrói na rotina de enfrentamento”. Além das técnicas, Carlos Eugênio destaca a necessidade de se exercitar o autocontrole e aprender a lidar com o medo. Como afirma, o amor à causa ajuda, mas é necessário “encarar o perigo (...) visar o alvo, disparar, acertar, matar, estar disposto a tudo...”. Instruindo os novatos, através da experiência adquirida por José Milton e Leão Salles, seus esforços segundo Clemente “serão recompensados”. Cada grupo é formado por um número de quatro militantes. Carlos Eugênio afirmou em entrevista que anteriormente os grupos eram compostos por três combatentes, mas, ao assumir o comando militar da ALN estabeleceu o número de quatro, pois assim, segundo ele, evitava-se que se formassem laços mais fortes entre os militantes⁵⁵.

Carlos Eugênio nesse sentido sempre se manteve extremamente preocupado com a segurança do grupo e afirma em sua narrativa que tinha uma verdadeira obsessão em proteger a ALN. O militante sempre insistiu muito na disciplina e no segredo acreditando na época que não deviam se adotar na ALN medidas mais liberalistas que colocassem em risco a organização⁵⁶.

O grupo de Câmara Ferreira em São Paulo começa a articular efetivamente a vinda de militantes do Rio de Janeiro. As estruturas da ALN estão bastante abaladas pela prisão de Carlos Fayal, um dos principais coordenadores regionais da ALN carioca. Para Carlos Eugênio as possibilidades de sobrevivência são maiores em São Paulo. A prisão de Fayal no Rio é compensada pelo retorno de Cuba de Hécio Pereira Fortes que passa a dar sustentação para o grupo. Nesse período Linda Tayah é colocada em liberdade e retorna à ALN carioca, mas em outubro de 1970 será também deslocada para São Paulo⁵⁷.

Carlos Eugênio é apresentado ao militante Reinaldo Morano Filho que recruta Lúcia Guerlenda e Antônio Carlos Nogueira Cabral ao GTA paulista⁵⁸.

⁵⁵ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*. op. cit. p. 41-42 e p. 49.

⁵⁶ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*. op. cit. p. 46-47.

⁵⁷ Idem, ibidem, p. 43.

⁵⁸ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*. op. cit. p. 52.

Cabral, na descrição de Carlos Eugênio “é pausado, meigo, dirige bem e é atento”. Lídia é falante, perspicaz, uma piada sempre na ponta da língua. Inteligente e decidida vai reforçar nossa equipe de fogo. Cabral no final do ano de 1970 porém, se transferirá para o Rio de Janeiro tentando contornar na cidade a falta de recrutamento da organização. Cabral será morto no Rio em 18/4/72, em condições ainda não muito esclarecidas, prevalecendo a versão da repressão de que morreu em tiroteio⁵⁹. Lídia Guerlenda sairá do país no final de 1971 em direção a Cuba após um acidente com explosivos.

José Milton Barbosa será o encarregado de mantê-los em atividade constante, para que adquiram experiência, até terem condições de enfrentarem situações de maiores riscos como assaltos a bancos, expropriação de armas, auto-defesa, etc⁶⁰.

Em maio de 1970 Carlos Eugênio conhece Eduardo Collen Leite “Bacuri”, encontrando-se com ele nas ruas de São Paulo após um assalto ao depósito da Souza Cruz na Lins de Vasconcelos, ocorrido no dia 2 de maio⁶¹. Para ele, “‘Rafael’ é pássaro, é criança, gentil, amigo...Rafael é rápido, incansável, agressivo, aniquila o inimigo. Sorriso nos lábios, chega agitado, saía de um tiroteio⁶²”. Ana Maria Nacinovic integra-se também nesse período ao GTA de São Paulo, remanejada do Rio de Janeiro.

Novas quedas surgem em março de 1970 na capital paulista com a prisão de Guiomar Silva Lopes, Sônia Hipólito, José Brianezi e Dorival Ferreira. Guiomar “sem conhecer os perigos da rota, é surpreendida pela repressão. Brutamontes arrancam-na do carro, amputando de minha vida a sílfide sublimada em meus

⁵⁹ Cf. MIRANDA, N. TIBÚRCIO, C. *Dos filhos deste solo*, op. cit. p. 78-79.

⁶⁰ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*. op. cit. p. 47.

⁶¹ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*, op. cit. p. 50.

⁶² Segundo dados da repressão o assalto ao depósito Souza Cruz foi realizado por militantes da REDE e do MRT, tendo como consequência a morte do segurança João Batista de Souza que atingido não sobreviveu. Cf. Ustra, op. cit. P. 220

sentimentos confusos”. Carlos Eugênio diz que foi realizada uma tentativa sem sucesso para salvá-la da repressão quando saía do Hospital⁶³.

Guiomar é presa junto a Sônia Hipólito em São Paulo na Rua Afonso Brás, no dia 21 de março de 1970, dia posterior a sua participação ao assalto do Banco Brasileiro de Descontos na Rua Guaiapá, Vila Leopoldina em companhia de Reinaldo Morano Filho, Carlos Eugênio, Ana Bursztyn, José Milton Barbosa, Flávio Leão Salles, Carlos Russo Júnior, Aurora do Nascimento Furtado e José Brianezi. Após a prisão de Guiomar, são presos também José Brianezi, morto em 13 de abril de 1970, Dorival Ferreira conhecido sob o codinome de “Moraes”, e Carlos Russo Júnior em 4 de abril do mesmo ano⁶⁴.

Em junho é organizado pela organização em conjunto com a VPR o seqüestro do embaixador alemão no intuito de retirar militantes da prisão. São enviados ao Rio de Janeiro dois militantes que auxiliam na execução do seqüestro. “Bacuri” um de seus comandantes vai junto a Milton Barbosa para o Rio de Janeiro nas primeiras semanas do mês de junho. O seqüestro é realizado a contento e são libertados 40 militantes de diferentes organizações. Saem banidos da ALN Carlos Eduardo Fayal, Tânia Fernandes, Domingues Fernandes, Paulo Henrique Oliveira Lins e Ronaldo Dutra Machado⁶⁵.

Após tão sérios revezes nos primeiros meses de 1970, a organização se recompõe com a reintegração de ex-militantes que haviam sido presos. Reincorporam-se à ALN nesse momento, os militantes Genésio Homem de Oliveira, Sônia Hipólito e Betty Chachamovitz. Genésio Homem de Oliveira havia sido detido nas grandes quedas de 1969 quando Marighella foi morto. Esteve sempre ao seu lado e foi ele quem o conduziu de carro para ao encontro com os padres dominicanos, em que o dirigente seria emboscado. Nos livros de Carlos

⁶³ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, op. cit. p. 158.

⁶⁴ Entrevista de Carlos Eugênio concedida em 21/09/03, Transcrição da fita, lado A, p. 25. Cf. MAKLOUF, L. op. cit. p. 204. Cf. também Prontuário nº 146685 ref. a Francisco Antônio Souza e outros, inquérito nº 33/70, 6 de outubro de 1970 referente a Reinaldo Morano Filho. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁶⁵ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*. op. cit. p. 69-70.

Eugênio, Genésio é tratado por “Rabot” nome russo através do qual o chamavam de “operário” em um curso que realizou na escola de quadros em Moscou. Genésio Homem foi recrutado pelo partido comunista ainda em 1945 e segundo Carlos Eugênio foi de enorme contribuição para a organização. Nas palavras de Carlos Eugênio, Genésio, falecido há pouco tempo de aneurisma cerebral, teve uma vida maravilhosa, foi nascido no Crato no Ceará, no Vale do Cariri, e veio a pé até SP. É um homem pelo qual Carlos Eugênio nutre um amor incontestado, e foi uma pessoa que nunca lhe faltou, em todos os momentos em que necessitou de seu apoio. “O que você me diz de um homem que é preso no dia que o Marighella é preso, é torturado barbaramente, não diz nada, não entrega nada e na clandestinidade, quando sai da cadeia, me procura e diz o seguinte: vim prestar contas e me devolve as armas que ele tinha guardado, os panfletos, os explosivos que ele tinha guardado, ele não entregou nada, nada, tudo escondido⁶⁶”.

Sônia Hipólito em seu retorno à organização revela uma história intrigante testemunhada durante sua prisão na Oban. A militante conta que durante os interrogatórios, havia a presença de uma pessoa com aspecto estrangeiro na sala, de rosto vermelho, olhos claros e bem vestida, que presenciava as sessões de tortura, tomando notas, interrompendo os algozes, saindo e entrando da sala com instruções, mudando as perguntas e os rumos do interrogatório. Como afirma Carlos Eugênio, “vou seguir essa pista, algum dia nos será útil”. De fato, será essa pista, aliada às informações prestadas por Betty Chachamovitz, integrada em seu retorno a um serviço de informações na ALN, que levará mais tarde a organização ao encalço do presidente da Ultragás, Albert Henning Boilesen. A colaboração da empresa com a repressão já era de conhecimento de Joaquim Câmara Ferreira. Toledo sabia que a empresa emprestava seus caminhões para as emboscadas policiais e que também colaborava financeiramente com a tortura. O confronto de

⁶⁶ Entrevista de Carlos Eugênio Paz concedida em São Paulo, 21/09/03, Transcrição da fita, lado A, p. 23-24.

dados posteriormente só confirmou suas prerrogativas e descobriu-se a sua verdadeira identidade⁶⁷.

No mês de julho são presos mais dois militantes de São Paulo. Ana Bursztyn é detida nas Lojas *Mappin* em 5 de julho de 1970 e Reinaldo Morano Filho, médico e atualmente militante do PT, é preso nesse mesmo mês.

A morte de Ari Rocha Miranda e a prisão desses dois militantes são compensadas na organização pela chegada de mais um grupo vindo de Cuba. Chegam ao Brasil vindos nesse período Luís Almeida de Araújo, Paulo Tarso Celestino⁶⁸ e Márcio Leite de Toledo. Carlos Eugênio é apresentado aos companheiros, que dividirão as tarefas para dirigir a organização. Paulo Tarso Celestino e Márcio Leite dividirão o Comando Nacional da ALN junto a Joaquim Câmara Ferreira, Carlos Eugênio Paz e Iuri Xavier Pereira em São Paulo. Assim tem início para Carlos Eugênio como afirma “o capítulo mais dramático e contraditório de minha vida”. Clemente afirma que gosta de Márcio e de sua disposição para o combate, que vem precedida por muitos elogios dos instrutores cubanos e merece a confiança de “Toledo”⁶⁹.

Muitos dos militantes que retornam de Cuba nesse período são deslocados para o campo, poucos são os que permanecem na cidade. Nesse grupo que retorna está o militante José da Silva Tavares, que futuramente irá colaborar com a repressão sendo um dos responsáveis pela morte de Joaquim Câmara Ferreira. Reinaldo Guarany afirma que entre junho e julho de 1970 vários companheiros que voltaram de Cuba passaram algum tempo no Rio de Janeiro antes de se dirigirem para o Pará. Entre eles estava José Tavares, que Guarany afirma ser um antigo militante da Corrente de Minas. Segundo Guarany, esses militantes iriam tentar montar um foco guerrilheiro no sul do Estado. Guarany, Aldo de Sá Brito e

⁶⁷ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, op. cit., p. 23-24, p. 117 e p. 164.

⁶⁸ Segundo CE em seus livros ao final, Paulo Tarso Celestino foi dirigente nacional da ALN, treinou em Cuba voltando ao Brasil em 1970, exercendo um importante papel após a morte de Toledo. Foi preso no Rio de Janeiro em julho de 1971, junto a Heleni Telles Guariba, torturado até a morte. Foi levado à Casa da Morte, segundo depoimento de Inês Etienne Romeu, Nilmário, p. 62.

⁶⁹ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, op. cit., p. 174.

Marcos Nonato integrar-se-iam a uma base no Maranhão e tinham inclusive saída prevista para agosto de 1970, não fosse a série de prisões que se sucederam no Rio e que os obrigou a mudar de planos⁷⁰.

Em setembro de 1970 a base da ALN no Pará é desmobilizada⁷¹ e alguns militantes que haviam retornado de Cuba são presos. Entre eles está “Silvério”, que através de um acordo com a repressão volta para São Paulo já como agente infiltrado. Carlos Eugênio passa a desconfiar de Tavares já num primeiro encontro do comando nacional numa padaria da Vila Mariana. Suas desconfianças e a necessidade de proteger Câmara Ferreira são uma preocupação constante durante grande parte de sua narrativa em *Viagem à Luta Armada* e, prendem-se ao fato de que a suposta fuga de Tavares, após ter sido preso no Pará, não foi investigada e nem autorizada pela organização. A história contada por Tavares, de que preso, conseguira escapar do Hospital para o qual fora levado após tentativa de suicídio, não convenceu Carlos Eugênio, que continuou insistindo para que Joaquim Câmara Ferreira não se encontrasse mais com ele, de que a história poderia ter sido forjada pela repressão e de que “Toledo” poderia estar correndo risco de vida. Carlos Eugênio o alertava no sentido de que a ALN já havia tido muitos prejuízos com a morte de Marighella e que as infiltrações já haviam levado a muitas quedas no interior da organização como a prisão de Bacuri e de outros militantes da ALN no Rio de Janeiro, mas suas desconfianças em relação ao militante não têm qualquer ressonância em relação a Toledo.

Antes, o militante é duramente criticado pelo dirigente e por alguns companheiros, pela sua excessiva desconfiança. Ana Maria o censurava muito por ver traição por toda parte. Toledo argumentava que Carlos Eugênio era extremamente desconfiado e de acordo com Guarany, Toledo defendia Tavares nos seguintes termos “o companheiro é de confiança e se nós não dermos crédito aos nossos amigos, acabaremos caindo no banditismo. Daqui a pouco estaremos

⁷⁰ GUARANY, R. *op. cit.* p. 20 e p. 42.

⁷¹ GORENDER, J. *op. cit.* p. 193-194 e SOUZA, P. *op. cit.* p. 259.

desconfiando da própria sombra⁷². No entanto, o tempo dará razão às desconfianças de Carlos Eugênio, que afirmava convictamente que a sobrevivência de um combatente é uma arte e uma obrigação, e que “ignorar as regras seria caminhar para a morte”. Acreditar nisso segundo ele, também lhe custou muito, “perdi muito da ternura, aprendi a desconfiar e golpear primeiro⁷³”.

Em outubro de 1970 há uma reunião da Coordenação Nacional para decidir sobre os rumos da Quinzena Marighella e sobre a Campanha do Voto Nulo. Hércio Pereira Fortes chega a São Paulo (logo retornará ao Rio) e se reúne com Joaquim Câmara Ferreira, Márcio Leite de Toledo, Carlos Eugênio, Iuri Xavier Pereira e Paulo Tarso Celestino. A vinda de Hércio do Rio traz notícias a Carlos Eugênio sobre Aldo de Sá Brito e sobre Marcos Nonato da Fonseca. Carlos Eugênio é informado da ação no Banco de Ramos e da situação em que Aldo se encontra, bastante abalado pela morte da sentinela do banco. Hércio, coordenador regional do Rio e integrante do comando nacional, sugere que Aldo saia do Rio por algum tempo e afirma que o militante foi desligado das ações temporariamente até que se recobrasse. Carlos Eugênio pede a Hércio que envie Aldo para São Paulo. Marcos Nonato ainda permanece ativo no Rio participando das ações. As quedas de agosto o obrigarão no entanto, a ir para São Paulo posteriormente

Após a morte de Toledo, Antônio Carlos Nogueira Cabral é enviado ao Rio de Janeiro para reforçar a organização carioca e Márcio Leite desaparece da organização, sem dar notícias segundo a narrativa de “Clemente”. Permanece um mês ausente e em novembro de 1970 Márcio é substituído no comando nacional por Arnaldo Cardoso Rocha que vem a São Paulo, saindo da coordenação do Rio. Ronaldo participará do comando nacional até o início do ano de 1971 quando sai do país em direção ao Chile. Nos dados coletados pelos DEOPS paulista afirma-se que Arnaldo Cardoso Rocha foi da Corrente de Minas Gerais, consta que em 1972 saiu do país, retornando ao Brasil nesse mesmo ano após a morte de Iuri

⁷² GUARANY, R. *op. cit.* p. 80.

⁷³ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada. op. cit.* p.31-33 e p. 160.

Xavier Pereira⁷⁴ e retomando as ações que já vinha praticando. O documento afirma ainda que Arnaldo Cardoso Rocha estava integrado ao setor campo da ALN, que em setembro de 1971, dados da repressão o apontam como sendo o responsável pela Panfletagem e discurso no Teatro dos Têxteis⁷⁵. Em 1973 Arnaldo estava ainda no Brasil e foi um dos participantes do *justiçamento* do proprietário do restaurante Varella que foi morto em 16 de março de 1973. Quanto à sua entrada no GTA paulista Carlos Eugênio diz, “é impressionante nosso poder de descobrir pessoas para assumir postos de tamanho risco, sem nenhum atrativo imediato, apenas sacrifícios e riscos⁷⁶”.

No final de 1970, a organização tenta novamente se recompor, após a morte de Toledo. Aldo Sá Brito chega a São Paulo, permanecendo por um curto período até se deslocar para Minas junto a Manoel José de Abreu, outro militante de São Paulo. Será o último encontro entre Carlos Eugênio e Aldo.

Carlos Eugênio menciona muito sobre Aldo em seus livros, afirma que ele era um dos mais frágeis militantes do GTA da ALN. Diz que é fraternal, dedicado, sincero e sensível, que “suas dores são mais doídas, as marcas mais profundas⁷⁷”. Em entrevista, Carlos Eugênio narrou o episódio da morte acidental do guarda. Como afirma Carlos Eugênio,

(...) isso destroçou a cabeça de Aldo, aí eu falei para o pessoal do Rio, manda ele para cá para São Paulo e eu fiquei dias e dias tentando convencer o Aldo a ficar em São Paulo (...) vou deixar ele aqui perto de mim, porque eu vou fazer o seguinte, eu vou cuidar desse cara, vou arrumar um jeito dele ter o tempo de recuperar a cabeça, cheguei a dizer para ele, você não quer ir um tempo para fora, porque o Aldo quando falava desse cara que ele matou, o Aldo chorava direto entendeu, o Aldo dizia, puxa eu matei o cara e de repente era até um cara que a gente podia até ganhar no processo e o cara estar do nosso lado um dia, era um cara do nosso povo entendeu? Que é aquela história, éramos humanistas mesmo, sinceros não é? E aí eu dizia cara, escreve alguma coisa sobre isso, escreve, porque o Aldo era um poeta, ele era um poeta mesmo, tenho uma mágoa profunda do pai dele que destruiu todas as poesias do Aldo sabe, quando o Aldo entrou na clandestinidade, o pai o pai não sei deu um medo alguma coisa assim (...) Ele era

⁷⁴ MAKLOUF, L. *op. cit.*, p. 317.

⁷⁵ DEOPS-RPI n° 01/72.II Exército. 50-Z941012.

⁷⁶ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, *op. cit.* p. 195.

⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 117.

um cara maravilhoso , por isso eu chamá-lo de Poeta no livro, foi uma forma de homenageá-lo⁷⁸.

Após a morte de Toledo, Carlos Eugênio e Ana Maria são obrigados a sair do aparelho em que vivem e no qual se reuniram com o dirigente, ficam perambulando dentro de ônibus que fazem viagem interestaduais ou abrigam-se em aparelhos lotados de militantes.

Em novembro do mesmo ano, Márcio Leite de Toledo retorna à organização dizendo a Carlos Eugênio que se desligara até se certificar de que não seriam destruídos pela repressão. Nas palavras de Clemente, “criticamos sua atitude, um dirigente não abandona o barco deixando os militantes à deriva”. Márcio é então desligado da Coordenação Nacional até que a organização recupere a confiança perdida⁷⁹.

Desta forma inicia-se a polêmica da morte do militante. Carlos Eugênio informa ainda que, após esse episódio, Márcio em uma ação realizada provavelmente no início de 1971 em que ocorre um roubo de carro, deixa mais uma vez seus companheiros na mão, abandonando-os à própria sorte, quando deveria assegurar a rota de fuga caso a polícia chegasse. Segundo a organização, Márcio, “vacilou pela segunda vez” e mais uma vez é afastado da organização devendo ficar sob o controle de José Milton Barbosa. Terá assim, “ tempo para pensar, fazer sua autocrítica e decidir se prefere uma reintegração progressiva ou a partida para o exterior⁸⁰”.

O ano de 1970 termina com a morte de Eduardo Collen Leite, e com o seqüestro do embaixador suíço. A tentativa de incluí-lo na lista dos que seriam banidos é frustrada, pois a repressão o assassina no dia 7 de dezembro de 1970.

⁷⁸ Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 27/09/03, Transcrição da fita, lado A, p. 11.

⁷⁹ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, op. cit., p. 197.

⁸⁰ Idem, ibidem, p. 202.

Segundo depoimento de Vinicius Caldeira Brandt, reproduzido por Kushnir, Eduardo Collen Leite chegou ver a notícia sua morte estampada na primeira página da *Folha da Tarde*, antes de ser assassinado⁸¹. Segundo a autora, a versão verdadeira da morte de “Bacuri” só veio à tona nove anos depois numa edição da revista *Veja* em agosto de 1979⁸².

A culpa de não ter podido libertar Guiomar e Eduardo da prisão pesarão anos depois para Carlos Eugênio. Em desabafo na terapia, o militante afirma carregar na consciência a dor de ter visto Guiomar ser presa e a lentidão na tentativa de resgatar “Bacuri”⁸³.

3. Delações no interior da ALN e no Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT-1970)

Na descrição de Carlos Eugênio, Bacuri foi entregue à polícia por um militar infiltrado na Frente de Libertação Nacional (FLN), uma organização que atuava em conjunto com a ALN no Rio de Janeiro. Convencido a deixar sua arma no carro para que não chamasse a atenção no levantamento do seqüestro do embaixador inglês, Bacuri é surpreendido com a chegada do delegado Fleury e muitos outros policiais do DEOPS que o levam para São Paulo, onde terá início seu calvário que terminará apenas em dezembro de 1970 quando é assassinado na tortura⁸⁴. DEOPS e CENIMAR lutam entre si pelo domínio do prisioneiro enquanto a tortura alimenta a caixinha dos colaboradores da ditadura.

A infiltração na organização é descoberta tarde demais pelo MRT e pela ALN carioca. Ela ocorre em meados de 1970 a partir da captura de Bacuri,

⁸¹ KUSNIR, B. *op.cit.* p. 303. BNM nº 232, vol 3, p. 932-933. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

⁸² Idem, *ibidem*.

⁸³ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada. op. cit.* p. 171.

⁸⁴ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN. op. cit.* p. 70-71.

estendendo-se até abril de 1971, período em que o MRT será totalmente dizimado pela repressão.

Várias suspeitas começam a pesar contra o militante “Giba”, Gilberto Faria Lima, ainda em 1970 durante as ações armadas em que ele participa. Carlos Eugenio afirma que Gilberto Faria tinha integrado-se ao MRT depois da fusão entre a REDE e a ALN. Afirma que se sentiu aliviado pelo fato de Gilberto não ter entrado na ALN, considerando seu jeito muito arrogante, de maneiras esquivas e com um aspecto muito ao gosto dos integrantes do CCC⁸⁵.

Além da repulsão inicial, Carlos Eugênio aponta uma série de outros motivos que teriam levado os militantes de ambas as organizações a desconfiarem de Gilberto. Uma das primeiras ações descritas por Carlos Eugênio foi a tentativa do seqüestro do comandante do II Exército, em que participaram, além dele, Devanir José de Carvalho, José Milton Barbosa, Ivan Seixas (estreando na ação), Antônio Sérgio Mattos, Dimas Casemiro, Nogueira Cabral e Gilberto Faria Lima (“Giba”). Logo que se aproximaram do comandante, o plano teve que ser abortado pelo aparecimento imediato de quatro viaturas da polícia. Os militantes conseguem escapar com dificuldade e após o episódio Carlos Eugênio afirma, “A alegria de estar vivo não é completa, mais uma vez pressinto a traição. Desconfio que o elo podre é Giba, que soube da ação somente no dia e olha de viés. Problema delicado à vista, preciso conversar com Hugo ...”⁸⁶.

Alguns tempos depois, conforme relata Carlos Eugênio, Gilberto Faria ao bater um carro do MRT na traseira de uma radiopatrulha resolve imediatamente o incidente com os policiais portando uma suposta carteira falsa do CENIMAR. Além disso, Carlos Eugênio conta que “Giba” pediu um último ponto para se encontrar com “Bacuri” antes da ida desse último ao Rio de Janeiro quando ocorreu sua prisão, além de brincadeiras de mal gosto que Gilberto fazia em relação ao delegado Fleury.

⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 171.

⁸⁶ Idem, *ibidem* p. 75.

Há muitas desconfianças também em relação a Giba por parte de militantes da ALN carioca. Ottoni Fernandes e Reinaldo Guarany atribuem suas prisões e as prisões de Bacuri e Benjamin Torres, todos presos em agosto de 1970 a Giba e a seu colaborador no Rio de Janeiro, um policial que o acompanhou na infiltração.

Para Ottoni Fernandes a ação frustrada do Banco de Ramos, ocorrida no Rio de Janeiro em 19 de agosto de 1970, foi causada justamente pela presença de Giba e desse policial infiltrado no GTA carioca. Durante a ação narrada por Ottoni, “Giba” não auxiliou o grupo a desarmar o guarda do banco e “Artur” após ter entrado em seu interior e rendido os clientes, abandonou sua posição e fugiu correndo em disparada. No livro de Ottoni “Giba” é um dos poucos militantes que lograram escapar do cerco ao campo de treinamento no Vale do Ribeira. Após displicência na ação de Ramos, Giba ainda foi visto por alguns militantes na delegacia de Pilares, como relata Ottoni⁸⁷. Quanto ao policial que o acompanhava, Ottoni refere-se a ele como “Tio”, afirmando que ele é mais um de seus comparsas, “Artur”, dois militantes pertencentes à FLN, organização do major Cerveira, escaparam misteriosamente do extermínio total desse grupo do qual faziam parte. Não contentes com isso, os dois militantes conseguiram contato com a VAR-Palmares na Guanabara no início de 1969, causando baixas nessa organização também e aproximando-se com armas e aparelhos da ALN carioca num momento em que a organização estava carente desses recursos. “Artur” foi integrado à ALN como motorista do GTA e “Tio” foi destacado para atuar junto a Bacuri. Apesar de serem afastados da organização após as falhas no assalto ao banco de Ramos, a organização já estava comprometida e bastou apenas o Cenimar seguir quem já havia sido localizado. Em 1971 os dois infiltrados procuraram ainda a ALN paulista e o PCBR, que já alertados sobre sua atuação impediram sua entrada em suas respectivas organizações⁸⁸.

⁸⁷ No BNM nº 681, há indicação de que Gilberto foi militante da VPR em 1970. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

⁸⁸ FERNANDES JÚNIOR, O. *O Baú do Guerrilheiro: Memórias da luta armada urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 138-139 e p. 216-219.

Após a prisão de Bacuri, Carlos Eugênio relata em seu livro que a organização foi realmente procurada por “Giba” através de um contato efetuado por Antônio Sérgio Mattos. Carlos Eugênio nesse encontro afirma ao infiltrado que não querem mais contato com ele, que ele foi o único que escapara com vida do MRT e que não tinham condições de apurarem os fatos naquelas circunstâncias. Dão-lhe inclusive dinheiro e documentos falsos para sair do Brasil, e deixam um aviso, “se ficar não nos procure, tomaremos medidas defensivas. Você nos conhece e sabe que não brincamos com esse tipo de coisa, a pena para tentativa de infiltração na ALN é a morte...”⁸⁹. Gilberto sai do país no final de 1971, indo para o Chile. Ottoni afirma ainda que foi marcado um contato com os militantes que se infiltraram no Rio para justicá-los, mas eles já haviam sumido.

Futuramente Carlos Eugênio e seu grupo terão mais um encontro com o policial infiltrado responsável pela prisão de “Bacuri”. No primeiro semestre de 1972, Carlos Eugênio é procurado por um militante do Paraná que quer lhe oferecer um carregamento de metralhadoras, fuzis e granadas do exército. O contato é realizado através de Paulo Tarso Celestino no momento em que esse militante retorna de uma viagem que fizera ao campo em busca dos contatos perdidos na área após a morte de Toledo. Carlos Eugênio, desconfiado do suposto militante, vai ao seu encontro junto a Antônio Sérgio Mattos, José Milton Barbosa, Iuri Xavier Pereira, Paulo Tarso Celestino, Antônio Carlos Bicalho Lana e Marcos Nonato da Fonseca. As suspeitas do grupo confirmam-se em relação ao infiltrado. Havia a informação de que um dos policiais que entregara Bacuri à repressão estava atuando no Paraná e que se deslocara do Rio para o sul do país utilizando um carregamento de armas como isca para atrair o GTA da ALN. O encontro é realizado na Avenida Sumaré, o infiltrado é desmascarado já de início num curto diálogo, apreendem sua carteira de capitão do exército (serviço reservado) e o fuzilam⁹⁰.

⁸⁹ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN. op. cit.* p. 172.

⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 152-154. O episódio da morte do policial infiltrado também é relatado por Carlos Eugênio Paz nas páginas amarelas da Revista *Veja*, edição de 31 de julho de 1996, p.8.

A infiltração na ALN do Rio causa muitos prejuízos. Segundo Guarany, 70% da estrutura da Organização no Rio se perde com as prisões de agosto. Algum tempo após, Marcos Nonato é enviado a São Paulo e de Aldo Sá Brito a Minas. Essas quedas só vem agravar ainda mais a situação de penúria que a ALN já vinha enfrentando no Rio de Janeiro. Em maio de 1970, Guarany relata que em uma reunião realizada em Pedra de Guaratiba, entre ele, Aldo Sá Brito, Marcos Nonato da Fonseca, Hércio Pereira Fortes, e Ottoni Fernandes, a contagem dos integrantes da organização no Rio não chegou ao número de 14 militantes, afirma que havia dificuldades de operar nas cidades, falta de recrutamentos no movimento estudantil, e uma situação de muita precariedade de recursos para manter o pagamento de aparelhos, pensões e providenciar alimentação para todos⁹¹.

4. BALANÇO DE 1970

O ano de 1970 representou para a ALN um ano de intensa atividade revolucionária em São Paulo principalmente. Apesar de algumas ações realizadas no Rio de Janeiro, a ALN carioca—por conta de uma infiltração—foi quase totalmente exterminada, e alguns militantes de São Paulo foram transferidos no final desse ano para a cidade no intuito de reforçar seus grupos de fogo.

Em 1970 foram realizadas uma série de ações e propagandas armadas. Foi o ano em que ocorreram três seqüestros de embaixadores, com exceção do seqüestro do embaixador inglês frustrado ainda durante os levantamentos, com a prisão de “Bacuri”, um dos seus principais articuladores. Apesar de um grande saldo de ações, a organização sofreu baixas consideráveis, como a prisão no primeiro semestre de 1970 dos principais militantes dos GTAs das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, estando entre eles, como se verificou nos arquivos do DEOPS, os militantes Aton Fon Filho (chamado novamente para depor em 25 de

⁹¹ GUARANY, R. *op. cit.* p. 10.

janeiro de 1970 no Rio de Janeiro), Linda Tayah (chamada novamente para depor em fevereiro de 1970 no Rio de Janeiro), Jorge Raimundo Júnior e Rômulo Noronha de Albuquerque (presos juntos no Rio de Janeiro no dia 11 de março de 1970 numa perseguição policial em que Mário Prata logrou escapar), Guiomar Silva Lopes (21 de março de 1970), Sônia Hipólito (21 de março de 1970), Carlos Eduardo Fayal (preso no Rio de Janeiro em março de 1970 durante uma troca de tiros entre policiais), Ronaldo Dutra Machado (28 de março de 1970, preso em Recife, após ter conseguido escapar do tiroteio em que Fayal foi detido), Dorival Ferreira (preso no dia 3 de abril de 1970 e morto), Carlos Russo Júnior (4 de abril de 1970), José Brianezi (preso no dia 13 abril 1970 e morto), sem contar a fuga da militante Zilda Xavier Pereira do Hospital Pinel, saindo pouco tempo depois do país em direção a Cuba, e a morte acidental de dois militantes, Luis Afonso Miranda Rodrigues (25 de janeiro de 1970) e de Ari da Rocha Miranda (12 de junho de 1970). Contados entre presos, mortos e militantes que saíram do país, o número perfaz baixas no interior da organização na ordem de 14 militantes nos primeiros meses desse ano entre inúmeros outros militantes que faziam parte dos grupos armados e da rede de apoio. Há ainda a desmobilização de uma base no Pará, cujo intenção era expandir a guerrilha rural.

No segundo semestre de 1970 foram presos ainda 11 militantes, estando entre esses o próprio dirigente da organização. Entre presos e mortos estão os seguintes militantes, Reinaldo Morano Filho (julho de 1970), Ana Bursztyn (5 de julho de 1970), Denise Crispim (23 de julho de 1970), Paulo Henrique de Oliveira Lins (RJ, 7 de agosto de 1970), Eduardo Collen Leite (21 de agosto de 1970 e morto em 8 de dezembro de 1970), Benjamin Torres, Reinaldo Guarany, Ottoni Fernandes Júnior (todos presos em agosto de 70, vítimas de uma infiltração na ALN), Maurício Segall e Maria de Lourdes Rego de Melo (presos em outubro de 1970, no mesmo dia em que Toledo é preso), Joaquim Câmara Ferreira (preso no dia 22 de outubro de 1970 e morto pelo delegado Fleury na madrugada desse dia).

Esse foi o período igualmente da vinda de alguns militantes de Cuba, que haviam realizado treinamento, como Paulo Tarso Celestino, Luis Araújo, Norberto Nehring, Rafael Martinelli e Márcio Leite de Toledo. Norberto Nehring desaparece em abril de 1970 e os demais militantes serão mortos nos anos seguintes, à exceção de Rafael Martinelli e Márcio Leite de Toledo, que será justificado pelo comando da ALN e não por agentes da repressão.

Em junho de 1970 são banidos do país após o seqüestro do embaixador alemão os militantes Carlos Eduardo Fayal, Tânia Fernandes, Domingues Fernandes, Paulo Henrique Oliveira Lins e Ronaldo Dutra Machado.

Deve-se destacar que alguns militantes presos no final de 1969 e no início de 1970 após serem colocados em liberdade reincorporaram-se à ALN como foi o caso de Genésio Homem de Oliveira, Betty Chachamovitz, Sônia Hipólito e Linda Tayah entre alguns desses. Há também a integração à base paulista no final de 1970, da militante Eliane Potiguara Simões e de Arnaldo Cardoso Rocha, que se retiram do Rio de Janeiro.

Vê-se que a organização perdeu quadros preciosos e a morte de Joaquim Câmara Ferreira representou para alguns militantes que ainda estavam em situação de liberdade porém clandestinos, o fim da organização de fato. Grande parte da estrutura no campo que havia sido recuperada por Toledo também é perdida. Carlos Eugênio em *Viagem à Luta Armada* afirma que no final de outubro, provavelmente, Paulo Tarso Celestino foi à procura dessas bases no campo, mas como nada mais é mencionado após seu retorno, depreende-se que não havia mais oportunidade de dar continuidade a esse trabalho.

Carlos Eugênio em entrevista que me concedeu afirma que a organização, chegando à conclusão que seria inviável o salto estratégico para o campo, realizou um acordo com o PC do B que, desde 1967, já enviava militantes para a região onde posteriormente seriam formados os destacamentos militares na Guerrilha do Araguaia. Em suas palavras,

Vou contar pela primeira vez que é o seguinte, havia um acordo entre nós e o PC do B, eu tive três ou quatro encontros com o João Amazonas no ano de 1971 e 1972 em São Paulo., a gente se encontrava muito no bairro da Saúde, na Avenida do Cursino (...) e nós tínhamos um acordo tático, porque quando chega o ano de 71 a gente começa a perceber que ia ser muito difícil da gente lançar guerrilha rural e a gente sabe do PC do B estava implantando gente no campo (...). Então antes de morrer, o “Henrique”, o Devanir José de Carvalho me passou o contato com o João Amazonas, aí pelo mês de fevereiro ou março por aí, um pouquinho antes dele morrer e eu fiquei em contato com o João Amazonas e quando depois morre o Henrique, é extinto o MRT, é preso o Ivan, aquele pessoal todo, matam o Rocha que era o pai dele, eu converso com o pessoal, com o Iuri, com o Paulo Tarso Celestino (que não havia morrido ainda), o Daniel, José da Cunha, o Arnaldo Cardoso Rocha e digo o seguinte, “gente vamos fazer uma aliança com o PC do B, o PCBR estava dizimado, o MRT acabou, tinha acabado, a VPR eles estavam muito ruinzinhos, estava começando, ainda não tinha acontecido aquela história toda do cabo Anselmo, mas eles estavam muito frágeis, inclusive o Lamarca tinha saído da VPR, aquela coisa toda, o MR-8 estava desmobilizado e a gente tomou essa decisão. Encontro com o Amazonas e falei: cara, vocês estão se implantando no campo, vocês vão precisar de uma frente na cidade e nós não temos condições hoje de lançar campo, não tem, então vamos fazer uma aliança. E isso, (...) inclusive quando eu cheguei no Chile, ainda eu fui me encontrar com o PC do B entendeu? Para reafirmar essa aliança.” Nós vamos manter essa frente humana que vocês vão precisar, vocês vão precisar de propaganda armada, vocês vão precisar de dinheiro, que é o que a gente, sabe fazer, (...) tinha *know-how* para isso tudo⁹².

Carlos Eugênio afirma inclusive que essa aliança era desconhecida pela maioria dos militantes da ALN, restringindo-se somente ao Alto Comando da organização. No entanto, a ALN foi sendo exterminada ao longo do tempo e a aliança, que poderia ser benéfica para ambas organizações, foi colocada de lado.

⁹²Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 21/09/03, Transcrição da fita, lado A, p. 21-22.

CAPÍTULO VI

RETROCESSO DA LUTA ARMADA

1. A persistência da luta (1971)

O ano começa para a organização com a morte de Aldo Sá Brito em 6 de janeiro de 1971. Carlos Eugênio dá detalhes de como ela ocorreu. Ao assaltar a agência do banco Nacional de Minas em Belo Horizonte, Aldo, Manoel José de Abreu e Marcos Nonato são perseguidos pela polícia na saída do banco. Manuel e Marcos entram no carro e conseguem escapar, mas Aldo corre para outro lado da rua e, vendo-se cercado, entra num prédio, pula do primeiro andar, é preso, e levado pelos policiais. “Poeta não escreve mais, descansa, não há mais montanhas a subir, tiros, fugas, caminhos que traçou por necessidade da causa, mas que feriam sua sensibilidade a cada minuto¹”.

Reinaldo Guarany, militante da ALN carioca que conviveu com Aldo em muitas das ações armadas no Rio de Janeiro, e esteve entre os setenta banidos no seqüestro do embaixador suíço, narra que a notícia da morte de Aldo no momento de seu embarque para o Chile, o abalou muito, e fez sentir-se muito culpado por estar saindo do país, e abandonado seus companheiros². Guarany, ao saber de sua morte, afirma, “um bolo travou minha garganta. Aldo morreu! Chorei. (...) Mais uma dor. Fora-se Aldo, o poeta, deixando-me um poema de despedida³”. Aldo foi morto barbaramente na tortura. Os torturados aplicaram-lhe a denominada “coroa-de-cristo”, um torniquete que esmagava aos poucos o crânio da vítima. A morte de Aldo foi mais uma morte encoberta pela repressão. No jornal *O Globo*, da sucursal de Belo Horizonte datado de 14/01/71, sob o título “Aldo Sá Brito não foi preso: estava no IML” mantém-a farsa a respeito da morte de Aldo, identificando sua morte, ocorrida no dia 7 de janeiro de 1971 como a de Fernando

¹PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN. op. cit.* p. 199-200. Há a descrição também desse assalto e de todos os militantes envolvidos em MIRANDA, N. TIBÚRCIO, C. *op. cit.* p. 58-61.

²GUARANY, R. *op. cit.* p. 93-94.

³Idem, *ibidem*.

Antônio Araújo Bacelar⁴. O livro de Nilmário Miranda informa que no dia 14 desse mesmo ano o delegado Renato Aragão revelou que nunca existira Fernando Antônio Araújo Bacelar e que a confusão fora intencional e fazia parte de uma estratégia de “levar pânico ao terror”⁵. Documento do DEOPS contém o laudo necroscópico de Aldo fornecido pelo Serviço Público do Estado de Minas, com perícia realizada no dia 7 de janeiro de 1971, enviado ao DOPS paulista no dia 6 de abril de 1971, contendo o nome de Fernando Antônio de Araújo Bacelar e sua causa *mortis*. Em uma certidão do mesmo Serviço Público do Estado de Minas Gerais, do departamento de Medicina Legal, datada de 14 de abril de 1971, afirma-se que o corpo de Aldo Sá deu entrada no Departamento como sendo João Paulo Santana e que posteriormente, foi identificado “como se tratando de ‘Fernando Antônio de Araújo Barcelos, trabalho feito ainda pelo DOPS, nome com o qual foi elaborado nosso laudo”, indício de que o laudo com a identidade falsa foi forjado pelo próprio delegado do DEOPS⁶.

A prisão de Aldo Sá Brito de acordo com a repressão esteve ligada a sua suposta participação no seqüestro do embaixador suíço, fato que provavelmente é inverídico, já que Aldo estava afastado nesse período das ações armadas e dos levantamentos realizados pela organização. Mais uma vez o episódio lança luz sobre as versões mentirosas dos órgãos de segurança, que transmitem versões equivocadas, para semear a dúvida e justificar suas práticas. Carlos Eugênio afirma em sua narrativa, “poeta era para mim uma espécie de guardião da ternura, do humanismo que havia em nós, ele morto, podia endurecer à vontade”⁷.

Carlos Eugênio afirma ainda que não conseguiu vencer as resistências de Aldo para que ficasse em São Paulo, e que pediu insistentemente para que não fosse a Belo Horizonte, pois estava muito abalado emocionalmente. Logo após

⁴ Aldo Sá Brito não foi preso: estava no IML. In. *O Globo*. Sucursal de Belo Horizonte, 14/01/71, p. 4.

⁵ MIRANDA, N. TIBÚRCIO, C. *op. cit.* p. 60.

⁶ BNM nº 22. Documentos relacionados a Aldo Sá Brito datados de 7 de janeiro e 14 de abril de 1971 (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

⁷ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN. op. cit.* p. 200.

sua primeira ação em Belo Horizonte, Aldo é preso e morto na tortura⁸. Documento do DOPS-Guanabara sobre Aldo aponta na data de 7/10/1970 que “Segundo documentos aqui existentes, desta data, o marginado participou do assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais S/A Agência Ramos, do qual resultou a morte de um guarda ali de serviço no dia 19/08/70”. Em consequência foi instaurado Inquérito no 1º Distrito Naval, para apurar o assalto acima mencionado, e pedida sua prisão⁹.

Nesse período, provavelmente fevereiro desse ano, os militantes Alex Xavier Pereira e Luis José da Cunha retornam ao Brasil vindos de Cuba. Embora nada habilitado com armas, o que se constituía num agravante naquele momento que a ALN estava atravessando, a experiência de Luis Jose da Cunha será de grande valia para a ALN¹⁰. “Daniel” codinome adotado por Carlos Eugênio no livro para José Luis da Cunha, afirma que o militante permanecerá por alguns dias em seu “aparelho”. Retornam também ao Brasil nesse primeiro semestre os militantes Gelson Reicher e Iara Xavier Pereira que se integram ao grupo. Consta em documento do DEOPS que Iara fazia parte do setor de inteligência da organização e um ano após, lhe são atribuídos pela repressão a autoria de uma pixação e incêndio provocados no carro do Sr. Michael Drayton no Morumbi em março de 1972¹¹. Encontram-se com Luiz José da Cunha em um ponto em São Paulo no início de 1971. “Daniel” traz numa mala com cinquenta mil dólares enviados pelos coreanos e notícias de sua passagem por Cuba e pelo Chile. Luís afirma (na narrativa de Carlos Eugênio) nesse momento, que existem muitos brasileiros no Chile, alguns saídos após o seqüestro de dezembro de 70 e outros que após treinamento cubano aguardam a volta ao Brasil. Há necessidade portanto, como

⁸Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 27/09/03, Transcrição da fita, lado A, p. 13

⁹BNM nº 22, Divisão de Informações. DOPS–Guanabara, documento datado de 7/10/70. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

¹⁰PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à Luta Armada*, op. cit. p. 195-196 e p. 201.

¹¹DEOPS-RPI nº 01/72. II Ex. 50-Z941011.

defende, de incorporá-los pouco a pouco na organização, já que não há estrutura para uma volta em massa¹².

Após a morte de Márcio, ocorrida no final de março, o início do mês de abril inicia-se com a prisão, no dia 5 de abril de 1971, de Devanir José de Carvalho, comandante do MRT. Segundo a versão presente na narrativa de Carlos Eugênio, a prisão de Devanir está relacionada a uma infiltração promovida no MRT por uma pequena organização que pretendia estreitar os laços com a Frente Armada. Certamente, Carlos Eugênio se refere em sua narrativa, a um dos infiltrados na FLN que já havia promovido diversas “quedas” na ALN no ano de 1970. Carlos Eugênio, ao saber de sua prisão através de Ivan Seixas e Dimas Casemiro, recorda-se de Devanir, companheiro de todas as horas nas ações armadas urbanas realizadas na cidade de São Paulo. Afirma que juntos planejaram muitas ações, assaltaram carros-pagadores, pontes, supermercados, bancos, fábricas, joalherias, explodiram pontes, furaram cercos, e tentaram salvar Guiomar e Bacuri das mãos da repressão. Em suas palavras, “quando os guardas da *Brink's* reagiram no Paraíso eu o salvei e ele retribuiu, eles levaram a pior¹³”.

Começa então para a ALN outra corrida contra o tempo, para que libertem o militante. “Decidimos seqüestrar alguém antes que matem mais um dos nossos¹⁴”. Na versão de Gorender, Devanir José de Carvalho foi detido por prisões em cascata que levaram até ele, surgidas a partir da prisão do militante da ALA Edgar de Almeida Martins e do ex-integrante do MRT Valdemar Andreu¹⁵.

Após a morte de Boilesen a repressão em represália atinge mais uma vez o MRT. São presos no dia 16 de abril de 1971 os militantes Ivan Seixas e seu pai Joaquim Alencar de Seixas como já se afirmou.

¹² PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*, op. cit. p. 127-129.

¹³ Idem, ibidem, p. 208. Segundo DEOPS-RPI nº 01/72. II Exército-50-Z941012 houve uma tentativa de assalto contra o carro pagador da *Brink's* no dia 14 de dezembro de 1970, em que participaram o MRT, Carlos Eugênio Paz, José Milton Barbosa, Antônio Sérgio Mattos e Iuri Xavier Pereira. O documento afirma que “Clemente” atirou ferindo dois guardas de segurança.

¹⁴ Idem, ibidem.

¹⁵ GORENDER, op. cit. p. 200.

Ivan sobrevive, mas “assiste ao assassinato do pai na tortura”. Na narrativa de Carlos Eugênio, “Rocha”, codinome adotado no livro para Joaquim, morrendo exemplos de dignidade e coragem ao filho. Carlos Eugênio afirma que deve sua vida a Ivan, que resistindo à violência e brutalidades extremas não o entregou à polícia. De fato, Carlos Eugênio possui muita gratidão por seus companheiros, e atribuiu sua sobrevivência em grande parte à proteção e mimo que teve de seu grupo.

(...) eu sou uma pessoa de sorte, puxa eu atravessei tudo isso não é (...) ? Porque eu acho que muito cedo eu estava no meio daquelas coisas e ao mesmo tempo eu era uma das pessoas mais procuradas, mas também tinha uma certa segurança em torno, eu sei que teve muito companheiro que não me abriu porque eu era o *Clemente*, (...) eu tenho um agradecimento a essas pessoas, tem companheiros que abriram outras coisas e abriram até outros companheiros e não me abriram, por quê ? Porque será? Talvez porque de repente tinha aquela (...) simbologia, não, esse não vão pegar e (...) a polícia estimular dizendo, nós vamos pegar ele também (...) e o fato de eu não cair era de qualquer maneira uma mínima vitória em relação aos caras entendeu? Eu fiquei vivo porque tem um lado de sorte, tem um lado de maior capacidade de endurecimento, que eu falo nisso, que foi o grande problema da minha vida com a Ana não é? E tem um lado de proteção, eu fui muito protegido e mimado pelos meus companheiros¹⁶ (...).

Um exemplo concreto dessa proteção narrada por Carlos Eugênio está relacionado, à resistência de mais um militante que barbaramente torturado, não revelou nada a respeito do comandante da ALN. Segundo Carlos Eugênio, quando o militante José Calistrato Filho foi preso, em 24 de janeiro de 1972, havia o interesse da repressão em saber sobre o paradeiro de três militantes, Carlos Eugênio, Iuri Xavier Pereira e mais um integrante, que provavelmente fazia parte do comando nacional. Calistrato em atitude corajosa e em meio a chantagem de seus algozes, de que se revelasse a informação não seria espancado, disse a eles “podem me bater, podem me matar, eu não vou entregar essas pessoas”. Calistrato foi, de fato, muito maltratado por conta dessa negativa, mas de qualquer

¹⁶ Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 21/09/03, Transcrição da fita, lado B, p. 41.

maneira não só preservou Carlos Eugênio, como se recusou a se submeter às ordens da repressão, mantendo uma atitude destemida¹⁷.

A infiltração no MRT somada à reação das forças de repressão ao assassinato de Boilesen levaram ao extermínio dessa organização. A ALN perde sua parceria com o MRT, que apesar de pequeno, possuía “uma ótima infraestrutura e capacidade de mobilização imediata¹⁸”. Segundo depoimento de André Guerra, preso no início de abril, o MRT era composto de cerca de quinze militantes e tinha em média duas ações por mês. Segundo ele, a organização sobreviveu por um ano apenas. Ao longo do ano de 1971 o número de quedas no interior do grupo tornaram suas ações mais esporádicas. Apesar das dificuldades do período, Guerra afirma que os militantes não pensaram em derrota, acreditavam ser possível reverter o quadro de quedas¹⁹.

Dois militantes da ALN são presos e assassinados em julho de 1971 após encontro com cabo Anselmo. Paulo Tarso Celestino é preso no Rio de Janeiro no dia 12 julho de 1971 e Luís Araújo é detido em São Paulo na Avenida Angélica²⁰.

Em setembro de 1971 a ALN através das “Patrulhas Revolucionárias” expropria mais uma sentinela, levando-lhe a metralhadora. O grupo composto de Carlos Eugênio, Manoel José de Abreu, José Milton Barbosa e Antônio Sérgio Mattos enfrentam no entanto a reação do soldado, que é coronhado por Antônio Sérgio Mattos. Após a expropriação o grupo decide suspender, por tempo indeterminado, as ações de planejamento imediato por acharem que pode haver a possibilidade de uma emboscada²¹.

No entanto, Antônio Sérgio não seguindo o determinado resolveu participar mais uma vez desse tipo de ação, o que custou sua vida e a de mais

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 18.

¹⁸ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN. op. cit.*, p. 172.

¹⁹ Entrevista de André Guerra concedida a Marcelo Ridenti, 11 de janeiro de 1986. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

²⁰ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN, op. cit.* p. 97.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 181-182.

dois companheiros, a de Manuel José de Abreu e a de Eduardo Antônio da Fonseca. Ana Maria Nacinovic que estava junto ao grupo na expropriação consegue escapar.

O episódio ocorreu na Rua João Moura no dia 23 de setembro de 1971. O grupo havia visto um caminhão parado e um soldado montando guarda, e acreditando que as ruas estavam tranquilas, resolveram abordá-lo. Manoel lembrou-se de que haviam suspenso esse tipo de ação por decisão de Carlos Eugênio, mas Antônio Sérgio insistiu que seria a última vez que a realizariam. Ana Maria e Eduardo aproximaram-se do soldado, e de repente foram surpreendidos pela chegada de mais policiais. Travou-se a partir daí um intenso tiroteio. Eduardo caiu imediatamente e Manoel e Antônio Sérgio, foram fuzilados dentro do carro, sem oportunidade de escapar. Ana Maria foge entre as balas²².

A morte desses militantes exaspera Carlos Eugênio, já que os militantes não seguindo as instruções arriscaram um trabalho que vinha se desenvolvendo no interior da organização desde julho de 1970. Segundo Carlos Eugênio havia um ano que não havia tido nenhuma baixa na Equipe de Fogo da ALN e a inobservância das regras jogou por terra todo o trabalho que havia sido feito em meses de luta diárias, em ações e treinamento, além da organização perder excelentes quadros de combate. Como afirma em seu livro, "tomamos todos os cuidados, cometemos o extremo de matar para defender militantes e proteger a Organização de infiltrações, e pagamos esse preço terrível, porque guerrilheiros experientes cometem uma indisciplina...sinto-me traído e impotente"²³.

O militante endurecido pelo combate diário não consegue chorar. Como afirma, foi a maneira que encontrou para sobreviver ao preço de muita solidão²⁴. O endurecimento segundo ele, foi inconsciente. Como afirma, "chorei cadeias e

²² Idem, *ibidem*, p. 184.

²³ Idem, *ibidem*, p. 186-187.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 187.

mortes, perdi amigos, aprendi a fugir e a matar. O tempo, os choques constantes de adrenalina e o estado de alerta transformaram o trauma em rotina²⁵.

A falta de sorte com explosivos, volta a atingir a ALN no final do ano de 1971. Durante um treinamento de tiro na região de Embu-Guaçu no dia 4 de dezembro em que estão presentes José Milton Barbosa, Linda Tayah, Gelson Reicher e Lídia Guerlenda, os militantes resolvem realizar um teste com granadas, para saber o raio de distância da explosão. De repente após a terceira tentativa de Lídia Guerlenda, a bomba explodiu em sua mão. Houve um pânico enorme e os militantes na condição de clandestinidade tiveram que aguardar algum tempo até conseguirem encontrar algum médico. No dia 5 do mesmo mês foi realizado o seqüestro de um médico que, em pânico, não pode ajudar o grupo. Cinco militantes da ALN seqüestraram então, outro profissional na Rua Cardeal Arco Verde na manhã do dia 7 de dezembro²⁶. A operação foi realizada pelo Dr. Euclydes Marques. Guerlenda em Cuba, na narrativa de Carlos Eugênio, menciona a gratidão que tem pelo médico e a culpa que sente pela repressão tê-lo atingido²⁷. Quando ocorreu a explosão da bomba que feriu Lídia Guerlenda, Carlos Eugênio havia se transferido para Recife, ali permanecendo por um mês, na tentativa de evitar mais um grupo separatista²⁸.

Nesse final de ano, a ALN perde o militante José Milton Barbosa, do comando regional da organização, que perseguido pelos policiais, é baleado e morto. Gelson Reicher que estava no interior do veículo consegue escapar, mas Linda Tayah é presa. Gelson Reicher será morto no início de 1972 junto a Alex Xavier Pereira. Linda Tayah, é levada para a Oban e detida quando esperava um filho de José Milton. Em seu depoimento, no Quartel general do I Exército a 20/02/1970, afirma que iniciou sua militância a partir de 1969 quando conheceu

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 134.

²⁶ DEOPS, RPI nº 01/72. II Ex. 50-Z941012. Cf. Também, MAKLOUF, L. *op. cit.* p. 264-265.

²⁷ Segundo consta, o médico foi obrigado a prestar depoimento no DEOPS, MAKLOUF, p.267 . Pelo depoimento em *Nas Trilhas da ALN*, o profissional foi torturado, p.78.

²⁸ Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 27/09/03, Transcrição fita, Lado A, p. 17-18.

José Milton Barbosa, passando a namorá-lo. Morou no Rio de Janeiro junto aos militantes Aton Fon Filho, Maria Aparecida Costa, Domingues Fernandes e Tânia Fernandes. Afirma que foi presa em 19 dezembro de 1969 e foi solta em 29 de janeiro de 1970, não saindo de casa durante um mês. Foram presos na seqüência Aton Fon Filho e Domingos Fernandes, que dividiam o mesmo aparelho, e Tânia Fernandes, presa no dia seguinte, 20 de dezembro de 1969²⁹. Após sair da prisão reencontra-se com José Milton e transfere-se para São Paulo em sua companhia em outubro de 1970. A idéia de Toledo era de saírem do país, mas Toledo é morto e os planos são adiados. Passam a morar no Ipiranga, e Tayah participa do assalto ao restaurante *Hungaria* em primeiro de maio de 1971, da bomba na *Supergel* e do assalto à *Utilbrás*³⁰. O depoimento cínico de Ustra diz que Tayah foi bem tratada na Polícia do Exército, havendo a afirmação de que ganhou presentes, e de que ela e as outras detidas tiveram direito à festinhas e outras coisas do gênero. Ele afirma, “após a alta de *Bia*, veio presa para o DOI, onde convalesceu. Todas já tinham sido interrogadas, já haviam passado pelo DOPS. Chegara a hora de mandá-las para o Presídio Tiradentes, onde aguardariam o julgamento. *Bia*, no entanto, pediu que a mantivéssemos no DOI, pois tinha certeza de que ali continuaria a ser bem tratada até o momento do nascimento de seu filho³¹. O depoimento de Tayah a Maklouf afirma, “Fiquei dez dias sem conseguir dormir. Levei choque elétrico, fui espancada, me colocaram nua. Veio gente do Rio de Janeiro me interrogar. O Fleury participou pessoalmente. Eles queriam que eu abortasse...”. Tayah declara que saiu da Oban no dia do parto em 28 de agosto de 1972. “Ia direto para o Presídio Tiradentes (após o parto) mas o Ustra fez questão de que eu passasse primeiro na Oban, para ele conhecer a criança. Ele se sentia orgulhoso, achava que tinha cuidado de mim. De lá fui para

²⁹BNM n °22. Depoimento de Linda Tayah, datado de 20/02/1970. (Arquivo Edgard Leuenroth,Unicamp).

³⁰ MAKLOUF, L. *op. cit.*, p. 244-245 e p. 252-255.

³¹ USTRA, C. A .B. *op. cit.*, p. 244.

o Tiradentes. O Zé Milton ficou com minha família (...) Só saí da cadeia no dia 22 de março de 1974³²ⁿ.

A luta não é interrompida. Mais uma vez esforços são redobrados na substituição dos militantes mortos³³

2. Confronto com o cabo Anselmo e rompimento com a VPR (1971)

Em maio de 1971 os confrontos com a repressão nas ruas de São Paulo continuam. Carlos Eugênio narra um pesado tiroteio que teve com o delegado Fleury e o cabo Anselmo em seu segundo livro. É importante destacar aqui que, apesar de suspeito de infiltração, a certeza de sua traição ainda não havia se confirmado antes desse confronto armado ocorrido na Vila Mariana. A ALN nesse momento segundo a narrativa de Carlos Eugênio tinha informes somente de que o cabo havia sido preso, fato que a VPR à época negava. A figura de cabo Anselmo e o seu acordo com a repressão foi o responsável pela morte de inúmeros militantes da ALN que retornaram de Cuba e de uma série de militantes da VPR. Ainda pairavam no período muitas dúvidas a seu respeito. Segundo o depoimento de Aton Fon Filho ao DOI-CODI no Rio de Janeiro, cabo Anselmo esteve entre os militantes da ALN no primeiro treinamento guerrilheiro da organização em Cuba. Desde 1967 era um quadro muito elogiado pelos cubanos e permaneceu ali segundo ele, até 15 de setembro de 1970, quando retornou ao Brasil. Era tido em grande conta por Onofre Pinto, comandante da VPR, que o aproximou cada vez mais da organização. O depoimento de Pedro Viegas alega que o recrutamento de Anselmo pela repressão ocorreu em 30 de maio de 1971, quando ele foi preso em casa junto ao ex-fuzileiro Edgar Aquino Duarte. Foi Duarte, segundo Viegas quem testemunhou a traição de Anselmo e a transmitiu ao militante Hércio Pereira Fortes da ALN do Rio de Janeiro, a informação de que Anselmo passara para o outro lado. A informação foi igualmente repassada ao militante da VPR José Raimundo

³² MAKLOUF, L. *op. cit.*, p. 261-263.

³³ PAZ, C.E. *Nas Trilhas da ALN. op. cit.* p. 188.

da Costa posteriormente³⁴. A prisão de cabo Anselmo e o acordo estabelecido com a repressão foi segundo Viegas, também testemunhado pelo militante do PC do B Diógenes de Arruda Câmara, que tratou de informar a coordenação da VPR no Chile sobre o episódio. A notícia de sua traição reacendeu a luta de facções que já ocorria na organização, e o próprio Cabo Anselmo foi encarregado de ir ao Chile para desfazer as suspeitas no final do ano de 1971³⁵. A morte dos militantes da VPR Yoshitame Fujimore, Edson Quaresma, Aloíso Palhano, José Raimundo da Costa³⁶ estão relacionadas à infiltração que foi empreendida pelo cabo. Segundo seu depoimento a Percival de Souza, “Eu fazia contato com a ALN e a VPR. Conforme providenciava o contato, entrava alguém da equipe do Fleury seguindo aquela pessoa para estabelecer as suas relações com outras pessoas e outros grupos ³⁷(...)”

Em seu retorno ao Brasil vindo do Chile, cabo Anselmo transferiu-se para Recife no segundo semestre do ano de 1972 e ali uma última base da VPR foi aniquilada em Pernambuco. No episódio conhecido como as mortes da “Chácara São Bento”, são mortos em janeiro de 1973 mais seis militantes da organização³⁸.

A traição do cabo Anselmo é confirmada pelo GTA da ALN quando em um encontro com o cabo, Carlos Eugênio e seu grupo, entre eles, Ana Bursztyn, Alex Xavier Pereira e Iuri Xavier Pereira, são surpreendidos na saída do ponto com a chegada dos policiais³⁹. No livro publicado por Octavio Ribeiro, cabo Anselmo menciona esse encontro com Carlos Eugênio e afirma que foi a partir de “Clemente” que o delegado Fleury pôde montar todo um esquema de atividades, seguindo pessoas, e prendendo um a um até que todos fossem capturados⁴⁰. Carlos Eugênio afirma que após esse episódio a ALN foi obrigada a cortar relações com a VPR em julho de 1971, pois a organização não quis reconhecer a

³⁴ SOUZA, P. *Eu, cabo Anselmo*. São Paulo: Globo, 1999, p. 233-234.

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 236-240.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 257 e p. 270-271. Cf. também MIRANDA, N. TIBÚRCIO, *C.op. cit.* p. 273.

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 55 e p. 184.

³⁸ MIRANDA, N. TIBÚRCIO, *C. op. cit.* p. 275-285.

³⁹ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN, op. cit.* p. 89-92 e p. 93-96.

⁴⁰ RIBEIRO, O. *Por que eu trai*. Confissões de Cabo Anselmo. São Paulo: Global, 1984, p. 64.

infiltração do cabo. Segundo Carlos Eugênio a ALN tentou avisá-los inclusive do tiroteio que tinha havido, mas os militantes preferiram acreditar em Anselmo e nos cubanos. Nas palavras de Clemente,

(...) não dá para ter relações com um homem que a gente sabe que está infiltrado e que ficou provado porque depois 200 pessoas acabaram sendo presas e muitas dessas mortas por obra e graça de um cachorro (...) e os dirigentes da organização e a VPR perdeu gente preciosa. Eu conversava com o Jorge Raimundo (Jorge Raimundo da Costa, da VPR), eu falava, “Moisés” esse homem está infiltrado, não dá, foi assim a discussão entre nós, mesmo assim nós não tivemos briga, quando a gente se despediu no ponto que era a última vez que eu vi o Moisés na vida, a gente se deu um abraço apertado e disse o seguinte, (...) se a gente, se eu encontrar com ele (o cabo) na rua eu passo bala nele, já passei bala nele agora há dois dias atrás no tiroteio (...) Agora como é que a gente podia continuar tendo relações de organização para organização dentro do Brasil. Fora do Brasil, numa boa, tudo bem, agora aqui dentro não⁴¹.

Após a descoberta da infiltração, o GTA de São Paulo tenta impedir um encontro no Rio de Janeiro que haverá entre Paulo Tarso Celestino e o Cabo Anselmo. No entanto, apesar dos esforços não conseguem evitar sua queda. Como afirma em *Nas Trilhas da ALN* “(...) vivemos 48 hora de horror na expectativa da queda de Tato”. “Clemente” afirma que a Coordenação Nacional sabia que o militante estava condenado à morte e tentaram evitar o quanto antes sua prisão, através de um esquema montado no Rio de Janeiro no ponto em que Paulo Tarso Celestino teria com o cabo, porém os militantes cariocas testemunharam a chegada da repressão e não puderam evitar sua “queda”⁴².

Paulo Tarso Celestino foi preso no Rio de Janeiro no dia 12 julho de 1971 junto à militante Heleni Telles Guariba. “Tato” como Carlos Eugênio o denomina em seu livro, havia se encontrado com o traidor antes da chegada desses militantes. Paulo Tarso segundo afirma Carlos Eugênio “desapareceu sem deixar vestígios, sua prisão não foi reconhecida, seu corpo nunca foi entregue”.

⁴¹ Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 27/09/03, Transcrição da fita, lado A, p. 4.

⁴² PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*, op. cit. p.97.

O mesmo destino segundo Clemente, teve Luís Araújo que ao transportar Paulo Tarso Celestino para um encontro com Anselmo em São Paulo foi preso pelo delegado Fleury na Avenida Angélica em julho de 1971(...) ⁴³.

Questionado por Octavio Ribeiro a respeito da morte de Paulo Tarso Celestino e Heleny Guariba, cabo Anselmo afirma que provavelmente esteve em contato com eles, porque fez contato na época com muita gente. Assumiu também a colaboração quanto à prisão de José Raimundo da Costa⁴⁴. Afirma também que foi ele quem forneceu aos órgãos de segurança os caminhos pelos quais os militantes regressavam ao Brasil vindos de Cuba e do Chile⁴⁵.

Cabo Anselmo acredita que sua colaboração encurtou a guerrilha no Brasil e que depois de sua participação a luta armada não durou mais do que três meses no Brasil⁴⁶.

3. As dissidências: Chile e Cuba

O retorno de Luiz José da Cunha ao país traz também as discussões que estão sendo travadas pelos militantes da ALN no exterior, onde se começam a esboçar tendências e cisões, fruto, segundo ele, da perda da experiência de Marighella e Toledo que uniam a organização. As críticas e sugestões dos companheiros no exterior, portanto, são consideradas por Carlos Eugênio como críticas infundadas que não levam em conta a situação de isolamento que a organização estava vivendo no país. A esperança, segundo Carlos Eugênio, era conseguirem sobreviver e aproveitar mudanças favoráveis no cenário político para retomarem a iniciativa, expandirem-se em direção ao campo conquistando o apoio popular. A principal crítica dos militantes que estão no exterior, relacionam-se

⁴³ Idem, *ibidem*.

⁴⁴ RIBEIRO, O. *op. cit.* p. 79 e p. 80-81. Cf. também MIRANDA, N. TIBÚRCIO, C. *op. cit.* p. 273 a respeito de um documento produzido pelo cabo Anselmo para o delegado Sérgio Paranhos Fleury.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 67.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 69.

justamente à falta de aproximação das massas e à implantação da guerrilha Rural⁴⁷.

Para Carlos Eugênio, dividir a ALN naquele momento não traria nenhum ganho político. Como afirmou a “Daniel”, “(...) ou partirmos para uma luta de resistência a longo prazo, mantendo a bandeira da luta armada desfraldada e tornando a guerrilha fato permanente na política brasileira, ou teremos perdido nossos quadros inutilmente⁴⁸”.

Começa então, nesse período, a se constituir o grupo que daria origem à Tendência Leninista, uma dissidência da ALN composta majoritariamente por militantes que estavam no exílio chileno. Carlos Eugênio menciona em sua narrativa os nomes de Sérgio Granja e Ricardo Apgaua como militantes que aderiram à TL.

Luís José da Cunha, segundo a narrativa de Carlos Eugênio, afirma que sentiu uma grande hostilidade por parte de muitos desses militantes em sua volta do Chile, que acusavam o grupo no Brasil de mantê-los longe para conservarem o poder na Organização⁴⁹.

Carlos Eugênio afirma em entrevista que apesar das críticas atribuídas à ALN, a TL também não conseguiu se implantar no país, pelas mesmas condições adversas que o GTA enfrentava. Segundo ele, as massas começariam a ser incorporadas ao processo, a partir do momento em que a ALN tivesse condições de lançar uma Coluna Guerrilheira para que num segundo momento pudesse atrair a população camponesa. Ele afirma também, que a ALN nunca se propôs a ser uma organização de massas e que o seu isolamento não está ligado necessariamente a esse fator, mesmo porque naquele momento, a tentativa de levantar uma greve operária ou sublevar o movimento estudantil novamente, era

⁴⁷ Idem, ibidem p. 129.

⁴⁸ Idem, ibidem, p. 130.

⁴⁹ Idem, ibidem, p. 131.

uma grande irresponsabilidade que poderia expô-lo ainda mais, levando a um assassinato em massa⁵⁰.

Considera a TL uma tentativa válida de corrigir os erros internos da ALN, que como o militante confessa, “realmente (...) a gente estava errando, evidente que se a gente perdeu, a gente errou (...)”, mas afirma que os militantes da Tendência Leninista também não conseguiram se estabelecer no país e formar suas bases. Segundo ele, o erro da ALN não estava no fato do grupo ser suficientemente leninista ou não. Como afirma, um dos grandes erros cometidos pela organização foi transformar a tática em estratégia e achar que podiam enfrentar o inimigo nas cidades e não dedicar todos os esforços do dia a dia no lançamento da guerra no campo. Carlos Eugênio destaca também que a derrota deve ser atribuída igualmente aos acertos do inimigo, porque como diz, “o inimigo foi muito inteligente também, o inimigo lutou bem, (...) fizeram uma política seletiva, puderam se organizar, centralizar todas as informações (...) nos diversos órgãos de repressão (...) eles usaram muito bem a comunicação de massa, eles puderam usar a censura à imprensa....⁵¹.

Ainda nessa época não passava pelo grupo armado a idéia de uma desmobilização da luta, como defendiam os militantes exilados. Carlos Eugênio afirma que na época acreditava que iam ser vitoriosos e que apesar das críticas de muitos de seus companheiros, a ALN por questões de princípio nunca parou de lutar. Carlos Eugênio acredita que não havia o que fazer diferentemente naquela situação e a ALN só parou sua luta porque foi exterminada fisicamente. Em suas palavras, “nós nunca tomamos a decisão de desmobilizar e eu não me arrependo de ter sido assim, eu acho que a gente tentou até o final que pelo menos é uma coisa que a gente pode dizer (...) realmente nós fomos derrotados (...) Não ficamos com aquela pergunta no ar e se tivéssemos lutado mais seis meses? Não, não conseguíamos mais lutar porque não tinha mais quem fazer

⁵⁰ Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 21/09/03, Transcrição da fita, lado B, p.19 e p. 29-31.

⁵¹ Idem, ibidem, p. 19-20.

ação, a organização foi perdendo toda a capacidade de atuação e o golpe final, foi (...) o golpe de estado no Chile (...) usávamos o Chile como retaguarda da gente (...), e precisava de quadros, a gente trazia do Chile, quer dizer, chegando ao Chile, rapidamente a gente conseguia chegar à Europa, porque lá a gente não era perseguido⁵² (...)

Para o militante José Carlos Giannini, em entrevista que me concedeu em outubro de 2003, a única dissidência importante que ocorreu no interior da organização foi o Molipo. Ele não considera a Tendência Leninista como uma dissidência que se poderia levar à sério. Para ele o critério e condição necessárias para se permitir essas divergências era estar no Brasil. Giannini aderiu ao Molipo após o retorno do chamado Grupo Primavera (III Exército da ALN) ao Brasil, episódio no qual cerca de vinte militantes foram mortos em menos de um ano após retornarem ao país. Além disso, Giannini considera que o GTA da ALN que assumiu o comando após a morte de Joaquim Câmara Ferreira foi incapaz de impedir as dissidências. Para ele, seu despreparo político naquele momento não conseguiu e nem tentou impedir o racha⁵³.

No entanto, pelo que sustenta Carlos Eugênio, foram realizados esforços para impedir essas cisões. Quanto ao Molipo houve tentativas, como se verá adiante, de pelo menos tentar interromper a volta desses militantes de Cuba. A ALN não havia autorizado o retorno desses combatentes, e Carlos Eugênio afirma em seus livros que a interferência de Cuba nos rumos do processo revolucionário brasileiro colaborou de forma insofismável para que se estimulasse a dissidência. Carlos Eugênio afirma também que no segundo semestre de 1971 dirigiu-se até o Nordeste para impedir mais um rompimento de alguns militantes da região que pretendiam formar a Dissidência do Norte e do Nordeste⁵⁴.

⁵² Idem, *ibidem*, p. 26-30.

⁵³ Entrevista concedida por José Carlos Giannini, São Paulo, 17/10/04, p. 5.

⁵⁴ Entrevista de Carlos Eugênio, concedida em São Paulo, 21/09/03, Transcrição da fita, Lado B, p. 31.

Os contatos da organização com os militantes no exterior, segundo ele, também sempre foram mantidos. Frequentemente a organização enviava alguns de seus quadros para fora do país. Uma das tarefas do militante Luiz José da Cunha quando saiu do Brasil por exemplo, era, segundo Carlos Eugênio, conversar com Ricardo Zarattini e com Rolando Fratti, que estavam formando a Tendência Leninista, na tentativa de convencê-los do estado de cerco em que se estava vivendo e que, segundo Carlos Eugênio, as pessoas no exterior não compreendiam. Em suas palavras "(...) muitas das críticas que a própria tendência leninista levantava ou que o próprio Molipo levantou (...) Então se dizia, nós temos que recuperar a ligação, os contatos assim, com a população. Você acha que a gente cortou os contatos com a população porque a gente quis ou porque o inimigo nos impôs? Porque o inimigo nos impôs, tanto é que a TL voltou ao Brasil, mandou quadros para cá para tentar reestruturar uma organização nos moldes do que eles achavam que a gente não conseguia fazer e também não conseguiram⁵⁵".

Apesar de alguns militantes no exterior queixarem-se da demora nos contatos da ALN com os militantes banidos ou exilados, Carlos Eugênio afirma que:

(...) a gente sempre teve quadros que saíam, a gente sempre tinha esses contatos, a gente nunca deixava os companheiros que estavam no exterior sem receber alguém da coordenação nacional durante muito tempo. No máximo ficava (...) seis meses sem sair ninguém, mas sempre tinha alguém que saía, encontrava-se com os companheiros que estavam no Chile, encontravam-se com os companheiros que estavam na Europa, em Cuba, fazia esse contato com os cubanos, iam em Cuba faziam contato com os norte-coreanos que eram também uma nação amiga, que dava força para gente e depois voltavam para o Brasil e traziam informes para a gente. (...) às vezes mandava até três, quatro vezes por ano, saía alguém da direção para ir⁵⁶".

Guarany relata em seu livro de memórias no entanto, que a demora nos contatos com a organização criou muitos problemas materiais para os que

⁵⁵ Idem, *ibidem*.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 28-29.

estavam fora do país. Os militantes da ALN que se encontravam no Chile, no intuito de não criar vínculos com o país, recusaram trabalho logo que chegaram, aguardando instruções e recursos da própria organização. Na narrativa muito irreverente de Guarany, todas as outras organizações brasileiras já haviam enviado um emissário ao Chile, menos a ALN. A solução como afirma foi usar “a tecnologia acumulada”. Decidiram num coletivo da organização realizar em sigilo uma expropriação. Escolheram assaltar um traficante de dólares, mas trapalhadas desde o início da ação abortaram seus planos e a atitude rendeu ao final, uma chamada de atenção do Ministério do Interior chileno. Um mês após o lamentável episódio, Yuri Xavier Pereira foi enviado ao país⁵⁷.

4. A morte de Márcio Leite de Toledo

No início do mês de março, afastado das ações armadas pela organização e do comando nacional da ALN por Carlos Eugênio Paz, o militante Márcio Leite de Toledo confidencia a José Milton Barbosa sua intenção de se desligar da organização. A justificativa, segundo ele, para sua saída da ALN, prende-se ao fato de que está sofrendo um isolamento por parte da organização por motivações políticas.

Para Carlos Eugênio, no entanto, “Márcio não reconhece seu vacilo⁵⁸ e afirma que não há motivos para sair do país⁵⁹. Nas palavras de Clemente, “Ele (Márcio) nega, mas sabemos que está abalado pelas dificuldades da luta, que é bem diferente de um treinamento em Cuba. Caindo com o estado de ânimo que apresenta e sem controle direto nosso, seria uma catástrofe⁶⁰”. Os militantes da ALN, em seguidas reuniões entre a Coordenação Nacional e Regional, votam a

⁵⁷ GUARANY, R. *op.cit.* p. 101-110.

⁵⁸ Márcio Leite de Toledo foi acusado de deixar seus companheiros na mão durante uma expropriação realizada pela organização. Márcio fugiu e não forneceu a retaguarda necessária aos militantes para sua retirada do local.

⁵⁹ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, *op. cit.* p. 204.

⁶⁰ Idem, *ibidem*.

favor de sua execução com receio de que Márcio pudesse entregá-los à repressão.

A primeira reunião é realizada com a Coordenação Nacional, dentro de um fusca quando José Milton, em companhia de Paulo Tarso Celestino, Iuri Xavier Pereira e Carlos Eugênio, declara que Márcio Leite quer sair da ALN e vai procurar uma organização que o queira. Discutem o que deveria ser feito, e optam por sua saída do país. Márcio, por fazer parte do Comando Nacional, segundo o grupo, conhece muitos esquemas da organização e se for preso, poderia comprometê-los⁶¹.

No mesmo fusca é realizada nova reunião com os militantes da direção regional, em que estão presentes José Milton Barbosa, Antônio Sérgio Mattos e Ana Maria Nacinovic. A decisão é tomada, e as duas coordenações resolvem-se pelo *justiçamento* de Márcio.

Como afirma Carlos Eugênio, preferem assumir essa responsabilidade do que correr o risco de ver companheiros sendo presos por falta de uma atuação mais firme do comando da organização. Segundo Carlos Eugênio, trata-se de seguir as “leis da guerra”, é uma ação de sobrevivência, que “não nos trará glórias, nem conseguiremos jamais saber se foi ou não acertada, simplesmente os tempos exigem.... “Há a afirmação de que todos apóiam a execução, à exceção de José Milton que pede para não participar⁶². Um comando é designado então, os componentes fazem pacto de silêncio, e “o ato mais polêmico da história da ALN é

⁶¹ Há no entanto um depoimento da militante Lídia Guerlenda ao jornalista Luis Maklouf, afirmando que a organização não tinha estruturas naquele momento para retirar Márcio do país. Cf. Maklouf, *op. cit.* p. 248.

⁶² Há uma versão do jornalista Antônio Pedroso Júnior de que José Milton Barbosa foi o responsável por fornecer ao comando nacional o ponto que cobriria com o militante naquele dia, o que teria facilitado sua execução pelo GTA. Segundo o autor, José Milton Barbosa, por ser amigo de Márcio e por ter se posicionado contra sua execução, poderia ter fornecido ao comando da ALN um ponto “frio”, na tentativa de evitar a morte de Márcio, avisando-o da decisão do comando. Nesse sentido, apesar de ter votado contra o *justiçamento* Pedroso não o exime da responsabilidade, colocando-o não só no rol dos cúmplices, mas também dos culpados. Cf. PEDROSO, *op. cit.* p. 164.

cometido⁶³. Através de um comunicado, os militantes assumem publicamente a morte de Márcio.

Anos depois, Carlos Eugênio fará um balanço da ação que foi praticada,

Encarar a violência, os erros, o que cometemos de pecaminoso e não glorioso é o dilema eterno dos que vivem, não é privilégio meu. Márcio dói na consciência de todos, cada um assume do seu jeito, negação e afirmação fazem parte da mesma realidade, da mesma dinâmica, não adianta esconder. Marcar a hora da morte de alguém é um poder terrível que não deve ser concedido a ninguém, independentemente do uso. A traição de Silvério (José da Silva Tavares) pesou, a perda de Diogo era recente, o cerco se via e se sentia, a sensação de impotência diante dos ardis do inimigo nos empurrava para o desenlace trágico⁶⁴.

Na terapia Carlos Eugênio faz um desabafo,

Foi terrível...hoje não me interessa se tínhamos ou não razão, quero falar, quero contar...ajudar a que nunca mais um agrupamento de seres humanos tenha direito a tal escolha... Márcio não pode passar por traidor, e os companheiros que tomaram a decisão e executaram a sentença não podem ser conhecidos como frios assassinos políticos que matavam para tomar o poder na organização. Nossa luta não será relegada a uma aventura inconseqüente que chegou a extremos devido a esse ou aquele companheiro que fraquejou ou tomou a decisão errada. Se continuamos puros de propósitos, temos que vasculhar tudo, como Fabiano me recomendou, revolver a lama e o lodo, para entendermos os fatos numa dimensão histórica, não para acusar. Meu amigo Jorge, o único que olhou em meus olhos, falou preocupado..."Não devia ter contado, ninguém vai ficar do seu lado, vão crucificá-lo...", mas sei que é porque não viveu Fabiano, não conheceu Felipe, nem Marcela, nem Altino, Rafael, e todo o meu mundo, não pode entender a profundidade dos compromissos...⁶⁵.

A morte de Márcio Leite de Toledo é um episódio polêmico de fato, no interior da organização. Há muitas posições divergentes quanto à tomada dessa atitude extrema e o único sobrevivente do comando que votou pela decisão é Carlos Eugênio Paz.

⁶³ Idem, ibidem, p. 204-205.

⁶⁴ Idem, ibidem, p. 203- 204.

⁶⁵ Idem, ibidem, p. 206.

Sua execução é apontada por alguns militantes como a gota d'água para a saída de militantes da organização, que já vinha ocorrendo com a formação da Tendência Leninista no Chile e o Molipo em Cuba. Para José Carlos Giannini, militante do Molipo, o assassinato precipitou essa dissidência. Na sua opinião, as sucessivas divisões que estavam ocorrendo no interior da ALN já eram o prenúncio da derrota iminente.

Para ele, a morte de Márcio Leite está relacionada a um despreparo político muito grande do comando que assumiu a organização após a morte de Joaquim Câmara Ferreira. Em sua avaliação, a ALN “deu uma solução criminosa para resolver divergências políticas”, a organização segundo ele, “com a decisão de matá-lo, quis deixar claro que não aceitaria questionamentos à sua linha de ação e qualquer crítica poderia ser entendida como traição⁶⁶”.

O argumento básico defendido pela a ALN para realizar o *justiçamento*, segundo Giannini, era de que Márcio estava vivendo um processo de desestruturação emocional/psicológica, fato esse que colocava em risco a organização, na medida em que o militante poderia realizar um acordo com a repressão para sobreviver. Para Giannini, que esteve com Márcio antes de sua morte, o militante estava num processo claro de revisão de táticas e estratégias da organização, opondo-se sem qualquer mistério, ao acentuado militarismo que a ALN vinha tomando. No entanto, como essas questões estavam sendo igualmente debatidas entre outros militantes no período, Márcio, segundo ele, não tinha ainda muito claro o que se iria colocar no lugar.

Na opinião de Giannini a morte de Márcio foi o pior momento da luta armada no Brasil, foi um período em que a ação política foi substituída pela ação marginal. Pessoalmente, a morte de Márcio o indignou e deprimiu muito e as justificadas fornecidas pela ALN para explicar o *justiçamento* do militante não foram aceitas pela totalidade das pessoas com as quais Giannini mantinha

⁶⁶ Entrevista concedida por José Carlos Giannini, São Paulo, 17/10/04, p. 4.

contato. O documento da ALN, em que se destacava a morte de Márcio por motivos de segurança, foi totalmente desqualificado no interior da dissidência.

Giannini, preso em janeiro de 1972, não sabe dizer também da repercussão que esse assassinato teve na prisão. Acredita que nas poucas vezes em que foi aberta essa questão, havia, pelo menos por parte dos presos ligados a ALN, uma tendência a se aceitar os argumentos da organização. O assunto no entanto, segundo ele, sempre foi um tabu.

Para o militante, Carlos Eugênio foi o maior responsável pela decisão de executar Márcio e o fato de, como afirma, até hoje o militante defender esse crime, o torna um personagem menor dentro do processo de luta armada da esquerda brasileira.

Para outros militantes no entanto, a morte de Márcio não representou um aspecto fundamental que teria como conseqüências a formação das dissidências. Em depoimento a Denise Rollemberg, o militante do Molipo, Arthur Scavone, afirma que o assassinato de Márcio não teve grande importância para essa cisão no interior da ALN. Segundo ele, Márcio no período em que esteve em Cuba para realizar o treinamento militar, já havia se aproximado do setor que posteriormente originaria o Molipo⁶⁷.

Outras versões sobre a morte do militante tem sido divulgadas mais recentemente como o livro do jornalista e ex-militante da ALN Antônio Pedroso Júnior, que tenta apurar a morte de Márcio através de um viés mais panfletário e pessoal.

Segundo o jornalista, a morte de Márcio Leite estaria relacionada a uma disputa de poder ocorrida no interior da organização. Pedroso sustenta que a organização aceitou o desaparecimento de Márcio após a morte de Toledo, sem

⁶⁷ ROLLEMBERG, D. O apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p. 47. Depoimento de Artur Machado Scavone concedido a Denise Rollemberg em 5 de julho de 2000, fita 1, Lado A, p. 3.

ouvir suas justificativas, não lhe dando a chance de discutir de forma política os problemas enfrentados pela ALN naquele momento⁶⁸.

Para ele a dispersão dos militantes nesse período era uma realidade concreta. Muitas pessoas que saíam do país não retornavam ao Brasil, e a ALN, dominada por uma “ala militarista”, não aceitava as propostas de Márcio quanto a um possível recuo da luta armada. A atitude de Márcio segundo esse autor, não estava aliada a qualquer espécie de covardia ou displicência, versão difundida por alguns de seus militantes em um momento posterior⁶⁹.

Pedroso é incisivo em afirmar que o assassinato de Márcio colocou a ALN do período em condições de igualdade com bandidos comuns, que Clemente exterminava impiedosamente seus concorrentes por divergências de idéias, e que os sobreviventes que continuavam na organização, a partir desse episódio, preferiram abandoná-la do que arriscarem sua própria pele, na tentativa de levantar possíveis pontos de discordâncias em relação ao comando nacional, tal é o pânico que a sentença de Márcio trouxe à organização⁷⁰.

Além disso, o jornalista destaca a versão “mentirosa” propagada por Clemente de que decisão de executar Márcio fora unânime no interior do comando da ALN. Embasado no depoimento de Linda Tayah, Pedroso afirma que José Milton Barbosa não concordou com o *justiçamento* do companheiro. No entanto, ainda que tenha sido voto vencido, Pedroso, não o exime da culpa por ter fornecido o seu ponto de encontro com Márcio ao comando da ALN que o executaria⁷¹.

Pelo que se depreende da narrativa de Carlos Eugênio no entanto, José Milton forneceu o ponto com Márcio Leite de fato, concordou com seu *justiçamento*, mas pediu para não participar diretamente da ação.

⁶⁸ PEDROSO, JÚNIOR, A. *Márcio, o Guerrilheiro: Vida e Morte de um Jovem Preparado para Vencer*. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2003, p. 96.

⁶⁹ Idem, ibidem, p. 99 e p. 107.

⁷⁰ Idem, ibidem, p. 70-71.

⁷¹ Idem, ibidem, p. 173.

Percebe-se que a morte de Márcio Leite é um episódio bastante controverso para a organização. Carlos Eugênio me confidenciou sua intenção de publicar mais detalhes sobre a morte de Márcio num próximo livro que pretende lançar, e não escondeu seu desafeto pela versão publicada por Pedroso. Aliás, ambos não escondem do público essa antipatia mútua.

Em entrevista que me concedeu, Carlos Eugênio afirmou ter participado de três *justiçamentos* relacionados à morte de Márcio e de mais dois agentes da repressão.

No caso do *justiçamento* de Márcio, afirma que o militante quebrou todas as regras no interior da organização e que prefere admitir esse fato dentro da ALN do que possivelmente conviver com problemas futuros como a infiltração do cabo Anselmo, que causou a morte de cerca de 200 militantes. Como Carlos Eugênio afirma,

(...) o Márcio era uma pessoa complicada...tudo isso eu sabia, mas gostava dele. Por exemplo, o Márcio era um cara que chegava em Cuba se pendurava no pau- de- arara para treinar tortura, eu acho que uma pessoa dessas já tem coisas aí que não estão explicadas. O Márcio tem um episódio inexplicável com aquele Baumgarten, que era do SNI, (...) que depois sumiram com ele, o cara foi morto misteriosamente, queima de arquivo. Há testemunhas vivas de que o Márcio conhecia o Baumgarten e teve um episódio dentro do movimento estudantil nos anos 67/68 por aí, em que ele foi visto com o Baumgarten que as pessoas levantaram um monte de suspeitas, eu não acho nem que ele fosse infiltrado, não acho. Inclusive, quando eu dei uma entrevista para o Jornal do Brasil em 87, foi com a seguinte coisa, eu disse o seguinte, ou ele vai passar para a história como um herói e aqueles companheiros que morreram como pessoas que, para mim eu estou pouco ligando que eu estou vivo e posso me defender, aqueles companheiros que tomaram aquela decisão como filhos da puta, que fizeram um assassinato político, ou ele vai passar para a história como um infiltrado e as duas questões eram erradas. Agora o que eu tenho que assumir sobre o caso do Márcio eu já assumi, assumi na primeira página do JB em 1987, no Fantástico em 1996, quando lancei o livro, em todos os jornais que me entrevistaram⁷².

⁷² Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 21/09/03, Transcrição da fita, lado A, p. 32-33.

Para Carlos Eugênio o *justiçamento* de Márcio foi uma decisão tomada para salvar a organização. Afirmo na entrevista que “Há um momento que tem uma importância tão grande, que a gente deveria ter uma eternidade para rever, decidir sobre os desenlaces, eu gostaria que o tempo tivesse congelado e a gente pudesse voltar no momento em que não precisasse mais fazer aquilo, entende? Mas foi necessário, (...) a organização antes de tudo, os companheiros que estavam ali antes de tudo, o meu dever era salvar vidas como dizia o Guevara, o primeiro dever do dirigente revolucionário é preservar suas forças, isso não tem jeito, a qualquer preço, inclusive ao preço de sua saúde física, mental (...) foi a decisão correta naquele momento em que se vivia”⁷³. Em 31 de julho de 1996 Carlos Eugênio entrevistado pela revista *Veja*⁷⁴, responde à pergunta do jornalista Expedito Filho:

Quatro pessoas participaram desse assassinato. Duas ficaram de vigilância e duas atiraram. O que você fez?

Carlos Eugênio: Eu atirei.

Expedito continua, “o que acontece quando você pensa nessa morte hoje?”

Carlos Eugênio: É difícil. Eu tinha até simpatia pelo Márcio. Mas não vou fingir arrependimento. Tenho certeza de que, se não tivéssemos feito isso, pelo menos quinze militantes acabariam morrendo e minha culpa seria maior. A lógica em que vivíamos, na época, era a lógica da violência, da guerra, e não existe guerra limpa. Nós vivíamos um situação que só podia levar a isso. Se você aceitar empregar métodos violentos, tem de aceitar a sujeira que vai produzir. É o que sempre aconteceu. Você começa atirando contra o inimigo, depois acerta o antigo companheiro e assim por diante.

⁷³ Idem, *ibidem*. P. 31-32.

⁷⁴ FILHO, E. Memória do Terror: Único comandante vivo da ALN lança livro e conta como assaltava bancos, roubava carros e matava durante a luta armada. In: *Veja*. Edição nº 1455, ano 29, nº 31, 31 de julho de 1996, p. 8.

Nos documentos da repressão existe a afirmação de que participaram do *justiçamento* de Márcio Leite, Carlos Eugênio Paz, José Milton Barbosa e Antônio Sérgio Mattos⁷⁵. Carlos Eugênio Paz em sua narrativa no entanto, demonstra também uma grande preocupação de que esse assassinato possa deslegitimar a pureza de suas intenções e de que a luta de seu grupo seja em conjunto, considerada uma aventura inconseqüente, por conta de possíveis atitudes erradas ou extremas tomadas por alguns de seus militantes⁷⁶.

“Clemente” afirma em entrevista que me concedeu que a organização deixava aos militantes margens de opção. O comandante da ALN relata o caso de um militante que, enviado ao Brasil para trazer a arma que seria destinada ao “Comandante Raul”, no momento em que chegou ao país, ao sentir uma situação totalmente adversa, pediu à organização para deixar o país. Segundo Carlos Eugênio, o militante não comia, não dormia, e vivia à base de calmantes. Carlos Eugênio consultou Toledo sobre a possibilidade de enviá-lo para o exterior ou então de mantê-lo no Brasil. Um acordo entre os três foi firmado e o militante permaneceu no país, retornando à sua vida legal, sem enfrentar maiores riscos⁷⁷.

Houve outros casos de pessoas que, segundo Carlos Eugênio, foram preservadas e enviadas para o exterior. Inclusive saíram legais e retornaram legais. Muitas delas, no entanto, como relata, apesar de apoiarem a luta armada, saíam do Brasil por conta própria, ou por fragilidade psicológica, por questões que envolviam seus familiares ou por já possuírem uma vida estruturada, com filhos, etc. Mas, houve também aquelas que saíram pela própria iniciativa da organização, no sentido de trabalharem a seu favor e de se protegerem da repressão. Carlos Eugênio relata o caso de um casal de militantes paulistas que, apesar de serem grandes articuladores políticos, não eram talhados para o confronto armado e que algum tempo após foram enviados por Toledo para os Estados Unidos. Ali eles permaneceram legais, e auxiliaram a ALN estabelecendo

⁷⁵ DEOPS-SP, RPI nº 01/72. II Ex. fls. 14. 50-Z941011.

⁷⁶ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, op. cit. p. 206.

⁷⁷ Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 21/09/03, Transcrição da fita, lado A, p.36.

contato inclusive com os Panteras Negras. Segundo Carlos Eugênio, esse contato foi muito útil, pois ao mesmo tempo em que supostamente salvavam a vida desse casal, eles colaboravam com a troca de informações. Carlos Eugênio afirma que eles enviavam documentos dos Panteras Negras e conseguiam também publicar informações sobre o Brasil e a luta que a ALN estava realizando. Para Carlos Eugênio o casal servia à luta e estava no seu papel correto⁷⁸.

No caso de Márcio no entanto, e quanto a sua possível divergência política em relação à ALN, Carlos Eugênio afirma:

Se eu estivesse querendo passar para uma outra organização eu nem por isso numa ação largava os meus companheiros na mão, é a resposta que eu tenho, uma coisa é divergência política. Por que vários puderam vir ao Brasil, voltar para o exterior (...) Então porque se agiria tão diferente num caso e no outro? Não existe. Agora uma pessoa que é um dirigente de uma organização e que começa a, quando os dirigentes maiores da organização caem, e a pessoa fica quarenta dias desaparecido, porque disse que gente tem que se acostumar, eu acho que a gente tem que tirar dessa guerra alguns ensinamentos, que é o seguinte, que o povo brasileiro tem muitas guerras e muitas lutas, mas são todas guerras tiradas da memória do nosso povo (...) eu acho que a gente tem que falar, aproveitar a experiência, então veja o seguinte, a guerra que é uma forma de luta mais organizada (...) quando a gente está num estágio como esse existe uma coisa que se chama defesa dos militantes de uma organização, defesa das suas forças. Então todos os exércitos do mundo praticaram isso, todos sem exceção e todas as organizações que chegaram ao poder praticaram isso, os cubanos, os vietnamitas, os soviéticos, os chineses, todos....porque que a ALN seria uma exceção e por que na ALN é que se condena? A resistência francesa com o nazismo, a resistência iugoslava, todos eles tiveram que fazer execuções sumárias, o caso do Márcio foi um desses, execução sumária decidida num momento de guerra por pessoas que formaram uma corte marcial, como em qualquer exército do mundo, (...) e ali nós éramos um exército clandestino que vivíamos numa situação de cerco e que se vivia numa situação que se precisava defender a organização. Se nós tivéssemos feito isso com o Severino, o Toledo não tinha sido morto⁷⁹(..)

Quanto ao comportamento de Márcio, existem depoimentos em que se afirma que Márcio Leite agia de maneira muito displicente durante as ações

⁷⁸ Idem, ibidem, Transcrição da fita, lado B, p. 38-40.

⁷⁹ Idem, ibidem, p. 40.

armadas. Segundo depoimento de Lídia Guerlenda, militante de São Paulo, “na ação em que participamos juntos, eu não gostei muito do Márcio porque ele deixou a metralhadora no banco do carro e ficou assoviando”. Segundo Guerlenda, havia rumores na época de que Márcio estava criando caso⁸⁰.

No que se refere ao seu *justiçamento*, Guerlenda afirma, “não sabíamos o que ia acontecer. Soubemos pelo comunicado que foi distribuído. Escolhambamos com o Zé Milton. Mas saímos da reunião mais ou menos convencidos de que não era divergência política. Acabamos aceitando, sem mais rebeldia. Eu e o Gelson fomos para essa reunião com muito medo do que poderia acontecer com a gente. Por que o Cabral, meu marido, eu, o Gelson, o grupo da Medicina, a gente tinha uma posição mais política, com divergências em relação a eles. Então divergência por divergência, achamos que poderíamos ser os próximos⁸¹”.

Mais do que a revolta em relação ao *justiçamento* do Márcio, Guerlenda afirma que havia medo de que aquilo se tornasse uma regra dentro da organização. Segundo ela, Carlos Eugênio era um militante bastante agressivo e decidia o que pensava de forma bastante incisiva e com muita certeza. “Ação, ação, ação. Ele tinha uma visão que a gente chamava de militarista, ele, o Paulo Celestino e o Iuri⁸²(...)”.

Linda Tayah, presa em dezembro de 1971, e esposa de José Milton Barbosa que esteve junto a Márcio antes de sua execução, afirma que, ao saber que ele havia sido morto pela organização, considerou essa atitude um absurdo e sentiu-se particularmente arrasada. Tayah revela que ela e José Milton viviam continuamente temerosos, e que não sabe afirmar hoje em dia com clareza se continuar naquela luta era sinal de firmeza ou falta de opção diante das

⁸⁰ MAKLOUF, L. *op. cit.*, p. 248-249. Depoimento de Lídia Guerlenda ao autor.

⁸¹ Idem, *ibidem*.

⁸² Idem, *ibidem*.

circunstâncias. “Naquele período o recuo podia significar a morte, até pela própria organização⁸³”.

O assassinato de Márcio não foi o único *justiçamento* realizado pela organização. Ocorreram outros casos semelhantes como por exemplo a morte de Francisco Jacques Moreira de Alvarenga, morto em 28 de junho de 1973 no Rio de Janeiro por um comando da ALN. A militante Maria Amparo Araújo foi a responsável por realizar o levantamento para sua execução. No livro de Maklouf existe a versão de que Jacques, professor do Colégio Veiga de Almeida, havia sido preso e entregue o ponto que teria com o militante Merival Araújo, seu aluno e amigo. Merival foi preso assim que chegou ao ponto, sendo morto pouco tempo após sob tortura. Seu cadáver foi encontrado abandonado em 14 de maio de 1973⁸⁴.

Foi então que a ALN decidiu justicá-lo. Em depoimento a Maklouf, Amparo Araújo afirma que percebia que a amizade que Merival tinha por Jacques não era recíproca e considera atualmente que o *justiçamento* foi totalmente desnecessário. Segundo a militante, “havia outras formas de neutralizar a ação de possíveis recuos ou traições, e o *justiçamento* do Jacques, por exemplo, não trouxe o Merival de volta”. Sustenta que no período não tinham ainda como vislumbrar essas saídas. Diz, “naquela época foi o caminho que encontramos para seguir, e naquele momento foi a nossa verdade. Hoje não existe a emoção daquele tempo. Naquela ocasião não tínhamos como avaliar as conseqüências do ato. Vivíamos uma situação em que cada passo era o limite entre a vida e a morte⁸⁵”. Existe mais um caso de *justiçamento* realizado no interior da ALN em que o ex-marinheiro Carlos Alberto Maciel Cardoso esteve envolvido. Depoimento de Pedro

⁸³ Idem, ibidem, p. 245-246.

⁸⁴ Cf. Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro sobre a morte de Merival. In: D'ARAÚJO, Maria Celina et alli. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 78-79 e MIRANDA, N. TIBÚRCIO, C. p.108-110. Na versão de Percival de Souza, Merival Araújo foi morto em represália militar ao *justiçamento* do delegado Otavinho, em que teria participado junto a Betty Chachamovitz, Tomás Meirelles, Flávio Augusto Neves Salles, José Carlos da Costa, James Allen Luz, Ramires Maranhão do Vale e Ranúsia Alves Rodrigues. Cf. SOUZA, P. *Autópsia do Medo*, op. cit. p. 170.

⁸⁵ MAKLOUF, L. op. cit. p. 405.

Viegas, militante banido no seqüestro do embaixador suíço⁸⁶, afirma que, como o cabo Anselmo, Carlos Alberto Maciel Cardoso fez acordo com a repressão. De acordo com Viegas⁸⁷, preso, os repressores levaram para Maciel sua cartilha e lhe ofereceram a chance de continuar vivendo, desde que aceitasse virar a casaca. Queriam de saída, como afirma, a cabeça de Hércio Pereira Fortes e Maciel disse estar de acordo. Felizmente Hércio acaba não podendo comparecer ao ponto e envia outra militante em seu lugar. “Maciel contou à moça o que havia se passado e pediu para ser retirado do país”. O caso no entanto, foi levado à direção da ALN e através de um julgamento Maciel foi considerado culpado por traição pois o ponto que havia passado à repressão era real e Hércio não caiu nele porque não pôde cobri-lo. Dias depois, Maciel foi executado por um comando armado da ALN designado para isso. No artigo publicado no *Estado de S. Paulo*, em 01/02/72 sob título “Terrorista preso no Rio é morto em São Paulo”, aponta-se Hércio Pereira Fortes como acusado pelo assassinato de Carlos Alberto Maciel Cardoso, por este último ter renegado a subversão⁸⁸.

Há outros exemplos no interior da ALN de desconfiança e rigidez das normas no interior do comando nacional. Em setembro de 1971, o militante José Milton Barbosa, na intenção de sair do país em direção a Cuba, é detido por policiais da fronteira, por conta de seus documentos falsos, no interior de um hotel. No entanto, conseguindo fugir, volta a São Paulo e tenta reaproximar-se da organização, que, desconfiada, o mantém confinado no interior de um “aparelho”, até que se certificasse de que ele não havia feito qualquer tipo de acordo com a repressão. A desconfiança, ainda que outros militantes da organização estivessem junto a José Milton no momento em que fora detido, no entanto, causou uma grande desilusão em José Milton de acordo com Tayah, pois o militante

⁸⁶ FERNANDES JÚNIOR, *op. cit.* p. 166-167.

⁸⁷ SOUZA, P. *Eu, cabo Anselmo*, *op. cit.* p. 234-235.

⁸⁸ Terrorista preso no Rio é morto em São Paulo. In. *Estado de S. Paulo*, 01/02/72, p. 4. No DEOPS o delegado Alcides Cintra Bueno encaminha a certidão de Óbito de Hércio Pereira Fortes, no dia 03 de julho de 1972 à solicitação da 3ª Auditoria da 1ª CJM, em que se afirma seu falecimento a 28 de janeiro de 1972, às 10 horas da manhã. BNM nº 22, vol 2, Certidão de Óbito de Hércio Pereira Fortes, datada de 03/07/72. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

acreditava que sua história de luta na organização não justificava tamanha desconfiança⁸⁹.

Outro episódio ocorrido no exílio está relacionado ao militante Reinaldo Guarany. Em seu livro *a Fuga*, Guarany afirma que em setembro de 1972 a organização enviou ao Chile um militante para estabelecer contatos com os militantes da ALN que permaneciam ali. A diretiva da organização era de que ele e Maria Auxiliadora Lara Barcelos, sua esposa, se transferissem para a Ásia. Guarany negou-se terminantemente e foi punido pela organização com a suspensão da militância por um ano⁹⁰.

Vê-se por isso que a ALN mantinha alguns padrões rígidos de disciplina e que se opor a suas normas nem sempre era algo tolerado. Há que se considerar também o contexto de medo em que se vivia que indubitavelmente levou a organização a manter uma desconfiança extrema de todos os seus militantes quase como uma norma de sobrevivência num período em que a repressão tornava-se ainda mais rigorosa, realizando chantagens de toda sorte e estimulando os militantes a delatarem seus companheiros.

5. Balanço 1971

Carlos Eugênio considera que, apesar dos grandes revezes que o ano de 1971 trouxe para grande parte das organizações de luta armada, o ano de 1971 foi um ano de muita atividade para a organização. Na sua opinião a organização tinha condições de praticar ações armadas na hora em que quisesse, que havia de fato, uma capacidade imensa de ação de seu grupo e que ao contrário do que estava ocorrendo ao seu redor com as outras organizações revolucionárias, que

⁸⁹ MAKLOUF, L. *op. cit.* p. 254. Depoimento de Linda Tayah ao autor.

⁹⁰ GUARANY, R. *op. cit.* p. 116.

enfrentavam muitas prisões e mortes, a ALN seguia resistente, sem nenhuma queda entre julho de 1970 até setembro de 1971, quando ocorre a morte de três militantes na rua João Moura. Carlos Eugênio destaca também que no ano de 1971 foi realizado o *justicamento* de Boilesen, e que a organização realizou uma série de ações inovadoras, como distribuir alimentos nas favelas e lançar a idéia das “Patrulhas Revolucionárias”, sinal de que havia ainda muito fôlego no interior do grupo. Diz ainda que a prática das ações não estavam servindo para acumular forças e que a organização saía para realizar ações sabendo que ocorreriam vitórias. Em suas palavras “foi o período mais seguro que eu vivi na minha vida foi o ano de 1970 e 1971 quando esse grupo, esse agrupamento ainda estava intacto porque a gente ia para a ação sabendo que ia acontecer vitória⁹¹”. Confessa que não sentia medo em entrar em ação junto a esses militantes e destaca a grande capacidade de intimidação que o grupo tinha junto aos agentes da repressão, que nos confrontos abandonavam seus postos.

A afirmação de Carlos Eugênio, no entanto, contraria de certa maneira a situação global que a ALN estava atravessando naquele momento. A ofensiva da repressão nesse período foi bastante grande e 1971 foi o ano em que a infiltração de agentes policiais ou de militantes a seu serviço, propagou-se nas fileiras das organizações exterminando-as por completo.

O ano de 1971 ficou ainda marcado pelo extermínio do MRT, por uma profunda crise no interior da VPR, particularmente no segundo semestre desse ano em que houve a perda de muitos de seus militantes, a infiltração do cabo Anselmo e a saída de grande parte de sua Coordenação Nacional do país.

1971 foi o ano também em que ocorreram grandes divergências no interior da ALN quanto aos rumos que estavam sendo tomados pelo Comando Nacional. Foi o período por isso, do surgimento das dissidências no Chile e em Cuba e da volta dos primeiros militantes integrados ao Molipo já em março de 1971 e que

⁹¹ Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 27/09/03, Transcrição da fita, lado A, p. 10.

seriam todos mortos em novembro daquele ano e nos primeiros meses de 1972. Há que se destacar que a ALN no ano de 1971 cometeu dois *justiçamentos*, o primeiro no mês de março com a morte de Márcio Leite de Toledo, e o segundo no mês de novembro com a execução de Carlos Alberto Maciel Cardoso, o que demonstra que havia difíceis condições de sobrevivência, muita insegurança e supostos traidores por toda a parte. Nesse sentido a organização, se não militarmente, psicologicamente estava desgastada.

A ALN nesse período perdeu grande parte de seu comando regional e dois militantes do comando nacional, com as mortes sucessivas de Aldo de Sá Brito, Luiz Araújo, José Milton Barbosa, Antônio Sérgio Mattos, Eduardo Antônio da Fonseca, Manuel José de Abreu, Paulo Tarso Celestino (preso e morto junto a Heleni Guariba) e Márcio Leite de Toledo. Linda Tayah é presa em dezembro de 1971 e Lúcia Guerlenda sai do país após um acidente com explosivos em que perde a mão. Pelo menos dois desses militantes são vítimas da delação do cabo Anselmo, Luiz Araújo e Paulo Tarso Celestino.

O recrutamento é cada vez mais difícil, Arnaldo Cardoso Rocha abandona o país (em 1972 retornará) e Luiz José da Cunha retorna de Cuba em janeiro de 1971.

CAPÍTULO VII

ESTERTORES da ALN

1. O círculo vai se fechando (1972)

No primeiro semestre de 1972 retornam ao Brasil os militantes Maria da Conceição Sarmiento Coelho da Paz, mãe de Carlos Eugênio e Arnaldo Cardoso Rocha. Arnaldo retorna em junho desse ano e integrar-se-á ao grupo de fogo após a morte nesse mês de três militantes do comando regional. Quatro militantes entretanto são mortos já no início do mês de janeiro Alex Xavier Pereira, Gelson Reicher, Gastone Lúcia Beltrão, Hércio Pereira Fortes, Isis Dias de Oliveira e duas militantes são presas, Eliane Potiguara Macedo Simões é detida em 18 de janeiro de 1972 e Darcy Toshiko Miyake no dia 22 de janeiro de 1972.

Hércio Pereira Fortes, integrante do comando nacional da ALN foi preso provavelmente no dia 26 de janeiro de 1972. Embora a versão difundida pela repressão tenha sido a de que havia morrido em confronto com a polícia quando fugia da Rodoviária de São Paulo, Hércio foi preso no Rio de Janeiro e levado para o DOI-CODI de São Paulo, onde veio a falecer sob tortura¹. A versão de que teria sido ferido na Rodoviária ao tentar escapar da perseguição de policiais é igualmente disseminada pelo *Estado de S. Paulo* no dia 01/02/72, através da qual não só se mantém a versão dos órgãos de segurança, como se afirma que Hércio fora seguido no Rio de Janeiro ao tentar manter contato com um militante na Barra da Tijuca, razão pela qual, se deslocara para São Paulo². O militante foi um importante quadro da organização, tendo se integrado a ela desde o ano de 1968, só a abandonando após sua morte, ocorrida em 28 de janeiro de 1972.

¹ Essa é a conclusão a que chegou a Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos. Cf. MIRANDA, N. TIBÚRCIO, C. *op. cit.* p. 70-72. A principal testemunha da morte de Hércio foi a militante Darcy Miyake, que morava no mesmo "aparelho" que Hércio e esteve com ele no mesmo local em que foi morto.

² Terrorista preso no Rio é morto em São Paulo. In. *O Estado de S. Paulo*, 01/02/72, p. 4.

A notícia da morte de Alex e Gelson é noticiada pelo *Estado de S. Paulo* no dia 22/01/72 sob o título “PM e terroristas mortos em tiroteio” no qual se descreve uma perseguição ao veículo em que se encontravam, tendo sido mortos através de um tiroteio após terem fuzilado o cabo Silas Bispo Feche³. No entanto, tudo leva a crer pela apuração da Comissão dos Mortos e Desaparecidos, que os dois ocupantes do veículo foram mortos após terem passado por centros clandestinos de tortura. A prisão de Eliane Potiguara, Alex Pereira e Gelson Reicher é atribuída ao militante Gilberto Thelmo Sidney Marques, que preso em 18 de janeiro de 1972, delatou os três companheiros. Há evidências, de acordo com uma pesquisa realizada na documentação do DEOPS, de que Gilberto trabalhava a serviço da repressão e que colaborou na organização do aparelho que possibilitou a prisão dos três militantes⁴.

Em abril desse ano, a repressão consegue atingir mais um quadro da organização. Antônio Carlos Nogueira Cabral, militante paulista, que havia sido transferido para o Rio de Janeiro após a morte de Toledo, para auxiliar a organização carioca, é preso no dia 11 de abril e morto no dia 18 do mesmo mês. As condições de sua morte ainda não foram totalmente esclarecidas⁵.

Em uma das ocasiões em que a Coordenação Regional está reunida são mortos mais três militantes da ALN em 14 de junho de 1972. Ao saírem de uma reunião na Mooca, Iuri Xavier Pereira, Marcos Nonato da Fonseca, Ana Maria Nacinovic e Antônio Carlos Bicalho Lana são surpreendidos com a chegada da polícia. Há um tiroteio e todos são feridos. A versão oficial da época relacionada à morte dos três militantes permaneceu por bastante tempo sustentando que haviam sido mortos imediatamente no tiroteio à saída do restaurante. No entanto, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos desmontou essa versão, afirmando que após feridos, os militantes não vieram a falecer no local, sendo bastante provável, pelos indícios apontados, que os militantes também foram

³ PM e Terroristas mortos em tiroteio. In. *Estado de S. Paulo*, 22/01/72, p.3.

⁴ MIRANDA, N. TIBÚRCIO, C. *op. cit.* p. 68-70.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 78-79.

torturados⁶. No entanto o militante Antônio Carlos Bicalho Lana consegue escapar e chega ferido ao aparelho⁷.

Nesse período há no aparelho de Carlos Eugênio um militante que também se encontra debilitado. Na tentativa de roubar um carro em uma ação não autorizada pela organização, em que o proprietário do veículo era um capitão do Exército, Zeca Yutaka foi ferido na coluna, o que lhe causou paralisia parcial nas duas pernas, ferindo também seu companheiro de ação, que com uma bala alojada na garganta, entregou-se à polícia. Segundo Carlos Eugênio o resultado disso foi desastroso. Monir Tahan Saab figura entre alguns dos militantes que apareceram na cena nacional como arrependidos, renegando posteriormente a luta armada⁸.

No interior da casa, somente Moema Santiago e Antônio Carlos Bicalho Lana conhecem Yutaka, pois ele permanece em seu dormitório, saindo de olhos vendados apenas quando não há ninguém que possa vê-lo. Zeca posteriormente transferir-se-á para Cuba e participará em 1973 do processo de discussões do núcleo da organização que está na ilha naquele momento⁹. Quanto a Monir Saab, há a afirmação de que preso, denunciou à Oban o *justiçamento* de três militantes da ALN: Márcio Leite de Toledo, Luís Amaro de Carvalho e Carlos Alberto Maciel Cardoso¹⁰.

Após as quedas dos combatentes, os militantes em pânico tentam reconstituir os erros. Bicalho afirma que o dono do restaurante pode ter visto a coroa de seu revólver. Diz que ficaram mais tempo do que o previsto no estabelecimento pois havia muitas questões a serem tratadas. Desconfiam do dono da cantina, que reconhecendo os militantes pelos cartazes espalhados pela cidade, possa tê-los denunciado à polícia, provocando a emboscada. O militante

⁶ Idem, ibidem, p. 79-83.

⁷ Através de Genésio Homem de Oliveira a organização acionará um médico para tratá-lo.

⁸ Idem, ibidem, p. 239-240.

⁹ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*, op. cit. p. 26.

¹⁰ SOUZA, P. *Eu, cabo Anselmo*, op. cit. p. 252. Depoimento de Pedro Viegas ao autor.

Francisco Emanuel Penteado é designado para investigar se houve delação do proprietário e, na mesma tarde do assassinato as suposições se confirmam. No início de 1973, o proprietário da Cantina Varela, Manoel Henrique de Oliveira, será justificado por um comando revolucionário da organização, em sinal de represália¹¹.

Há algumas divergências quanto à delação do proprietário da Cantina. Segundo o depoimento do comandante do DOI-CODI, Carlos Alberto Brilhante Ustra, a repressão localizou o aparelho em que Bicalho Lana e Iuri moravam através de um infiltrado na organização e desde então passou a segui-los, motivo pelo qual foram mortos à saída da cantina, ao contrário da afirmação de que poderiam ter sido entregues aos policiais pelo telefonema do proprietário da casa¹². No entanto, apesar de relatar sua versão dos fatos, Ustra não tem idoneidade para julgá-los. Foi durante seu período de comando na Oban em que ocorreu o maior número de mortes e de casos de torturas relatados.

Outra versão é sustentada por Percival de Souza em relação ao assassinato dos três militantes e à responsabilidade de Manoel Henrique de Oliveira em suas mortes. Para o autor, a execução desses militantes esteve relacionada a uma perseguição empreendida por um comando armado da ALN contra o delegado Sérgio Paranhos Fleury. Como afirma, “a rigor, nunca se obteve uma confirmação disso. Mera suspeita. Improcedente: todos estavam diferentes das fotografias nos cartazes. A verdade era outra: o grupo tático da ALN morreria porque teve a ousadia de atacar Fleury¹³”.

No entanto, a versão de Percival¹⁴, além de superestimar a figura do delegado, é imprecisa quanto à data da perseguição a Fleury, mencionando ter ocorrido em julho de 1970, tendo participado dela os militantes Iuri Xavier Pereira e Gastone Lúcia Beltrão. No entanto, Gastone, de acordo com os processos do

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 36.

¹² USTRA, C. A. B. *op. cit.* P.170-173.

¹³ SOUZA, P. *Autópsia do Medo*, *op. cit.* p. 249.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 246-247.

DOPS–Guanabara e depoimento de Luiz Pereira da Silva¹⁵, seu esposo, havia saído do Brasil em agosto de 1969 e retornado ao país somente em 1972, ano de sua morte¹⁶. Houve de fato como relata Guerlenda em depoimento, uma perseguição ao delegado Fleury realizada em setembro de 1971 pelos militantes Alex Xavier Pereira, Antônio Carlos Bicalho Lana, Gelson Reicher e Lúcia Guerlenda¹⁷, bem como uma outra empreendida por Carlos Eugênio e Paulo Tarso Celestino no mesmo ano próxima ao bairro de Santo Amaro¹⁸. Provavelmente, Percival deve ter se confundido em relação à perseguição que levou Gastone à morte, essa sim realizada em companhia de Iuri Xavier Pereira e Bicalho Lana.

Documento do DEOPS-SP revela que após um assalto à firma D. F. Vasconcelos na Avenida Indianópolis realizado no dia 12 de junho de 1972 por Ana Maria, Iuri Xavier, Marcos Nonato, e Bicalho Lana que compunham o “Comando Gastone Lúcia Beltrão” a área da grande São Paulo passou a ser vasculhada na manhã do mesmo dia, localizando-se quatro ou cinco terroristas que haviam participado do assalto. Segundo o documento, a partir desse momento, os agentes do DOI-CODI do II Ex. passaram a vigiar e a controlar seus passos, aguardando o momento propício de se aproximarem. Às 14:00 h foi dada voz de prisão quando os militantes aproximavam-se do carro roubado, um Volkswagen placa B6-8874. Declara-se que os militantes de imediato reagiram à bala, travando-se um intenso tiroteio e que Antônio Carlos Bicalho Lana, motorista do veículo, após reagir atirando com uma metralhadora INA, fugiu ferido, escapando depois de seqüestrar um táxi. “Os demais terroristas foram gravemente feridos, sem ter sido possível prestar-lhes socorro. Os corpos dos três foram conduzidos para o DOI/CODI II Ex onde foram identificados (...)”. O documento revela também que o aparelho de Iuri na rua Urandi, travessa da R. Relíquia foi invadido pelos policiais às 20:00h do mesmo dia. Afirma-se também no documento

¹⁵ BNM nº 669. Depoimento de Luiz Pereira da Silva, prestado ao DOPS da Guanabara no dia 6/07/72. (Arquivo Edgard Leuerth, Unicamp).

¹⁶ MAKLOUF, L. *op. cit.* p. 300. Cf. Também MIRANDA, N. TIBÚRCIO, *op. cit.* p. 72.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 227.

¹⁸ PAZ, Carlos Eugênio. *Nas Trilhas da ALN. op. cit.* p. 89-90.

que Iuri participou do *justiçamento* de Márcio Leite de Toledo¹⁹. Como Carlos Eugênio afirma, a casa ficou em prantos e ele não pode se deixar levar pelas emoções. A notícia da morte dos militantes foi confirmada por um informativo da rádio Eldorado²⁰.

A morte desses três militantes teve como consequência uma grande redução no número de ações armadas praticadas pela organização e marcou profundamente Carlos Eugênio. Apesar de toda a dor, Carlos Eugênio ainda foi cobrir referências, buscar militantes em pontos, avisar aos outros combatentes o que havia ocorrido. Manteve-se alerta o tempo todo, preocupado com uma possível invasão do aparelho pela polícia²¹.

2. Balanço 1972

Segundo a narrativa de Carlos Eugênio os carros da Rota são cada vez mais ostensivos nas ruas, atormentando os guerrilheiros. Ottoni em sua narrativa declara que um olhar atento da polícia permitia por vezes descobrir um militante andando na rua ainda no ano de 1970. Mas tal prática, como afirma, não vinha a se constituir num problema para a organização, pois as prisões no início segundo ele, costumavam ser realizadas através dos resultados obtidos pela tortura²².

De acordo com Ottoni, tudo mudou algum tempo depois e os policiais passaram a parar todos os carros na cidade, revistando seu interior e conferindo as identidades de seus ocupantes. As operações denominadas na época como “Pára-Pedro”, surpreenderam muitas vezes Carlos Eugênio pelas ruas de São Paulo. O militante conseguiu escapar ileso de todas elas.

¹⁹ DEOPS-SP RPI nº 01/72- 50-Z941011.

²⁰ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*, op. cit. p.34.

²¹ Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 21 de setembro de 2003, Transcrição da fita, lado A, p. 35.

²² FERNANDES JÚNIOR, op. cit. p. 73.

No ano de 1972, sair à rua já se tornara uma aventura. E cada vez mais segundo afirma Carlos Eugênio, multiplicavam-se “as ‘caras de cerco’ e as atitudes trelouçadas dos militantes”²³. A repressão não dá colher de chá e torna ainda mais difícil a possibilidade dos militantes alugarem seus aparelhos, alertando proprietários e donos de imobiliárias e criando imobiliárias fictícias, para servirem de chamariz aos mais desavisados. A imprensa noticia diariamente a fisionomia dos “terroristas”. Segundo Carlos Eugênio, o cerco é quase total²⁴.

Os militantes mantêm-se enclausurados dentro dos aparelhos. Em companhia de Moema Santiago e Antônio Carlos Bicalho Lana, Carlos Eugênio e Betty Chachamovitz isolam-se cada vez mais. Como afirma Carlos Eugênio, “não podemos freqüentar a cozinha, há uma janela que nos daria informações perigosas, mas o banheiro é liberado, claro que com o basculante fechado”²⁵.

Apesar do medo, a organização continua a realizar suas reuniões no interior dos carros em movimento ou a cobrir pontos nas ruas da cidade.

O fato é que, apesar de seus esforços, a ALN encontra-se cada vez mais em dificuldade. O ano de 1972 é o ano em que seu comando é praticamente exterminado, com a morte de militantes como Iuri Xavier Pereira, Ana Maria Nacinovic, Alex Xavier Pereira e Hércio Pereira Fortes, que ocupavam seus principais cargos de chefia. Restam do Comando Nacional nesse momento, somente Carlos Eugênio Paz, Luís José da Cunha e Arnaldo Cardoso Rocha. No entanto, não demorará muito para que os remanescentes da organização sejam mortos. O comando Regional da ALN nesse período conta ainda com Antônio Carlos Bicalho Lana, Francisco Seiko Okama e Francisco Emanuel Penteado, mas numa situação bastante precária. Flávio Neves Leão Salles se transfere para o Rio de Janeiro no final desse ano.

²³ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*, op. cit., p. 17.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 26.

²⁵ Idem, *ibidem*.

Não há mais recrutamento, e a perda de Iuri, Ana e Marcos Nonato, causam um grande choque para a organização e uma profunda tristeza em particular para Carlos Eugênio. Marcos Nonato da Fonseca, o mais novo do grupo e que fora recrutado por Carlos Eugênio, morre um mês antes de completar seu aniversário²⁶ e Carlos Eugênio se vê sozinho, sem Iuri, seu velho companheiro de luta e sem Ana Maria, grande paixão de sua vida.

Apesar de toda a dor, Carlos Eugênio após a morte dos três militantes, ainda foi cobrir referências, buscar militantes, avisar aos outros combatentes o que havia ocorrido. Manteve-se alerta o tempo todo, preocupado com uma possível invasão do aparelho pela polícia. Como afirma:

Eu passei a noite inteira acordado, eu nem consegui dormir, tive insônia, passei vários dias com insônia, eu disse o seguinte, alguém tem que não chorar aqui para estar digamos assim, com os sentidos alerta, alguém tem que estar pronto para organizar as coisas, no dia seguinte, sete horas da manhã estava eu cumprindo ponto para explicar, olha, morreu o companheiro, mas “não importa onde a morte nos surpreenda que ela seja bem-vinda desde que as mãos se levantem para empunhar nossas armas sob o canto fúnebre dos hinos e o crepitar das metralhadoras, Ernesto Che Guevara, a gente tinha que continuar (...) Agora realmente foi um dia terrível e não foi um dia só não, um mês, dois meses assim seguidos, muito pesados, porque ao mesmo tempo eu tinha uma tristeza enorme, porque o Marquinhos, eu botei o Marquinhos naquela maluquice, eu assumo isso, está lá em *Viagem à Luta Armada* (...) Parece até que nessa época a gente não era mais jovem, a gente era jovem para comandar, mas a gente estava meio velho nessa época, velho de guerra, velho de sofrimento, de estrada, poeira e choro” (...) Onipotência? Claro, você está na guerra tem que ter onipotência, não tem jeito, você tem que ter, (...) você tem que demonstrar certeza, então eu saía de ponto em ponto dizendo para pessoas, eu saí de casa, fui trocar a placa do carro, peguei umas placas desqueimadas, fui trocar as placas (...) no Brooklin, essa casa nossa era lá no autódromo Santo Amaro, pertinho do autódromo. Eu não sei se eu usei essa expressão de engolir as minhas lágrimas, eu tive que engolir as lágrimas. Eu não posso porque se eu começar a chorar a morte desses três eu vou desabar e (...) eu vou ter que me entregar completamente. Peguei a Gina, a Betty, peguei o crioulo, o Luiz José da Cunha, fui encontrar com mais duas pessoas que o Mateus, o Bruno que o Antônio Carlos Bicalho Lana ia encontrar (...) daí a luta continua, “como é belo morrer por um ideal puro numa praia estrangeira”, não? O

²⁶ BNM nº 669, Atestado de Óbito de Marcos Nonato da Fonseca, datado de 22 de julho de 1972. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

humanismo de esquerda é isso, é você colocar o interesse da maioria dos seres humanos acima dos seus interesses²⁷.

No segundo semestre de 1972 a ALN tenta apenas sobreviver, já se encontra numa situação total de cerco e aguarda momentos mais favoráveis. Carlos Eugênio encontra-se com Genésio Homem de Oliveira que providencia sua saída do Brasil. Há muito tempo Carlos Eugênio é o alvo preferencial da repressão e há uma extrema preocupação em relação à sua segurança. Ele se tornou uma esperança de todos e “Rabot” tenta preservá-lo afastando-o do país. No entanto, sua saída não representa um abandono da luta, pois há planos de voltar ao Brasil após uma temporada em Cuba onde realizará um curso do Estado Maior²⁸.

3. Chile e Cuba

Carlos Eugênio antes de chegar à Cuba passa pelo Chile, permanecendo cerca de dois meses no país (de janeiro a março), período em que fornece aos militantes dali um treinamento armado na Cordilheira dos Andes. Relata que havia alguns brasileiros no país que após retornarem de Cuba aguardavam voltar ao Brasil e uma de suas tarefas principais naquele momento relacionava-se em garantir o retorno seguro de um grupo de cerca de 5 a 6 pessoas²⁹.

Diz também que a ALN possuía armas no país e que havia orientação no interior do grupo de brasileiros de resistir junto aos chilenos em caso de golpe militar. Houve companheiros, segundo ele, que resistiram durante mais de 24 horas no país. Quanto aos contatos que eram realizados pela ALN, Carlos Eugênio afirma que havia contatos com o MIR, com o PS, algum com o Partido Comunista chileno, embora acrescente que as relações que foram estabelecidas

²⁷ Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 21/09/03, Transcrição da fita, lado A, p. 35-40.

²⁸ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN. op. cit.* p.17-18.

²⁹ Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 21/09/03, Transcrição da fita, lado B, p.16.

eram bastante informais. Afirma que entrou no Chile clandestino e que não houve contato entre ele a colônia de brasileiros que lá residiam. Assim que chegou foi para uma casa comprada pela ALN e que pouca gente conhecia.

Cumprida suas tarefas, empreendido o retorno dos militantes ao Brasil, Carlos Eugênio parte para Cuba, chegando em 5 de março de 1973 na ilha. Como afirma, no momento do desembarque

Lágrimas lavam o peito, há anos não chorava. Dezena de corpos desceram goela abaixo, a seco, sem pranto nem anestesia. Seis anos de luta clandestina, assaltos a bancos e casernas, atentados a bomba, enfrentamentos e justiçamentos. Rompi cercos entre balas que explodiam pára-brisas, furavam carrocerias, raspavam em meu corpo, feriam e matavam companheiros... Sou um homem de sorte: nos piores momentos a rota de fuga era sempre visível, para alcançá-la bastavam decisão e audácia, o que tenho de sobra³⁰.

Ao chegar a Cuba é recebido por dois integrantes do Ministério do Interior, Orloff e Fernando, elementos da G2, e Mateus, um membro do partido, encarregado de sua segurança no país. Carlos Eugênio vai morar em um casarão em Santa Maria del Mar, confiscado pela revolução.

Em Cuba encontra-se com “Nádia”, codinome de Lídia Guerlenda, membro da Equipe de Fogo de São Paulo, que após a explosão de uma granada em que perdeu a mão é obrigada a sair do país³¹. Carlos Eugênio nota, no entanto, que Lídia fora isolada da organização e percebe o grau de influência e penetração da política cubana no interior da organização brasileira. Segundo o militante, os cubanos agiam como agentes secretos e trabalhavam a serviço do Estado³². Para Carlos Eugênio inicia-se um longo processo de discussão acerca dos rumos que a

³⁰ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*, op. cit. p. 13.

³¹ Idem, ibidem, p. 23. Lídia Guerlenda foi recrutada em São Paulo por Reinaldo Morano Filho, passando a fazer parte do grupo de Guiomar Lopes, Gelson Reicher e Nogueira Cabral. Após a explosão acidental de uma bomba no dia 6 de dezembro de 1971, é levada à fronteira da Argentina por Arnaldo Cardoso Rocha para sair do país, permanece ainda um mês no Chile antes de chegar a Cuba em 17 de abril de 1972. Cf. MAKLOUF, L. op. cit. p. 269.

³² Idem, ibidem, p. 25.

ALN vinha tomando e a organização parece-lhe à distância, mais um grão de areia lutando contra um oceano³³.

Em entrevista, Carlos Eugênio acredita que estão em Cuba nesse período cerca de 15 pessoas, integradas a essa discussão, embora destaque que havia muita gente em Cuba, que já estava em processo de exílio, não atuava mais na organização. Entre alguns desses militantes que fazem parte do coletivo estão Lídia Guerlenda, Argonauta Pacheco, Takao Amano e Clara Scharf³⁴.

No momento em que Clemente conhece Argonauta Pacheco e Takao Amano, e partir do momento em que vai abrindo-se às ponderações dos companheiros e avaliando seus argumentos, vai pouco a pouco compreendendo a impossibilidade de continuar a luta armada no Brasil. Pacheco estava em Cuba após ser banido no seqüestro do embaixador americano e Takao Amano chegara à ilha após o seqüestro do embaixador suíço e era um dos primeiro quadros do GTA da ALN em seus primórdios³⁵.

Para Carlos Eugênio, num primeiro momento as palavras dos companheiros soam-lhe estranho. Como afirma, na ALN aprendera a guerrear mas perdera o hábito da discussão³⁶. Os militantes afirmam-lhe que “fazer luta armada não é apenas dar tiros, é conquistar adeptos, organizar a resistência à ditadura e acumular forças³⁷”. Mas, Carlos Eugênio ainda não vislumbrava a derrota, acreditava que sua saída do Brasil era provisória, não passaria dos seis meses necessários apenas para realizar o treinamento cubano, voltando logo após ao país.

Carlos Eugênio nega-se a olhar a evidência, acreditando que a situação ainda é favorável, que há uma retomada do movimento estudantil, que os operários e camponeses, descontentes com o Milagre Econômico brasileiro, terão

³³ Idem, *ibidem*, p. 41.

³⁴ Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 21/09/03, p. 18.

³⁵ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*, *op. cit.* p. 80.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 80-81.

³⁷ Idem, *ibidem*.

condições de enfrentamento, que haverá condições de lançar uma Coluna Guerrilheira, e que a propaganda armada é importante para informar a população dos passos da revolução. Segundo o comandante militar da ALN, há uma lista de pessoas a serem executadas entre torturadores, delatores e empresários que colaboram com o regime, é possível realizar um retorno paulatino de militantes que estão no exterior, e as notícias que chegam do Brasil, como o *justiçamento* do delegado Otavinho no Rio de Janeiro (25 de fevereiro de 1973) e o assassinato do proprietário da Cantina Varela em São Paulo (21 de fevereiro de 1973) dão-lhe a confiança de que ainda existe fôlego na organização e possibilidade de reverter o quadro. Como afirma, “vamos continuar, devemos isso a nosso povo, devemos isso aos nossos mortos..³⁸”.

Para Takao Amano, na versão do livro de Carlos Eugênio, a luta que estavam travando estava restrita ao combate com a repressão simplesmente, a organização não acumulava forças, o recrutamento era irrisório e estavam completamente isolados. Segundo ele, não havia a possibilidade de atrair quadros para a organização sem um movimento político consolidado³⁹.

As críticas dos companheiros e a notícia da morte de quatro militantes iam pouco a pouco minando as convicções de Carlos Eugênio. Em 15 de março são assassinados os militantes Ronaldo Cardoso Rocha, Francisco Emanuel Penteado e Francisco Seiko Okama, mortos num tiroteio na cidade de São Paulo, vítimas de uma última infiltração ocorrida no interior da ALN no Brasil. João Henrique Ferreira de Carvalho, “Jota”, foi também responsável pelo extermínio dos últimos remanescentes da ALN que permaneceram no Brasil. Através de sua delação, levou à morte dos militantes Luis José da Cunha, Antônio Carlos Bicalho Lana, Sônia Maria Moraes Angel Jones, Ana Rosa Kucinski, Wilson Silva, Ronaldo Mouth Queiroz, Alexandre Vanucchi Leme e Issami Okano, todos mortos no

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 83 e p. 101.

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 115.

primeiro semestre de 1973, à exceção de Sônia, assassinada no mês de novembro⁴⁰.

Em breve Carlos Eugênio fica sabendo da morte de Luiz José da Cunha, comandante da ALN e militante fiel à organização desde os tempos de Marighella. Luiz José da Cunha é morto em 13 de julho de 1973, preso no interior de um bar em Santo Amaro e assassinado na tortura. Em suas palavras: “Perdemos nosso melhor quadro político e um grande homem, o céu de Havana chora chuva espessa durante dois dias inteiros. A tristeza abate todos, mas as discussões continuam. Há tanto aprendi a engolir e sequei os olhos, mas não descobri um jeito de não sofrer...⁴¹”.

A essa época Moema Santiago chega a Havana ratificando a grave situação em que a organização se encontra, há muitas dificuldades com as mortes dos militantes e mesmo as ações menores transformaram-se em problemas, não há sequer munição suficiente para atuarem nas ruas de São Paulo e do Rio⁴².

O grupo decide então convocar o maior número possível de militantes em Cuba para realizar uma reunião. Carlos Eugênio pede autorização aos cubanos, que consentindo apontam uma sede em rancho Boyeros como local para reunir o grupo⁴³.

Em setembro, com o golpe de Pinochet no Chile, o movimento revolucionário é duramente atingido, há fugas em massa dos revolucionários no Chile e muitos brasileiros procuram abrigo através das embaixadas. Moema Santiago passando pela rota chilena é surpreendida com o golpe, tendo que entrar na embaixada Argentina.

⁴⁰ MIRANDA, N. TIBÚRCIO, C. *op. cit.* p. 95-108, p.11-113, p.116-120,p. 121 e p.123.

⁴¹ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN, op. cit.* p. 117.

⁴² Idem, *ibidem*, p. 116-117.

⁴³ Idem, *ibidem* p.113-173.

As informações sobre os militantes nesse ínterim tornam-se mais difíceis, não se encontram mais pontos para possível retorno e muitos militantes da organização já foram presos ou mortos⁴⁴.

Zeca Yutaka, militante da Frente de Massas é integrado às discussões. Poderá colaborar, como afirma Carlos Eugênio, pois sempre foi avesso ao setor militar da organização e seus argumentos podem ser de grande valia. Reúne-se ao grupo a militante Maria Conceição de Oliveira, que enriquecerá a discussão com sua experiência no movimento operário. Como diz Carlos Eugênio, “Em Havana somos poucos, mas representamos vários pedaços da colcha de retalhos que é a ALN, Organização sem opção oficial por uma ideologia, abriga gente de todas as classes e credos⁴⁵”.

O coletivo formado em Cuba decide realizar um balanço da prática armada, comunicar à Coordenação Nacional do Brasil o fim da luta no intuito de evitar o extermínio físico.

Um documento é elaborado pelos militantes e uma de suas principais características como afirma Carlos Eugênio em entrevista, era a crítica em relação ao desvio que havia sido cometido pela organização. O principal erro segundo o militante estaria em não ter havido a oportunidade de implantação da guerrilha rural no país, e ter concentrado todos os esforços nas cidades. De acordo com Carlos Eugênio, a guerrilha urbana era uma preparação para o lançamento da guerrilha rural e seria a partir disso que os militantes desenvolveriam uma luta estratégica. Não havia de acordo com o que Marighella defendia, condições dos grupos armados acumularem forças nas cidades, consideradas o cerco estratégico do inimigo e o local em que o capitalismo está implantado. Em suas palavras,

⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 113.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 114 e p. 174.

Então o que acontece, a ALN se desviou daquela primeira concepção de que a luta nas cidades era tática, a luta no campo era estratégica e o que aconteceu, transformou a luta nas cidades, na prática, mesmo que a gente não dissesse, mas na prática quando a gente passa a desprender todo esforço humano na cidade, e que acabava ficando na própria cidade e nunca indo pro lançamento da guerrilha rural, nós transformamos nossa tática em estratégia, isso é um erro que é imperdoável. Então pra mim o grande erro da Ação Libertadora Nacional foi esse e o documento “Balanço Crítico e Auto-Crítico da Ação Libertadora Nacional” que é esse que a gente assinou junto, assinamos mesmo inclusive concretamente mesmo, está lá Clemente, está lá Lauriberto que era o Takao (...) o pessoal lá assinando concretamente o documento, aí eu saí de Cuba com esse documento, fui pra Europa e saí procurando os companheiros, mas aí já reinava um clima de derrota completa, o pessoal não queria mais ir a Cuba para fazer congresso, nada disso e a minha tarefa era correr a Europa, ver essas pessoas e voltar ao Brasil e tirar assim os dois ou três últimos quadros clandestinos que a gente ainda tinha e que não podiam sobreviver mais na clandestinidade. Quando eu estou saindo de Cuba, já morreram os últimos, os penúltimos, os penúltimos, morreram o Antônio Carlos Bicalho Lana, o “Mateus”, “Bruno” (...). Isso aí já em dezembro de 73 morre o Antônio Carlos quer dizer, restavam dois companheiros que eram muito importantes de serem retirados do Brasil, e aí em 74 um deles sai que era o Flávio Augusto Neves Leão Salles, o “Ali”, o “Rogério” e desaparece o Tomás Meirelles que era outro dirigente muito procurado nosso aí não tinha mais sentido, enquanto isso eu tentando desesperadamente voltar ao Brasil para tentar salvar esses últimos dois tirados de lá, comunicações super difíceis, não tinha mais ondas de volta, não tinha ponto com ninguém porque a última comunicação minha com o Brasil tinha sido rompida porque tinha um companheiro que estava voltando ao Brasil que tinha saído do Brasil, tinha ido ao Chile, tinha ido a Cuba encontrar comigo, voltou ao Chile quando chegou no Chile teve o golpe⁴⁶.

Havia a necessidade de reunir os militantes da organização para se formalizar seu fim e para que todos os militantes pudessem assinar o documento e reunir-se em Cuba para discutirem. Carlos Eugênio em depoimento a Rollemberg afirma que sua saída de Cuba tinha a intenção de percorrer vários países da Europa à procura dos militantes da ALN que residiam ali, para que tivessem acesso à decisão que estava sendo tomada. No entanto, como revela, Carlos Eugênio, sua ida à Europa não teve qualquer ressonância em meio aos militantes. Afirma que os combatentes já vinham de derrotas sucessivas, muitos deles já

⁴⁶ Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 21/09/03, Transcrição da fita, lado A, p. 22.

havia sido presos, torturados, e esperavam reconstruir suas vidas e se recobrar das dores e dos traumas⁴⁷.

Os últimos a conseguirem sair do país, segundo ele, foram Flávio Augusto Neves Salles, Betty Chachamovitz que foram para Portugal e Iara Xavier Pereira que grávida de três meses sai do país via Uruguai, passando pelo Chile e chegando em Cuba em agosto de 1973⁴⁸.

Sônia Moraes Angel Jones é morta em novembro de 1973 e nos primeiros meses do ano de 1974, Wilson Silva e Rosa Kucinski são mortos. Maria da Conceição Sarmiento Coelho da Paz, mãe de Carlos Eugênio é detida em 24 de junho.

4. Cuba e Molipo

Ao chegar em Cuba Carlos Eugênio depara-se com o isolamento a que Lídia Guerlenda está submetida e o militante se dá conta mais uma vez que Cuba interfere consideravelmente no interior da ALN, estabelecendo regras às quais a ALN não é comunicada.

Carlos Eugênio num primeiro momento tenta protestar contra o isolamento da militante e contra a interferência e a permissão dada pelos cubanos ao retorno de 28 militantes brasileiros que em desacordo com os rumos que a ALN vinha tomando, decidem fundar o Molipo (Movimento de Libertação Popular) e retornar ao Brasil sem o consentimento da organização. O militante critica ainda a confiança que os cubanos depositaram no cabo Anselmo, preferindo não acreditar nos informes que a ALN do Brasil transmitiu a Cuba, informações que estavam relacionadas em particular à sua prisão pelos agentes da repressão e quanto aos

⁴⁷Idem, *ibidem*. Cf. também. Entrevista de Carlos Eugênio a Denise Rollemberg, São Paulo, 31/07/00, fita 4, lado A (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

⁴⁸Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 21/09/03, Transcrição da fita, lado A, p. 22. Cf. também. MAKLOUF, L. *op. cit.* p. 296-298 e p. 317-319.

confrontos armados que os militantes da ALN haviam tido com o Cabo e com o delegado Fleury pelas ruas de São Paulo. Cuba nesse sentido fora condescendente com a VPR e co-responsável pela morte de muitos militantes que em contato com cabo Anselmo no ano de 1971, durante a cobertura de pontos no Brasil ou no retorno do treinamento cubano, dera aval ao infiltrado⁴⁹.

Ainda que o apoio cubano fosse de extrema importância para a ALN, havia acordos estabelecidos desde o período em que Marighella comandava a organização e que Cuba não havia respeitado. Segundo Carlos Eugênio, Marighella sempre insistiu muito na autonomia da organização, e que o processo revolucionário brasileiro seria seguido de acordo com as prerrogativas brasileiras, reforçando a autonomia da organização e não aceitando as ingerências do partido cubano⁵⁰.

Depreende-se pelas justificativas dos cubanos que no episódio sobre o Molipo não havia como impedirem a saída do grupo que se declarara em luta interna e havia pedido autorização para retornar ao Brasil. A situação era delicada segundo Clara Scharf, militante que estava nesse período em Cuba. Os cubanos poderiam ser acusados de aprisionarem os brasileiros. No entanto, o argumento de Carlos Eugênio no período era de que a saída e entrada dos militantes eram de responsabilidade da organização, principalmente no momento da entrada dos militantes no Brasil. Em entrevista Carlos Eugênio declara que a volta dos militantes era providenciada por Cuba até o Chile ou um país da fronteira e que a partir daí, a ALN se incumbia do restante do trajeto⁵¹.

Carlos Eugênio em sua narrativa declara ser compreensível que os militantes do Molipo quisessem sair da ALN, e questionassem a Coordenação Nacional. Isso se devia em grande parte, em sua opinião, ao fato de que esses militantes estavam afastados da realidade brasileira e que isso ficou claro no

⁴⁹ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN. op. cit.* p. 87.

⁵⁰ Idem, *ibidem*.

⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 88 e p. 173. Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 21/09/03, lado B, p. 34.

momento em que retornaram ao país, pois chegaram despreparados, utilizando esquemas já abandonados por falta de segurança, “aparelhos” que já haviam sido desmobilizados e procurando por pessoas que já estavam “queimadas”⁵².

Entretanto, os militantes da dissidência acreditavam que a direção da organização não queria que retornassem, acusando-a de querer manter o monopólio da organização e desconfiando de suas intenções. Não havia, segundo ele, divergências políticas implicadas no retorno desses militantes, o que se tentava demonstrar era que a ALN estava isolada da população, e que havia um grande salto do aparelho repressivo. Não era hora de um retorno em massa de militantes ao Brasil.

Segundo Carlos Eugênio, não era uma questão de falta de competência da ALN, mas sim de um processo de desambientação dos companheiros que saíam do país em direção a Cuba, e que ao voltarem em 1971 e 1972 deparavam-se com um grau de tensão totalmente outro do que haviam encontrado à sua saída. E isso, segundo Carlos Eugênio relata, não ocorreu somente no interior do Molipo, mas com muitos outros militantes que, não agüentando o nível de terror, abandonavam o país⁵³. O militante faz uma dura crítica ao treinamento cubano, afirmando que ele foi útil somente ao primeiro grupo que foi a Cuba e trouxe conhecimentos fundamentais à organização como curso de falsificação e explosivos, etc.

Carlos Eugênio afirma em entrevista e no seu livro, que houve uma tentativa de se impedir o retorno desses 28 combatentes ao Brasil e que o militante Takao Amano, que se encontrava à época no Chile, tentou ir para Havana com esse intuito. Mas, sua tentativa foi infrutífera, pois os cubanos

⁵² PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*, op. cit. p. 78-79.

⁵³ Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 21/09/03, lado B, p. 35.

adiaram sua ida, até que todos os militantes do Molipo já tivessem saído de Cuba⁵⁴.

A interferência cubana segundo Carlos Eugênio ficou clara também no episódio relacionado ao “comandante Raul”. Washington Alberto Mastrocinque Martins, treinado em Cuba no II Exército⁵⁵, foi alçado à condição de comandante militar pelos cubanos e recebeu instruções para retornar ao Brasil para liderar a revolução. Através de um emissário que retornou antes dele, foi enviada a Carlos Eugênio sua arma de defesa pessoal, uma pistola tcheca CZ 7.65⁵⁶.

O episódio ocorreu em 1969 no período em que Carlos Marighella ainda era vivo e ao que parece incomodou muito o dirigente que, na ocasião, e segundo o depoimento de Sérgio Granja, decidiu que não enviaria mais militantes para realizar treinamento em Cuba. No entanto, logo após Marighella ser morto, e a questão foi deixada de lado⁵⁷.

O episódio não chegou a ter maiores conseqüências, pois o “Comandante Raul”, chegando ao Brasil no início de 1970 e não agüentando o nível de repressão, abandonou o país, indo para a Suécia. Segundo afirma Carlos Eugênio, o militante teve uma atitude muito honesta ao reconhecer que não estava conseguindo sobreviver naquelas condições de repressão, diferentemente, na opinião de Clemente, de Márcio Leite de Toledo, que não conseguindo viver naquele contexto, começou a deixar seus companheiros na mão nas ações que foram realizadas. Carlos Eugênio afirma ainda que “Raul” jogou um dinheiro que havia sido enviado pelos cubanos aos guerrilheiros brasileiros, pelo muro da

⁵⁴ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*, op. cit. p. 82. Cf. Depoimento de Carlos Eugênio a Denise Rollemberg, 19/07/00, fita 3, lado A, p1. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

⁵⁵ Consta que Washington Mastrocinque esteve em Cuba realizando treinamento guerrilheiro de março a setembro de 1969. Relatório arquivado nº 377, ref. DEOPS (SP) 16º vol. fls. 97, prontuário nº 3.130 ref. A Maria da Conceição S. Coelho da Paz, panilha de 25/06/74.

⁵⁶ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, op. cit. p. 181.

⁵⁷ ROLLEMBERG, D. *O apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil*, op. cit. p. 48. Depoimento de Sérgio Granja à autora em 3 de julho de 1999.

embaixada cubana na Suécia. Há quem afirme o contrário, de que Raul não devolveu o dinheiro⁵⁸.

Há no entanto nesse incidente, versões de que o estímulo cubano ao processo revolucionário brasileiro e principalmente em relação ao Molipo, não foi tão intenso como afirmava o Comando Nacional da ALN. Há depoimentos por exemplo que atestam que desde o início havia nitidamente uma divisão interna na organização, entre o primeiro comando paulista e os militantes que aderiram à ALN em um momento posterior, originários principalmente do Rio de Janeiro. Carlos Fayal por exemplo reconhece que as tendências sempre existiram, mas afirma que elas cristalizaram-se de fato após a morte de Joaquim Câmara Ferreira⁵⁹.

Essa versão é sustentada igualmente pelo militante Domingues Fernandes, mas o militante considera que a dissidência paulista que posteriormente originaria o Molipo, desde o início não se integrou plenamente à ALN, mantendo uma organização que atuava paralelamente a ela⁶⁰. Domingues considera também que Cuba provocou a dissidência em definitivo desse grupo.

Otoni Fernandes, que mantinha contato com a dissidência paulista, diz que “os militantes que ocuparam os cargos de direção da ALN depois da morte de Marighella tinham menos experiência política, (...) do que o nosso grupo de São Paulo⁶¹”. Essa também é a opinião do dirigente Luís del Roio, para quem a ALN desse período se resumia a um grupo de jovens⁶². Composta por muitos militantes saídos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais e com a dissidência paulista em grande parte presa ou exilada, a ALN desse período, como Fernandes afirma, é “uma colcha de retalhos”. Os militantes, embora em sua maioria tivessem vindo da

⁵⁸ Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 21/09/03, Transcrição da fita, lado B, p. 35-36.

⁵⁹ Entrevista de Carlos Eduardo Fayal a Marcelo Siqueira Ridenti, Belo Horizonte, 25/01/85. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

⁶⁰ ROLLEMBERG, D. *O apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil*, op. cit. p.58. Depoimento de Domingues Fernandes à autora em 4/07/00.

⁶¹ FERNANDES JÚNIOR, 2004, op. cit. p. 58.

⁶² Entrevista de Luis del Roio concedida a Antônio Guedes Lima, em 2001.

classe média, provinham de diversos estados e possuíam graus muito diferentes de formação política⁶³. Além disso, a diversidade, a falta de criação de vínculos que pudessem forjar uma unidade, não permitiam segundo o militante, uma ação sincronizada dos GTAs. Isso, segundo ele, só poderia ser realizado se houvesse contínuo treinamento militar, ou fossem pessoas de uma mesma origem e atuassem juntas politicamente⁶⁴.

No entanto, prevalece o embate de versões. Artur Scavone afirma que Cuba, na intenção de exportar a revolução, teria visto nessa dissidência uma possibilidade de crescimento do movimento guerrilheiro e por isso, se não estimulou a cisão, apostou no grupo. Ele afirma igualmente que Fidel tinha muita esperança no militante Carlos Eduardo Fleury, e que à revelia dos acordos entre a ALN e Cuba, os militantes do Molipo receberão documentação e apoio para retornar ao Brasil⁶⁵. Embora não afirme isso, é visível que Cuba teve uma influência sobre esse grupo e se não forjou a dissidência, de certa forma a estimulou.

José Carlos Giannini afirma que a ALN era fortemente enraizada em São Paulo e que embora se soubesse que a organização existia no Rio de Janeiro, não havia, pelo que acredita, nenhuma avaliação particular desses militantes. Pelo que lhe consta não havia nenhum tipo de oposição no interior da organização e o fato dos militantes de São Paulo serem mais preparados militarmente e politicamente do que os integrantes do Rio de Janeiro, nunca foi motivo de discussão interna. Acredita que, se houve essa diferença, ela era atribuída principalmente ao fato da organização ser muito maior em São Paulo, a cidade ter sido sua origem e seus quadros terem vindo do PCB e do movimento estudantil paulista em sua maioria. Acredita porém que após a morte de Joaquim Câmara Ferreira houve de fato uma crise de comando na ALN e a atribui à ausência de quadros que fossem realmente preparados e com legitimidade para assumir a

⁶³ FERNANDES JÚNIOR, 2004, *op.cit.* p. 81.

⁶⁴ Idem, *ibid.*, p.81.

⁶⁵ ROLLEMBERG, D. *O apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil*, *op. cit.* p.53-54. Depoimento de Artur Scavone à autora em 5/07/00.

direção. Não acredita que houvesse qualquer tipo de disputa personalista também. De qualquer maneira Giannini, em particular, não se estende nesse assunto, em parte por desconhecer seus detalhes e em segundo lugar por considerá-lo um pouco nebuloso. Segundo ele, o GTA assumiu o comando da ALN por absoluta falta de alternativa.

Na sua opinião o Molipo foi o resultado de dois movimentos independentes formados por um setor em São Paulo e pelo grupo dos 28 em Cuba. De acordo com ele, o setor de São Paulo considerava que o único caminho para a organização seria um trabalho armado que estivesse voltado para os movimentos populares e que tentasse romper com o militarismo puro que caracterizava naquele momento a ALN. Quanto ao grupo dos 28 em Cuba, Giannini o considera como um grupo mais bem preparado intelectual e teoricamente e afirma que esse grupo vinha propondo a retomada, como prioridade máxima, da guerrilha rural desde 1970. Para esse grupo, na área rural seriam formadas as colunas guerrilheiras e às cidades restaria o apoio logístico, dinheiro, armas e o apoio dos movimentos populares.

A opinião de Ottoni Fernandes quanto ao recuo da guerrilha é de igual maneira sustentada através de uma tentativa de reaproximação popular. Ottoni reitera que o problema do Molipo com a ALN tinha raízes desde 1970 de fato, e que estavam relacionadas principalmente às constantes trocas na direção da organização, à falta de critério no recrutamento, ao isolamento das massas, questionando igualmente a direção nacional composta por militantes cariocas⁶⁶.

Documento do DEOPS de São Paulo revela que o Molipo se notabilizou por realizar ações de caráter mais violento do que sua célula mãe. O grupo até aquele momento era responsável segundo os dados desse documento por mais de vinte assaltos na cidade de São Paulo. O documento conclui que a dissidência se deu mais por ansiedade de liderança do que uma efetiva divergência tática ou estratégica. Suas ações mais corriqueiras giravam em torno de atentados a

⁶⁶ FERNANDES JÚNIOR, 2004, *op.cit.* p. 292.

bomba, atentados a empresas de transportes ou coletivos, viaturas dos órgãos de segurança. O documento afirma que os militantes recebiam dinheiro e armas de Cuba e por isso suas ações não possuíam caráter expropriatório como fora a ALN. Sua estrutura era formada pelo Comando Nacional, Setor Estudantil, Setor de Classe Média, Setor Operário e Camponês⁶⁷.

Com relação à idéia de que o Molipo acabou sendo mais militarista que a ALN, Giannini assegura que essa avaliação nasceu dentro dos órgãos de repressão. Como afirma, essa capacidade tinha uma razão aritmética, em suas próprias palavras,

(...) enquanto o Molipo teve condições operacionais, a organização realizou mais operações armadas que a ALN. Por um motivo simples e básico: não é fácil criar uma organização clandestina, formada por pessoas, na sua grande maioria, sendo intensamente procuradas pelos órgãos de repressão. Montar aparelhos, armar, dar condições de sobrevivência, manter as aparências, viajar, arrumar documentação de qualidade etc, tudo isso teve que ser feito num espaço de tempo muito curto e sob muita pressão. Por exemplo, para cada militante que chegava de Cuba (somente com um passaporte), era necessário dar-lhe todas essas condições de segurança. E isso exigia muita ação. Precisava-se de muito dinheiro, documentos originais em branco, carros, casas etc. De fato, durante esse período da chegada dos 28, houve intensa atividade de quem estava aqui no Brasil. Era comum, realizar-se mais de uma ação num único dia. Portanto, posso lhe assegurar, essa foi a única razão para o Molipo viver um período de muita ação armada. Não se tratava de uma (vamos chamar assim) "recaída militarista". Essa hiper-atividade deveu-se exclusivamente pela necessidade de sobrevivência⁶⁸.

Para Giannini a dissidência teve como fator precipitador a morte de Márcio Leite de Toledo, como já se afirmou ao longo do trabalho, embora essa opinião dentro do Molipo não seja unânime, como é o caso de Artur Scavone que discorda

⁶⁷ DEOPS-50Z941011-RPI nº 01/72- II ex. fls 11, p. 87-8. Fazia parte desse grupo apelidado de grupo dos 28 ou Grupo Primavera: Aylton Adalberto Mortati, João Leonardo da Silva Rocha, Márcio Beck Machado, Rui Carlos Vieira Berbet, Carlos Eduardo Pires Fleury, Flávio de Carvalho Molina, José Roberto Arantes de Almeida, Antônio Benetazzo, Lauriberto José Reyes, Francisco José de Oliveira, Jeová Assis Gomes, Boanerges Souza Massa, Hiroaki Torigoe, Arno Preiß, Frederico Eduardo Mayr, Alexander Veroes, João Carlos Cavalcanti Reis, José Dirceu de Oliveira e Silva, Maria Augusta Thomaz, Natanael Giradi, Sérgio Capozzi, Itobi Alves Correa, Vinicius Caldevilla, Ana Corbisier. Cf. MIRANDA, N. TIBÚRCIO, C., 1999.

⁶⁸ Entrevista concedida por José Carlos Giannini, São Paulo, 17/10/04, p 2.

desse ponto de vista, acreditando que a dissidência já havia sido concretizada antes do retorno ao Brasil e que Márcio já se integrara ao grupo em Cuba.

Ele acredita que as divergências entre esses grupos e a direção da ALN vistos hoje, não têm nenhuma relevância, pois como afirma, não havia discordâncias em relações aos métodos adotados, a luta armada continuava a ser defendida, nem à forma de organização e nem sobre o papel do campo e das cidades no processo revolucionário. Para ele, o modelo cubano era a grande e única referência e considera que a divisão ocorreu mais em função da falta de perspectiva política do que por divergências conceituais, já que a ALN enfrentava muitas dificuldades, prisões e mortes de seus dirigentes. Na opinião de Giannini o número sucessivo de dissidências já era o indício de que a derrota era iminente. O depoimento de Giannini coloca mais uma vez a responsabilidade da dissidência no interior da ALN sob total responsabilidade do grupo.

Carlos Eugênio insiste na interferência cubana em relação à ALN que acarretou a morte da grande maioria dos militantes do Molipo. Como afirma, o contato com os revolucionários latino-americanos não era estabelecido através do partido comunista cubano, mas do Ministério do Interior, que era o ministério das polícias, inclusive da polícia secreta mais correntemente denominado de G2. Em suas palavras,

(...) não eram quadros políticos do partido, que a gente pudesse ter discussões a nível político, que as decisões não passassem por outros processos, então eram companheiros que eram valorosos, eram companheiros da revolução cubana que a gente respeita e tudo, mas eram companheiros que eram agentes secretos, (...) eram companheiros que tinham sido treinados para ser agentes secretos e não quadros políticos⁶⁹ (...).

Carlos Eugênio sustenta ainda que não era só a ALN que se queixava da interferência cubana. Havia outras organizações brasileiras e estrangeiras que criticavam essa intromissão e cita entre algumas delas, militantes dos Montoneros

⁶⁹Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 21/09/03, Transcrição da fita, lado B, p. 31.

e dos Tupamaros como guerrilheiros que também se sentiam atingidos. Carlos Eugênio foi o único brasileiro a realizar treinamento em Cuba em 1973 junto ao Ponto Zero e afirma que ali existiam guerrilheiros de toda a América Latina que treinavam tiro, faziam curso de explosivos e de táticas guerrilheiras⁷⁰.

No entanto destaca em entrevista que os professores cubanos não tinham feito 1/10 das ações armadas que havia realizado. Mesmo assim o militante seguiu o curso de Estado maior que foi oferecido, estudou estratégia militar, tática, estudou Clausewitz, as grandes batalhas da história da humanidade, as batalhas do século XX, Batalha de Kurski, início da contra-ofensiva soviética, aprendeu como é a estrutura de um exército, comunicações, mantimentos, inteligência e contra-inteligência, doutrina militar, doutrina francesa, doutrina americana, doutrina inglesa (...)

Revela também que se alimentou um grande mito em relação à revolução cubana, que havia até a anuência dos Estados Unidos em relação ao fim do regime de Batista e que o mérito dos guerrilheiros foi somente intervir no momento certo e saber direcionar a insatisfação popular. Como afirma, a Revolução Cubana foi muito breve, foram mortas 86 pessoas, margem ínfima comparando-se com as perdas das organizações guerrilheiras no Brasil. Além disso, Carlos Eugênio destaca que a ALN realizou primorosas ações militares no Rio de Janeiro e em São Paulo, reunindo cerca de 20, 25 a 30 militantes, em ações complexas que vinham de um combate diário com a repressão desde o início. E relata que seus professores cubanos surpreendiam-se inclusive com a capacidade das ações realizadas pelos brasileiros, considerando-as do ponto de vista militar altamente desenvolvidas.

No tocante ao caso Molipo, Carlos Eugênio afirma que não havia interesse naquele momento no interior da ALN em se trazer 28 militantes treinados em Cuba, e que o retorno dessas pessoas interessava no máximo aos interesses do Estado Cubano e do partido cubano. Diz que ao retornarem foram mortos em sua

⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 32. Cf. também, PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*, *op. cit.* p. 162.

grande maioria por confiarem nos esquemas cubanos de retorno ao Brasil, e ao chegarem aqui, depararam-se, quando foram presos, com fotografias do treinamento na ilha em poder do DOI-CODI⁷¹.

Carlos Eugênio cita dois casos de supostos militantes que colaboravam como agentes secretos cubanos. Menciona que alguns meses antes do MOLIPO retornar ao Brasil, houve um caso de um cubano que após realizar treinamento militar na ilha e manter contato com as organizações revolucionárias em Cuba, desertou dirigindo-se para a embaixada cubana na Tchecoslováquia. Na opinião de Carlos Eugênio essa pessoa certamente estava colaborando e levou com ela muitas informações do campo de treinamento.

Clemente destaca também a participação do cabo Anselmo no episódio. Infiltrado, ele ainda continuava contando com a confiança dos cubanos. Para Carlos Eugênio, talvez não houvesse interesse da parte deles em saber se o cabo Anselmo estava colaborando ou não, no entanto para a organização era uma questão de vida ou morte. Os companheiros que retornaram vieram, segundo ele, para a “boca do lobo”⁷²(..). Havia mesmo a intenção dos agentes da repressão de que militantes que retornassem de Cuba não deveriam permanecer vivos⁷³.

A última tentativa de Cuba de interferir no processo revolucionário brasileiro narrada por Carlos Eugênio é um encontro que tem com o comandante do exército cubano, Arnaldo Ochoa, no qual se expõe um plano de desembarque de cerca de cem militantes cubanos na Amazônia brasileira. Para Carlos Eugênio no entanto, aquilo era uma aventura de proporções inimagináveis, tanto em relação a Cuba como em relação ao Brasil. Como Carlos Eugênio afirma, a proposta de Ochoa não respondia aos interesses brasileiros, da revolução brasileira, mas

⁷¹ Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 21/09/03, Transcrição da fita, lado B, p. 32.

⁷² Idem, ibidem, p. 34.

⁷³ Cf. Rollemberg, D. *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

especificamente ao interesse do Estado cubano e poderia gerar consequências extremamente nefastas para ambos os lados⁷⁴.

Enquanto isso Ochoa argumentava que para se vencer uma revolução era necessário três coisas "mandar chumbo, mandar chumbo e mandar chumbo". Limitava a guerrilha a uma questão de capacidade militar, deixando de lado as discussões políticas⁷⁵.

A propaganda armada e a potência militar que antes se acreditava competente para conduzir o processo revolucionário em direção à vitória, nesse momento é questionada por Carlos Eugênio nas palavras de Ochoa,

A revolução na América Latina não seria uma questão política e sim (...) de mandar bala. Partem do princípio de que o avanço das forças socialistas no mundo é tão importante para a humanidade que qualquer ato que acelere esse processo é revolucionário. Esquecem que nos tomamos escravos da prática, ela nos molda imperceptível mas inexoravelmente, e vamos nos embrenhando em atalhos e desvios que nos afastam das idéias que justificam o todo⁷⁶.

Para Carlos Eugênio, Arnaldo Ochoa aparece agora como uma "caricatura do que há de prepotente no pensamento e na prática da esquerda armada, e uma demonstração clara de que não se pode fazer política com lógica militar. Sei do que falo, levado pelas necessidades da guerrilha, tornei-me militarista convicto⁷⁷".

Nesse momento a resposta de Carlos Eugênio ao comandante cubano sintetiza a mudança de sua postura militarista e é fruto de seu amadurecimento político, perceptível ao longo de seus dois livros.

Lutamos contra o maior exército da América Latina, apoiado pelos Estados Unidos, não contra um exército desmoralizado e em decomposição. Já se matou e morreu mais em meu país que durante anos em Sierra Maestra, a população não aderiu à luta e a guerrilha está completamente isolada. Não faltaram bravura e

⁷⁴ Entrevista de Carlos Eugênio concedida em São Paulo, 21/09/03, Transcrição da fita, lado B, p.40.

⁷⁵ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN*, op. cit. p. 174.

⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 181.

⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 192.

audácia, Totem, mas uma análise correta de nossa realidade. Estudamos mal os exemplos de outras revoluções e transplantamos realidades e conjunturas, esquecendo a lição que vem do século passado e reza que a História só se repete como tragédia ou como farsa. Valentia não basta para tomar o poder, senão estaria tudo resolvido, tivemos combatentes admiráveis, enfrentamos sozinhos uma ditadura que tortura sistematicamente e mantivemos a chama acesa mais tempo do que se poderia esperar. É chegada a hora de demonstrar mais uma vez nossa coragem, depondo as armas. Às vezes é difícil reconhecer os erros que mandar chumbo, e pretendo assumir essa decisão, parto para a Europa e o Brasil defendendo o fim da Luta Armada e uma reflexão profunda de nossa prática⁷⁸.

Nas Trilhas da ALN encerra-se para Carlos Eugênio com a decolagem do avião de Cuba em direção a Europa, quando aparece a figura de Ernesto Che Guevara pintada no telhado de uma casa. Carlos Eugênio chora, chora os sonhos e companheiros perdidos, chora suas perdas pessoais, mas tem a consciência firme de que realizara o melhor evitando o fim total da organização e a morte de seus últimos militantes. Como afirma,

(...) lágrimas tímidas molham meus olhos. Choro os sonhos perdidos e os companheiros mortos, lamento minhas perdas, mas tenho a consciência limpa e a certeza de que devemos parar as ações armadas antes do extermínio físico. As luzes se apagam, respiro fundo e caio no sono. Sonho com Marcela, Felipe, Altino, Curumim, Hermes, Rafael, Fabiano, Diogo, Alfredo, Hugo, Rocha...e todos os quixotes que tive sorte e a honra de conhecer nas trilhas da Ação Libertadora Nacional⁷⁹.

5. FRANÇA

Após sua chegada à Europa e a sua frustrada tentativa de reunir os quadros da organização em Cuba, Carlos Eugênio permanece no continente, participando do processo de exílio da maioria dos militantes.

⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 191.

⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 194.

Clemente fixa-se em Paris no ano de 1974, decide-se voltar ao PCB e integra-se à vida do país. Quanto ao seu exílio, Carlos Eugênio afirma em entrevista que não se sentia um exilado na Europa, considerava-se antes um retirante. O militante também não viveu junto ao grupo de brasileiros, que na sua opinião mais parecia um gueto que aguardava o fim da ditadura para poder retornar ao Brasil. Carlos Eugênio diz que entrou muito na vida do país e lutou para que fosse reconhecido. Segundo ele, ninguém o chamaria de “mètèque”, maneira depreciativa através da qual os franceses tratavam os estrangeiros. Como na infância, que havia brigado com seu nome, para que ele não se transformasse num apelido geográfico⁸⁰, Carlos Eugênio afirma que lutava a favor de um tratamento digno e igualitário, contra o preconceito e a indiferença.

Afirma também que insistiu em aprender a língua francesa com perfeição, adquiriu experiência de vida, perseguiu suas ambições profissionais, adiadas pela opção que fizera. Mas ele se sentia no entanto muito solitário e dependente dos laços com seus companheiros mortos⁸¹.

Essa sensação intensa de dependência em relação aos companheiros de luta verifica-se igualmente em outros indivíduos que fizeram parte do processo de luta armada. Reinaldo Guarany por exemplo, afirma em suas memórias que caminhava solitário pelas ruas do Chile, sentava-se num banco de praça e conversava sozinho com os companheiros que haviam sido mortos que eram em sua opinião seus melhores interlocutores. Para Guarany, porém, o exílio parece ter sido mais penoso. O militante acredita que sofreu de uma espécie de síndrome do exílio, que o fazia rejeitar tudo o que fosse chileno, a comida, a música, as roupas, sentindo uma aversão por aqueles que se integravam à vida do país. Segundo ele, no período em que permaneceu longe do Brasil, sentia uma sensação de preguiça misturada à exaustão e cansaço mental⁸².

⁸⁰ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*. op. cit. p. 112.

⁸¹ Entrevista de Carlos Eugênio Paz concedida em São Paulo, 21/09/03, Transcrição fita, lado A, p. 40.

⁸² GUARANY, R. op. cit p. 111.

Carlos Eugênio destaca que escrever seus livros foi para ele uma espécie de libertação, e que sofreu também ao voltar para o Brasil após o exílio pois sentiu uma discriminação muito grande no seio da própria esquerda, que os tratava como aventureiros⁸³.

Quanto ao seu retorno ao PCB, ele relata que retornou às fileiras do partido algum tempo após pedir asilo político na França em setembro de 1974, porque o considerava a célula mãe de todos os guerrilheiros, um espaço em que a reflexão e o debate teriam lugar. Por conta do rico processo de discussão político que manteve em Cuba, Carlos Eugênio afirma que estimulou inclusive muitos militantes a retornarem ao PCB através de uma carta enviada ainda em Cuba para todos os militantes que permaneciam na Europa e que conseguiu uma adesão quase total das pessoas. Carlos Eugênio permaneceu no PCB por mais quatro anos, abandonando-o em 1978⁸⁴.

A luta para Carlos Eugênio no entanto não se encerra no exílio e nem em seu retorno ao Brasil. Ao chegar, ainda clandestino, trava uma intensa batalha para ter direito à anistia e ter reconhecida sua experiência, renegada pela própria esquerda brasileira que o menospreza. A certeza de que continuaria vivo se confirmou, mas a luta empreendida por sua geração foi derrotada.

No início da luta armada Carlos Eugênio justificava: “questões políticas não devem decidir na execução de uma ação militar⁸⁵”. Em Cuba, como vem a afirmar depois a Ochoa,

Totem tem o poder de afastar-me do caminho das armas. É uma caricatura do que há de prepotente no pensamento e na prática da esquerda armada, e uma demonstração clara de que não se pode fazer política com lógica militar. Sei do que falo, levado pelas necessidades da guerrilha tornei-me militarista convicto. Sobrevivi graças a isso, a um bocado de sorte, e ao heroísmo de meus companheiros, que resistiram às torturas e não me entregaram à polícia⁸⁶.

⁸³ Entrevista de Carlos Eugênio Paz concedida em São Paulo, 21/09/03, Transcrição fita, lado A, p.40-41.

⁸⁴ Idem, ibidem, lado B, p. 14.

⁸⁵ PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada*, op.cit. 47.

⁸⁶ PAZ, C.E. *Nas Trilhas da ALN*, op. cit. p. 192.

Dessa forma, seus livros são sinais de seu amadurecimento político e da autocrítica realizada por ele e por seu grupo em Cuba. Assim, encerra-se o capítulo da militância de Clemente e inicia-se a partir daí a história de Carlos Eugênio Paz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos testemunhar que o romance de Carlos Eugênio, principalmente seu segundo livro, *Nas Trilhas da ALN*, incorpora a violência e muito de um ativismo desgastado no interior da luta armada, período em que ela já anunciava seu fim. A aparição de uma narrativa tão visceral e caótica é necessariamente o retrato da resistência e do sofrimento enfrentados naquele período.

Carlos Eugênio propõe mais perguntas do que fornece respostas em sua narrativa. Seus livros são sua experiência de vida e se há uma intenção exemplarizante, ela não ocorre através de simplificações grosseiras na tentativa de explicar o porquê de tudo.

Há muitas coisas que as testemunhas desse período não sabem explicar e, por isso, não devemos esperar delas mais do que elas são capazes de fazer, mas aceitarmos seu testemunho com o que ele tem de valioso e único.

É importante notar que os livros de Carlos Eugênio relatam uma sucessão de atividades de expropriações, seqüestros e *justiçamentos*. Carlos Eugênio narra alguns fatos que marcaram a organização e ele em particular. Podemos afirmar que, embora sua narrativa não seja cronológica, percebe-se com o passar do tempo que as ações multiplicam-se e tornam-se cada vez mais refinadas militarmente com planejamentos mais bem feitos não suficientes porém, para evitar surpresas ou resultados funestos durante suas execuções. Seus ganhos são temporários, e paulatinamente vai se abandonando a discussão política.

Através dessas ações podemos perceber o nível de atuação de seu grupo e o caminho seguido por ele que levou a uma intensa militarização em momentos posteriores. A necessidade de Carlos Eugênio em narrar grande número de ações prende-se ao fato de que esse era o caminho vislumbrado até aquele momento por seu grupo no combate à ditadura militar. A propaganda armada e o confronto

nas cidades desde o início foram as formas encontradas pela organização em geral, tanto a ALN paulista como a carioca na tentativa de seguir em frente com seus projetos. A prisão de grande quantidade de militantes paulistas e a morte de muitos deles inviabilizou a continuidade dos GTAS na cidade de São Paulo. Para isso, muitos militantes cariocas foram enviados para recompor os quadros paulistas. Nesse sentido a ALN em sua fase final e principalmente o comando nacional, que fica sob a responsabilidade de um comando armado, é majoritariamente carioca.

A narrativa de Carlos Eugênio Paz é um indício do sinal de cerco em que organização se aproximava e da incapacidade de retorno às discussões políticas, ao recuo armado e à revisão de suas estratégias. As ações sucedem-se uma a uma, de 1969 a 1973, e são um indicativo de que o debate e a discussão política haviam há muito tempo sido deixados de lado. Nos livros de Carlos Eugênio são descritas poucas reuniões entre ele e seu grupo. Geralmente os encontros limitavam-se a discussões de tarefas imediatas e não havia um aprofundamento mais eficaz da luta. Em seu texto aparecem descrições de debate ao longo de 1970, quando Joaquim Câmara Ferreira era vivo, época em que ainda se tentava recuperar as quedas na organização e realizar uma discussão mais ampla sobre a continuação da militância, sobre a possibilidade da união das esquerdas armadas e sobre a necessidade de circular as idéias, no sentido de confrontar a opinião de grande parte dos militantes que estavam atuando naquela situação.

A morte de Joaquim Câmara Ferreira gerou um grande desconforto junto aos GTAs da organização, a união das esquerdas pretendida por Joaquim Câmara Ferreira no intuito de criar laços mais duradouros de atuação e fomentar o avanço da Coluna Guerrilheira, foi substituída por uma união de pequenos grupos já em situação precária, que necessitavam da união como uma espécie de recrutamento para continuar com quadros ativos.

Sem dúvida, sua história recapitula uma realidade sociológica a que se deu escassa publicidade, colocando em perspectiva, a violência da guerrilha e os erros históricos que foram cometidos.

A narrativa de Carlos Eugênio está impregnada de preocupação e alívio, perda e compensação, que influíram em sua maneira de narrar sua história. A necessidade de manter a esperança na luta e não deixá-la capitular, por mais ilusória que seja nas condições em que a guerrilha se encontrava, é uma característica presente ao longo de seus livros e baseia-se na assertiva, comum a todos os militantes de que “Isso não pode continuar”, o que injetava fôlego na continuação do processo revolucionário. Por conta disso, a sensação de força, de invencibilidade é reproduzida do início ao fim do livro, olhando-se para a realidade através de um compromisso ético que fora assumido, baseado igualmente em marcas emocionais estabelecidas. Como afirma Carlos Eugênio,

(...) não foi uma revolta de jovens inconseqüentes, não foi uma revolta de pessoas que estavam brincando de bang-bang e dizendo “patriotas equivocados”, nada disso, não é por aí, foram pessoas que se levantaram na hora certa no momento certo, acho que tinha que ser naquele momento, nem que se fosse para deixar um exemplo que a gente é capaz de fazer guerra (...) Não é o caminho da luta armada, é o caminho da rebeldia, é o caminho da dignidade¹.

O intuito de nosso trabalho foi tentar estabelecer como a ALN foi se delineando como uma organização armada após a morte de Joaquim Câmara Ferreira. Nota-se uma forte tendência militarista presente no novo comando. Isso em parte se deve à própria falta de amadurecimento dos militantes que a comandaram e ao fato dos jovens que assumiram o comando fazerem parte de um comando militar exclusivamente.

Não há como negar que sua faceta militarista foi potencializada pelo fato de um comando armado tê-la assumido depois que dirigentes mais velhos e com uma visão mais processual da luta deixaram seu comando. Os sentimentos de raiva

¹ PAZ, C. E. *Nas Trilhas da ALN. op. cit.* p. 24.

fundem-se também na narrativa em parte à falta de colaboração popular e a erros que são cometidos no interior da organização, enquanto o exílio, a ida para Cuba e a permanência em um treinamento militar de pouca valia, é encarado por Carlos Eugênio com desinteresse.

Vê-se que a ALN mergulhou na propaganda armada e não foi possível vislumbrar a tempo que os caminhos traçados estavam sendo desviados. A crítica da maior parte dos militantes foi realizada no processo de exílio ou mesmo no interior das prisões.

A organização esteve muito ativa militarmente no ano de 1970 e início de 1971, pelo número de ações realizadas, mas também em cada ano em particular sofreu perdas significativas, como a enorme onda de quedas após a morte de Marighella (uma das maiores), a infiltração no Rio de Janeiro em 1970, a morte de Toledo, o assassinato de Márcio, o rompimento dos dissidentes TL e MOLIPO (morte e infiltração), a perda da colaboração do MRT e da VPR, a morte do comando nacional e regional em junho de 1972, o grande número de prisões no ano de 1973. Um balanço de fato com grande número de mortes, de exilados ou presos.

Não houve um fim formalizado da organização. A única tentativa de reunir seus militantes fora frustrada por total indiferença de seus próprios quadros.

A ALN, após a morte de Toledo, foi composta majoritariamente por jovens do Rio de Janeiro. A maioria dos militantes que haviam-na integrado/formado no início estavam exilados, alguns foram banidos, muitos estiveram em Cuba e não retornaram, alguns se deslocaram para o campo e foram presos pouco tempo depois. As dissidências igualmente tiveram curta existência, e os militantes que as integraram e que voltaram ao país foram mortos um a um ou tiveram que abandoná-lo rapidamente.

A ALN continuou através de recomposições freqüentes, até não haver maiores possibilidades de recrutamento. Poderíamos classificar esse período da ALN como um terceiro período no interior da organização, quando a organização é de fato destruída. As tentativas de discussões políticas não obtiveram ressonância igualmente no interior do grupo.

Carlos Eugênio e seu grupo continuavam a acreditar na vitória, embora já em 1970, se estabelecesse em Cuba um processo de discussão, por parte de alguns militantes que realizavam treinamento militar na ilha, sobre a atuação da organização no Brasil.

Percebe-se que a resistência ao recuo da luta armada esteve relacionada possivelmente a um sentimento de responsabilidade e compromissos assumidos com os companheiros, notadamente com aqueles que haviam sido mortos. Havia a necessidade igualmente de honrá-los e a preocupação de que a interrupção da luta levaria ao desprestígio político do grupo, e a críticas relacionadas à “inutilidade” da luta, a um processo de autodestruição, imprudência ou incompetência.

Assumir a derrota tornava-se algo vergonhoso para esses militantes, pois além do orgulho pessoal que mantinham pelo fato de terem entregado o melhor de sua juventude em prol de uma causa, era um golpe muito grande em suas crenças e em suas esperanças de modificar o país. Por isso, muitas vezes o sentimento que restou em relação a esse período, logo após o fim da luta armada, teve como consequência um desgaste e cansaço muito grandes, e o afastamento de muitos militantes da política. No entanto é necessário afirmar, que alguns, vislumbrando seus erros, reintegraram-se ao PCB e a outros grupos no intuito de retomarem as discussões políticas. Carlos Eugênio, por exemplo, continuou integrado à política.

Há, no entanto, depoimentos de outros militantes que afirmam que a continuação e insistência na luta poderiam ter-se dado mais por falta de opção naquele momento, por não haver um direcionamento eficaz que pudesse trazer

novos caminhos, ou substituir a luta armada por outros mecanismos de combate. Ou era o único meio e recurso de, isolados da população, conseguirem sobreviver. Como foi afirmado, a entrada na clandestinidade mobilizou elementos interiores de adaptação intensa ao anonimato e à vida de dificuldades, o que se tornou por prolongado tempo, a forma em que esses militantes aprenderam a viver e é bem possível que isso tenha tido como efeito, além é claro das condições objetivas externas e de renúncia à causa, a continuação das práticas armadas, o assalto a estabelecimentos comerciais, visando principalmente atender a necessidades concretas, como alimentação, moradia, transporte, etc.

Não se exclui no interior da luta uma base voluntarista, encarada no entanto, não como aventura inconseqüente, mas como uma disposição para luta, fruto de um “otimismo da vontade” presente numa juventude combativa.

O fato de Carlos Eugênio relatar em seus livros em sua maioria ações armadas praticadas por seu grupo e prisões ou morte de seus companheiros, está estreitamente ligado à realidade em que viveu, ou por extensão, a uma situação em que se considerava uma “situação de guerra”, definição encontrada em vários momentos de seus livros. Uma situação em que restava matar ou morrer, uma espécie de “lei da selva” onde as regras de sociabilidade não eram mais as mesmas, mas nem por isso evidentemente deixavam de existir. Os delatores são detestados e punidos, matar nesse contexto tinha uma conotação moral para a luta, principalmente se isso interrompia a carreira e a sanha de um assassino cruel ou de um colaborador da repressão. A figura ditatorial, personificada pela polícia, pelo emblema da repressão causa desconforto assim como a figura do fugitivo, do “desbundado”, daquele que abandona a luta, ou troca de lado.

Nem os próprios militantes foram poupados nessa situação de guerra declarada, em que se apelou como afirma Carlos Eugênio, inclusive para uma corte marcial, como foi o caso da morte de Márcio Leite de Toledo. As ações armadas desenvolvidas na cidade constituem-se também numa superestimação

das forças da organização em que os ganhos políticos passaram a ser medidos pela inteligência, previsão, organização e potência militar, e não pelo trabalho de recrutamento, de formação paciente, de educação política que foi progressivamente abandonado e substituído por atos propagandísticos.

A situação ditatorial vivida igualmente por essa geração prova também que o comportamento do indivíduo depende das circunstâncias em que está envolvido e não somente de sua própria vontade, constituem-se antes em situações-limite, de pânico generalizado em que se necessita agir rápido, evitando maiores prejuízos.

Vivendo nessas condições extremas, o limiar do sofrimento dos atos de um indivíduo, nem sempre ensina alguma coisa sobre ele, muitas vezes a possibilidade da morte iminente tem como consequência reações mecânicas e racionais, e não emocionais portanto. Empregam-se assim meios extremos, atitudes nitidamente e muitas vezes instintivas de autopreservação e luta pela vida.

O sofrimento nesse sentido é ambivalente, eleva uns e degrada outros e a experiência de ter passado por isso amadurece mais cedo as pessoas e lhes ensina lições que elas não aprenderiam de outra forma.

O comando militar da ALN esforçou-se para manter a disciplina e as regras essenciais à vida do guerrilheiro. Mas, muitas vezes, incorreu numa rigidez extrema, cujas atitudes fugiam a um padrão adotado no interior da organização. Houve casos de tolerância no interior da ALN deixando-se margem de escolhas a seus integrantes, e houve igualmente atitudes que puniram, coibiram e utilizaram a violência contra seus militantes. Não valia evidentemente a máxima, "olho por olho, dente por dente", mas a rigidez encontrou, pela própria situação em que se vivia, seu limite.

Decisões muitas vezes contraditórias foram tomadas pelo comando da organização e embora Carlos Eugênio afirme que não houve no tratamento aos militantes “dois pesos e duas medidas”, vê-se que algumas questões no interior da organização tinham diferentes pesos e valores. A morte de Márcio Leite, pelo fato de ser parte do Comando Nacional, por exemplo, pesou na decisão de executá-lo, quando em outros casos, outros integrantes da ALN foram desligados da organização e mantidos no país, o que acarretava de igual maneira riscos para a organização e para seus militantes. O assassinato de delatores também não foi uma punição adotada extensivamente. Houve casos em que uma abertura de informações em condições totalmente adversas, como na tortura por exemplo, levaram à morte de militantes, e outros casos, em que colaboradores da repressão não foram punidos.

É necessário se considerar também os anos em que essas margens de escolha foram permitidas, o período em que “Toledo” ainda permanecia como comandante da ALN e o que ocorreu após sua morte. O avanço da repressão representou também o elemento motivador de grande parte das atitudes tresloucadas, do abandono à solidão em aparelhos, do pavor à perseguição frenética, ou o aparecimento de uma “morte lenta”, ou desestrutura psicológica causada por traumas, dores e sofrimentos na tortura. É importante que se diga que após essa experiência traumática houve perda para muitos militantes de alguns parâmetros de conduta, de seus laços identitários e uma culpa muito grande causada pelo envolvimento político e pelo sofrimento causado aos seus familiares. No entanto, isso não representou um arrependimento para esses militantes de sua opção, muito pelo contrário, a necessidade da luta travada na época foi para essa geração uma forma de dignidade, de insubmissão e de compromisso com seu país. O exílio igualmente foi uma experiência dolorosa para muitos.

Essa espécie de “morte lenta” e de desestruturação emocional verificou-se em alguns casos de militantes que cometeram suicídio, que certamente não se

excluindo outros motivos, foi favorecido pelas implicações desse período. O abatimento causado pela repressão e pela tortura levou à morte militantes como Frei Tito Alencar, Maria Auxiliadora Lara Barcelos e Francisco Eduardo Sebrão, enquanto boa parte dos militantes tiveram que procurar auxílio profissional para conviver com lembranças que lhes oprimiam, como é o caso de Carlos Eugênio.

O golpe no Chile foi o grande divisor de águas para essa geração, o país era o último reduto de luta revolucionária e de firmeza de propósitos e esperanças de todos os revolucionários latino-americanos.

Nos livros de Carlos Eugênio, observa-se também uma diversidade de comportamento entre os indivíduos, como em seu percurso individual, em que Carlos Eugênio atravessa fases em sua vida.

O romance em si oferece não só a intenção de apenas restabelecer o passado, mas também de servir de alguma maneira para o presente. E aqui é importante destacar os bons e os maus usos dessa memória recobrada, tanto por parte daqueles a quem ela possa se destinar quanto ao próprio protagonista dessa história.

O desenlace da derrota narrado por Carlos Eugênio, possui mais do que uma mensagem histórica, mas uma mensagem narrativa, de superação, de recuperação de forças, de humildade pela derrota e pelos erros que foram cometidos, de coragem e capacidade de sobrevivência, de tenacidade para enfrentar as críticas posteriores no próprio seio da esquerda brasileira, que o condenou. A narração é por isso um brotar de consciência, há um processo de amadurecimento em relação às escolhas de luta que foram realizadas.

Carlos Eugênio alcançou sua maturidade no interior de uma situação muito particular, ao contrário daqueles que atravessaram esse período, já adultos.

Como afirma,

(...) nunca foi um problema para jovem fazer guerra, porque quem faz guerra é jovem, velho não faz guerra, porque velho não tem condições de fazer guerra, o combatente é jovem, o problema é os jovens serem comandantes, porque não tem experiência de vida suficiente para comandarem, embora tenham pureza de idéias, pureza de propósitos, digamos assim, de sentimentos, de doação de tudo isso, a gente não era preparado para comandar a guerra (...) Fui um excelente combatente, realmente eu era um excelente combatente, atiro muito bem, atiro até hoje muito bem, tenho essa percepção, eu, o medo por exemplo, o medo, ele provoca paralisia, não é o meu caso, ao contrário disso, me provoca o seguinte, eu tenho que sair dessa situação, então me provoca ao contrário, um impulso de resolver a situação, tudo isso são atributos do combatente. Agora, na época, não tinha atributos para comandar uma revolução, veja os guerrilheiros vietnamitas, lá tinha o Ho Chi Minh, lá tinha o Giapp a comandar a coisa, mas quem estava na batalha era um bando de jovens².

A onipotência e a inflexibilidade presente no início de seu comando, é temperada em seu período final com a compreensão e a sensibilidade, e a parcimônia que a experiência de luta lhe trouxeram. Em sua narrativa Carlos Eugênio escancara seu lado humano, falhas, suas culpas, seus medos e seus erros.

São essas as conseqüências de parte de uma geração que optou não por uma morte moral, submetendo-se passivamente, mas escolheu dirigir seu próprio destino e fez a opção por outro tipo de morte, aquela que recupera a dignidade do indivíduo, sua liberdade, e acima de tudo a liberdade de seu povo.

A escrita de Carlos Eugênio encanta e seduz, pairando em seus livros desculpas disfarçadas, um pouco na forma de desabafo, um pouco na forma de diálogo consigo mesmo, um pouco em conversas na terapia. E é ao mesmo tempo a homenagem que presta a seus companheiros de luta mortos.

Para ele, falar de sua experiência é como afirmou Levi, voltar a se sentir humano, terminar com a angústia da família dispersa ou perdida, da dor da derrota, do próprio cansaço, enfim, “recomeçar a vida em meio às ruínas”, ter a consciência de não ter feito o suficiente, do erro, do desvio, enfrentar a auto-

² Entrevista de Carlos Eugênio concedida em 21/09/03, Transcrição da fita, lado A, p. 17.

acusação de ter sido golpeado nas suas mais puras intenções³, mas nem por isso deixar de recuperar valores e de preparar o laboratório do futuro.

³ LEVI, P. *op. cit.* p. 61.

Referências Bibliográficas:

ABREU, João Batista de. **As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)**. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000, p. 113.

ADORNO, Theodor. **Teoria estética**. Lisboa: Martins Fontes, 1988.

AMADO, J. & FERREIRA, M. de Moraes (Org.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1982.

ARANTES, M. A Cunha de. **Pacto Re-velado**: Psicanálise e clandestinidade Política. São Paulo: Escuta, 1998.

ARISTÓTELES, **Poética**. Trad. Eudoro de Sousa. Lisboa: Guimarães & Cia Editores, 1960.

ARRIGUCCI, D. **Enigma e Comentário**: ensaios sobre literatura e experiência, São Paulo: Companhia das letras, 1987.

ARRIGUCCI, D. "Borges ou do conto filosófico" In: BORGES, Jorge Luís. **Ficções**. Rio de Janeiro: Globo, 1995.

AVELAR, I. **Alegorias da Derrota**. A ficção pós-ditatorial e o trabalho de luto na América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BARNET, M. La Novela-testimonio. Socioliteratura, in JARA, R.; VIDAL, H. **Testimonio y Literatura**. Inst. for the study of ideologies and lit. Minneapolis, 1986 – p. 280-301).

BARRAZA, X. et al. **América Latina**: Novas Estratégias de Dominação. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas. 5a edição. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BERGSON, H. **Matière et Mémoire**: essai sur la relation du corps à l'esprit. Paris: Presses Universitaires de France, 1949.

BERQUÓ, A. **O Sequestro dia a dia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

BEVERLEY, J. Introducción In **Rev. de Crítica Literaria Latinoamericana**, nº 36, 2º Sem. 1992, Publ. de la Univ. de Pittsburgh, p. 7-17.

BETTELHEIM, B. **O Coração Informado**: autonomia na era da massificação. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BOOTH, W. C. Regras Gerais, II. Todos os autores serão objetivos. In: **A retórica da ficção**. Lisboa: Arcádia, 1980, p. 85-103.

BORGES, N. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, J. DELGADO ALMEIDA, L. de (Org.) **O Brasil Republicano**, v. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOSI, A. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 33a ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOURDIEU, P. Doxa Literária e Resistência à Objetivação. In: **As Regras da Arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 210 e sgs.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, J. FERREIRA, M. (Coord.) **Usos & Abusos da história oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BOUTIER, J & DOMINIQUE, J. (Org) **Passados Recompostos**: campos e canteiros da História. Trad. Marcella Mortara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998.

BRESCIANI, M. **Memória e (Re) Sentimento**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

BROCATO, C. **El exílio es el nuestro**. Sudamericana. Planeta, 1982.

BURKE, P. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

CALDAS, A. **Tirando o Capuz**. 2 ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

CAPITANI, A. **A rebelião dos marinheiros**. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1997.

COIMBRA, C. **Guardiões da ordem**: uma viagem pelas práticas *psi* no Brasil do "Milagre". Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1995.

CONCHA, J. apud. SELIGMANN-SILVA, Introdução. In. SELIGMANN-SILVA, M. (org). **História, Memória, Literatura**. O Testemunho na Era das Catástrofes. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003, p 34.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. 5a Edição. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, I. **Para uma crítica do presente**. São Paulo: editora 34, 2001.

CARINO, J. A biografia como fonte para a História da Educação: subsídios para um debate necessário In. **Educação e Filosofia**, v. 14, nº 27/28, jan./jun. e jul./dez. 2000, p. 165.

CARONE, E. **O PCB**. (1964-1982).v. 3. São Paulo: Difel, 1982.

CARPENTIER, A. **Literatura & Consciência Política na América Latina**. São Paulo: Global, s.d.

CASAUS, Victor apud ACHUGAR, H. (comp.) **En Otras Palabras, Otras Historias**. Uruguai, 1994, p. 201.

CASO, A. **A Esquerda Armada no Brasil**, 1967/1971. prefácio a edição portuguesa de José Ibrahim. trad. Thiago de Mello. Lisboa: Moraes, 1976.

CASSIRER, E. **Rousseau, Kant, Goethe**. Paris, Berlin, 1991.

CASTAÑEDA, J. **Utopia desarmada: Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana**. Trad. Eric Nepomuceno. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHAUÍ, M de Souza, Os Trabalhos da Memória. In BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987, p. 19.

CHIAPPINI, L. M. L. **O Foco Narrativo**. 10a ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

CHIAPPINI, L. & AGUIAR, F. W. (orgs.) **Literatura e História na América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

COUTO, R. C. **História Indiscreta da ditadura e da abertura**, 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999

D'ALCASTAGNÉ, R. **O Espaço da Dor**. Brasília: UNB, 1996.

D'ALESSIO, M. **Reflexões sobre o saber Histórico**. São Paulo: Unesp, 1998.

D'ÁRAÚJO, M. C. et al. **Os Anos de Chumbo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DULONG, Renaud. **Le témoin oculaire**: les conditions sociales de l'attestation personnelle. Paris: Ed. de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1998, p. 14.

ESCRITOS de Carlos Marighella. 1 ed. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FERNANDES JÚNIOR, O. **O Baú do Guerrilheiro**: Memórias da luta armada urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FERREIRA, E. X. **Mulheres, Militância e memória**: histórias de vida, histórias de sobrevivência. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FERREIRA, M. de Moraes. A Nova "Velha História": O retorno da História Política. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5. nº10, 1992, p. 265-271.

FIGUEIREDO, V. F. de. **Da Profecia ao Labirinto**: imagens da História na Ficção Latino-Americana Contemporânea. Rio De Janeiro: Imago, 1994.

FILHO, D. P. **A Linguagem Literária**. 5a ed. São Paulo: Ática, 1995.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FRANCO, R. **Itinerário Político do Romance Pós-64**: A Festa. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. **Ficção e política no Brasil**: os anos 70. Tese do Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, 1992.

FREDERICO, C. A política cultural dos comunistas. In MORAES, J. Q. de (org.) **História do Marxismo no Brasil III**. Teorias. Interpretações. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, p. 275-304.

GAGNEBIN, J. M. Após Auschwitz. In. Seligmann-Silva, M (org). **História, Memória, Literatura**. O Testemunho na Era das Catástrofes. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 109.

GASPARI, E. et alli. **Cultura em Trânsito-da repressão à abertura**. Rio de Janeiro: Aeroplano, Editora, 2000.

_____. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das letras, 2003, p.387-388.

_____. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GENETTE, G. **Figures III**. Paris: Seuil, 1972, p. 251 apud REIS, C. & LOPES, A C. **Dicionário de Teoria da narrativa**. São Paulo: Ática, 1988, p. 118-125.

GIZBURG, J. A Violência constitutiva: notas sobre autoritarismo no Brasil. In. **LETRAS. Revista do Curso de Mestrado em Letras da UFSM (RS)**. Universidade Federal de Santa Maria. Ed. Especial Quinto Centenário, n 18/19, jan/dez, 1999. P/ 121-144.

GOMES, A. de. C. (Org.) **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GORENDER, J. **Combate nas Trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à Luta Armada. 2a edição. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GRAMSCI A. **Literatura e Vida Nacional**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2a ed. São Paulo: Civilização Brasileira, p. 5-6.

GUARANY, R. **A fuga**. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Cantadas literárias, v. 18).

GUSDORF, G. **Auto-bio-graphie**. Ligne de vie 2. Editions Odile Jacob, 1991.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HIDELBRANDO, L. **Crônicas de Nossa Época**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HOBSBAWN, E. **A Era dos Extremos: o breve século XX-1914-1991**. 2a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, E. **A invenção das tradições**. In. HOBSBAWN, E. & RANGER, T. (org). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLLANDA, H. B. de. **Cultura e participação nos anos 60**. 3a edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

IANNI, O. **Sociologia e Literatura**. In: SEGATTO, A & BALDAN, U. (orgs) **Sociedade e Literatura no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP 1999.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. (Coleção Retratos do Brasil, v. 70).

JARA, R.; VIDAL, H. **Testimonio y Literatura**. Inst. for the study of ideologies and lit., Minneapolis, 1986, págs. 02-05

KUSHNIR, B. **Perfis Cruzados: trajetórias e militância política no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

KUSHNIR, B. **Cães de Guarda**. Jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988. 2004.

LAFORGIA, R. **Dezembro Sangrento: a Chacina da Lapa**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

LEENHARDT, J. ; PESAVENTO, S. (Orgs.) **Discurso Histórico e Narrativa Literária**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LESSA, R. **A que hora vem o povo?** Aventuras do subversivo Beraldo Flores. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1983.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. Trad. Luiz Sergio Henriques. Editora: Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2004.

LIMA, H. ; ARANTES, A. **História da Ação Popular: da JUC ao PC do B**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1984.

LIMA, L. C. **Mimesis e Modernidade**. Formas das Sombras. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

LUCAS, F. **A Crise da Cultura Literária no Brasil pós-64**. In SOSNOWSKI & SCHWARTZ, Brasil: o Trânsito da Memória, 1994.

_____. **Crepúsculo dos Símbolos: Reflexões sobre o livro no Brasil**. São Paulo: Pontes, 1989.

MAKLOUF, L. **Mulheres que foram à Luta Armada**. São Paulo: Globo, 1998.

MARIGHELLA, C. **Por que resisti à prisão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

MARIGHELLA, C. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Livramento, 1979. Coletânea de documentos escritos pelo líder guerrilheiro.

MARTINS FILHO, J. R. **A guerra da memória: a ditadura nos depoimentos de militantes e militares.** In: Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos. XXIV. 2003. Dallas-Texas, 27-29 de março, p. 1-18.

MARTINS FILHO, J. R. **O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura. (1964-1969).** São Carlos: Edufscar, 1995.

MIGNOLO, W. **Teoria del Texto e interpretation.** México, DF: Universidade Nac. Autônoma do México, 1986.

MIRANDA, N.; TIBÚRCIO, C. **Dos filhos deste solo: Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar-a responsabilidade do Estado.** São Paulo: Editora Boitempo.

MORAES, J. Q. de. A Mobilização Democrática e o Desencadeamento da Luta Armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, São Paulo, p. 135-158, 2º sem. 1989.

NEVES, L. de A. **A Memória do PCB e a Identidade Comunista.** In: Estudos de Sociologia, FLC-UNESP-Araraquara, ano 4, nº 7, 2º semestre de 1999.

NORA, P. **Entre Mémoire et Histoire: la problematique des lieux.** In: Les Lieux de Mémoires. v. 1, Paris: Gallimard, 1997.

OKUCHI, N. **O seqüestro do diplomata: memórias.** São Paulo: Estação Liberdade, 1991.

PAZ, C.E. **Viagem à Luta Armada: memórias romaneadas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. **Nas Trilhas da ALN.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **Baú da Ditadura precisa ser aberto.** Jornal do Comércio, Recife, 30 de março de 1998.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil-entre povo e a nação.** São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEDROSO JÚNIOR, A. **Márcio, o Guerrilheiro: Vida e Morte de um Jovem preparado para Vencer.** Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2003.

PENNA, J. C. Este Corpo, esta dor, essa fome: notas sobre o testemunho Hipano-Americano. In SELIGMANN-SILVA, M (org). **História, Memória, Literatura.** O Testemunho na Era das Catástrofes. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003, p.311.

PESAVENTO, S. J. (org) **Leituras Cruzadas: Diálogos da história com a literatura**. 1a ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2000.

PESSOA, R. PCB: **Vinte anos de Política–1958-1979** (documentos). Ed. LECH, 1980.

PIGLIA, R. **O laboratório do escritor**. Trad. Josely Vianna Baptista São Paulo: Iluminuras, 1994, p. 69 e 71.

POERNER, A. J. **O Poder Jovem**. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. In : Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n 10, 1992, p. 200-212.

REIS FILHO, D. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS, J. C. **Annales: A renovação da história**. Ouro Preto, UFOP, 1996.

_____. **Escola dos Annales: A Inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RIBEIRO, O. **Por que eu traí**. Confissões de Cabo Anselmo. São Paulo: Global, 1984.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**. Tomo III. Editora Papyrus, 1997.

_____. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. 675p. Paris: Editions de Seuil, 2000.

_____. O tempo da Alma e o Tempo do Mundo: O debate entre Agostinho e Aristóteles. In. RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**. Tomo III. Editora Papyrus: 1997, p.322-324.

RIDEL, D. C (Org). **Narrativa, Ficção & História**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993.

_____. **Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. Rio De Janeiro: Record, 2000.

_____. As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974): uma bibliografia. **Cadernos AEL – Tempo de ditadura**, v. 8, n.14-15, 2001, p.257-294.

_____. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, J. DELGADO ALMEIDA, L. de (Org.). **O Brasil Republicano**, v. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 135.

ROLLEMBERG, D. **O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

ROUSSO, H. A Memória não é mais o que era. In AMADO, J. & FERREIRA, M. de Moraes (orgs).3. ed. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

RUFFINELI, J.; CORRAL, W. Un Diálogo con Sergio Ramírez Mercado in **Rev.Nuevo Texto Crítico**, nº 8, 2º Sem. 1991. Pág 8-9.

SAMUELL, M.; Rafael E. El otro testimonio: Literatura carcelaria en América Latina in **REVISTA IBEROAMERICANA**, nº 164-165. Julio/Die. 1993, Univ.REVISTA IBEROAMERICANA, nº 164-165. Julio/Die. 1993 Univ. de Pittsburgh, pág. 500.

SANFELICE, J. L. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez, 1986.

SANTOS, R. **Crise e Pensamento Moderno no PCB dos anos 50**. In: História do Marxismo no Brasil. vol. 1, O impacto das revoluções, 2.ed. revista.Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 230.

SANTOS, W. G. dos. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. Rio de Janeiro: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1986.

SARLO, B. **Jorge Luis Borges. A Writer on the Edge**. New York: Verso, 1993, p.108-112.

SCHAFF, **A História e Verdade**. Trad. Maria Paula Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 10-12.

SEMPRUN, J. **A escrita ou a vida**. Trad. Rose Freie. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEVCENKO, N. **Literatura como Missão**. 2a edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, M. S. **História, Memória, Literatura: o testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

_____. A escritura da memória: mostrar palavras e narrar imagens. In: **Revista Terceira Margem**, ano VI, nº7, 2002 p. 91-107.

SILVERMAM, M. **Protesto e o novo Romance Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 9. ed.

SOSNOWSKI, S.; SCHWARZ, J. (orgs). **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: EDUSP, 1994.

SOUZA, P. de. **Autópsia do Medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury**. São Paulo: Globo, 2000.

SOUZA, P. **Eu, cabo Anselmo**. São Paulo: Globo, 1999.

TAVARES, F. **Memórias do Esquecimento**. 2 ed. . São Paulo: Globo, 1999.

TODOROV, T. **Em Face do Extremo**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

TOLEDO, C. N. 2004, **Jornal da Unicamp**, 29 de março a 4 de abril, p. 2.

_____. **O Governo Goulart e o golpe de 64**. 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. (Org.) **1964-Visões Críticas do Golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas, Unicamp, 1997.

USTRA, C. **Rompendo o Silêncio**. Brasília: Editerra, 1987.

VALLE, M. R. **68, o Diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1966.

VARGAS, I. **Guerra é Guerra, dizia o torturador: depoimento**. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

VENTURA, Z. **1968, o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ZAGURY, E. **A Escrita do eu**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: Brasília: INL, 1982.

WILLIAMS, R. **Marxismo e Literatura**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WEINRICH, H. **Lete: Arte e crítica do esquecimento**. Trad. Lya Luft. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Documentos da ALN –Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM)

De questões de Organização- dezembro de 1968 (mimeo)

Jornal O Guerrilheiro, N.2, 1970 (mimeo)

Alguns Problemas da Lua Armada no Brasil s. d.

Do Pronunciamento do Agrupamento Comunista. janeiro, 1969

Arquivo Edgard Leuenroth-Campinas-SP

Dossiê Marighella

Entrevistas do Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti, anos 1985 e 1986. Tese de Doutorado: O fantasma da Revolução Brasileira, 1993.

Entrevista de Carlos Eugênio Paz a Denise Rollemberg, realizada 19/07/00 e 31/07/00.

Fundo Duarte Pacheco Pereira.

Fundo Brasil Nunca Mais

Cartilha do Exilado

Presos Políticos Brasileiros

Fotografias (Movimento Estudantil–invasão policial)

Artigos de Revistas:

Uma oposição nas ruas In: **Veja** nº6, 16/10/68, p. 18.

O terror condenou o americano à morte. Capitão Charles Chandler: sua culpa foi ter sido soldado no Vietnam In: **Veja** nº6, 16/10/68, p. 25.

Assaltos. In: **Veja** nº 10, 13/11/68, p. 29
Procura-se Marighella—chefe comunista In: **Veja** nº 11, 20/11/68, p. 15-16.
Pernas de Loura. In: **Veja** nº 12, 27/11/68.
Revela-se o Terror In: **Veja** nº 37, 21/05/69, p. 1921.
Os últimos dias de agosto. **Veja** 3/09/69, p. 18.
A elementar história do seqüestro. In: **Veja** nº 54, 17/09/69, p. 22.
O terror está cercado. In : **Veja** nº 59, 22/10/69, p. 26-27.
O terror sem saídas: Marighella, Lamarca e Massafumi desapareceram para fugir ao cerco ou para unir as forças que ainda restam? In: **Veja** nº 60, 29/10/69, p. 40.
O terror sem fôlego: Em São Paulo a maior manobra já feita pelo exército: treinamento contra a guerrilha que os terroristas desejam. In: **Veja**, nº 61, 5/11/69, p. 44-45.
O terrorismo morreu com Marighella? In: **Veja** nº 62, 12/11/69, p. 21 e p. 25-28.
As sementes da violência. In: **Veja** nº 63, 19/11/69, p. 43.
O convento dos Perdizes: Cristo e Marx podem habitar a mesma casa? In: **Veja** nº 62, 12/11/69, p. 31.
Terror: após Marighella, silêncio. In: **Veja** nº 19/11/69, p. 48-50.
A pergunta dos padres In: **Veja** nº 64, 26/11/69, p. 35.

Movimento Estudantil-Repressão e Ação Terrorista, pasta 1 (Arquivo Edgard Leuenroth):

Três armas sepultam PM e afirmam que a agitação será reprimida. Folha de S. Paulo, 23/06/68. 1 Caderno, p. 10.
Sodré desmente manifesto. Folha de S. Paulo, 06/07/68.
Órgãos de segurança caçam terroristas em SP e no RJ. 1969
Conselho irá interrogar oitenta e um membros da Ação Popular, Estado de S. Paulo, SP. 16/08/70
A última história de Toledo, o terrorista. Estado de S. Paulo. 26/10/70.
Quem no lugar de Toledo? Estado de S. Paulo. SP. 26/10/70.
Ele foi o cérebro da subversão. 26/10/70. c. 4.
Os órgão de segurança e os próprios terroristas estão à caça de Lamarca. 29/05.71. c. 4.
Polícia afixará cartazes. 29/05/71. c.2.
Alerta contra o terrorismo. 01/10/71

Movimento Estudantil-Repressão e Ação Terrorista, pasta 2 (Arquivo Edgard Leuenroth):

Auditora condena por subversão. 30/12/71/
Terror rouba 48 mil de banco. 19/01/72.
Absolvidos três réus da ALN. 19/01/72.
Terrorista preso no Rio é morto ao fugir em SP. Estado de S. Paulo, SP. 01/02/72.
PM e terroristas mortos em tiroteio. Estado de São Paulo, SP. 22/01/72 c3.
Assim foi a morte do terrorista Hiroaki. 20/01/72. c3.

Falta de prova absolve acusados de subversão. 03/02/72 c.3.
Auditoria condena dois terroristas. 03/02/72.
Invasores da PUC foram condenados 03/02/72.
Terrorista critica ALN 09/02/72.
Grupo da ALN é desbaratado 23/02/72. c.2
Ajuda do povo contra a subversão 29/03/72 c.3.
Terrorista acusada de mais crimes 02/04/78. c.5.
Auditoria condena 18 e absolve vinte e dois da ALN 13/05/72.
Desarticulado o terrorismo 15/07/72 .
Auditoria paulista julga 55 terroristas da VPR 19/07/72.
Pena dos dominicanos confirmada pelo STM, 21/07/72 c.3.
Greve de fome dos presos políticos em SP. 22/02/72.
Dos 55 da VPR só 8 foram condenados 22/07/72/
Membro da ALN morre em tiroteio 22/08/72.
Terrorista da ALN abatido 22/08/72.
Falta dos réus adia julgamento 01/09/72 c.2.
Pedida morte de terrorista 03/10/72.
Procurado membro do Molipo 07/10/72.
Deops indicia grupo da Aliança 21/10/72.
Chefe terrorista morre atropelado 02/11/72.

Entrevistas

Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz, 21 e 27 de setembro de 2003.(ALN)
Maria Lygia Quartim de Moraes, 17 de setembro de 2003.(ALN)
Luiz Antônio Viotto, 23 de outubro de 2003.(MR-8 Setor Estudantil)
José Carlos Giannini, 17/10/04 (ALN/MOLIPO)

Arquivo Pessoal

ABRANCHES, S. Não são os militares. Ensaio. **Veja** Edição n °1739, ano 35, n° 7, 20 de fevereiro de 2002, p. 114.

A CHANCE DE ENCARAR O PASSADO. Por trás dos desaparecidos, o país pode debater uma forma de conviver melhor com a última ferida do regime de 64. **Veja**. Edição n°1403, ano 28, n°31, 2 de agosto de 1995, p. 20.

ALENCASTRO, L. F. O TORTURADOR E SEUS ESTADOS DE ALMA. **Veja**, 24 de setembro de 1997.

AMERICANO, L.; ZAIDAN, P. A Mancha da Traição: aparece Jover Telles uma espécie de Calabar da esquerda brasileira. **Veja**, Edição n°1457, ano 29, n° 33, 14 de agosto de 1996, p. 50-51.

A MORTE SEM FIM. O sofrimento dos familiares desaparecidos que convivem com a dor da morte e a esperança de ainda vê-los vivos. **Veja** Edição nº 1394, ano 28, nº 22, 31 de maio de 1995, p. 50-52.

A RAZÃO NO ESCURO. Os Arquivos secretos da Polícia Federal revelam a lógica da violência e do carreirismo. **Veja**, 6 de junho de 1990.

AS FITAS DE FIGUEIREDO. Em suas memórias o ex-presidente conta que recrutou menores da Funabem para trabalharem no SNI. **Veja**, 12 de fevereiro de 1992.

AS VOZES DE CHUMBO. Com o apoio do congresso, projeto para os 136 desaparecidos recebe fogo nos quartéis. **Veja** Edição nº 1407, ano 28, nº 35, 30 de agosto de 1995, p. 35-36.

CORRÊA, M. de S. Mão de ferro na abertura. Aos 89 anos, morre o ex-presidente Ernesto Geisel, o ditador da distensão. **Veja** Edição nº 1462, ano 29, nº 38, 18 de setembro de 1996, p. 41-48.

FILHO, E. Acerto Póstumo. O mesmo país que não pune responsáveis, paga indenização a famílias de Lamarca e Marighella. **Veja** Edição nº 1462, ano 29, nº 38, 18 de setembro de 1996, p. 38-39.

FILHO, E. Memória do Terror: Único comandante vivo da ALN lança livro e conta como assaltava bancos, roubava carros e matava durante a luta armada. In. **Veja**. Edição nº 1455, ano 29, nº 31, 31 de julho de 1996.

FILHO, E. Memória Recobrada. FHC manda preparar um projeto de lei que reconheça como mortos os desaparecidos do regime militar. **Veja** . Edição nº 1392, ano 28, nº 20, 17 de maio de 1995, p. 48.

FILHO, E. Autópsia da Sombra: o depoimento de um ex-sargento que transitava no mundo clandestino da repressão militar resgata parte da história de uma guerra suja. **Veja**, 18 de novembro de 1992, p. 20-32.

IMAGENS OFICIAIS DA GUERRILHA. Reportagem mostra fotos do arquivo do regime de 1964 sobre a guerra do Araguaia. **Veja**, Edição nº 1443, ano 29, nº 19, 8 de maio de 1996, p. 36-39.

LEONEL B. O. Machucou sim. (Páginas Amarelas) General do Emfa diz que as indenizações às vítimas da ditadura são abusivas e que a anistia só pegou pela metade. **Veja**, Edição nº 1548, ano 31, nº 21, 27 de maio de 1998, p. 11-15.

LIMA, M.; FERRAZ, S. O último dos generais: Figueiredo foi o executor da abertura e chefe do governo mais atrapalhado do regime militar. **Veja**, Edição nº 1630, ano 33, nº 1, 5 de janeiro de 2000, p. 38-39.

MEMÓRIAS DO SNI: general Medeiros faz revelações sobre o governo Figueiredo, a guerra das Malvinas e o Suriname. **Veja**, 9 de julho de 1997.

NOTÍCIA PRIVILEGIADA. Jornalistas usam passado de críticas ao regime militar para ganhar aposentadorias especiais do INSS. **Veja** Edição nº 1393, ano 28, nº 1, 24 de maio de 1995, p. 98-100.

O FIM DA GUERRA NO FIM DO MUNDO: o coronel Pedro Corrêa Cabral revela os últimos dias da Guerrilha do Araguaia . **Veja**, 13 de outubro de 1993.

OLTRAMARI, A. A Ética no Porão. Médicos acusados de colaborar com a ditadura militar começam a ser julgados nesta semana. **Veja** Edição nº1587, ano 32, nº9, 3 de março de 1999, p. 88-90.

O VÔO DAS QUARTAS. Um ex-capitão da marinha argentina descreve pela primeira vez como se matavam presos políticos durante a ditadura: jogando-os no mar. **Veja**. Edição nº 1383, 15 de março de 1995, p. 50-52.

PAIVA, M. R. Nós não esquecemos. FHC ainda não esclareceu quais setores ficariam incomodados em discutir a questão dos desaparecidos. **Veja**, Edição nº 1391, ano 28, nº 19, 10 de maio de 1995, p. 106-107.

PETRY, A. OLTRAMARI, A. Porão Iluminado: ex-tenente Marcelo Paixão de Araújo confessa ter torturado. **Veja** Edição nº 1576, ano 31, nº 49, 9 de dezembro de 1998, p/ 42-53.

PORRO, A. OINEGUE, E. A Corrente São Burnier. **Veja**. de 8 de novembro de 1989, p. 51.

REJEIÇÃO HISTÓRICA. Ministério da Justiça estuda anistia aos marinheiros rebeldes de 1964. **Revista Época**, 8 de outubro de 2001.

ROCHA, L. Falta o chefe. Novo IPM ajuda a desvendar o caso Rio Centro, mas a questão central continua. **Veja** Edição nº1621, ano 32, nº 43, 27 de outubro de 1999, p. 52-53.

SALVADOR, A. Morre General que tramou contra a abertura política. **Veja**, Edição nº 1468, ano 29, nº44, 30 de outubro de 1996, p. 128.

SANTOS, B. A dos. Nos subterrâneos do quartel. **Revista Brasil Mineral**, nº200 novembro de 2001, p. 45-47.

SCHELP, D. Os papéis do presidente: O Jango desanimado e fraco que se vê em cartas pessoais e documentos dos Estados Unidos. **Veja**. Edição nº1707, ano 34, nº26, 4 de julho de 2001, p. 54-55.

TOLEDO, R. P. A TEIMOSA MANIA DE CORTAR CABEÇAS: lida de um certo ângulo, a história do Brasil é um desfile de pescoços dilacerados. **Veja** Edição n°1443, ano 29, n°19, 8 de maio de 1996, p. 154.

TOLEDO, R. P. de. A longa sombra do passado: o caso do adido militar em Londres mostra como a herança da tortura ainda atravança o país. **Veja**, Edição n° 1397, n° 25, 21 de junho de 1995, p. 125-126.

Folha de S. Paulo

- 1 de junho de 2001. FHC anistia militares (cerca de 2.500) punidos após 64.
- 2 de junho de 2001. Anistiados por lei de 79 poderão pedir revisão de benefícios e indenização.
- 5 de julho (Folha Mundo) de 2001. Juiz do caso Pinochet quer enviar interrogatório a Kissinger para averiguar assassinato de Charles Horman.
- 11 de julho de 2001. Operação Condor leva 1º ex-ditador à prisão. Videla tem prisão preventiva decretada por participação em ação repressiva conjunta de países do Cone Sul Página A8.
- 3 de agosto de 2001. Ossadas no PR podem ser de 14 guerrilheiros.
- 3 de agosto de 2001. Deputado pedirá abertura de inquérito sobre Araguaia.
- 5 de agosto de 2001. Paraná: escavações não encontram ossadas de guerrilheiros.
- 5 de agosto de 2001. Tucanato nega ao Brasil o direito de conhecer um naco de sua história.
- 5 de agosto de 2001. O Brasil quer falar. Apesar dos horrores feitos em nome da segurança nacional, as Forças Armadas continuam a pensar como na ditadura, de Luiz Eduardo Greenhalgh.
- 11 de setembro de 2001. D. Paulo narra sua relação com militares.
- 16 de setembro de 2001. Fotos sugerem destino dos desaparecidos
- 16 de setembro de 2001. Morte de Jango será investigada.
- 24 de setembro de 2001-Resposta de Alberto Mendes Cardoso a Erasmo Dias – “Existe terrorismo no Brasil?”
- 2 de outubro de 2001 “Existe terrorismo no Brasil? O terrorismo está presente!” do coronel Erasmo Dias.
- 21 de outubro de 2001. Achada duas ossadas em Xambioá.
- 22 de outubro de 2001. IML de Brasília inicia hoje análises das ossadas achadas em Xambioá.
- 2 de novembro de 2001. Ministério Público e Araguaia. O Estado brasileiro tem uma obrigação jurídica e ética para com todas as famílias dos desaparecidos políticos.
- 1 de dezembro de 2001. Condor mirava Jango.
- 8 de janeiro de 2002. Estado de SP vai indenizar ex-presos políticos e seus familiares.

Estado de S. Paulo

A queda de Viegas. In. **Estado de S. Paulo**, 6 de novembro de 2004, p. A3;
GREENHALGH, L. "É o Vlado. É o relógio do Vlado". In. **Estado de S. Paulo**, 23 de outubro de 2004, p. A14
RAMER, D. Os embates de Viegas In. **Estado de S. Paulo**, p. A6; MONTEIRO, LOPES, E. Genoíno elogia: "Está na hora de resolvermos esse problema". In. Estado de S. Paulo, 13 de novembro de 2004, p. A10;
MACEDO, F. Arquivos têm que vir à tona tintim por tintim. In **Estado de S. Paulo**, 13 de novembro de 2004, p. A10;
TALENTO, B. Bastos: sem marola, os arquivos serão abertos. In **Estado de São Paulo**, 6 de novembro de 2004, p. A11;
T. DOMINGOS, J. Viegas quis demitir comandante do Exército. In. **Estado de S. Paulo**, 6 de novembro de 2004, p. A10;

Arquivo Público do Estado de S. Paulo

DEOPS:

DEOPS-SP.50-Z9-41011, .RPI nº 01/72, Informação Confidencial, II Ex. cont. fls. 37, p.2.
DEOPS- RPI nº08/72-50Z941011, p. 32.
DEOPS -50-Z941011-RPI nº 01/72. II Ex. p. 4.
DEOPS-50Z941011- RPI nº08/72. p. 35.
DEOPS -50-Z941011-RPI nº 01/72. II Ex.p. 7
DEOPS-50-Z941011- RPI nº07/72. p. 46.
DEOPS-50-Z941011-RPI nº 01/72. p. 7.
DEOPS-50-Z941011-RPI nº 01/72. p. 20.
DEOPS-50-Z941011- RPI nº07/72. p. 43-44.
DEOPS-50-Z941011-RPI nº 01/72- II ex. fls 11, p. 86.
DEOPS-50-Z941011-RPI nº 01/72- II ex. fls 11, p. 87-8.
DEOPS-50-Z941011-RPI nº01/72-II Ex. p. 8-47.
DEOPS-30-Z160-11.891, 28 fev. 1972
DEOPS50-Z940934-RPI nº01/72. II Ex. Curso de guerrilha int. Molipo
CSOBi 1924-1983 -0.707.011Caetano Zanardo Cabral. Prontuário de Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz, microfilme.
Cópia do processo arquivado no pront. nº 14668685 ref. a Francisco Antônio de Souza e outros.
Cópia do inquérito policial arquivado no pront. 145.415 ref. A Reinaldo Morano Filho e outros.
Xerox arquivado no prontuário nº 3.130 ref. A Maria da Conceição S. Coelho da Paz.
DEOPS-Ordem Política, OP 1150, Documento Situação dos Refugiados Brasileiros em Paris.
Terrorismo e Comunismo nos meios universitários 1969-1974, op1141.
Locais de Comício op1150.
DEOPS- 50-Z-43945 , 50-Z129-22476, 5-0Z180-2263 ref. a Iuri Xavier Pereira.
DEOPS- 0-Z9 (221)